HISTÓRIA DE GOA

(POLÍTICA E ARQUEOLÓGICA)

M. J. GABRIEL DE SALDANHA

HISTÓRIA DE GOA
(POLITICA E ARQUEOLÓGICA)

HISTÓRIA DE GOA
(POLITICA E ARQUEOLÓGICA)

VOLUME-I
HISTÓRIA POLITICA
PART I
GOA PRE-PORTUGUESA
PART II
GOA PORTUGUESA

VOLUME-II
HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA
PART III
MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

HISTÓRIA DE GOA

(POLITICA E ARQUEOLÓGICA)

M.J. GABRIEL DE SALDANHA

COM UMA CARTA-PREFÁCIO
POR
J.A. ISMAEL GRACIAS

DIVIDIDA EM DOIS VOLUMES
SEGUNDA EDIÇÃO

VOLUME-II
HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA
PART-III
MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES
NEW DELHI ★ MADRAS ★ 2002

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

- 31, HAUZ KHAS VILLAGE, NEW DELHI - 110016
  Tel : 6560187, 6568594 Fax : 011-6852805, 6855499
  e-mail : asianeds@nda.vsnl.net.in
- 5, SRIPURAM FIRST STREET, MADRAS - 600 014,
  Tel : 8115040 Fax : 8111291
  e-mail : asianeds@md3.vsnl.net.in

Price : Rs. 1995 (set)
First Published: Pangim, 1898
First AES Reprint : New Delhi, 1990
Second AES Reprint : New Delhi, 2002
ISBN : 81-206-0590-X
81-206-0592-6

Published by J. Jetley
for ASIAN EDUCATIONAL SERVICES
31, Hauz Khas Village, New Delhi - 110 016.
Processed by Gautam Jetley
For AES Publications Pvt. Ltd., New Delhi-110016
Printed at Subham Offset Press, DELHI - 110 032

HISTÓRIA DE GOA

(Política e arqueológica)

por

Padre M. J. Gabriel de Saldanha

Professor aposentado do Liceu Central de Nova-Goa,
Sócio do *Instituto de Coimbra*,
Antigo Vogal da Comissão Permanente de Arqueologia
da India Portuguesa

COM UMA CARTA-PREFÁCIO

por

J. A. Ismael Gracias

Da Academia das Sciências de Lisboa

Segunda Edição

Volume II—História Arqueológica

Casa Editora
Livraria Coelho
Nova Goa

1926

Bastorá—Tipografia Rangel—412-24

Palavras preliminares

Na conformidade do plano dêste livro sái agora à luz o seu volume II, destinado, por mais de um motivo, sómente ao estudo dos monumentos arqueológicos do país que se relacionam com a história luso-indiana.

A quem pareça que tenho sido minucioso por demais na descrição, devo lembrar que muitos dêsses edifícios já desapareceram e dos que restam alguns estão ruinosos. Convinha porisso deixar consignadas em um só livro as várias informações colhidas, com não pequena dificuldade, em fontes que vão cada dia rareando. De resto procurei amenizar possivelmente a aridez com a narração de certos factos correlativos mais interessantes.

Não posso concluir estas linhas sem manifestar os meus agradecimentos a tôdas as pessoas que, quer na imprensa quer por escrito, honraram o volume I com a sua crítica e apreciação; e a todos aqueles que me cativaram fornecendo valiosos elementos sôbre a matéria do presente volume e entre os quais merecem especial men-

ção os sres. cónegos Francisco Xavier Vás, Franklin de Sá, administrador da Casa Professa do Bom Jesus e Vicente Xavier Lobo, administrador do Convento de S. Caetano, mto. Reverendo sr. pe. Casimiro Cristóvão de Nazaré, e o sr. Ricardo Micael Teles, secretário da Comissão de Arqueologia.

Ucassaim, 1926

Pe. M. J. Gabriel de Saldanha

HISTÓRIA DE GOA

PARTE III

Monumentos arqueológicos

Antes de entrarmos na **História arqueológica** convém precisar bem o seu assunto, o que vamos fazer em poucas palavras.

Arvorada a bandeira das quinas em Goa, principiaram, desde logo, os portugueses a olhar pelas necessidades espirituais dos povos conquistados, segundo o seu tríplice plano, que compreendia não só o comércio e a conquista, mas, também, a propagação do cristianismo. E tão diligentes fôram neste último objectivo, que logo, em menos de quatro anos, se viam no recinto da cidade, então pequena, duas igrejas e quatro capelas, onde os primeiros missionários, exercendo o seu ministério, ensinaram a doutrina aos naturais da terra.

1

A partir de 1517 vieram sucessivamente estabelecer-se aqui várias Ordens religiosas, a cujo zêlo e ao dos clérigos seculares, enviados por el-rei D. João 3.º, se deveu a cristianização do país em larga escala.

Prosperando a cidade e alargando-se os seus limites, foram levantados nela numerosos edifícios nobres e muitos dêles grandiosos, quer de caracter religioso, alguns dos quais ainda subsistem, quer destinados à educação, beneficência e a diversos estabelecimentos públicos, que desapareceram.

Os mais notáveis dêstes monumentos da glória portuguesa, que existem ou existiram na cidade de Goa ou, fóra dela, na área do nosso distrito, e foram admirados pelos viajantes estrangeiros, serão o objecto do nosso estudo neste segundo volume.

Falaremos primeiro das instituições religiosas, passando depois para as civis.

CAPÍTULO I

A Catedral de Goa e os palácios arquiepiscopais

A meio caminho da *Rua Direita* ergue-se a Catedral ou Sé Primacial e Patriarcal, um dos mais antigos e célebres edifícios de Goa. Foi o próprio Albuquerque quem concebeu o projecto de levantar uma igreja na cidade, quando a tomou aos maometanos. Refere Gaspar Correia que, logo depois de tomada a fortaleza, o grande conquistador, entrando na cidade com a bandeira real, abraçara seus colegas e, ajoelhando para render graças a S. Catarina, a cuja intercessão atribuía o bom sucesso das suas armas, prometera erigir no próprio lugar, donde estava falando —o litoral do Mandovi—um templo em louvor da gloriosa mártir, que elegera para a padroeira da cidade (1). Êste voto foi imediàtamente cumprido, sendo ordenada, poucos dias depois, a construção de uma capela no mesmo sítio, junto ao Hospital real, na qual se fêz um só altar, com uma pintura de S. Catarina na parede. Mas, como a capela, além de ser construída de taipas, era de acanhadas dimensões e fácil de ser incendiada por ser coberta de palha, celebrava-se a missa numa espaçosa varanda do castelo da cidade ; o que se fêz por muito tempo, até que se construisse a igreja, como cumpria.

O piedoso herói, desejando ver ampliada esta capelinha o mais depressa possível, deixou, ao partir para

(1) *Lendas*, tom. 2.º, pag. 158. *An Hist. and Arch. Sketch.* pag. 198 e segs.

Malaca, instruções neste sentido ao seu amigo Diogo Fernandes, fidalgo rico, que sem perda do tempo as executou em 1511, transformando o edifício numa rasoável igreja, (1) cujo reitor foi um sacerdote, freire da ordem militar de Cristo.

E' para esta primeira igreja, chamada por alguns cronistas, com antecipação, a *Catedral de Goa*, que foram trasladados os ossos de D. António de Noronha, sobrinho de Albuquerque e capitão valoroso, que, ferido na conquista do castelo de Pangim, falecera na armada portuguesa detida no Mandovi pela monção invernosa de 1510, e havia sido enterrado na ponta da vizinha ilha de Divar. Em 1532 a igreja de S. Catarina, mais uma vez reconstruída e ampliada à custa de valiosos donativos, passou a ser colegiada, com seis beneficiados ; e, quando em 1539 D. João de Albuquerque veiu sagrado bispo de Goa, sufragâneo ao arcebispo do Funchal, já estava elevada à catedral por bula *Equum reputamus* do pontífice Paulo III, de 3 de Novembro de 1534, que confirmou a erecção feita por Clemente VII, a 31 de Janeiro de 1533, acabando de vez a jurisdição da ordem de Cristo (2). A inauguração da nova catedral foi selenissima, celebrando o bispo a missa pontifical, a que assistiu o

(1) Cit. *Lend.*, pag. 199 e 200, vol. 2,º

(2) Antes da nomeiação do bispo Albuquerque, desde 1515 até 1535, apareceram aqui sucessivamente euviados pelo rei de Portugal, como grão-mestre da Ordem de Cristo, quatro ou cinco bispos titulares ou *impartibus infidelium*, chamados *bispos de anel*, por não terem jurisdição propria ou territorial ; o ultimo destes administradores apostolicos foi D. Fr. Fernando Vaqueiro, que tendo entrado neste Estado em 1532, trabalhou na conversão dos infieis e governou interinamente a diocese de Gôa até a sua morte ocorrida em Ormuz em 1535. Consta que o bispo Vagueiro ordenou *sacerdotes naturais* da India

Oriente Port., vol. 6.º, pg. 212..

vice-rei e a principal nobreza da cidade. Em seguida procedeu-se à instituição do cabido, passando os seis beneficiados a dignidades e cónegos e preenchendo-se os mais lugares com clérigos de fóra. Para deão parece que veio, pouco depois, nomeado directamente da côrte, o capelão e pregador régio Pero Fernandes. Cada cónego recebia então 30 mil reis de ordenado por ano e o bispo mil cruzados. (1) A princípio teve esta igreja apenas duas capelas colaterais, uma pelo lado do envagelho, dedicada a N. Senhora do Rosário, e outra pelo da epistola, ao apóstolo S. Pedro, com as respectivas confrarias. O governador Nuno da Cunha erigiu mais uma capela, consagrada a S. Sebastião, na qual jaziam os restos mortais de seus irmãos, Simão e Manoel e instituiu o legado perpétuo de umas festa ao Santo.

Muitos factos memoráveis que se realizaram neste templo, como a recepção triunfal de D. João de Castro e de seu filho D. A'lvaro, e a celebração das núp cias das filhas do governador Garcia de Sá, veem referidas nas *Lendas* do citado cronista.

Até 1542 a catedral era na cidade a única igreja paroquial. Em 1557 (2), por bula *Etsi sancta*, de Paulo IV, foi elevada à Sé arquiepiscopal *metropolitana*, e reconhecida *primacial* pelo breve *Pastoralis officii*, de Gregório XIII, de 13 de Março de 1572, intitulando-se modèrnamente *patriarcal*, em virtude da concordata de 1886.

Em quanto em todos os bairros da cidade se achavam já levantados nessa época (1557) magníficos edifícios religiosos e civis, não era de esperar que a prin-

---

(1) *Mitras Lusit.* pag. 22 ; *Asia* por Faria e Souza, 2, 17 ; *Lend.* 4, 88, *Ach. Port. Or.* doc. 312.

(2) *Era da Encarnação* ou *1558* da era vulgar.

cipal igreja do oriente permanecesse na simplicidade primitiva da sua construção ; com efeito, no reinado de D. Sebastião, o vice-rei D. Francisco Coutinho, conde do Redondo, ordenou em nome del-rei, por sua provisão de 4 de Novembro de 1562, a construção de uma catedral mais vasta e esplêndida, à custa do produto da venda das propriedades confiscadas *aos gentios e outros infieis falecidos sem testamento e sem herdeiros* (1).

Uma carta régia mandou, também, aplicar a essa construção a importância das penas, condenações e descaminhos e o produto da renda da viagem para China. Escolhido o sítio, um tanto afastado da primitiva igreja, que, como vimos, ficava na margem do Mandovi, ligada ao Hospital real, parece que as obras da nova igreja foram principiadas imediàtamente, segundo se deduz do testemunho de Pyrard, que, dandolhes 50 anos de começadas, diz tê-las encontrado em 1608 ainda incompletas por causa da sua grande e soberba traça.

E' provavel, atentos os princípios da época, que se tenha levantado a construção, segundo dizem, sobre as ruínas de uma mesquita; mas não ha documento que o certifique.

O suntuoso templo, não obstante todo o auxílio dado pelo govêrno central para o andamento das suas obras, lutou por vezes com a escassês de fundos e várias dificuldades, levando a construir-se quási 70 anos, de maneira que, em 1619 se concluiu tão sòmente o corpo da igreja, sendo colocado o santíssimo no altar, no mês de Julho, em dia do Anjo Custódio, com grandes solenidades e festejos, que duraram por alguns dias e o arcebispo D. Fr. Cristóvão de Sá e

(1) *Arch. Port. Or.* Fasc. 3.º, doc. 23, e Fasc. 5.º, doc. 435.

Lisboa, que a êsse tempo governava a diocese, celebrou de pontifical pela primeira vez nesta igreja, em 25 de Novembro do mesmo ano de 1619, tendo obtido prèviamente a aprovação do ofício, por êle composto, da virgem martir S. Catarina, padroeira de Goa.

Doze anos depois, em 1631, é que se completou a restante parte do edifício, como se vê do alvará do vice-rei conde de Linhares, de 21 de Maio dêsse ano. Os seus arquitectos foram Ambrósio Argüeiros e Júlio Simão, engenheiro chefe do Estado da India, o qual jaz na Sé (1). As casas contíguas foram construídas em anos subseqüentes, (1636-1652) no tempo do arcebispo D. Fr. Francisco dos Mártires.

Esta catedral, testemunha do engrandecimento e da decadência do poder português no oriente, e sempre admirada pelos nacionais e estrangeiros, está situada na grande praça denominada *o Terreiro do Sabaio*, olhando para o leste. Não é muito imponente a sua fachada; pelo contrário, houve até quem classificasse a sua extraordinária simplicidade de um *fracasso arquitectural.* A arquitectura exterior é de estilo meio toscano e meio dórico, e a interior de mosáico-coríntio. Tem três portas : no alto da porta principal existe uma lápide com uma inscrição dividida em duas colunas, com tiara e chaves no meio, e dizendo o ano e outras circunstâncias da fundação. Em 25 de Julho de 1775 foi abatida por um ráio a tôrre do lado do norte, cuja reconstrução, orçada em 60 mil xerafins, até hoje não se realizou. Na tôrre que subsiste estão suspensos cinco sinos, um dos quais é muito grande e o mais sonoro de todos os que se encontram em Goa ; é o *sino de ouro*, cantado em primorosos versos por Tomaz Ribeiro. Foi fundido em 1652, e traz o

(1) *Arch. Port. Or.* Fasc. 3.º, doc. 25. 59, 78, 686.

nome de *sino de S. Pedro* e vários emblemas com inscrições, entre as quais se leem as palavras do envangelho : *Tu es Christus Filius Dei vivi* ; *Tu es Petrus et super hanc petram ædificabo ecclesiam meam* ([1]).

A igreja no interior é vasta e abobadada, dividida por duas ordens de pilares e arcadas em três naves, que recebem a luz dumas janelas muito elevadas. Terá de comprido 250 pés sôbre 180 de largo e 120 de alto.

Ao entrar, vê-se à direita o batistério, (que faz lembrar que esta igreja é, ao mesmo tempo, paroquial). Nêste compartimento avulta uma das maiores preciosidades arqueológicas: a pia de pedra preta, octogonal e de grandes dimensões, que pertenceu à antiga catedral e onde, é provável, que o apóstolo S. Francisco Xavier tenha batisado grande número de catecúmenos. A inscrição que existe sôbre a pia diz : *Esta pia mandou fazer Jorje Gomes e a deo a esta Sé em onra e louvor do Senhor Deus em 1532.*

A' esquerda vai a escadaria para a galeria do fundo ; e uma pintura na parede, representa em ponto maior S. Cristóvão com o Menino Jesus aos ombros.

A nave lateral da direita compreende quatro capelas, dedicadas, respectivamente, a S. António, S. Bernardo, Sepulcro do Senhor Morto, com a Cruz dos Milagres, e ao Espírito Santo. A Cruz dos Milagres —que da sua igreja própria, já em ruinas, foi transferida para esta capela, então, da invocação de Nossa Senhora das Virtudes, em 3 de Maio de 1843, com solenníssima procissão—está revestida de táboas delgadas, deixando em cima da base um pequeno lugar desco-

---

([1]) Vid. *Os sinos da Catedral de Goa* pelo Cónego F. X. Vaz, no *Oriente Port.* vol. 6.º, pag. 148.

berto para o beijo.

Das quatro capelas da nave esquerda—que tem por oragos a N. Sra. das Necessidades, S. Sebastião, SS. Sacramento e a N. Sra. de Boa Vida—a do SS. Sacramento é a mais espaçosa e muito linda, com um magestoso retábulo todo doirado, excelente côro e sacristia própria. E' nesta capela que se soleniza com o maior esplendor o *Laus-perenne* na quinta feira santa e na festa do Corpo de Deus.

No cruzeiro há seis alta es, três de cada lado; os da direita são dedicados respectivamente a S. José N. Sra. das Dôres e S. Pedro; os da esquerda a N. Sra. das Augústias ([1]), S. Jorge e N. Sra. da Esperança. Próximo do altar de S. José uma lápide, embebida na parede, cobre os ossos do primeiro arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão Pereira e os de D. Fr. André de Sta. Maria, bispo de Cochim, para aqui transladados da igreja da Madre de Deus, em 5 de Outubro de 1864, por ordem do arcebispo Amorim Pessoa.

A capela-mór, proporcional ao corpo da igreja, tem o aspecto imponente e o pavimento elevado 4 degraus sôbre o do cruzeiro. O altar é bem grande e ricamente adornado de pilares, pilastras e vários relevos e doirado de frêsco, com três nichos no centro, um acima do outro, que encerram as imagens de S. Catarina, N. Sra. de Assunção e Cristo Crucificado, ficando no alto o emblema do Espírito Santo. De ambos os lados do altar há gravuras representando o martírio de S. Catarina, e sôbre elevadas peanhas avultam as imagens de S. Pedro e de S. Paulo. O côro

([1]) A N. Sra. das Augústias tem a sua confraria que, originàriamente insituída no convento de S. Agostinho, de Goa, passou, depois da extinção dos conventos, para a Sé.

onde funciona o cabido tem assentos encostados às paredes laterais da capela-mór sôbre estrados da altura de tres degraus. Da parte do evangelho existe um trono para o patriarca ; e no extremo da linha dos assentos canonicais se distingue dentro da grade, sem dossel, a cadeira do governador. Do lado oposto, e pegado ao gigantesco arco da capela-mór, ergue-se o púlpito e a seguir, com pequeno intervalo, uma tribuna, destinada ao órgão e aos cantores e músicos. Para o púlpito entra-se pela capela-mór e para a tribuna pela sacristia, que está situada pela banda septentrional. Encontra-se dentro da teia uma grande e rica estante de ébano, destinada ao canto-chão e que perteceu ao convento de S. Francisco.

O pavimento é coberto de numerosos epitáfios, como o-são os de todas as igrejas e conventos da Velha Goa. Cunha Rivara publicou todos os que no seu tempo encontrou.

Os cofres são ricos, e os vasos sagrados e os paramentos sacerdotais primorosos. Entre os vasos sagrados merecem especial menção dois cálices, um chamado *Pontifical*, que é de oiro massiço, obra puramente de estilo indiano, e o outro, chamado *Dignidade*, obrado em Veneza.

Os cónegos reúnem-se em côro duas vezes ao dia, às 8½ horas da manhã e às 3 da tarde, para rezar o ofício divino. De manhã recitam as Horas (prima, tércia, sexta e noa) e cantam a órgão na missa solene ; e de tarde as vésperas, completas, matinas e laudes. Em dias festivos cantam uma parte do ofício. O patriarca assiste aos actos da semana santa e às festas principais, que são sempre edificantes e concorridas ([1]).

([1]) O cabido da Sé é constituido de: 5 dignidades—Deão, Chan-

Além do cabido, a catedral, como igreja paroquial, tem seu cura, que desempenha as funções de pároco. Em 1660 tinha esta paróquia 80 mil fregueses e, porisso, dois curas para a administração dos sacramentos; hoje, além do clero, não há ali 80 habitantes.

Era tradição que a igreja havia sido sagrada pelo arcebispo D. Fr. Sebastião de S. Pedro, mas, por falta de testemunho autêntico, foi solenemente sagrada em 1898 pelo Sr. Patriarca D. Mateus de Oliveira Xavier, então bispo de Cochim, por delegação do 1.º patriarca D. António Sebastião Valente, que ora jaz no presbitério.

As quatro igrejas, que existem na velha cidade (do Bom Jesus, S. Francisco de Assis, S. Caitano e S. Mónica) são independentes da paróquia da Sé. Das capelas da cidade falaremos adiante.

Palácios Arquiepiscopais

Contíguo à catedral, ao noroeste, fica o palácio dos arcebispos, que é um edifício sobradado, sendo o pavimento superior de razoável altura e porisso livremente ventilado e donde se gosa uma bela perspectiva. No estilo, a estrutura do edifício é simples e sem ornamentos. O d.r Gemelli Carreri, que o visitou em 1695, refere-se à sua magnificência e vastidão, como também à elegância dos seus compartimentos e à beleza das suas numerosas galerias [1]. No seu

---

tre, Tesoureiro-mór, Arcediago e Mestre-escola; 10 cónegos, 4 cónegos de meia prebenda, 2 quartanários, 12 capelães cantores, 1 organista, 1 mestre de capela, 9 cantores, 3 altareiros, 6 meninos do côro, 2 porteiros da Maça, 1 sub-tesoureiro e escrivão dos cofres e 1 síndico.

[1] Fonceca 209.

todo, a casa não tem sofrido muito da acção destruidora do tempo e conserva ainda hoje a sua feição primitiva. Comunica interiormente com a catedral, por meio de uma larga escadaria de granito que desce à entrada da sacristia. Alguns dos seus aposentos superiores são espaçosos e alegres, ao passo que os do rez-do-chão oferecem um aspecto sombrio e melancólico. Era no pavimento superior que os arcebispos costumavam viver com a suntuosidade conveniente ao príncipe da igreja; e era também ali que o grande D. Fr. Aleixo de Menezes sentava todos os dias à sua mesa doze pobres e lhes mandava dar, sem distinção, do que êle comia. No largo fronteiro, que é calçado de pedra, abrindo-lhe a entrada um grande portão de alvenaria, havia sempre numerosos cavalos e palanquins dos fidalgos e outras pessoas que iam a tratar negocios ou a visitar, e muitos pobres que se ajuntavam para receber esmolas.

Quando o arcebispo saía, era acompanhado de dignidades eclesiásticas em machilas e de muitos fidalgos montados a cavalo com os respectivos pagens e lacáios a pé.

Em um dos corredores estavam suspensos os retratos, em ponto grande, de todos os arcebispos, que governaram esta arquidiocese ; mas estragaram-se de vez por incúria, e um ou outro, que resistiu às termitas, encontra-se recolhido no museu sacro da igreja do Bom Jesus. Ligada ao edifício, ao nivel do andar nobre, existe a sua capela, ainda em bom estado, dedicada à Nossa Senhora do Carmo, com elegante retábulo dourado, alumiada por largas janelas, tendo uma escadaria de pedra preta, que desce para o terreiro. Atraz desta capela abre-se uma porta que põe em comunicação o palácio com o convento de S. Francisco e por onde o arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes ia quási todas as noites assistir às matinas no côro

dêste convento, menos aos domingos e dias santos, em que assistia na Sé.

O palácio parece ser coevo da catedral, ou ainda mais velho; pois, segundo Pyrard, quando em 1608 esta ainda se achava em obras, aquele era já a residência arquiepiscopal. Os arcebispos habitaram esta casa até ao ano de 1695, em que, por causa da insalubridade da cidade, a abandonaram retirando-se para Panelim. Alguns dêles, contudo, mudaram-se ocasionalmente para ali para curtos períodos. Ainda hoje os prelados costumam passar poucos dias naquele edifício por ocasião de festas solenes na velha cidade. Nas suas dependências residem cónegos e capelães da Sé.

Além dêste, os arcebispos tinham mais dois palácios: em Panelim e S. Inês.

O *de Panelim*, bairro da freguesia de S. Pedro, à breve distância da velha cidade, estava melhor situado, à uma bela encosta de oiteiro, desfrutando a paizagem deliciosa do mar e da ilha fronteira do Chorão, onde lhe sorria à vista o formoso seminário diocesano, assentado sôbre uma colina com a fralda guarnecida de solares da fidalguia. Foi primitivamente uma pequena casa pertencente a um hindú, gãocar de Panelim, que, depois de se converter ao cristianismo, no tempo do arcebispo D. Francisco dos Mártires, (1636–1652) a deixou à mitra, com a quinta anexa, para servir de casa de recreio aos prelados diocesanos. O arcebispo D. Fr. António Brandão ampliou-a, pondo-a em melhor forma e acrescentando-lhe jardim e tanque para recolher a água da fonte vizinha, e num vale fresco mandou fazer uma capela. Com o andar do tempo tornou-se esta casa um grande palácio e desde 1695 residência habitual dos prelados (1).

(1) Vid. *Mitras Lusitanas no Or.* 2.ª ed., pag. 178

Decorrido um século, em 1795, o arcebispo S. Catarina, achando êste palácio bastante arruinado e inabitável, mudou-se para o palácio rural de Sta. Inês, a oeste de Pangim, concedendo o edifício de Panelim, com a respectiva quinta, em aforamento perpétuo por 100 xerafins ao chantre da Sé, António da Silveira de Menezes, com as clausulas de, não pagando os fóros por dois anos sucessivos, ficar o prédio devolvido à mitra, e de não poder ser vendido sem o consentimento desta.

O aforamento durou até 6 de Julho de 1805, em que, sendo preciso restaurar o palácio para ser destinado à residência do bispo coadjutor, D. Fr. Manoel de S. Galdino, obteve a mitra a cessão do prédio aforado, pagando pelas bemfeitorias 4 mil xerafins ao herdeiro do Chantre da Sé, D. José Maria de Castro. O aformoseamento do palácio, a construção da capela contígua, o aterramento do charco que ficava ao sudoeste e o aqueduto, que conduzia a água da fonte para o palácio, foram obras custeadas pelo arcebispo S. Galdino ajudado pela Fazenda pública ([1]).

Cottineau, que se hospedou nêste palácio por pouco mais de um mês (de 24 de Novembro a 29 de Dezembro de 1827) com o aludido arcebispo S. Galdino, diz que a fachada do prédio representava um edifício sobradado com excelente escadaria, mas no interior tinha um só pavimento formando um claustro quadrado. A grande sala, onde o arcebispo costumava receber as visitas, estava lindamente decorada, distinguindo-se entre os adornos as armas do prelado, o retrato do soberano ao tempo reinante em Portugal e uma estátua de Leão XII, feita em Paris; e as outras

([1]) *Jornal da santa Igreja lusitana do Oriente*, n.º 2, pag. 25, apenso ao *Bol. do Gov.* de 1847.

salas ofereciam uma série de retratos a óleo de todos os arcebispos de Goa. O palácio tinha a sua capela com três altares, onde se viam primorosas imagens de prata, e uma livraria contendo cerca de 2 mil volumes. Os seus jardins eram muito vastos e pitorescos. Quando a epidemia, que lavrava na capital, invadiu ainda os arrabaldes, os arcebispos foram obrigados a transferir a sua residência para Sta. Inês, ao oeste de Pangim. O edifício desabitado foi-se deteriorando e desabou um dos corredores. Alguns compartimentos em bom estado foram ainda aproveitados desde 1866 para o funcionamento da câmara pontifícia e tribunal da Relação eclesiástica até 1870, em que foi de todo abandonado, e hoje não resta nada; ainda a fachada, que se conservava de pé, foi, ha poucos anos, demolida no govêrno do Sr. Freitas Ribeiro.

O *palácio-rural de Sta. Ignez* era situado muito próximo e ao leste da igreja dessa freguesia, à esquerda da estrada pública que se dirige para Caranzalém, e entre o actual cemitério de Pangim e o ângulo formado pela antiga *rua de Saudade* com essa estrada. Era uma casa térrea, que olhava para o norte, pertencente ao cónego Francisco da Cunha Souto-Maior, capelão fidalgo, o qual por testamento a deixou, com o respectivo palmar e mais anexos, ao seu primeiro testamenteiro, o arcebispo D. Inácio de S. Tereza, e seus sucessores. Tinha uma capelinha dedicada a N. S. da Conceição e um páteo na frente. fechado com grade de pedra, a que dava entrada um belo portão. Havia outrora, logo ao pé, um cais sôbre o esteiro do Mandovi, que banhava a estrada pelo sul e que mais tarde motivou o lançamento da ponte que liga a freguesia de S. Inês com o actual campo de D. Manoel. Êste esteiro acha-se hoje completamente aterrado e reduzido a arrozal.

Alteradas as condições sanitárias do sítio, o palácio

foi abandonado, e, tendo servido, por algum tempo, de hospital para os variolosos e doentes de outras moléstias contagiosas, tornou-se finalmente um pardieiro de feras e valhacouto de malfeitores, sendo porisso, demolido. Hoje nem ruinas existem e o terreno está convertido num palmar.

Nêste palácio faleceu, em 10 de Setembro de 1786, o arcebispo de Cranganor, D. José Cariatti, natural de Cranganor e sacerdote *catanar*, ou do rito siro-caldaico, do Malabar, que, tendo sido sagrado em Portugal, chegara a Goa com destino à sua diocese em maio do mesmo ano e se achava hospedado nesta casa com o arcebispo D. Fr. Manoel de Sta. Catarina. Foi enterrado com solenes exéquias no dia 11 de Setembro, no presbitério da Sé Patriarcal, onde se lhe colocou uma lápide com epitáfio em 6 de Agosto de 1910.

Ao presente o patriarca reside habitualmente no palacio construido em 1894 no planalto da Conceição em Pangim.

CAPÍTULO II

Os dois priorados e outras igrejas paroquiais na cidade

A primeira igreja paroquial foi, como está dito, a de S. Catarina, depois elevada a Sé. Pelo decorrer do tempo, aumentando-se a cristandade, foram eregidas na cidade as seguintes oito paróquias, duas das quais eram priorados ou colegiados.

A de *N. Sra. do Rozário*, situada na cumiada do monte, a que dá o seu nome, atraz do convento, já demolido de S. Roque. A idea da sua fundação, se-

gundo Gaspar Correia, nasceu ao fechar-se o combate do memorável dia 25 de Novembro de 1510; pois, quando o fidalgo Antão Nogueira foi anunciar a Afonso de Albuquerque que a cidade era já entrada dos nossos, o conquistador, agradecido à Providência, prometeu levantar no mesmo sítio onde se achava, uma *casa de N. Sra. do Rosário* e outra do *bem-aventurado S. António.*

Êste voto cumpriu-se em 1543, sendo edificada à custa da Fazenda real, no govêrno de Martim Afonso de Souza ([1]) a igreja de N. Sra. do Rosário, contribuindo muito para à sua fundação os Dominicanos, que estavam em Goa antes do estabelecimento da sua comunidade. Esta igreja passou a ser paróquia cêrca do ano 1544, e depois colegiada, tendo um prior e quatro beneficiados; cessando esta corporação por falta dos respectivos rendimentos em 1810, conservava-se ainda ao pároco o título de prior, o qual usava as vestes de meio cónego da catedral e precedia a outros párocos nos actos religiosos, recebendo a côngrua anual de cem rupias. Havendo sido esta paróquia uma das mais populosas da cidade, já em 1827 não contava senão seis freguezes. Em 1869, por carta da lei de 18 de Agosto, foi a igreja reduzida à categoria da capela filial à Sé, passando os fundos e os cofres para a fábrica e sacristia da Sé. Não é vasta nem abobadada; tem todos os visos de antiguidade; contém cinco altares, incluindo as duas capelas nos dois extremos do cruzeiro, cujos retábulos estão complètamente ruinosos.

Possuia um grande sacrário de prata e muita prataria de culto ([2]).

([1]) *Or. Port.*, vol. 8.º, pag. 244.
([2]) Vid. *Oriente Port.*, vol. 8.º, pag. 244.

O altar principal é consagrado a N. Sra. do Rosário e na capela-mór, entalhado na parede do lado do evangelho, existe um cenotáfio de alabastro, riquíssima obra de arte, persa ou hindú, com a seguinte inscrição.

"Aqui jaz Dona Caterina molher de Garcia Desá, a qual pede a quem isto ler que peça misericordia a Deos pera sua alma" ([1]).

Abaixo no pavimento está o jazigo de Garcia de Sá e de sua segunda filha D. Joana de Albuquerque, mulher de D. António de Noronha, pois a filha mais velha, que se chamava D. Leonor de Sá e Albuquerque, casada com o capitão Manoel de Souza e Sepúlveda, teve, como é sabido, um fim lastimoso na Africa, o que constitui o assunto do poema de Côrte Real, *O Naufrágio de Sepúlveda.*

Segundo Lucena, S. Francisco Xavier, aos domingos e dias santos, pregava o evangelho e ensinava a doutrina nesta igreja, que ao presente não se abre senão às terças feiras, para a missa que é ali celebrada pelo capelão da Sé.

A festa da padroeira, que ainda hoje se solenisa no primeiro domingo de Outubro e é muito pouco concorrida, realizava-se outrora com grande pompa e assistência de toda a cidade, fazendo os Dominicanos e a irmandade do Rosário, depois das vésperas, uma vistosa procissão com muitos andores e imagens vestidas à sua maneira e adornadas com ricas joias; e outra procissão na manhã do dia da festa com o SS. Sacramento, ao redor da igreja ([2]). A fachada da igre-

([1]) Era uma rapariga de Miragaia, muito bonita, de alcunha *a Piró* (a quem Camilo chama "a flor de Miragaia"), que na hora extrema foi legitimada esposa de seu amante Garcia de Sá. *Or. Port.* de 1911.

([2]) *Mitras Lusitanas*, pag. 131.—Pietro dela Vale, 3.ra carta na *India de 1623 a 1624* por I. Gracias, pag. 50.

ja, voltada para o oeste, é protegida por um alpendre com terraço de boa construção, donde se descortinam, por todos os lados, vastos horisontes.

A igreja da *N. Sra. da Luz*, fundada antes de 1541 no oiteiro meridional, foi elevada à paróquia juntamente com a da N. Sra. do Rosário em 1543, quando o cólera morbus devastava a cidade. Depois passou a ser colegiada, tendo um prior e 4 beneficiados, até ao ano de 1810. Foi para esta igreja que se transladou a Cruz dos Milagres após os acontecimentos ocorridos em 23 de Fevereiro de 1619, até que fôsse edificada a igreja da sua invocação. Ali se achava também depositada a bandeira tomada por D. João de Castro ao rei de Cambaia. Em 1614 esta paróquia ainda florescente, tinha 30 mil almas, mas varrida pelo sôpro da epidemia, foi decaindo por forma que em 1827 se reduziu a 8 fregueses. Atraz dêste templo, que foi demolido por 1831, à breve distância e longe da povoação, negrejava a mais antiga fôrca da cidade, cujas ruínas ainda existem.

A igreja paroquial da *SS. Trindade*, construída pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, nos fins do século XVI e, segundo se crê, sôbre as ruínas dum pagode de Siva, tinha em 1614 doze mil almas, que em 1775 ficaram reduzidas a 32. Arruinou-se o edifício por falta de quem cuidasse dele e desapareceu. Na proximidade existe o *Tirtha* (um tanque sagrado) dos hindús onde os sectários de Siva vão fazer as suas abluções principalmente no mês de Agosto.

A igreja de *S. Tomé* erguia-se na rua grande do colégio de S. Paulo e próxima à igreja de S. Lázaro. Foi edificada no govêrno de D. Constantino de Bragança em 1560, por ordem da rainha D. Catarina, para ali serem depositados os ossos daquele apóstolo, que o govêrno mandara buscar a Meliapur, onde, havendo sido descobertos no lendário túmulo em 1522,

se achavam guardados com acatamento debaixo do altar-mór da igreja; mas, pela oposição que fizeram à sua saída os cristãos da referida cidade, não se conseguiu trazer senão o fragmento de um osso e um outro da lança com que fôra morto. Foi paróquia, mas não chegou a ser colegiada. A 21 de Dezembro, dia de S. Tomé, o cabido e as deputações dos conventos iam processionalmente para ali, assistir à missa da festa, levando o relicário do santo, que na tarde antecedente costumava ser trazido para a catedral pela irmandade da mesma igreja. Um dos seus párocos foi o padre Leonardo Pais, autor de *O Prontuário das Definições Indicas*. Os seus cofres foram transferidos para a igreja de Ribandar.

O templo caiu em ruínas depois do 1.° quartel do século XIX e o vulgo chamou-lhe o *S. Tomé quebrado.*

A igreja de *S. Aleixo*, situada no centro da cidade e perto do convento dos carmelitas, à esquerda de quem vai para o S. Paulo dos Arcos, deveu a sua fundação ao arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, nos fins do século XVI. Floresceu muito esta paróquia, e, dentro de um quarto de século, decaiu ràpidamente, de maneira que em 1775 não contava mais de 158 fregueses. Pouco depois arruinou-se o edifício, e ao presente resta apenas o cruzeiro no respectivo adro. A imagem do santo foi transferida para a catedral.

Nos subúrbios, depois bairros, da Cidade

A igreja paroquial de *Sta. Luzia*, no arrabalde de Daugim *de baixo*, ao nordeste do convento de S. Domingos, foi construída, cêrca do ano 1544, pelo arcebispo D. Fr. João de Albuquerque, e logo passou a ser paróquia, compreendendo uma parte da cidade. Cottineau, que celebrou a missa nesta igreja no dia na-

talício de sua mãe, diz que o templo era vasto e bem adornado, mas limitados os seus fundos. Um formoso alpendre protegia a sua fachada, que olhava para o norte. Em 1864, em vista da sua população extremamente reduzida, foi convertida em capela, sendo encorporada a freguesia na de S. Braz. Corridos anos, exigindo o edifício consideráveis reparações, foi demolido em 1873, vendo-se hoje alguns vestígios e no adro o cruzeiro.

A freguezia de Sta. Luzia não era muito importante; pois teria apenas 50 casas nobres por ambos os lados da rua, que corria à direita da igreja. Mas a padroeira era muito recorrida, como advogada milagrosa contra as moléstias dos olhos, particularmente no dia da sua festa, que se realizava em 13 de Dezembro.

A igreja de *S. José*, no arrabalde de Daugim *de cima*, era pequena, com fachada para o oeste. Foram daqui trasladadas para a capela de S. Sebastião, das Fontainhas, de Pangim, as imagens de S. José ladeado do Menino Jesus, travando-lhe a mão direita, e a da N. Sra. do Livramento, com o respectivo cofre.

A igreja de *S. Pedro*, no arrabalde do mesmo nome em Panelim, parece ter sido construída em 1542 a 1543, à custa do tesouro público, conforme os documentos oficiais relativos a essa igreja, uns de 1565 e outros ainda anteriores ; não tem portanto fundamento a opinião dos que atribuem a sua construção ao arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, que começou a governar a diocese em 1595. O templo é pequeno e nada tem de notável a não ser alguns epitáfios. A população da freguezia, que em 1720 era de 2 mil almas, está hoje reduzida a 100 católicos e outros tantos pagãos. Tinha 5 confrarias.

Além destas igrejas paroquiais, havia na cidade uma capela ou igreja extra-paroquial, que era a das *Cinco Chagas*, no arsenal, e cujo capelão desempe-

nhava todas as funções paroquiais com a gente do estabelecimento e tinha um coadjutor.

As capelas da cidade

A de *S. Francisco Xavier* fica situada na antiga cêrca do colégio de S. Paulo o Velho, numa pequena eminência. Atribuem uns a sua fundação ao próprio santo; dizem outros que foi construída depois da sua morte, para comemorar a exclamação do apóstolo = *Satis est, Domine, satis est* = proferida mais duma vez naquele sítio em um momento, em que se sentia com o coração transbordado de extraordinário fervor e consolações celestiais; o autor do *Oriente Conquistado*, porém, conjectura que esta capela seja uma das duas que existiam na horta do colégio, dedicadas respectivamente a S. Antão e S. Jerónimo, e que a segunda tenha mudado mais tarde a invocação, mesmo para perpetuar a memória da aludida exclamação do grande Xavier. O certo é que, todos os anos, em uma sexta feira da quaresma se oferecia em louvor do santo nesta capelinha, que era toda pintada em quadros da vida do apóstolo, uma missa solene com sermão, assistindo à festa a principal nobreza da cidade. Em 1859 fizeram-se-lhe reparações, mas, como ainda assim fôsse arruinando, em 1884 foi reedificada. A-pesar do sítio ser afastado do Bom Jesus, é muito visitada pelos peregrinos e devotos.

Corria uma tradição em Goa, que ao pé desta capela havia o santo plantado uma jaqueira, cujas raspas curavam várias enfermidades. Ora, se o santo plantou uma só ou mais árvores, não está averiguado; mas o certo é que a jaqueira próxima da capela foi muito apreciada pelos católicos de Goa, e as imagens feitas do seu lenho recebiam um particular respeito. Na capela de Sta. Rita, de Maina, de Curtorim,

é venerado um crucifixo, cuja cruz traz no verso a seguinte legenda: "He formada esta cruz do lenho da jaqueira, que plantou o Glorioso S. Francisco Xavier Apóstolo da India, junto da sua capela no Colégio velho de S. Paulo de Goa. Ano 1805". Êste crucifixo, que pertencia ao convento de S. Francisco, foi, depois da sua extinção em 1835, cedido pelas autoridades competentes à referida capela de Maina. A tradicional jaqueira já desaparecera, havia muitos anos; mas, por ocasião da exposição do corpo de S. Francisco Xavier em 1859, descobriu-se, na proximidade da capela do santo, outra árvore semelhante, e o povo, imaginando ser a mesma que fôra por êle plantada, porfiava por obter aparas ou cavacos dessa árvore, que julgava ser de infalível resultado na cura de toda a espécie de enfermidades, de maneira que finalmente, de muito cortada, ainda essa árvore desapareceu.

Perto dêste templo há dois poços, a cujas águas o povo atribue também efeitos milagrosos.

A capela está hoje ao cargo do cabido, que soleniza a festa em 2 de Dezembro, precedida de novenas.

A capela da *N. Sra. de Conçeição* ficava situada junto ao *Hospital real*, e figurou até 1595 no tombo geral entre as propriedades da Fazenda. Parece que é esta a capela, a que se referia S. Francisco Xavier na sua carta de 18 de Setembro de 1542 para Roma, dizendo que *ensinava aos meninos as orações na Ermida da Santíssima Virgem, que estava muito perto do Hospital.*

A capela de *Sta. Catarina de Alexandria* demora entre a cêrca do Arsenal e a do convento de S. Francisco, na rua que, descendo por êste sítio, ia outrora desembocar no Hospital Real. Fundada por Afonso de Albuquerque em 1510, em memória do bom su-

cesso da tomada de Goa ([1]) e reedificada pelo governador Jorge Cabral em 1550, foi, mais tarde, ainda reconstruída, sendo nesta ocasião colocada à direita da porta lateral a lápide, que na anterior reconstrução se via sôbre a porta principal, como observou Pyrard, conservando a mesma inscrição—" Aqui n'este logar estava a porta por que entrou o Governador Affonso de Albuquerque e tomou esta cidade aos mouros em dia da Sta. Catharina anno 1510, em cujo louvor e memoria o Governador Jorge Cabral mandou fazer esta casa anno 1550 á custa de S. A. "—

Afonso de Albuquerque, depois de levantar êste pequeno templo, determinou que os oficiais do Senado da Câmara trouxessem nas suas varas as armas reais e uma roda de navalhas, que representavam o instrumento do martírio da gloriosa Sta. Catarina, que êle escolhera para padroeira da cidade. Confirmada superiormente a determinação, foi ordenado por el-rei D. João 3.º que todos os anos no dia 25 de Novembro, dedicado à festa de Sta. Catarina, fôsse o Senado da Câmara com o reverendo Cabido e mais Comunidades religiosas em procissão a essa capela em acção de graças e que *assistissem a concluir a festividade na Sé.*

Esta solenidade, que já estava em uso aqui muito antes da ordem régia, continuou depois com maior luzimento, e o Senado, a cujo cargo estava a capela, querendo conservá-la com o devido culto, criou o logar de capelão com a côngrua de 150 xerafins anuais e obrigação de nela celebrar a missa, de tenção livre, todos os dias, excepto os domingos e dias santos, em que as missas seriam aplicadas pela conservação da

---

([1]) *Lendas da India*, tomo 4.º, pag. 716.

cidade e pelas almas dos seus conquistadores e dos bemfeitores da capela. O Senado passava a carta de nomeação ao capelão em nome del-rei.

Infelizmente, depois que afrouxou a piedade e o fervor religioso, tanto o Senado, como os capelães por êle nomeados, descuidaram por tal forma, que, desde os princípios do século XVII, a capela ficou fechada durante algum tempo, como atesta Pyrard, abrindo-se apenas uma vez por ano para entrar e sair a procissão de 25 de Novembro; até que, um belo dia, o Senado, despertado do seu incrível desleixo, substituiu o capelão e, instituindo a confraria da Santa Padroeira, criou para o dia 24 de Novembro uma festa anual de desagravo, precedida de novena, que devia principiar em 15 dêsse mês, com a assistência dos confrades, revestidos de opas vermelhas. O vice-rei fazia parte desta corporação; e quando assistisse à festa, o Senado oferecia-lhe de joelhos uma coroa de rosas, que levava em uma salva de prata, como se dava em Lisboa a el-rei no dia de S. Vicente.

Em Janeiro de 1804 a capelania foi confiada aos franciscanos, de quem voltou para os padres seculares, com o acréscimo do encargo de o capelão celebrar a missa na capela do Senado nos dias das sessões. Contudo as irregularidades no exercício da capelania continuaram. Pouco depois, a festividade da capela passou para o dia 25 de Novembro, terminando antes da hora da solenidade do dia na Sé [1].

Em 25 de Novembro de 1840 foi dispensada a câmara municipal das Ilhas de solenizar as festas do Corpo de Deus e de Sta. Catarina, passando êste

---

[1] Vid. os documentos que acompanham *O Senado de Goa* por Viriato de Albuquerque.

encargo à Fazenda e a administração das festas ao cabido da Sé.

A procissão, que era primitivamente aparatosa e muito concorrida, indo nela, segundo o estilo da época, figuras, mistérios e outras coisas, está hoje muito simplificada.

O edifício é pequeno e não tem outra importância, que a de um monumento histórico da época das conquistas e do fervor religioso dos portugueses.

Actualmente celebra-se ali missa no dia 25 de Novembro.

Capela de S. Martinho. Próxima à capelinha de Sta. Catarina e contígua ao Hospital Real existia uma outra capela, dedicada a S. Martinho, que era ampla como uma igreja e igualmente importante pelo seguinte facto: pois, quando D. João de Castro voltou vitorioso de Diu em 1547, a cidade de Goa, desejando celebrar o seu triunfo (vol. 1.°, pag. 89) com o maior esplendor, rasgou de alto a baixo a porta da muralha, que era estreita para a ocasião, cobrindo as paredes, de uma parte e doutra, de peças de brocados e de veludo de côres e, rematando-a por um arco e bandeira de cobre, que trazia a imagem de S. Martinho, em cujo dia fôra alcançada a vitória de Diu. Concluída a solenidade do triunfo, o governador mandou construir na rotura do muro um nicho ou altar, que pouco depois foi convertido em capela, sendo colocada na parede uma lápide comemorativa, que pertencera ao primitivo nicho e trazia em relevo a figura de S. Martinho a cavalo, dividindo a capa com um pobre, e por baixo o letreiro: " Por esta porta entrou D. João de Castro, defensor da India, quando triunfou de Cambaia, e todo este muro lhe foi derrubado. Era de 1547 ".

A festa solene, que se fazia todos os anos em dia de S. Martinho, saindo a procissão da Sé, conforme havia sido ordenado pelo próprio D. João de Castro,

continuou até ao ano de 1730, mas cessou por falta da régia aprovação nas despezas dela feitas pelo Senado. Esta capela provàvelmente caiu juntamente com o Hospital Real, e a lápide está conservada na actual capela de Sta. Catarina junto a porta da sacristia.

A real capela de S. António, edificada no monte ao sul da igreja da N. Senhora do Rosário e na mesma época da construção desta, abre a sua porta principal para o leste. O seu capelão recebia, além do ordenado, um soldo de capitão do exército, patente que tinha S. António ; e o Estado fornecia todos os artigos precisos para a conservação e asseio da capela, incluindo o azeite para a lâmpada. Era muito concorrida, principalmente nas terças-feiras, em que nela se celebrava uma missa cantada ao acompanhamento de orgão. Foi a princípio administrada pelo Cabido da Sé, e, mais tarde, desde 1606 pelos agostinianos, em virtude da deliberação do arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes. Extintas as ordens religiosas, ficou fechada e abandonada. Havendo sido, em 1894 por ocasião do centenário antonino, asseada e aberta ao culto, está hoje ao cuidado da comissão administradora do mosteiro de S. Mónica. E' pequena, mas tem três altares, sendo os colaterais consagrados respectivamente a N. Sra. das Febres e aos Stos. Médicos (Cosme e Damião). Uma das suas paredes ostenta um quadro pintado a oleo com a inscrição— " Nossa Senhora das Febres "—e a SS. Virgem está rodeada de enfermos, dois dos quais lhe apresentam as suas súplicas por escrito bem legível ([1]). Há ali

(1) Esta inscrição foi trasladada pelo cónego F. X. Vás para o *Oriente Port.* vol. 8.º, pag. 48.

missa em todas as quartas feiras, além do dia da festa.

Capela da N. Sra. do Monte. E' situada no planalto duma pitoresca colina, para além do *passo secco* e próxima ao convento de S. Domingos. Neste oiteiro, que é freqùentemente mencionado pelos cronistas, os mouros haviam colocado alguns canhões de artelharia e bombardinhas, que produziram terrível efeito nas forças portuguesas por ocasião da tomada de Goa e ainda depois durante o inverno de 1511, quando tentaram reaver a cidade. Construída em 1557, a capela foi no decorrer do tempo provàvelmente mais duma vez reconstruida. E' abobadada e tem dimensões de uma razoável igreja, com tres altares, sendo o do meio consagrado à N. Senhora do Monte. Está-lhe ligada uma casa de dois pavimentos, com algumas celas e dependências para a morada do capelão. Residiram ali um inquisidor e os primeiros religiosos de S. João de Deus, como diremos no capítulo que trata desta ordem. No tempo do arcebispo Ornelas deu-se nela o retiro espiritual aos ordinandos. Posteriormente o sacerdote encarregado da capela residia ali obrigatóriamente e celebrava missa, além do período da novena e festa anual de N. Sra. do Monte, 15 dias em cada mês de verão e 10 nos da estação invernosa. Hoje cessando essa prática, o cabido faz celebrar duas missas no decurso de cada mês, além da novena e festa.

Capela da N. Sra. da Piedade. Próxima à ponte de Panelim existe esta capela construída antes de 1776, com agradável frontispício contra o rio. E' filial à igreja de S. Pedro, e tem duas confrarias; uma das quais é a da N. Sra. dos Milagres, cuja imagem é tida em grande veneração.

Desapareceram as outras capelas, que havia nesta freguesia, como a da gloriosa S. Ana, da casa do con-

selheiro António de Melo Souto-Maior Teles; a da Assunção da N. Senhora, da casa de D. Bernardo Lopes; e a da N. Sra. do Rosário, situada no palmar Jambo (1).

Cristianização e construção das igrejas fóra da cidade

Por 1530 veio para a India, como vigário geral, enviado por D. João 3.º, o missionário Miguel Vás, que, pelo seu ardente zêlo, conseguiu converter ao cristianismo *muitos moradores das Ilhas de Gôa*, ficando os outros *firmes na crença da sua gentilidade por se consentir que fizessem seus ritos e cerimonias nos pagodes que adoravam.*

El-rei, informado dêste facto, ordenou que os pagodes fôssem derrubados e que, nas terras do seu senhorio, *se não consentisse aos gentios fazer nenhuma cerimonia gentilica*, afim de que *este rigor da misericordia os obrigasse a se converterem.* (2)

O vigário geral, cumprindo as ordens régias e arrostando o ódio dos hindus, mandou destruir os seus templos situados nas ilhas, que, de facto, foram desfeitos em 1540.

Assim facilitada a expansão do cristianismo, levantaram-se pouco mais ou menos no mesmo ano seis ermidas em diversos pontos, como em Banastarim, Divar, Pangim, Batim, Carambolim e Cabo; e estava em construção a de S. Lourenço, de Agaçaim, e em projecto várias outras.

Nestas alturas, como as ermidas feitas e por fazer, precisassem de dotação para se manterem, o vedor da

(1) *Jornal da Santa Igreja Lusitana do Oriente*, Bol. 1847.

(2) *Bosquejo Hist. das Com.* P. 2.ª, pag. 10 e 11.

Fazenda, Fernão Rodrigues Castelo Branco, governador interino na ausência de D. Estevão da Gama, convocando, em 30 de Junho de 1541, os principais gauncares das comunidades das ilhas, quási todos ainda hindus, propôs-lhes que cedessem as rendas das terras ([1]) que haviam pertencido aos pagodes demolidos, a favor dessas ermidas e de um colégio de instrução projectado pela confraria de Santa Fé; e os gauncares, que não tinham a esperança de vêr reedificados os seus pagodes, e, lembrando-se de *que o dedicado ao divino não se devia despender no humano*, de bôa vontade fizeram a doação, já prèviamente *rogada.*

Dai em diante foi de facto aplicada uma parte dessas rendas para subsidiar as ermidas e os respectivos capelães, recebendo cada um dêstes 12 mil reis anuais, com a obrigação de celebrar missa aos domingos e dias santos, ensinar a doutrina cristã à gente da terra e cumprir os outros deveres do seu cargo ([2]); sendo destinada a outra parte ao seminário da Santa Fé, cuja construção principiou no mesmo ano de 1541.

Decorrido pouco tempo, em 1544 ou 48 as ordens religiosas estabelecidas em Goa concertaram entre si o inventário das missões, para que cada colectividade exercesse a sua acção dentro da área designada; e coube na partilha a província de Bardês aos franciscanos, que principiaram a sua conquista espiritual sob a direcção de Custódio Fr. João Noé. Êste religioso celebrou em 1550 a 1.ª missa em Verém, onde foi

---

([1]) Os bens dos pagodes eram duas mil tangas brancas, que rendiam anualmente 768 pardaus. *Bosquejo Hist. das Com.*, P. 2.ª pag. 13 e 14.

([2]) O ermitão do Cabo era obrigado a residir na casa ligada à ermida e vencia porisso, além do ordenado, 15 pardaus anuais. cit. *Bosquejo*, ibid.

fundada a igreja dedicada aos Reis-magos [1], erigindo-se sucessivamente outras, que foram administradas espiritualmente por êsses frades até 1766, em que passaram para a jurisdição do prelado diocesano, como veremos no capítulo—O Colégio dos Reis-magos—.

A península de Salsete pertenceu aos jesuítas, que em 1553 entraram em Cortalim, onde o Pe. Pêro Mascarenhas celebrou pela primeira vez, a 1 de maio dêsse ano, o santo sacrifício da missa, dedicand-o à conversão de Salsete, [2] sendo o primeiro convertido Pedro Francisco Mascarenhas, escrivão da Câmara geral; êsses padres foram implantando o cristianismo e construindo as igrejas, que, só depois da extinção da companhia, passaram para a jurisdição do arcebispo primaz, como se pode ver no fim do capítulo—O seminário de Rachol.—A primeira igreja que se levantou em Salsete, foi a de Rachol [3], e não a de Sancoale, como se diz. Da reacção que houve em Salsete mais tarde (1583) e dos mártires de Cuncolim temos falado à pag. 141 do vol. I.

Nas ilhas couberam 15 aldeias aos dominicanos, que na sua circunscrição levantaram logo 4 igrejas: a de S. Bárbara, em Morombim, a de S. Cruz, em Calapor, a de S. Miguel, em Taleigão e a de Sta. Magdalena, em Siridão; e foram sucessivamente erigindo outras. Os jesuítas tomaram também a seu cargo um grupo das aldeias das ilhas e fizeram as igrejas de

(1) *Bosq. Hist. Com.*, Part. 2.ª, pag. 151.

(2) *Oriente Conq.* D. 1, § 13, v. 2; Na peanha da Cruz junto à igreja de Cortalim existe uma inscrição que se refere a êste facto. Vid. *Annaes Marit e Col.*, vol. 5.º, pag. 208.

(3) *Or. Conquist.* 1.ª parte. Conquist. 1.ª, div. II, § 59; e 2.ª Conqt. div. 2, § 8.

Agaçaim, S. Braz, Daugim, Divar [1], S. Tiago, Chorão e algumas outras.

Os agostinianos, que vieram mais tarde, construiram as igrejas de Neurá, onde paroquiaram até ao ano de 1775 ; e aceitaram a doação, que lhes fêz D. Francisco de Eça, da ermida de S. Inês, por êle construída em 1584, depois reedificada à custa do mesmo e elevada à categoria de igreja pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes em 1606 [2].

As igrejas foram pela maior parte construídas à custa das comunidades. Algumas, mais de 116, deveram a sua fundação ao arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes [3].

A igreja da N. Sra. de Ajuda, de Ribandar, diz a tradição, ter sido construída por um comerciante português, em cumprimento de um voto feito em lance muito apertado no mar, antes de 1623. Foi reconstruída em 1711. E' espaçosa, tem 4 altares, sendo o principal dedicado à N. Sra. da Ajuda, cujo retábulo pertenceu ao colégio do Populo, e a casa paroquial é guarnecida de larga varanda para o lado do mar. Nesta igreja esteve depositado o corpo de S. Francisco Xavier, quando foi trazido de Malaca, por pouco tempo até que se concluissem os preparativos para

---

(1) A primitiva igreja da Piedade (Divar) foi uma ermida construída à custa de Luis Dias, natural de E'vora, hoje reduzida a cemitério. A que actualmente existe, muito espaçosa e abobadada, foi construída em 1700. *Bosq. Hist. das Comunidades.* P. 2.ª, pag. 130, 135 e seguintes.

(2) A igreja de Sta. Inês tem 3 altares, sendo um dos colaterais consagrado a N. Sra. do *Pôrto Seguro*, de particular devoção dos antigos marítimos e viajantes. Uma parte dos paroquianos de Pangim e de Taleigão foi modernamente adjudicada a essa igreja.

(3) *Mitras Lusitanas*, pag. 34, 98.

a sua recepção na velha cidade.

A igreja de Pangim foi uma das 6 ermidas, a que se refere a convenção de 30 de Junho de 1541, havida entre os gauncares das Ilhas e Fernão Rodrigues Castelo Branco ; foi, portanto, construída antes dêsse ano (1541) ([1]) à ilharga do antigo bairro dos pilotos. E' pequena para a capital; tem 4 altares, sendo o principal dedicado à N. Sra. da Conceição, além da capela do Santíssimo, que é moderna, primorosamente aceada devido aos esforços do pároco, que foi, o pe. João Batista de Souza.

CAPÍTULO III

Ordens religiosas, seus conventos, igrejas e estabelecimentos de educação e ensino.

A)—Convento e igreja de S. Francisco de Assis

A primeira comunidade monástica, que se estabeleceu na India, foi a dos franciscanos, da congregação dos *observantes*; os quais se distinguiam dos *claustrais*, por professarem *observar* mais rigoròsamente a sua regra e sôbretudo o voto da pobreza ([2]). A oeste da catedral e contíguo ao palácio arquiepiscopal existe ainda o seu convento, com a igreja dedicada a S. Francisco-dos-pobres. Em 1517 chegou a Goa Fr.

([1]) Cit. *Bosquejo Hist. das Comunidades*, parte 2., pag. 187.

([2]) Estes religiosos foram os capelães das primeiras armadas portuguêsas, que vieram à India e converteram ao cristianismo muitos índios em diversas partes, mas a sua congregação fixou-se em Goa alguns anos depois da sua conquista.

António de Louro com mais oito franciscanos, trazendo ordens reais ao governador Lopo Soares de Albergaria para lhes facilitar a fundação de um mosteiro na cidade à custa do Estado. O governador cedeu-lhes umas casas e horta pertencentes ao tanadar João Machado, morto em Pondá, casas, que demoravam no sítio, onde ao presente está a cruz grande (cruzeiro) e o terreiro do convento. Os frades acomodaram-se nelas provisòriamente, formando uma capela com três altares, um côro com orgão dentro das grades e suspendendo o seu sino de dois postes. Formaram tambêm algumas celas e a sacristia para o lado da horta ([1]). Mas, achando insuficiente e apertado o lugar para o vasto edifício que haviam traçado, obtiveram do govêrno superior a cessão do terreno adicional. Chegando a construção a certa altura, os proprietários das casas vizinhas entraram em litígio com os frades, queixando-se de ficarem privados de luz e ar, visto que as novas paredes lhes tapavam as janelas. O desgôsto, causado por êste conflito, que levava seus visos de malograr o plano, e pela avultada quantia despendida pelo govêrno, abreviou a vida de Fr. António, que faleceu antes de liquidar a questão. Os seus companheiros foram mais felizes ; continuaram as obras com a mesma solicitude e conseguiram vingar a idea, tendo-se despendido 60 mil pardaus de ouro na construção do elegante edifício. Os franciscanos mudaram-se imediàtamente para a nova casa, demolindo ([2]) a que lhes servira de residência temporária. (1521 ou 22). Tendo passado logo por umas reformas ligeiras, o *grande convento*, como lhe

---

([1]) *Lend.*, vol. 2.º, pag. 538.—*An hist. and arch. Sketch* etc. pag. 220.
([2]) Cit. *Lend.*, vol. 2.º, pag. 538.

chama S. Francisco Xavier, já abrigava em 1548 quarenta frades, que, poucos anos depois, eram subsidiados pelo govêrno com artigos de consumo diário, no valor de 2 mil pardaus anuais, sendo-lhes ainda cedidas e incluídas na horta algumas casas pequenas.

Em 1583 foi elevada esta comunidade à categoria de *Província de S. Tomé da Índia Oriental*; mas dêste título usou sómente desde 1622.

Após um século e meio, o edifício denunciou iminente ruína; conseguintemente, em 1762, foram-lhe reedificadas as celas do dormitório do *Rato*, a portaria e as celas contíguas à *aula da Assumpta*. O provincial Fr. António de Pádua, em 1765, acrescentou o dormitório do *Guardião* com a *portaria do carro*, mandando lagear os claustros e a casa dos Lava-pés (¹).

Contudo, ainda hoje o convento é digno de atenção. No corredor contíguo à portaria principal, que se abre para o sul, principia a subir para o andar superior uma longa escadaria de granito, de 32 degraus e daí se dirige, por outros 22 degraus, ao dos *Gates*, que é o segundo andar ou 3.º pavimento contíguo à igreja. O primeiro andar nobre comporta 30 celas e, em diversos pontos, 6 câmaras espaçosas, que provàvelmente eram destinadas à habitação dos que exerciam os 6 cargos superiores da comunidade, a saber: o *Guardião*, *2 Definidores*, *dois Visitadores* e o *Mestre dos noviços*. O andar dos Gates contém apenas duas salas, que constituiam a residência do prelado ou provincial, que em certas festas solenes aparecia à testa de toda a Comunidade em lugar superior ao do Guardião e então funcionava em todo o ofício da igreja (²).

(¹) F. N. Xavier, *Resumo hist.* da vida de S. Francisco Xavier, pag. 23.

(²) Cottineau 114; *Resumo hist.* 25.

Os seus vastos corredores são contornados por uma larga varanda assente no pátio central sôbre lindas e sólidas arcadas. O rez-do-chão compreende, além de algumas celas, a casa do noviciado, as aulas, o espaçoso refeitório, a enfermaria e outras dependências. O dormitório principal, que olha para o adro da igreja, incluindo no seu pavimento inferior o referido noviciado, é construído, em parte, sôbre a terra e, em parte, sôbre uma abóbada sólida, feita na ocasião para elevar o nivel baixo do terreno adjacente e servir de base firme ao edifício ([1]).

([1]) Esta abóbada rodeou-se por muito tempo da seguinte lenda errónea, que passava por fidedigna : Nas crónicas franciscanas encontrava-se escrita a tradição de que os religiosos de S. Francisco, tendo acompanhado o conquistador de Goa em 1510, fundaram logo o seu convento *sôbre a mesquita grande dos mouros*, e a converteram em igreja provisória, tendo sido ali celebrada a primeira missa depois da conquista ; e que essa mesquita ou igreja provisória era o compartimento térreo (que ainda existe), compreendido pela referida abóbada.

Na fé dessas crónicas muitos escritores, desde o abade Cottineau até Filipe Nery Xavier, e o conselheiro Cunha Rivara, e ainda os relatórios oficiais, seguiram essa tradição.

Posteriormente, porém, as *Lendas da India*, de Gaspar Correa publicadas em 1860, por ordem da Academia Real das Sciências, de Lisboa, vieram relatar por menor os primórdios do convento franciscano, resultando daí ficarem desmentidas completamente as crónicas dos frades, por forma que o conselheiro Cunha Rivara se apressou a rectificar no *Bol. do Governo do Estado da India*, n.º 62, de 1872, pag. 265, o que havia escrito no seu *Ensaio Historico da Lingua Concani*, em 1858.

Pois, como está dito, as primeiras missas depois da conquista de Goa foram celebradas pelos religiosos, que acompanharam Albuquerque, numa das varandas do castelo de Adil-khan, onde residia o conquistador ; e a primitiva igreja dos franciscanos, que vieram estabelecer-se em Goa em comunidade monástica no ano de 1517, foi a antiga casa de João Machado. *Lendas*, vol. 2.º pag. 538. Vid. *Noticia hist. e Leg. da Instrução Pública* por pe. Filipe Nery de Souza, pag. 16 e 17, nota.

A pintura mural do claustro, que representa o martírio dos religiosos da ordem por todo o oriente, é em geral de execução medíocre ; mas é um documento importante do seu zêlo e fervor pela propagação da fé ; e principia desde os primeiros religiosos, que no ano de 1500 vieram de Portugal para a conquista espiritual da India na armada comandada por Pedro Alvares Cabral, sendo alguns dêles martirizados pelos mouros em Calicut

Êste convento, antes de 1600, era a casa capitular ou provincial de vários outros dessa Religião, que sucessivamente haviam sido fundados quer em Goa, quer em outros pontos orientais. Mas, nos princípios do século XVII, em conseqüência das desinteligências que houve entre os frades do convento principal e os da Madre de Deus, na freguesia de Daugim *de cima*, separou-se esta última casa com autorização superior e anexou-se à congregação reformada dos franciscanos, chamados na Itália *recolectos* e em Portugal franciscanos reformados.

Divididas por esta ocasião as casas monásticas entre as duas congregações, o convento da Madre de Deus tornou-se a casa provincial dos franciscanos reformados, que se chamaram Capuchos e tiveram a seu cargo em Goa o convento da N. Sra. do Cabo, na extremidade ocidental da Ilha de Goa, hoje residência do governador geral, e o colégio da Nossa Senhora do Pilar, ao sul da cidade ; e, fóra de Goa, um convento de S. António, em Taná, outro, da Madre de Deus, em Chaúl, construídos por êles, e os conventos de Macau, Damão e Diu, que eram 12 ao todo ; e as missões de Surrate, Travancor, Raichur, Aquém, Pegu e muitas outras ; e no morro de Chaúl uma igreja da Sra. do Monte.

Os franciscanos observantes ficaram possuindo, em Goa, o colégio de S. Boaventura na cidade, e em Bar-

dês um grande colégio ligado à igreja dos Reis-Magos, o hospício de Valverde na mesma freguesia, e o colégio ou hospício da Sra. de Saúde, no monte de Guirim. Fóra de Goa tiveram em Bassaim o convento de S. António e 14 igrejas ; na ilha de Caranjá um convento e a ermida da Sra. da Penha, e nos logares vizinhos 18 igrejas ; em Chaúl o convento de Santa Bárbara e 6 igrejas ; no sul da India 7 conventos, 4 colégios com seus seminários e 112 igrejas ; um hospício e a igreja de N. Sra. da Luz, em S. Tomé de Meliapur ; no reino de Pegú 3 igrejas e no de Ava 9 igrejas e 7 capelas.

O hábito dos franciscanos consistia em uma longa túnica preta de algodão, com grande capêlo e um cordão branco com nós na cintura, mas sem escapulário ; não usavam barba. Como eram pobres, pediam esmola em épocas determinadas do ano, a qual, segundo a regra da sua Ordem, não aceitavam em dinheiro. O seu provincial e o guardião eram eleitos trienalmente em capítulo. As eleições eram muito disputadas, resultando daí às vezes sérias desordens. Ao tempo de Cottineau (1827) o número dos franciscanos observantes, que assistiam no convento, era trinta, entre professos, noviços e leigos.

A igreja, que é contígua ao convento, e olha para o oeste, completou-se em 1521, e foi sagrada com o título de Espirito Santo pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, em 1603. Decorridos muitos anos, e ameaçando ruína, foi reedificada à custa de contribuições voluntárias dos católicos, sendo-lhe lançada de novo a primeira pedra em 1661. " O arquitecto, escreve Cunha Rivara, teve a discreção de conservar na igreja restaurada o primitivo portal, o qual é provavelmente hoje o único fragmento, que em toda a Asia resta, da nossa arquitectura portuguesa dos princípios do século XVI. Assim mesclada, representa esta igreja as duas

memoráveis épocas da história dos portugueses na India; a época gloriosa da conquista, sob os auspícios do felicíssimo rei D. Manoel, e a época lastimosa de D. Afonso 6.°, em que os membros do grande império português se laceraram e disconjuntaram" ([1]).

Os ornatos e molduras dêsse portal são de pedra preta custosa e curiosamente lavrada. As portas colaterais são relativamente estreitas. A cada uma destas aberturas correspondem, por cima, duas amplas janelas, uma acima da outra, que alumiam profusamente a galeria do fundo.

Esta imensa igreja, bem construída e abobadada, recorda os numerosos triunfos da fé, ali realizados com grande aparato, as festas em que milhares de catecúmenos foram ali solenemente batizados, e os *autos da fé* celebrados pela Inquisição na presença do vice-rei e da sua côrte e nos quais os penitenciados abjuravam os seus erros, etc. Tem de comprimento 190 pés sôbre 60 de largura. A sua arquitectura externa pertence à ordem toscana e a interior à mosaico-coríntia.

O pavimento é coberto de numerosas campas com curiosas inscrições e brazões de armas, sob as quais repousam ilustres cavaleiros e ricas donas portuguesas. Havia seis altares no corpo da igreja e dois no cruzeiro, que com o altar-mór completavam o número de nove: mas, quatro dos primeiros estão hoje despojados de seus ricos retábulos, que foram distribuídos por várias igrejas, depois da extinção das ordens religiosas ([2]). O magestoso retábulo do altar principal, que é um pri-

---

([1]) *Ensaio hist. da Lingua Concani*, pag. 415.

([2]) Dois dêstes retábulos, o da Porciúncula e o das Chagas do Santo Patriarca passaram para a igreja de Seraulim; um dos outros dois, o do altar de S. Isabel, rainha de Portugal, para a de Corta-

moroso espécimen da arte e todo dourado, tem um colossal crucifixo, figurando ter o braço direito despregado da cruz e abraçando a imagem de S. Francisco, patriarca da ordem, de joelhos sôbre um estrado, em cuja face visível se leem em letras maiúsculas = *Pobreza*, *Humildade*, *Obediência* =.

Mais em baixo, mas à altura de quási 3 metros acima do solo, e em um soberbo nicho, que é aberto pela parte detraz, se vê um grande tabernáculo octogonal de fino lavor, ricamente dourado e sustentado pelas figuras dos quatro evangelistas. Êste tabernáculo, que, alem de preencher o fim de guardar o santo cibório, servia também para a exposição do Santíssimo Sacramento, tem portas de vidro cobertas com as de madeira delicadamente entalhada e dourada. Removidas as portas de madeira por ocasião daquela solenidade, a vidraça apresentava em toda a luz o Divinissmo à adoração dos fieis.

Entre o altar e o retábulo abre-se uma passagem que atravessando a base do mesmo retábulo chega a uma divisão bem alumiada, donde sobe uma escadaria de pedra preta para os compartimentos superiores, que dão acesso ao tabernáculo e o protegem pela retaguarda, abrigando ao mesmo tempo os vigias do Santíssimo exposto.

Ao presente a douradura do retábulo acha-se muito amortecida.

As paredes da capela-mór são revestidas de interessantes quadros representando a vida do fundador da ordem. Mas é de impreterível necessidade que a sua

---

lim; e o outro, dedicado à Sra. dos Milagres, para a de Margão, para onde foi levado também um dos órgãos. Conf. *Bosq. hist. das Com.* part. 2.ª, pag. 139 e 148; o *Inventário* feito por ocasião da posse do administrador pe. Manoel do Carmo, sucessor do cónego Estêvão Jeremias Mascarenhas, em 3 de Abril de 1843.

abóbada seja varrida dos bandos de morcegos pequenos, que tem assentado nela seus arraiais e invadem a capela-mór criando um ambiente pouco respirável. Os dois altares colaterais são dedicados a S. António e a Sto. Cristo ; e os que existem no corpo da igreja à Sra. da Conceição e à Sra. das Dores. No cruzeiro, entalhado na parede do lado da epístola, vê-se o sarcófago de pedra preta lavrada, de Manoel de Moura Rolim, *fidalgo da casa de S. Alteza e do seu conselho e cavaleiro da ordem de Cristo.* Tanto a capela-mór como o cruzeiro se vêm desguarnecidos das respectivas grades, uma das quais passou para a igreja de Margão (1).

Esta igreja nunca teve o côro na capela-mór, mas sim na galeria do fundo, o qual ainda se acha bem conservado com as suas 90 cadeiras de espaldar, em fileiras duplicadas. A galeria não é espaçosa ; em compensação, porém, tem abundante luz e ar; e as paredes estão recamadas de 60 quadros de vários santos da ordem.

A igreja não está profanada, como muitos escrevem ; soleniza-se ali, com precedência de novena e vésperas, a festa de S. Francisco, em 4 de Outubro, embora com pouca concorrência. A sacristia, que fica ao norte, é suntuosa e abobadada. Era riquíssima principalmente em cálices e outros vasos sagrados; mas hoje está completamente desvestida dos seus arranjos.

Nos corredores térreos dêste convento, que carecem de reparações encontra-se o museu lapidar arqueológico, dividido em 4 secções: arte hindú, monumen-

---

(1) Cit. *Inventario* de 1843. Devemos estes esclarecimentos, tirados do Inventário do Convento, ao sr. cónego Franklin de Sá, bem como ao sr. Ricardo Teles, que nos prestou algumas informações, aos quais ambos agradecemos a benevolência.

tos sepulcrais cristãos, exemplares de arquitectura civil e fragmentos de cerámica ([1]).

Fronteira à porta da igreja e no extremo oposto do terreiro, que é todo calçado de pedra, eleva-se uma grande cruz de granito sôbre peanha de alvenaria.

Ao presente reside no convento um dos cónegos da Sé, que é o seu administrador, nomeado pelo govêrno, percebendo da Fazenda 204 rupias anuais.

Colégio de S. Boaventura

Fundado em 1602 nas margens do Mandovi, à pequena distância do arsenal ao oeste, o colégio de S. Boaventura, pertencente aos franciscanos observantes, era um edifício de dois pavimentos só, mas vasto e notável, sôbretudo, pela elegância das suas arcarias e pilares, que sustentavam as duas ordens de compridos e largos corredores do seu claustro todo assoalhado. A sua fachada principal deitava para o sul confinando com a estrada pública, que partindo de Banguinim para Goa atrevessava então o terreiro do colégio. Os dormitórios eram comuns e sem distinção, segundo afirma Gemelli Carreri, que o visitou em 1695. O colégio tinha uma biblioteca, uma enfermaria e duas capelas, sendo a interior dedicada à N. S. da Assunção, e a outra, chamada *capela da portaria*, a S. Francisco de Assis, cuja imagem era semelhante a que se encontra no convento principal. Ambas as capelas possuiam lindos retábulos ([2]).

A construção foi principiada pelo custódio Fr.

([1]) *Or. Port.*, vol. IV, pag. 42.

([2]) *Bosquejo hist.* por Cottineau pag. 114, cit. *An hist. and arch. Sketch.*, pag. 242.

Miguel de S. Boaventura à custa de 200 mil xerafins, fundo que, havendo sido coalhado pelas fidalgas portuguesas de Bassaim para a erecção de um mosteiro de clarissas em Goa, aguardava, por não ter vingado o projecto, algum destino similar, correspondente à intenção das doadoras.

Leccionava-se ali a filosofia e a teologia para os religiosos que viessem do convento principal habilitados em latim e outras disciplinas preparatórias. Houve também por algum tempo uma escola da lingua concani.

A sua igreja, ao lado oriental, era pequena e encerrava apenas três altares, sendo o altar-mór consagrado a S. Boaventura.

Pelo alvará régio de 16 de Abril de 1617 foi concedida ao estabelecimento a ordinária de mil xerafins; mas vinham juntar-se a esta receita as esmolas eventuais das missas, dos acompanhamentos e de sufrágios pelos soldados brancos do primeiro regimento e da legião dos voluntários reais de Pondá, que eram enterrados no capítulo e no claustro dêste convento.

Em 1765 o edifício, bastante decaído, foi reparado e melhorado pelo provincial Fr. António de Pádua, sendo nesta ocasião reformada a igreja, a sacristia e os retábulos do altar.

Decorridos tempos, os franciscanos, provàvelmente por insalubridade do sítio, transferiram as cadeiras de instrução para o convento principal ; e o colégio de S. Boaventura ficou complètamente abandonado, de maneira que, na época da visita de Cottineau, estava confiado à guarda de dois frades e um irmão leigo.

Suprimidas as ordens religiosas em 1835, o colégio foi entregue à administração de um egresso da mesma ordem, apropriando-se a Fazenda de seus bens na importância de 64.817 xerafins e 4 tangas. A excelente imagem de S. Francisco de Assis, já

mencionada, com o seu rico retábulo, foi trasladada em 1818, logo depois do abandono do colégio, para a igreja de Nagoá, de Bardês, e, depois da extinção, passaram, em 1838, 2 retábulos para a igreja de Guirim e o púlpito para a de Calangute ([1]).

Em 1840 projectou-se organizar no edifício dêste colégio uma casa experimental de trabalho, recolhendo nele os órfãos menores e desamparados, para receberem o ensino moral, religioso e fabril das manufacturas que mais consumo tinham no país; mas não se chegou a executar.

Por ocasião da exposição do venerando corpo de S. Francisco Xavier, realizada em 1859, foi destinado o colégio vago para o aquartelamento da força militar, para ali destacada.

Sob proposta da comissão nomeada pelo govêrno em 1870, para inspeccionar os edifícios públicos da velha cidade, foi demolida esta casa sem deixar sequer os vestígios. O terreno vendido é hoje um grande palmar.

Foi neste colégio que alguns religiosos díscolos se atreveram a praticar, em 14 de Novembro de 1694, um inaudito desacato ao Santíssimo, que vem referido na seguinte carta do vice-rei, conde de Villa-Verde: "Hontem, que se contaram 14 do corrente, estando no colegio de S. Boaventura o visitador e provincial dos observantes da provincia de S. Tomé deste Estado com alguns vogaes, que se iam congregando para o capitulo que intentavam fazer a 17 n'aquella casa, succedeu que sahiram do convento 17 frades, os mais d'elles moços, armados com bacamartes, pistolas e catanas, e ás quatro horas de tarde entraram no dito collegio com escandalo e estrondo, e obrigaram ao seu visitador

([1]) *Bosq. hist. das Com.*, 2.ª p., pag. 149, 154.

lançasse fora o religioso, que tinha posto por presidente n'aquelle collegio mettendo de posse de força o guardião d'elle, que estava suspenso, e, usando de todos estes meios tão abominaveis para que se lhe não elegesse por provincial um Fr. João de S. Tiago, que determinava eleger a outra parcialidade. Vieram dar-me parte d'este successo alguns religiosos velhos, e mandei logo participal-o ao arcebispo, que na forma da ordem que n'esta monção teve de V. M., me deu os seus poderes para os prender, implorando o auxílio do braço secular contra elles. Mandei o Ouvidor Geral do crime ao dito collegio, onde o não quizeram receber os frades amotinados, tendo fechadas as portas, reclusos o visitador, provincial e os mais vogaes que alli se achavam. Mandei cercar-lhe o collegio de noite, e de manhã, porque crescia cada vez mais a resistencia, lhe mandei chegar uma galiota ás paredes do collegio, e assestar-lhe a artilharia, a ver se este terror os intimidava ; porém não foi bastante, por que persistiram no seu intento, e com pouca decencia e respeito expuzeram o Santíssimo Sacramento em uma janella do dormitorio que cae para o rio. Ultimamente lhe mandei chegar uma peça por terra á portaria, e vendo que com resolução lhe davam fogo para lhe levar a porta, a abriram e se entregaram. Trouxe o Ouvidor Geral a todos presos, e com consentimento do visitador e provincial, os mandei uns para a Aguada e para o pharol d'ella os cabeças, outros para Mormugão, onde ficam presos para os castigarem os seus prelados, e eu terei attenção a que o castigo faça exemplo».

Triste exemplo de indisciplina ; mas felizmente os desordeiros foram punidos e eram só 17, o que prova que a maior parte da comunidade era observante da sua regra. Com a extinção desta Ordem a Fazenda arrecadou 320,417 xerafins e 2 tangas.

CAPÍTULO IV

Continuação das Ordens religiosas

B)—Companhia de Jesus, Seminário de Santa Fé, Colégio e Igreja de S. Paulo dos Arcos

Em 1541 dois clérigos seculares, Diogo de Borba e Miguel Vás, instituiram uma confraria, denominada de *Santa Fé*, com o encargo de perseguir a idolatria e favorecer a propagação da religião católica. Agregaram-se a esta associação numerosos fidalgos juntando os seus avultados donativos às rendas dos estintos pagodes das Ilhas, já cedidas pelo govêrno local a êsses eclesiásticos para fundarem um colégio, que pudesse instruir os novos convertidos de todas as nacionalidades orientais e habilitá-los à prègar o evangelho nas suas próprias linguas a diferentes partes da Asia.

Começando a construção do colégio em 10 de Novembro do mesmo ano, na rua de *Carreira dos Cavalos*, sôbre as ruínas duma grande mesquita, concluiram-se as obras em pouco tempo, sendo dedicada a igreja à *Conversão de S. Paulo* e aberta ao culto divino com aparatosa solenidade em 25 de Janeiro de 1543, em que se cantou ali pela primeira vez a missa, que foi acolitada por dois discípulos indígenas do padre Borba, desempenhando os outros a parte coral. [1]

De aqui veiu ao estabelecimento o nome de *Colégio*

---

[1] *Lendas*, vol. 4.°; pag 28.°9, *Oriente Conquistado* vol. 1.°, pag 31 e segs.

de S. Paulo, o qual se chamou também o *Seminário de Santa Fé*, pelo título da confraria, embora êstes dois nomes chegassem posteriormente a designar dois institutos diferentes.

Emquanto o colégio estava em construção, entrou em Goa, a pedido de elrei D. João 3.º, a companhia de Jesus, na pessoa de um dos seus mais ilustres e mais venerandos representantes, o padre mestre Francisco Xavier, que chegou aqui em 6 de Maio de 1542, nomeado pelo papa Paulo 3.º *Núncio Apostólico*. [1]

O grande apóstolo do oriente, depois de se ter apresentado de joelhos ao bispo da India, dando neste acto um belo exemplo de disciplina aos capitães insubordinados, escolheu para a sua residência o Hospital Real e, tendo trabalhado incansàvelmente em servir os enfermos, ainda os do hospital dos leprosos e conseguido reformar os costumes da cidade pelo exemplo da sua vida santa, pela pregação e ensino da doutrina, e sôbretudo pela sua intrépida caridade, partiu, no meado de outubro do mesmo ano, em missão para a Costa da Pescaria.

Durante o primeiro período da sua existência, o seminário da Santa Fé ou de S. Paulo educou cêrca de 80 alunos, naturais de diversos pontos da Asia, alguns dos quais pregaram mais tarde fructuosamente o evangelho aos seus patrícios em idiomas vernáculos. Enriquecido como estava, com as rendas dos pagodes demolidos, que em 1543 já atingiam a elevada cifra de 4 mil cruzados por ano, e à sombra da protecção da nobreza da cidade, o estabelecimento seguiu sem dificuldade o seu caminho de progresso, sendo sucessivamente ampliado o primitivo edifício. Cres-

---

(1) *Hist. da vida do p.e Francisco Xavier* por Lucena, vol 1.º, pag. 144.

ceu porém a sua importância quando o padre mestre Francisco Xavier, regressando da missão da Pescaria em 1544, veio, a pedido do pe. Borba, residir neste seminário, trazendo consigo das Molucas alguns meninos para a educação. Até essa data a administração temporal do estabelecimento estava a cargo dos mordomos da confraria de Santa Fé.

Depois da morte do padre Borba (1548) o seminário foi entregue com formalidades legais ao grande Xavier, que o recebeu em nome da companhia de Jesus, e mandou vir da Europa alguns missionários para os empregar na direcção do estebelecimento, os quais chegaram a Goa no mesmo ano.

A reitoria do seminário foi confiada ao padre Paulo Camerte, jesuíta notável pela sua virtude e saber, e pelos seus estudos e prática de medicina e o qual, vindo de Moçambique ao tempo do padre Borba, estava incumbido do ensino da gramática.

O soberano português, aprovando a instituição, que tinha por objectivo a propagação do cristianismo, concedeu-lhe, por carta régia de 8 de Março de 1546, uma dotação especial de 800$000 réis anuais, confirmando ainda, pouco mais tarde, a concessão de todas as propriedades dos templos hindus, feita pelo governador Jorge Cabral em 1550 (1).

Favorecida assim de todos os lados, a instituição adquiriu um grande e rápido desenvolvimento material e moral. Apeado o antigo edifício, foi no mesmo lugar construído um outro mais vasto, ou conforme o *Oriente Conquistado*, foram levantadas duas casas distintas (mas ligadas entre si por um compartimento de passagem, como parece dizer Pyrard) (2); uma

(1) Arch. Port. Or. Fas. 5.º, doc. 100 e 115

(2) *Viagem de* F. Pyrard, tomo 2.º, pag. 83.

com o nome de *Seminário de Santa Fé*, para a acomodação e educação dos estudantes, e a outra, com o de *Colégio de S. Paulo*, destinada sómente para a residência dos padres da companhia, que de S. Paulo se chamaram Paulistas e não, como disse o viajante Baldaeus, do papa Paulo 3.º, que os mandara para aqui, nome que, pelo tempo, se tornou o símbolo de prodigiosa actividade, sendo rodeado pelo povo de lendas fantásticas. Nesta ocasião o seminário foi reorganizado pelo santo Xavier, e dividido em duas estâncias ou secções, devendo ministrar-se na primeira a instrução elementar a 100 rapazes entre filhos de procedência oriental e órfãos de pais portugueses, e na segunda o ensino de latim, música, retórica, filosofia e teologia, aos que tivessem dado provas de aptidão para as letras e boa índole para o sacerdócio.

Os que se mostrassem ineptos para os estudos superiores eram despedidos ou empregados em diferentes misteres. O hábito que usavam os estudantes era a loba branca com uma cruz vermelha ao peito.

Mas, como o seminário instruia, conforme a intenção de seus fundadores, sómente os alunos pensionados que se dedicavam ao serviço das missões, e não era acessível aos que aspirassem a outras carreiras, foi preciso, pelo tempo, abrir estudos no colégio de S. Paulo, o que se fêz em 1556 por determinação de D. João 3.º Êstes estudos consistiam em três classes de latinidade e um curso de filosofia numa cadeira de moral e, mais tarde em um curso de teologia especulativa, e eram públicos e gratuitos para todos, ficando o seminário de Santa Fé anexo ao colégio sob o regímen superior do seu reitor.

A êste tempo o santo Xavier, havendo de partir para Japão, nomeou para reitor do colégio o pe. António Gomes, o qual, na sua ausência, provocou reclamações por ter expulsado do seminário, contra o fim

que presidiu à sua instituição, todos os meninos indígenas, substituindo-os por filhos dos europeus, alémde receber na companhia, como noviços, 25 mancebos também europeus, sem terem a instrução precisa. Voltando o apóstolo para Goa, em Fevereiro de 1559, reparou estas irregularidades, reduzindo o seminário aos princípios da sua fundação, exonerou o pe. Gomes do cargo de reitor e o expulsou da companhia de Jesus. No logar vago de reitor foi provido o pe. Gaspar Barzeu, que, havendo obtido na sua missão de Ormuz sucesso prodigioso, viera desta cidade anunciar o primeiro jubileu concedido à India.

Progredindo ràpidamente, sob a direcção dêste reitor e de seus sucessores, o instituto de S. Paulo, que havia sido dotado pelo pe. Barzeu de nova organização de estudos e de vários melhoramentos de ordem moral, tornou-se, em pouco tempo, a casa principal e o centro das operações dos jesuítas no oriente e contando mais de 300 colégios com suas igrejas em diferentes partes de Asia, sujeitos à sua jurisdição. Em 1568 o colégio era habitado por 88 padres da companhia e frequentado por 3 mil alunos, que, pela maior parte, vinham das nações orientais, convertidos e enviados pelos jesuítas missionários.

Estava anexo ao colégio um grupo de institutos: um noviciado, a casa professa, um hospital aberto pelo pe. Paulo Camerte em 1551 para os indígenas pobres, cristãos e hindús, suficientemente provido e subsidiado pela Fazenda ; uma casa de catecúmenos, que havia sido fundada em 1553 e dirigida pelo zêlo apostólico do pe. Gaspar Barzeu [1] e o mencionado seminário de Santa Fé.

---

[1] Conforme as *Intituições Port.* pag. 44, havia nesta casa 300 catecúmenos.

Além disto existia no colégio uma vasta biblioteca e, desde 1556, uma tipografia bem montada; pois foi neste ano que os jesuítas introduziram a imprensa na India, saindo dos seus prélos « *As Teses* ou *Conclusões públicas* » defendidas no colégio (o primeiro livro impresso por João Bustamante) e depois, em 1557, o *Catecismo de Doutrina cristã* por S. Francisco Xavier. (¹) Após estas produções vieram à luz várias outras, entre as quais se contam os *Colloquios dos simples e drogas medicinais*, do doutor Garcia da Orta (²), uma poesia de Camões, dedicada ao vice-rei D. Francisco Coutinho, conde do Redondo—que aparece nesses *Colloquios*, logo depois da dedicatória do autor e é reputada como a primeira poesia impressa de Camões, que a êste tempo se achava em Goa—e o *Compendio espiritual da Vida christã*, escrito pelo primeiro arcebispo D. Gaspar de Leão Pereira.

O edifício de S. Paulo, a-pesar-de muito vasto, dificilmente podia acomodar tantas instituições. Neste apêrto a epidemia que lavrava na cidade, invadiu o colégio, vitimando sucessivamente, segundo se refere, 58 padres. Por êstes motivos e principalmente pelo da insalubridade, a companhia comprou no monte da Sra. do Rosário um edifício para a residência dos seus doentes, do qual falaremos adiante a pag. 56. Contudo, o colégio de S. Paulo não foi abandonado; mas continuou a ser por muito tempo o instituto central dos jesuítas na India, cursando ali os

(¹) Vid. J. and P. of A. S. B. vol. 9 (1913), pag. 155. *Imprentas* etc. por Gomes Rodeles; e a carta do Patriarca de Etiopia, D. João Nunes Barreto, de 6 de Novembro de 1556, dirigida ao padre Aloísio Gonsalves—Art. do sr. Leão Fernandes em *O Heraldo* de 17-8-1922; e *A Evolução do Jornalismo* pelo Dr. António Maria da Cunha, pag. 1-2.

(²) *Impresso em Goa a 10 de Abril de 1563*, como se lê no frontespício.

estudos ainda em 1608, segundo o testemunho de Pyrard, milhares de alunos como dantes, e recebendo, como sempre, a instrução gratuita sob a direcção de mestres muito hábeis e insignes poliglotas. Os padres da companhia tinham por autoridade apostólica a faculdade de conferir na India o grau de *mestre em artes* e ainda o de *doutor*. Os estudantes estavam distribuídos em diferentes classes, e para se estimularem ao trabalho eram entretidos ocasionalmente com récitas teatrais, bem assim com umas diversões, em que figurando companhias de infantaria e cavalaria, formadas em linha de batalha, simulavam renhidos combates. Antes de começar a aula ouviam missa na igreja de S. Paulo e, findos os trabalhos escolares, voltavam em grupos para suas casas, compondo-se cada grupo de meninos moradores do mesmo bairro e, sendo menores de 15 anos, cantando nas ruas o catecismo e orações em voz alta. Esta louvável prática, que tinha então por fim atrair os infiéis ao cristianismo, passou depois para as escolas paroquiais de Goa, abertas desde 1545 por ordem do govêrno superior, com a diferença de que o catecismo era rezado em voz alta nas ruas. Ainda hoje subsiste êste piedoso costume em algumas freguezias.

Nas horas vagas os colegiais visitavam e serviam os enfermos, assistiam aos funerais dos pobres e explicavam a doutrina cristã ao povo. Todos os domingos à tarde iam em forma de procissão com os seus mestres e outros jesuítas, levando cruzes e bandeiras e cantando hinos durante o trânsito, para a igreja do Bom Jesus, onde um clérigo lhes ensinava o catecismo e pregava o sermão. Numeroso povo tomava parte nesta solenidade, que assim se tornava verdadeiramente imponente (1).

---

(1) Vid. *Viagem ás Indias Orientais* por F. Pyrard

Em 1610 as escolas foram transferidas para o novo edifício, construído no monte do Rosário, ficando no anterior apenas as aulas das primeiras letras e o noviciado, que, mais tarde, foi mudado para a ilha de Juari e daí para a de Chorão, para as casas, que o patriarca da Etiópia, D João Nunes Barreto, havia construído para a sua residência. O colégio foi declinando.

A primitiva igreja dêste colégio, embora não fôsse suntuosa nem opulenta, logrou todavia a maior celebridade, realizando-se nela um certo número de factos mais notáveis nos anais da religião católica na India. Pois, foi neste templo pregado pelo padre Gaspar Barzeu o primeiro jubileu pleníssimo, concedido à India a pedido de S. Inácio e de S. Francisco Xavier, e nesse ano se introduziram ali pela primeira vez as representações dos Santos Passos da Paixão de Cristo, precedidas de sermão, e as procissões penitenciais da quaresma, que se faziam nas sextas-feiras, com assistência de toda a nobreza da cidade, cantando a ladaínha em coros distintos os colegiais de S. Paulo e os seminaristas de Santa Fé, que lhes levavam a precedência. Eram estas as procissões que se chamavam de *disciplinantes*, porque nelas iam encorporados alguns devotos que se flagelavam com rigor e aspereza, escorrendo-lhes às vezes as carnes em sangue. Os feridos e desmaiados recebiam em um logar apropriado, pronto tratamento e melhor confôrto. Êste costume de penitências públicas, importado de Portugal pelo padre Barzeu, durou aqui mais de dois séculos, até que foi proibido pelo arcebispo D. Fr. Francisco de Assunção e Brito em 1775 ([1]).

Foi na igrega de S. Paulo que se viram pela primei-

([1]) *Oriente conquistado*, conq. 1 div. 1858 ; *Mitras Lus.* pag. 306.

ra vez várias instituições, que passaram para as paróquias, como os mestres de capela, as missas cantadas ao acompanhamento de órgão, as procissões de meninos, coroados de flores artificiais, cantando hinos em latim e concani, e espalhando flores levadas em salvas ou pequenas bandejas, durante a novena da Sra. do Monte e aos sábados, e diversas outras cerimónias edificantes. Foi naquele templo que S. Francisco Xavier pregou o evangelho a milhares de povos e ficou depositado o seu venerando corpo, quando veio de China. Foram ali solènemente batizados os embaixadores dos reis de Ceilão e de Cambaia, os três primeiros japoneses que abraçaram o cristianismo, uma princesa de Bijapur e um imenso número de pagãos.

Em 1560, achando-se esta igreja em estado ruinoso, os jesuítas tiveram de a demolir e principiaram a reedificá-la em três naves de amplas dimensões, lançando-se a primeira pedra a 25 de Janeiro do mesmo ano com solenidade nunca dantes vista na India. Vinte anos depois, o novo edifício, tão grandioso e de ordem dórica, a despeito da solidês da sua construção, apresentou algumas fendas numa das paredes, o que obrigou a levantar, como suporte, três soberbos arcos, que passavam por cima duma larga rua, ficando a igreja, desde esta época, conhecida vulgarmente por *S. Paulo dos Arcos.*

A festa da conversão de S. Paulo, a 25 de Janeiro, era neste templo solenizada anualmente com ruidosa pompa, à qual ia assistir o vice-rei, acompanhado de 200 ou 300 fidalgos, montados em cavalos ricamente ajaezados, sendo recebido na proximidade da igreja por todos os estudantes do colégio, que vestidos de sêdas, e formados em duas linhas, uns a cavalo, outros a pè e todos armados, marchavam na dianteira do vice-rei. Nesta ocasião realizava-se ali a cerimónia

de batismo solene, precedendo um sermão apropriado. Depois da festa, e sómente neste dia, o vice-rei jantava com os padres da Companhia, sendo em seguida entretido pelos colegiais com jogos e diversões. (1)

Transferidos os estudos definitivamente em 1614 para o monte do Rosário, foram decaindo, até cessarem de vez, todas as solenidades que na igreja de S. Paulo se celebravam. Em 1623 já não havia ali nenhuma festividade segundo o testemunho de Pietro dela Valle, que nesse ano esteve em Goa. Gemelli Careri encontrou em 1695 apenas dois padres no colégio, que em parte se via arruinado, tendo sido a sua vasta igreja convertida em escola de instrução para os catecúmenos subsidiados pelo govêrno. Ao tempo da visita de Cotineau (1827) já era triste e lastimoso o espectáculo. Ao desmoronamento geral resistira apenas uma parte do edifício do colégio, a fachada da igreja com paredes laterais, o côro, a escada e os arcos, encontrando-se tudo afogado no arvorêdo silvestre e bravio, entremeado de palmeiras, que tornava o logar difícil de acesso.

No adro da igreja erguia-se, sôbre uma peanha de alvenaria de avultadas dimensões, uma grande cruz de granito, onde se distinguiam em alto relêvo no verso e reverso os instrumentos da paixão de Cristo, (2)

Em 1829 mandou o govêrno derrubar tudo o que restava do edifício para se destinar o material a novas construções da cidade de Pangim, menos a frontaria da igreja, que ainda se conserva de pé quási derruída,

---

(1) Pyrard. *Viag.*, part. 2.ª, pag. 34. 48.

(2) Esta cruz talvês seja a mesma que ao presente se encontra em um nicho aberto na parede exterior dumas casas próximas da igreja matris de Pangim, transladada de Panelim para aqui pelo Sr. Carmo Vás.

olhando para o oeste. Mas o derrubamento foi tão brutal, que se reduziram as pedras a fragmentos.

Na espaçosa horta do colégio, enriquecida de grande variedade de plantas curiosas e árvores frutíferas da India, existiam, segundo se refere, duas ermidas dedicadas respectivamente a S. Antão e S. Jerónimo ; uma das quais, depois restaurada, se supõe ser a capelinha que tem hoje a invocação de S. Francisco Xavier.

Colégio de S. Paulo o Novo ou de S. Roque.

A insalubridade do primitivo colégio de S. Paulo e o intuito de acomodar melhor os vários estabelecimentos acumulados no edificio dêste colégio obrigaram os jesuítas a comprar em 1578 umas casas, que foram de Pedro de Faria, ex-capitão de Malaca, situadas no extremo ocidental do monte da Sra. do Rosário, para servir de residência aos convalescentes, com a denominação de *Colégio de S. Roque.* (1580). (1)

Êste edifício foi, em pouco tempo, maravilhosamente ampliado, e transformado em casa professa da ordem em 1585. Concluída a construção do *Bom Jesus* e mudada para ali a casa professa, o colégio de S. Roque converteu-se em noviciado, tomando por orago a *Sra. da Conceição*, e, havendo sido, em 1610, destinado ao colégio de estudos, que veio para aqui transferido de *S. Paulo dos Arcos*, recebeu o nome de *S. Paulo o Novo*, sendo contudo vulgarmente conhecido pela primitiva invocação de *S. Roque.*

Construído em forma da cruz, como diz o Dr. Fryer, era admirado não so pelas soberbas e gran-

(1) *Oriente Conquistado*, vol. 2., pag. 154. *Resumo hist. da Vida* de S. F. Xer., pag. 132.

diosas dimensões dos seus quatro andares, mas também pelo seu magnífico estilo e beleza arquitectónica.

Tão vastos e numerosos eram os seus dormitórios e tão complicados os seus corredores, escadárias, arcadas e pilares, que o visitante, perdido nesse labirinto, dificilmente podia sair sem o auxílio de guia. (1)

A transferência das aulas dos jesuítas para o novo colégio ocasionou uma renhida contenda entre êstes padres dum lado, e o Senado da Câmara de Goa e os frades agostinhos doutro, levando os primeiros sempre a melhor, como se vai ver. Logo que os jesuítas, em 1610, mudaram os estudos, o senado reclamou para o govêrno da metrópole, alegando a incomodidade que daí adviria para os estudantes daquele estabelecimento pela dificuldade do acesso e por várias outras razões.

Mandou el-rei, em 8 de Fevereiro de 1611, que o vice-rei *sobreestivesse nesta mudança e empregasse algum meio suave e bom* na execução desta ordem. Entretanto já era um ano que os estudos estavam instalados no oiteiro, e os jesuítas, julgando que o decreto não podia ter fôrça retroactiva, não o obedeceram, continuando a alargar o seu edifício. Mas o partido adverso ia crescendo. Juntaram-se ao senado os augustinianos e as paróquias vizinhas, pretendendo aqueles que a nova construção os ia privar de ar fresco, da paisagem da cidade e da vista do mar ; e estas que ficavam prejudicadas nos seus interesses por causa da futura igreja muito próxima.

Nesta emergência os jesuítas, entrando em composição amigável com os adversários, comprometeram-se a não levantar muito alto a sua construção nem edificar igreja espaçosa nem pública para confissões,

---

(1) *Resumo hist. da Vida da S. F. Xer.*, pag. 132.

pregações e sacramentos, conservando para êstes exercícios a antiga igreja de S. Paulo dos Arcos e para a instrução o primitivo colégio, por assim reclamar a comodidade dos estudantes; e com êstes prometimentos conseguiram uma carta do senado informando o govêrno superior de que sob as referidas condições já estipuladas, lhes podia ser concedida a licença para terem no oiteiro a residência desejada. Em sua conseqüência, o vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, comissionado por S. M., autorizou, por sua provisão de 1614, a transferência do colégio.

Apenas obtida a provisão, os jesuítas sofismaram todas as cláusulas nela impostas, e construíram uma igreja suntuosa (pois o compromisso não definia as dimensões) e contíguo a ela êsse edifício de que acima falamos, bem alto e talvez mais vasto do que todas as casas religiosas da India, e para onde se acabaram de mudar, ficando no antigo instituto sómente o noviciado e as escolas primárias.

Protestaram imediàtamente os contrários: os agostinhos, as freiras de Sta. Mónica, a paróquia da Sra. do Rosário, a ermida de S. António, em fim todos ou quási todos os que tinham as suas casas de morada no monte entregaram ao senado as suas queixas contra a mudança dos padres, pedindo-lhe a êle *remédio para o mal por estar longe*, diziam, *o recurso para S. M.*, como se a câmara fizesse na India as vezes do soberano ou o ofício do vice-rei. O senado, que neste momento vergava sob o pêso de igual influência de ambos os partidos litigantes, convocando o povo para a câmara, reuniu-se em sessão extraordinária propositàdamente em um dia em que o vice-rei andava ausente da cidade. Começando-se a discutir as petições, tão forte e ruidoso foi o embate dos pareceres, que rebentou tumulto bravo, e alguns cidadãos, com espadas em punho, arremeteram às portas do edifício

da câmara, exigindo no mesmo instante a expulsão dos jesuítas da sua nova residência, e de certo a luta teria sido ensanguentada ou pelo menos indecorosamente violenta, se não interviessem pessoas respeitáveis e imparciais, persuadindo os contendores a cometerem ao vice-rei a decisão da pendência ; e assim se fêz.

No dia seguinte o vice-rei recebeu as representações, que os oficiais da câmara lhe levaram pessoalmente, e as submeteu ao juizo dos desembargadores, expressamente convocados, os quais assentaram "que, vista a ordem e comissão de S. M., estava a provisão passada jurìdicamente, e havendo de requerer contra a mudança que em virtude dela estava feita, podiam fazer via ordinária a onde pertencesse". Em seguida o vice-rei mandou, pelo ouvidor geral do crime, notificar aos da câmara que não convocassem outra vez o povo sôbre esta matéria para se não renovarem as desordens [1].

Lutando, pois, com toda essa oposição do poderoso senado, com os intricados processos do enorme partido dos agostinhos e resistindo até aos decretos proibitivos do próprio soberano, os jesuítas conservaram-se na posse do seu esplêndido edifício do monte, que foram ainda sucessivamente ampliando e melhorando. Tão poderosa era a Companhia de Jesus já nesta época ! É verdade que em 1618, obedecendo às ordens régias, mudaram os estudos para S. Paulo o Velho, mas, em pouco tempo, voltaram para o seu novo estabelecimento. Os partidários dos agostinhos, porém, não largaram a mão do letígio por muitos anos, até que o vice-rei conde de Linhares, conseguiu

---

[1] *Arch. Port. Or.* fasc. 1.°, part. 2; doc. 5, e fasc. 6.°, doc. 576. *Boll. Of.* n.os 178-180 de 1883.

em 1632 que os dois grupos pleiteantes entrassem em composição, e que debaixo de escrituras, derrubando-se umas paredes, levantando-se outras e removidas umas oficinas, acabassem a rija demanda, que durou 22 anos. (1)

Além desta longa hostilidade, que lhes moveram os homens, os jesuítas, desde que se estabeleceram nas antigas casas de Pedro de Faria, foram perseguidos por um outro inimigo mais formidável ; pois, desde 1591 até 1675, êste edifício foi quatro vezes pasto de chamas, que em uma destas ocasiões o destruíram todo, morrendo abrazado o reitor do colégio, D. Jerónimo Xavier, sacerdote de grande virtude e parente do apóstolo das Indias; e, finalmente, em 1698 uma faísca eléctrica lhe abateu a rouparia. Contudo os intrépidos filhos de S. Inácio, reparando os estragos com admirável tranquilidade, nunca abandonaram a sua nova residência. Na igreja dêste colégio, guardava-se com muita veneração uma sobrepeliz de S. Francisco Xavier, encerrada em um cofre de prata, que hoje se encontra no Bom Jesus.

Possuia o colégio uma vasta e rica biblioteca e um hospital, que vieram do primitivo instituto, com a sua farmácia bem provida, ao cargo do irmão leigo Gaspar António, insigne químico, natural de Florença, inventor da famosa *pedra de Goa* ou *pedra cordial*, com que o sábio italiano assegurou a favor da casa o lucro anual de mais de 250 mil pardaus. Esta invenção era monopólio dos jesuítas e não sómente se vendia na India, mas ainda se exportava para Portugal em grande quantidade. Ao tempo em que o dr. Fryer visitou Goa Gaspar António estava velho e cego ; contudo

---

(1) *Carta do vice-rei Conde de Linhares*, Cit. *Ach. Port. Or.* doc. 576.

era muito respeitado pela sua grande perícia na medicina e muito recorrido por toda a aristocracia da cidade. ([1]) Havia sido transferida, também, do antigo colégio para êste a preciosa tipografia, imprimindo-se aqui muitas obras importantes e, entre estas, a 3.ª edição do *Purana* do padre Tomás Estêvão, em 1654. ([2])

Era enorme a concorrência que afluia para as escolas dêste estabelecimento, onde se leccionavam as disciplinas preparatórias, a música e a teologia, sob a direcção de sábios mestres jesuítas, sendo estimulados os alunos com vários festejos escolares e diversões, a que se referem o padre Souza, Pietro della Valle e outros.

Êste colégio, que ainda no fim do século XVII era habitado por 70 religiosos, parece que não havia perdido muito do seu primitivo esplendor; mas a mão da fatalidade, que pesava horrivelmente sôbre êle, o esmagou finalmente com o decreto da expulsão dos jesuítas, que se executou em Goa em 26 de Setembro de 1759, sendo presos nesta ocasião 127 jesuítas e encarcerados incomunicáveis neste colégio e em Rachol.

O magestoso edifício, depois da extinção do colégio, foi logo ocupado, desde 1760 a 1764, pelo Hospital real, que daqui foi transferido para o palácio de Panelim. Abandonado depois por 13 anos, aquartelou em 1777 no seu andar térreo, o regimento do brigadeiro Henrique Carlos Henriques, que estava encarregado de inspeccionar as obras da reedificação da cidade.

No fim do século XVIII deu signais de ruína; e em 1791 o govêrno ainda projectou estabelecer ali um

---

([1]) *An hist. and arch. Sketch*, pag. 317.

([2]) Veja-se a nota sobre os *Puranas* no cap. *Seminário de Rachol.*

colégio de educação para 100 meninos ; mas, não podendo acudir ao seu concerto, que o engenheiro Philippe Catalani (italiano) orçava em 113.600 xerafins, deixou-o arruinar-se complètamente, sendo-lhe *roubado*, segundo a informação do C. de Sarzedas, *tudo quanto tinha de bom* ! No meio das enormes ruínas amassadas admiravam os curiosos e os viajantes, por 40 anos, um espantoso arco, que isolado na maior altura das paredes resistia às injúrias das estações; o qual, em 1830 foi mandado demolir juntamete com os restos do edifício para, com os seus materiais, se construir o quartel da artelharia de Pangim. Hoje nem se divisam os alicerces. O colégio confinava com a ladeira empedrada que conduz a quem vai de Banguinim para o sítio.

Casa Professa e Igreja do Bom Jesus

Junto à praça do Pelourinho Velho existia uma outra, denominada o *Terreiro dos galos*, porque era o logar, onde o povo costumava entreter-se com os combates dos galos, èspectáculo mais tarde proibido (1594) sob graves penalidades ([1]). Neste sítio ergue-se a magestosa casa professa do Bom Jesus, ligada à igreja em linha paralela à estrada pública, que se dirige de S. Pedro a Banastarim.

Os jesuítas estavam já quási para construir essa casa em 1585, quando, inesperàdamente, encontraram tão vigorosa e tenaz oposição da parte do senado da câmara, da S. C. da Misericórdia e dos franciscanos, que, se não fôra o expediente, a que recorreram, teriam sido obrigados a abandonar o seu projecto; pois, refere o *Oriente Conquistado* que os padres da com-

---

([1]) *Arch. Port. Or.*, Fasc. 3.º, doc. 157.

panhia, prevendo a impossibilidade de conseguir a licença para começar as obras, comunicaram o seu ardiloso intento em muito segredo ao vice-rei e ao arcebispo, e tendo metido a sua petição na câmara por forma a ser despachada em 4 de Setembro, na noite precedente ao dia em que o senado havia de autenticar o indeferimento, tomaram posse do sítio, transformando em igreja provisória uma casa de acanhadas dimensões, que compraram a dois padeiros, e inscrevendo sôbre a porta a palavra = Jesus =, futura invocação da casa professa. Ao despontar do dia, aberto êste pequeno templo e tocada a companhia, acudiram os vizinhos à novidade e, vendo o altar aparamentado e o padre Christovam de Castro, que nela se instalara durante a noite com dois companheiros, já revestido para celebrar a primeira missa, ficaram muito satisfeitos por terem uma igreja à porta.

Os missionários, empregando a sua caraterística actividade, ampliaram o edifício e construiram ràpidamente as acomodações necessárias para a sua residência, que fixaram ali em 12 de Janeiro de 1586.

Os seus adversários, como não podessem conseguir do vice-rei nem do arcebispo providências para suspender as obras, recorreram ao govêrno da metrópole, mas nem ali foram atendidos, e o edifício em 1589 estava quási completo, tendo atingido a despeza a 20.000 pardaus.

Alguns escritores, pelo fundamento de encontrarem sôbre a porta da entrada do segundo pavimento desta casa um retrato com a legenda = D. Fr. Sebastião Pinto Pimenta, cavaleiro professo, fundador dêste colégio = atribuiram a êste fidalgo português a sua criação ; mas, do alvará de 10 de Março de 1648, que posteriormente se descobriu nos arquivos da secretaria geral, se vê que o padre Pimenta foi o fundador do colégio dos jesuítas em Chaúl ; e êste retrato, que

adornava a sala daquele estabelecimento, foi transferido para a casa de Bom Jesus por ocasião da cessão dessa cidade aos maratas (1). De facto a casa professa não foi fundada por iniciativa particular, mas sim pelos esforços conjugados dos jesuítas de Goa sob a direcção do insigne arquitecto da companhia de Jesus, Domingos Fernandes, e do mestre Simão, *natural da India* (2).

Êste edifício era vasto e esplêndido ; compunha-se de três extensos corpos ligados em ângulos rectos, comportando numerosas celas, espaçoso refeitório e outras dependências, e abraçando um amplo recinto, que encerrava o jardim ; mas, uma grande parte da casa foi destruída pelo incêndio em 1663 e, havendo sido reconstruída à custa de 60 mil escudos, segundo afirma Tavernier, foi novamente presa das chamas depois de 1781 (3). Contudo a parte que resta apresenta aspecto magestoso e imponente. O seu pavimento térreo tem 10 celas; sobe-se aos dois andares superiores, que ao presente subsistem, por uma ampla escadaria, cujos primeiros 20 degraus são de granito e os restantes de madeira. Destes andares o primeiro contém 18 celas, que eram anos atraz pela maior parte ocupadas por alguns cónegos e capelães da Sé, e desde 1922, asseadas e mobiladas são dadas de aluguer; uma casa de parla e duas salas, onde se acha instalado o *museu sacro* constituído de várias preciosidades artísticas, sendo dignas de especial menção uma imagem de prata de S. Francisco Xavier, cálices, patenas e ostensórios de ouro massiço, alguns

(1) *Oriente Conq.*, vol. 2.º, pag. 230. *Arch. Port. Or.*, fasc. 3.º, doc. 79.

(2) *Archivo Port. Or.*, fasc. 3.º, n.º 79; 4.º, pag. 303.

(3) *Hist. and Arch. Sketch.* pag. 281.

paramentos de tissu de ouro e de pano de Arrás ; e o segundo andar, de ordinário residência do administrador da casa, compõe-se de 10 celas, duas salas e uma parla. O terceiro andar, que, por se achar escalavrado, foi abatido (1886 ou 87), consistia apenas num espaçoso salão, onde esteve por algum tempo o corpo de S. Francisco Xavier antes da canonização.

Além destas acomodações existem outras, dispersas e irregulares na parte meridional do edifício. A casa, professa está ligada a um claustro pequeno, de largos corredores e de um só andar superior, que a comunica de um lado com a igreja e doutro com a capela do santo Xavier e com a sacristia, descendo uma escadaria de granito larga e suave, de 51 degraus, para o corredor contíguo a êstes edifícios.

Depois da expulsão dos padres da Companhia foi confiada, por uma carta régia de 1761, a administração da casa professa e igreja do Bom Jesus a uma junta constituída do vice-rei, arcebispo primaz e outras autoridades superiores.

Em 1781 foi estabelecido nesta casa um seminário diocesano, sendo entregue a sua direcção aos padres italianos da congregação de S. Vicente de Paula. Dez anos depois, extinto êste seminário, por terem regressado os italianos, e repartidos os estudantes pelos seminários de Rachol e Chorão, a casa professa passou a ser administrada por um eclesiástico nomeado pelo govêrno, como até hoje continua, percebendo o administrador as rendas da horta da casa, avaliadas pròximamente em 50 rupias, além do vencimento que recebe da Fazenda. O edifício está bem conservado e muito melhorado. No páteo central do claustro pequeno a que nos referimos via-se, ainda há poucos anos, um excelente jardim, ao meio do qual cantava um repuxo de água canalizada de Banguinim. Alguns melhoramentos foram devidos ao zêlo do administrador desta

casa, o cónego João Vicente Lopes, de saudosas recordações. Posteriormente ainda o actual administrador tem feito muitas bemfeitorias, necessárias à conservação e asseio dessa casa e da igreja.

Igreja do Bom Jesus

Esta igreja, que é de uma só nave, mas vasta e formosa, foi construída à custa dos legados de D. Jerónimo Mascarenhas, capitão de Cochim e Ormuz, como reza a inscrição esculpida sôbre o elegante mausoléu de bronze dourado, entalhado na parede do templo, junto à porta lateral do norte. Começada a construir-se em 24 de Novembro de 1594 com o principal fim de transferir para ali o venerando corpo de S. Francisco Xavier, foi sagrada pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes em 15 de Maio de 1605. O seu comprimento é de 250 palmos craveiros, largura 77 e altura 85.

A fachada do suntuoso edifício, que olha para o oeste, é toda de granito. Abre três grandes pórticos sôbre um largo terreiro calçado de pedra, aos quais correspondem, por cima, três amplas janelas e a estas mais três circulares, sendo os pórticos coroados com frontões ornados de esculturas. Êste magnífico frontispício, formado pela combinação das ordens dórica, coríntia e compósita, vai rematar, depois do rectângulo ornado de arabescos, que ostenta no centro a divisa da companhia de Jesus, em um grande artesão embelezado com acrotérios e bocetes ([1]). Três sólidos contrafortes em arco sustentam a parede lateral do lado do norte.

O interior da igreja é de estilo mosaico-coríntio e

([1]) *India Port.* por Lopes Mendes, e *Casa professa* por V. Albuquerque.

notável pela sua encantadora simplicidade. De cada lado há três fileiras de janelas, umas sôbre outras, formando as da segunda fila, à meia parede, cinco espaçosas tribunas entalhadas com grande perfeição, onde, em ocasiões solenes, se acomodam muitas pessoas distintas. A capela-mór é abobadada e a nave da igreja tem o tecto forrado sôbre uns elegantes arcos ogivais de madeira. O pavimento da capela-mór é elevado alguns degraus sôbre o do cruzeiro e está hoje revestido de mármore, como o de toda a parte transversal da igreja.

O altar-mór é dedicado ao Menino Jesus, (orago titular do templo) cuja imagem, naturalmente pequena, contrasta com a que se ergue no centro do primoroso retábulo e que é a colossal estátua de S. Inácio de Loiola, o fundador da sociedade de Jesus, que, pela conspícua posição, atrai a atenção de todo o visitante ; pois tem o rosto e os olhos voltados para o céu e a dextra extendida, como quando, num êxtase, exclamou: "Quão vil me parece a terra, quando olho para o céu !" *Quam sordet mihi tellus, quum cœlum aspicio !*

O côro, de que se serve o cabido quando assiste à festa de S. Francisco Xavier, veio transferido do extinto convento de S. Agostinho, ao tempo em que era administrador da casa professa, o cónego Caetano João Peres. A igreja do Bom Jesus não tinha côro próprio, porque os jesuítas não costumavam rezar em comum. A parede meridional da capela-mór tem uma tribuna reservada para o patriarca ou outra dignidade pontifícia. E' obra moderna, construída depois de 1920.

No cruzeiro, além dos dois altares colaterais dedicados, o do lado do evangelho a S. Francisco de Borja e o da parte da epístola a S. Vicente de Paula, existem duas capelas nos dois extremos, sendo a do norte consagrada ao Santíssimo e a fronteira, ocupada pelo

esplêndido sarcófago de S. Francisco Xavier. No corpo da igreja há também dois altares dedicados, um a S. António de Lisboa e o outro a S. Paulina, virgem mártir, cujas relíquias se acham encerradas em uma urna de cristal figurando corpo humano.

Ao sul da capela-mór fica a sacristia, que em dimensões excede as de muitas igrejas. E' abobadada com diferentes relevos de estuque e guarnecida de magníficos arcazes e armários para os paramentos e utensílios do culto. No fundo existe uma capela, onde jaz, sob uma inscrição lapidar, um devoto por nome Baltazar da Veiga, a cujas expensas foi construída a sacristia.

Entre os quadros que decoram os corredores ou a *via sacra*, o mais interessante é o que se atribui ao pincel de Murilo, hoje retocado, representando Madalena em êxtase, com o dístico dos Cânticos : *Fulcite me floribus, stipate me malis, quia amore langueo.* O pavimento da sacristia e dos corredores contíguos foi, há poucos anos, lageado de pedra preta.

O túmulo de S. Francisco Xavier

Voltando para o templo, o que mais prende a atenção do visitante é o formoso túmulo de S. Francisco Xavier em estilo florentino, que se ergue na capela do lado da epístola ; é uma das maravilhas artísticas da Ásia e oferta, segundo reza a tradição, do grão-duque de Toscana, Fernando 2.º. Dizem que o artista encarregado de o colocar se vira obrigado a reduzir a sua altura, por não poder acomodá-lo na capela que lhe foi destinada. E' um quadrilongo formado de peças de alabastro de Carrara e fino jaspe de várias côres, em três socalcos, gradualmente menores em dimensões ; tem as suas quatro faces ornamentadas com tarjas, cornucópias, flôres, festões e querobins.

O *primeiro socalco* ou degrau em forma de urna, que constitui a base do sarcófago, é de mármore vermelho arroxado, raiado de branco, com belíssimos ressaltos. Tem 26½ palmos de comprimento, 6 de altura e 13 de largura. Oito querobins grandes guardam os quatro ângulos e quatro pequenos as tarjas laterais emblemáticas. O segundo degrau, que é um quadrângulo regular de 16 palmos de comprido, 7¼ de largo e 7½ de alto, apresenta no centro de cada uma das quatro faces uma lámina de bronze, que representa, em alto relêvo, um trecho da vida do santo, e, por cima, diversos emblemas ladeados de dois anjos, segurando uma faixa com inscrição alusiva aos mesmos emblemas. O terceiro degrau é constituído de uma balaustrada de mármore roxo com manchas brancas, da altura de 4½ palmos. Sôbre esta assenta o caixão, guarnecido exteriormente de prata rendilhada sôbre o fundo de veludo carmezim e cravejado de várias pedras, sendo adornada a parte superior com 16 anjos de prata, que sustentam diferentes insígnias. Êste caixão, fechado com tampa abaulada e coroada por uma cruz, encerra um outro de vidraça e êste um esquife coberto de tissu de ouro com ramos de matiz, onde se acha deitado o corpo do maior conquistador espiritual do oriente, revestido de casula ricamente bordada, tendo as armas da doadora, a rainha de Portugal, D. Maria Sofia, orladas com o seu nome; ao lado encontra-se um bastão encastoado de ouro e esmeraldas e aos pés um medalhão oferecido por D. Pedro 2.º.

O mausoléu todo tem aproximàdamente 6 metros de altura, incluindo a cruz que remata o caixão, 3 metros de comprimento e 2,5 de largura. Cada uma das quatro faces da sua base forma um altar; no principal (1) dêstes altares é venerada uma imagem do san-

(1) Este altar principal, que desde a sua origem se achava um

to de cujos mãos recebia o novo governador o bastão no acto da posse, quando esta se realizava neste santuário, e no outro altar, que olha para o leste, costuma-se colocar ocasionalmente uma outra estátua igual, de prata fundida, da altura de pouco mais de um metro, coroada com diadema de ouro e pedras finas, preciosidades oferecidas por devotos de Génova e dos Rios da Sena.

A capela é ornamentada com obras de talha dourada e com quadros pintados a óleo representando a vida de S. Francisco Xavier. Ainda se conservam ali quatro grandes alâmpadas de prata, do pêso de 305 marcos. A porta que dá entrada para o santuário pelo sul é encimada por um quadro, que representa o apóstolo em busto com roupeta preta, dizendo o letreiro: *Dimidium cernis, quem magnum suspicit orbis: Xavier est: totum nulla tabella capit.* "Vês a metade daquele que o mundo admira grande: E' Xavier: inteiro, nenhum quadro o pode conter".

E' pena que a beleza artística dêste santuário e do monumento, esteja empanada pelas suas acanhadas dimensões, como bem o notou o dr. Canoz, que, dando conta dêste magnífico túmulo ao Geral da Companhia de Jesus, pe. Becke, escreveu: "E' para sentir que (o famoso monumento) esteja encerrado em um espaço estreito e escuro, que o não permite apreciar como êle merece".

O corpo do grande Xavier, apenas vindo de Malaca, foi exposto pelos jesuítas à veneração pública, por três dias na igreja de S. Paulo dos Arcos, em Março de 1554, permitindo-se beijar os sagrados pés, o que

---

tanto afastado do monumento, foi-lhe encostado em 1920 para assim se tornarem mais visíveis os relevos do monumento, removendo-se, também para o mesmo fim, alguns adornos que os escondiam.

deu ocasião a que uma dama portuguesa, indiscrètamente piedosa, furtasse uma falange do pé do santo. Tendo sido, depois de algum tempo, transferido para a casa professa, esteve o corpo guardado numa sala do terceiro andar correspondente à portaria, até que se realizasse a canonização, que teve logar em 12 de Março de 1622.

Chegada à Goa esta fausta notícia, a cidade resplandeceu de festejos aparatosos, promovidos pelos padres da Companhia, por 10 dias sucessivos, de 10 a 19 de Fevereiro de 1624. Solenizadas as vésperas e a festa em louvor do santo Xavier na igreja do Bom Jesus com grande pompa, foram dadas no terreiro da igreja, durante três tardes, representações da sua vida em 5 actos, a que assistia o vice-rei; em seguida percorreram a cidade vistosas mascaradas—em que tomou parte o italiano Pietro della Valle—músicas, danças, torneios, carros alegóricos, esplêndidas cavalgadas de noite, ao clarão de fachos acêsos e várias outras diversões cortezãs e populares, concluindo-se as festas com uma solenissima procissão, que, saindo da igreja de S. Paulo o Velho, se recolheu à do Bom Jesus. Neste préstito, o venerando corpo de Xavier, que havia sido trasladado para S. Paulo, voltou encerrado num rico caixão de prata, conduzido debaixo de um magnífico pálio por sacerdotes revestidos de pluviais, e foi colocado na capela dedicada ao Santíssimo, passando dali, em 1655, para o santuário onde actualmente se acha.

Segundo escreve o dr. Fryer, que esteve em Goa em 1675, parece que a princípio o corpo do santo, em quanto conservava a sua frescura original, era exposto mas sómente à vista e veneração pública, uma vez ao ano, geralmente no dia da respectiva festa (3 de Dezembro), que se solenizava com grande esplendor, iluminando-se toda a cidade na noite das vésperas.

Decorridos poucos anos, já não era tão freqüente a abertura do caixão, a qual, depois de 1685, se suspendeu por muitos anos, pois Gemelli Carreri, que visitou Goa em 1695, chegou a apurar, em vista das informações obtidas, que havia nove anos que o povo não lograva o benefício da exposição anual dessa relíquia. Entretanto permitia-se a pessoas de distinção vê-la particularmente. Mas ainda êste privilégio foi caçado pela C. R. de 2 de Abril de 1755, que formalmente proibiu abrir o túmulo sem prévia licença do govêrno da metrópole.

Desde então para aqui, que já decorreu mais de um século e meio, tem-se exposto o santo relativamente poucas vezes: em 1782, 1859, 1878, 1890, 1910 e 1922. Exceptuando a primeira exposição, que se abriu em 10 de Fevereiro, *dominica quinquagesima*, e se encerrou logo depois de três dias e na qual parece que os devotos apenas viram e veneraram o santo, em todas as outras ocasiões tem sido conservado aberto o caixão por tempo de pouco mais de um mês, concorrendo para beijar os pés do apóstolo e prestar-lhe sua homenagem quási toda a população da India portuguesa e milhares de romeiros extrangeiros, ainda de outras religiões, recebendo, por essa ocasião, alguns enfermos desesperados a graça de curas miraculosas. Além disto foi exposto o corpo do santo em 1900 por 6 dias, por ocasião do Congresso Eucarístico, para o beijo particular dos congressistas; e foi também aberto o caixão particularmente em 15 de Março de 1887, por ocasião da vinda do delegado apóstolico Mons. Agliardi, com a assistência do patriarca Valente, dos Monsenhores Adjuti e Zaleski e do cabido da Sé.

A festa anual de S. Francisco Xavier, que se realiza com esplendor em 3 de Dezembro, com a precedência de novena e vésperas, é muito concorrida. O cabido vai, na manhã dêsse dia, em solene procissão

para a igreja do Bom Jesus, funcionar durante a missa da festa, que é celebrada geralmente pelo patriarca e terminada pela benção papal prèviamente anunciada.

Desde o princípio da novena até a festa é grande a afluência das romarias não só das povoações próximas, mas também do interior do país e que dão à cidade animação e vida.

Por essa ocasião costuma haver feira e restaurantes.

Numa das tôrres da igreja do Bom Jesus estão suspensos três sinos, o maior dos quais traz a seguinte inscrição :

S. FRANCISCO XAVIERI
HUJUS URBIS PATRONE
ORA PRO NOBIS
(Efígie de S. Francisco Xavier)
IN NOME JESU ONES GENUFLECTATUR
CŒLESTIUM, TERRESTRIUM ET INFERNORUM
PEDRO ROIZ PALAVRA
ME FEZ ANNO 1736 [1]

Quinta de Santa Rosália

Além dos três edifícios (S. Paulo o Velho, S. Paulo o Novo e o Bom Jesus) tinham os jesuítas na ilha de Tisvadi, em Goalim Moulá, meia légoa distante da cidade, uma agradável casa de campo, chamada Quinta de Santa Rosália, com a respectiva igreja, fontes e passeios, para os convalescentes da sua ordem.

(1) Vid. o art. do sr. cónego F. X. Vás, *Oriente Port.*

Em 1764 o rei de Sundém, Savay Imody Sadassiva, que se acolhera a Goa com sua família e tesouro, para fugir ao nababo Ayder Ali-Khan, hab itou esta Quinta, donde, em 1774, passou com licença do govêrno para Bandorá (Pondá).

Além da igreja de S. Rosália, a aldeia de Moulá ou Goalim-Moulá tinha a sua igreja paroquial, construída, segundo a tradição, por um italiano, pouco mais ou menos em 1577, e dedicada à N. Sra. do Loreto. Sôbre as ruínas desta igreja existe hoje uma capelinha ([1]).

Fóra de Goa, os jesuítas, depois do seu estabelecimento neste Estado, construiram em Bassaim um seminário, um colégio e 3 igrejas ; tiveram mais de 300 colégios com suas igrejas em vários pontos da Asia como Taná, Chaúl, Bandorá, Cochim, Tanor, Coulão, Pescaria, S. Tomé, Bengala, Maduré, Nemam, Agra, Delhi, Macau, etc. e cêrca de 150 igrejas espalhadas pela India, encontrando-se destas 52 em Tanor e Coulão, 19 na Pescaria, 14 em Nemam e 13 em Maduré, além das missões em todo o oriente. Como a sua missão era universal, a administração dela, por muito extensa, foi dividida em 4 províncias:—do Norte, Sul, Japão e China.

CAPÍTULO V

Continuação das Ordens religiosas

C—Convento e igreja de S. Domingos

Dos religiosos Dominicanos, que pertenciam à ordem dos *prègadores*, vieram alguns em companhia de

([1]) *Bosq. hist. das Com.*, parte 2.ª, pag. 135 e a nota final C=Casa de Sunda=por I. Gracias, e Cottineau, pag. 199.

Afonso de Albuquerque como capelães das naus sob a direcção de Fr. Domingos de Souza, seu vigário geral, e, depois da conquista de Goa, cantaram o *Te Deum* no recinto da fortaleza ; contudo esta comunidade não se estabeleceu definitivamente em Goa senão em 1548.

Fr. Diogo Bermudes e seus cinco companheiros chegaram à cidade de Goa nesse ano, munidos do plano e alçado do seu convento e igreja e das ordens expressas de D. João 3.º para que o governador os favorecesse com os terrenos e meios para a construção. Expropriadas algumas casas e terras ao fidalgo Pedro Godinho e outros proprietários a leste da cidade, na base da colina da Senhora do Monte, edificaram para sua residência temporária uma casa e igreja de taipas, recolhendo para a sua Ordem 15 ou 20 mancebos de famílias nobres e ricas, que os subsidiavam, além da quantia de 1500 pardaus anuais, com que o Estado contribuia para a sua manutenção. O edifício pretendido foi principiado em 30 de Abril de 1550 e completado em 1564, excedendo as dimensões do plano, por conta da Fazenda, que despendeu na sua construção 40 mil cruzados, a fóra o custo da expropriação ! (1)

Apenas concluído o convento, os dominicanos abriram nele o seu colégio de estudos, onde se leccionavam o latim, a filosofia e a teologia.

Em seguida, no caridoso intuito de proteger os escravos cruelmente maltratados, instituiram na igreja a confraria de Nossa Sra. do Rosário, composta exclusivamente dêsse elemento, exortando os seus senhores a que os tratassem com humanidade e permitissem aos descontentes ir servir nesta associação ; e de facto o convento abrigou e sustentou, não obstante os

---

(1) Lendas tomo 2.º, parte 1.ª, pag. 154.

limitados fundos de que dispunha, um grande número de escravos, que recorriam à sua protecção e se empregavam em diversos ofícios.

Esta pia instituição chegou a ter um cofre bastante rico. Provavelmente a capela da N. Sra. do Rosário recebia donativos e oblatas.

Assentado sôbre um môrro com a fachada principal para o oeste, o convento oferecia à vista linda perspectiva pelas suas compridas fileiras de janelas; e era suntuosíssimo e sòlidamente construído, comportando dormitórios magníficos com algumas capelas, muitas câmaras espaçosas e mais de 200 celas, incluindo as do noviciado e de hospedaria e cárcere. As câmaras eram habitadas pelos que exerciam os cargos superiores. O pátio central, que era muito largo, achava-se dividido em quatro jardins bem regados e floridos.

O refeitório era soberbo e abobadado, onde, segundo a regra da casa, antes e depois do jantar se cantavam as preces e as graças, terminando estas na igreja, e era cantada também pelo *leitor*, ao principiar da refeição, a homilia sôbre o evangelho do dia, a qual o superior mandava cessar, quando houvesse de permitir falar. Cottineau, que se hospedou um dia nesta casa com o vigário geral em 1827, refere-se com admiração ao esplendor do convento e à magnificência dos seus claustros (1).

Fazia parte integrante do convento o respectivo noviciado, já mencionado, que tinha capela própria, consagrada à N. Sra. das Mercês.

As paredes do claustro estavam decoradas com o martirológio dessa Ordem em primorosos quadros de pincel italiano. Havia alguns que se referiam à vida de Cristo, sendo o melhor dêstes o que representava o

(1) *Instituto Vasco da Gama*, vol. 3.º, pag. 155 e 257.

passo do seu julgamento. Uma nota singular, porém, que êste quadro oferecia, era o achar-se ali um dos lictores com um par de óculos na mão ; " o que, diz o dr. John Wilson, não poderia resistir ao exame da crítica histórica " [1] e tem razão ; porque não é facil provar que na Palestina se usassem no tempo de Cristo óculos ou lunetas, que na Europa só apareceram três seculos depois. Um outro quadro muito semilhante e com igual anacronismo se encontra na igreja de S. Caitano, no qual um dos membros do tribunal tem cravado no santíssimo rosto de Cristo um olhar terrivelmente ameaçador e faiscante através da luneta posta. E' também um devaneio artístico, como aquele.

Vinte anos depois da instalação desta casa, os frades, queixando-se da insalubridade do sítio perante o govêrno da metrópole, por intervenção do arcebispo D. Fr. Vicente da Fonseca, que era da mesma ordem, conseguiram transferir para Pangim os estudos para um vasto edifício, que foi construído em 1584, no oiteiro hoje chamado da *Conceição*, à breve distância e à esquerda de quem entra na actual igreja da capital, sendo inaugurado com o nome de *colégio de S. Tomás de Aquino*. Perseguidos aqui por cobras de capelo, que lhes mataram alguns companheiros, e pelas furiosas invernadas, demoliram o edifício e com os seus materiais construiram um novo em Panelim em 1596, de que logo falaremos.

Além dêste colégio, tinham os dominicanos em Goa, na aldeia de Morombim o grande, entre Ribandar e Pangim, uma casa conventual, cuja igreja, construída em 1617 pelo bispo Rangel à sua custa [2]

(1) Fonseca 254.
(2) Bosq. Hist. das Com., p. 2.ª, pag. 136.

dedicada à S. Bárbara, era ao mesmo tempo paroquial, onde residiam ordinàriamente três frades, sendo um dêles o prior da sua ordem, (1) indo os outros para ali para convalescença ou recreio.

Nesta casa, chamada *recolecta*, observava-se a reforma que incluia o preceito de perpétua abstinência da carne.

Os dominicanos tinham, também, em Siridão, à beiramar, no sopé de uma colina, uma casa de campo, hoje em ruínas, onde os frades, segundo reza a tradição, iam recrear-se ou convalescer. No tôpo da referida colina existe uma ermida, de forma circular e abobadada, da invocação de N. Sra. de Nazaré, construída por êsses religiosos provàvelmente antes de 1604. Uma festa que se celebra ali no domingo da Pascoela, atrai numerosa concorrência do povo, que conhece o santuário pelo nome de capela de Jesus Nazareno.

Perto da capela, em um sítio fresco, ha uma fonte, cuja fachada apresentava numa lápida em alto relêvo, dois negros armados de machado, em acção de derrubar cada um uma árvore e em baixo relêvo esta quadra:

PARA ESTA FONTE BEM SE CONSERVAR,
SEMPRE CALVO O SEU MONTE DEVE ESTAR,
POIS QUANDO DE TODO TINHA SECADO,
O REMEDIO ESTEVE NO MACHADO. 1750. (2)

Esta lápida, que, ainda ha poucos anos, muitos curiosos iam ver, já desapareceu. Dizem que se deslocara e se partira, encontrando-se os fragmentos

(1) O superior local de cada casa tomava o nome de *prior*.

(2) *Bosq. hist. das Com. II*, pag. 27. *Oriente Port.*, vol. 1.º, pag. 89.

espalhados no caminho. Parece que algum selvagem foi buscar ali tesouro, e esmigalhou um padrão tão interessante. A barbaridade foi praticada depois de ter sido trasladada a inscrição por F. N. Xavier e publicada em mais duma das suas obras depois de 1841

Possuiam os dominicanos uma formosa igreja e algumas casas em S. Tomé de Meliapur e muitos conventos, colégios e igrejas em Bassaim, Chaúl, Ormuz, Ceilão Malaca, Cochim, Damão, Diu, Macau e Moçambique, o hospício dos Reis Magos em Quelimane, e as missões de Africa, além das de Solor e Timor, que eram exclusivamente suas e cultivadas com tanto zêlo, que em 1640, Solor [1] tinha 8 igrejas e Timor 22. Contudo o convento primordial foi sempre a séde dos dominicanos e o centro, donde saíam os seus missionários para as diversas partes do oriente. Em 1636 contava ao todo 250 religiosos [2]; o seu superior, que tinha direito a chamar-se *provincial*, usava o título de *vigário geral*, que continuou ainda quando os dominicanos formaram, mais tarde, uma Província separada da de Portugal.

O seu hábito era de lã branca, em forma de longo roupão, com capêlo e escapulário da mesma côr, cinto de coiro e prêso a êle um rosário; mas em ocasiões solenes, ou visitando pessoas de dignidade, traziam sôbre o hábito uma capa preta. Tinham o calendário eclesiástico e o rito especiais, e as suas cerimónias da missa afastavam-se muito do cerimoniário romano [3].

---

(1) Solor, ilha que pertenceu a Corôa portugueza foi cedida aos holandeses pelo comissário régio Lopes de Lima, cedência confirmada mais tarde pelo tratado de 1859. *Annais Marit.*, vol. 5.º pag. 386.

(2) *Resumo histórico da vida de S. Fr. Xav.*, por F. N. Xavier, pag. 177.

(3) Na festa do Natal cantava-se a genealogia de Cristo segundo S. Mateus depois das matinas e antes do *Te Deum*, como se

A ordem de S. Domingos foi uma das mais célebres da cristandade, produziu homens de profundo saber, grande número de bispos e cardeais, quatro papas e seis arcebispos de Goa. Era, também, muito rica, e contudo D. João 3.º dotou êste convento com 15 mil xerafins por ano.

A igreja, pegada ao lado meridional do convento, era espaçosa, mas, comparativamente ao seu comprimento, muito estreita. Tinha a nave com o tecto sem ser abobadado, dividida em três partes por duas fileiras de colunas de granito, seis de cada lado, douradas de alto a baixo, em cujos grandes arcos *resplandecia o ouro em abundância*, como diz Gemelli Carreri. Os dez arcos sustentados pelas doze colunas correspondiam a dez capelas ou altares laterais, os quais com os do cruzeiro e da capela-mór parece que completavam o número de qninze. (1)

Havia, como diz a tradição, no corpo da igreja, aos lados, dois púlpitos vis-avis, onde parece que se cantavam a epístola e o evangelho em certas festas solenes, e o *Passio* na semana santa; e mais um púlpito, colocado sob o arco da capela-mór, destinado à prègação.

Sôbre a porta principal viam-se suspensos os retratos dos infelizes reus queimados quando relaxados em carne pelo santo ofício, constando sómente de suas cabeças postas sôbre tições acesos e dizendo o letreiro em baixo os seus nomes, a filiação e a naturali-

---

fazia também nas matinas da Epifania, mas segundo S. Lucas. A epístola e o evangelho destas festas, como também da Páscoa da Ressurreição eram cantados no púlpito. Depois da comunhão entoavam-se as Laudes sem hino, nem capítulo nem versículo ; incensava-se ao *Benedictus*, concluindo-se com oração, que era o *postcommunio* da missa. No ofício divino nunca se duplicava a antífona. Vid. Cit. *Instit. V. da Gama*, vol. 3.º, pag. 155 e 257.

(1) Não encontramos elementos seguros para determinar o número dos altares nem os respectivos oragos.

dade, a especificação do crime e a data da execução, como outros tantos trofeus brilhantes, segundo Dellon, consagrados à glória do tribunal da Inquisição, de que os dominicanos eram membros *ex-ofício*, mas, conforme êstes frades, como aviso aos cristãos para não descambarem da fé.

O côro, onde se cantava ou rezava diàriamente o ofício divino, ficava na capela-mór, o que divergia do costume dos outros conventos, que, geralmente, tinham os seus coros colocados na galeria do fundo da igreja.

Além da festa de S. Domingos, que se solenizava nesta igreja em 4 de Agosto, os inquisidores celebravam em 29 de Abril a festa de S. Pedro o mártir, fundador da confraria da Inquisição, com ruidosa pompa e com sua assistência *in pontificalibus*, percorrendo a cidade, à tarde, uma cavalgada de fidalgos europeus e não faltando às vezes uma tourada à hespanhola. O cofre desta confraria, estabelecida no convento de S. Domingos, era administrado pelos inquisidores e recolhia, entre outras contribuições para esta festa, 100 xerafins do condado de Cuncolim. Extinta a Inquisição e confiscado o cofre, a festividade continuou, pagando a Fazenda para a sua despesa 100 xerafins ao prior de S. Domingos.

A fachada da igreja, que olhava para o oeste, era a mais formosa de todas as de Goa e caía sôbre uma escadaria de belíssima aparência (¹). Na sacristia encontravam-se candelabros e serpentinas de prata massiça, vasos sagrados e paramentos muito ricos e um cofre de prata primoròsamente lavrado.

Em 1834 o dr. J. Wilson viu ainda 25 frades no convento, que no ano seguinte foi fechado, somando o inventário de seus bens 403,511 xerafins e 4 tangas.

(¹) Cottineau, 119.

Poucos anos depois, em Maio de 1841, abateu uma parte do convento e a sacristia ; e o que restava foi logo demolido por ordem do governador Lopes de Lima. Os materiais, pela maior parte, foram empregados na construção dos quartéis de Quepém ([1]). Das suas grandes colunas de pedra preta foram aproveitadas oito, com alguma cantaria e cintas de ferro, para o monumento erigido, em 1848, à estátua de Afonso de Albuquerque, em Pangim. Os retábulos foram abandonados ; a magestosa imagem de S. Domingos de 7½ pés de altura, que ocupava o altar principal, foi removida para o arsenal, o púlpito foi levado para a igreja de Tivim, 1 retábulo para o cemitério de Anjuna ; o órgão para Jua, e o seu grande sino para a igreja de Moirá, comprado por pouco mais de 3 mil xerafins, ([2]) e para cuja colocação lhe foi indispensável levantar uma tôrre especial atrás da capela-mór. A confraria da Senhora do Rosário, perdidos pelo desabamento da sacristia quási todos os efeitos que lhe pertenciam, foi transferida em 1846 pelo arcebispo primaz para a igreja de S. Matias, da ilha de Divar, com os seus fundos no valor de pouco mais de 2 mil xerafins, além de um sino pequeno ; sendo colocada a imagem da padroeira no altar de S. Antònio.

A frontaria do templo, que, derruída de um lado e cercada de ruínas, subsistiu ainda por alguns anos, foi finalmente demolida. Hoje resta apenas no adro da igreja o cruzeiro, para atestar a glória passada dos dominicanos na cidade de Goa.

Fronteiro ao convento existe o extenso campo aberto, onde se adestravam os cavalos e atrás dêle uma

---

([1]) *Bol. do Gov.* de 1859, pag. 642.

([2]) *Bosq. hist. das Com.* por F. N. Xer., part 2.ª, 1.ª ed., pag. 149, 150 e 153.

bela fonte, cujas águas eram conduzidas em pipas para uma pequena capela de graciosa estrutura, curiòsamente adornada de conchas no interior e dedicada a S. João Batista. Esta fonte, que era muito cómoda, tinha reservatórios para a lavagem de roupa; mas a sua água, por ser inferior à de Banguinim, vendia-se mais barata, diz Pyrard.

Colégio de S. Tomás de Aquino

O mais notável edifício que se via em Banguinim (¹) era o *Colégio académico de S. Tomás de Aquino*, situado na margem do Mandovi, logo atrás da igreja de S. Pedro e contíguo à ponte que ligava êste arrabalde com a cidade. Começado a ser construído em 1596 pelo vigário geral dos dominicanos, Fr. Francisco Faria, em substituição do que, por alguns anos, coroou o cimo do oiteiro da *Conceição*, êste colégio foi concluído em 1623, na segunda governação do vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira.

O colégio era vasto, de bela arquitectura e de aspecto grandioso, ostentando longas fileiras de janelas, que debruçavam sôbre o rio ; e recebia da Fazenda, em virtude do alvará de 3 de Novembro de 1599, um subsídio anual em géneros alimentícios, reduzido, mais tarde, a 1050 xerafins e duas tangas.

Leccionavam-se ali, além das artes, a filosofia e a teologia pelo sistema do doutor angélico, sendo admitidos para as lições indistintamente religiosos e seculares, que afluíam em grande número. Êste instituto, que se denominava, também, *Universidade*. tinha a faculdade de conferir os graus de *presentado*, *doutor* e *mestre* em teologia.

(¹) Banguinim era uma aldeia da freguezia de S. Pedro, hoje reduzida a palmares, onde existe uma fonte de grande nomeada.

Depois que, com a expulsão dos jesuítas, se fechou o colégio de S. Paulo, não houve em Goa outro estabelecimento de educação e ensino que pudesse competir com o colégio de S. Tomás de Aquino, que prestou importantes serviços ao país por espaço de quási três séculos.

Em 18 de Outubro de 1626 foi êste edifício devorado por um terrível incêndio; pois, continuando ainda com grande fôrça o rigor do inverno, uma faísca elétrica veio buscar o depósito dêste estabelecimento, onde se achavam arrecadados, segundo o costume, alguns barris de pólvora do govêrno, por falta doutro lugar seguro. A explosão incendiou, à excepção da igreja, todo o edifício e até as casas vizinhas. Dizem que morreram nesta ocasião alguns religiosos; é provável; mas a carta do vice-rei, de 3 de Fevereiro de 1627, que refere o lamentável acontecimento por extenso, não menciona esta circunstância. Reparada a ruína em pouco tempo, para o que o vice-rei fizera logo mercê de 1000 xerafins, o colégio foi prosperando como dantes, e ainda em 1695, quando Gemelli Carreri o visitou, encontrava-se em magnífico estado de conservação, sendo habitado por 25 frades. O colégio tinha uma capela interna, uma biblioteca e uma farmácia bem provida.

A sua igreja, consagrada a S. Tomás, não apresentava fachada distinta da do colégio, mas fazia parte do lanço oriental do claustro, tendo as costas voltadas para o sul e contava sete altares com retábulos de estimável valor. A porta principal do colégio e a da igreja, ao que parece, eram abertas na parede lateral para o leste, defrontando com uma travessa adjacente, que ia entroncar com a estrada pública.

A 4 de Março de 1825 o arcebispo S. Galdino sagrou nesta igreja o arcebispo de Cranganor, D. Paulo de S. Tomás de Aquino e o bispo de Cochim D. To-

más de Noronha.

Ao tempo da visita de Cottineau, a situação dêste estabelecimento era muito mais sadia que a do convento principal, e, porisso, alguns dos membros velhos da ordem, retirados e dispensados da obrigação de assistir ao côro diário, preferiam a residência no colégio.

Depois da sua extinção em 1835, o inventário, que lhe foi feito, produziu 125.780 xerafins e 3 tangas. Volvidos poucos anos, o edifício, abandonado, ficou eslavrado, abatendo-lhe o tecto da igreja em Novembro de 1844. Manifestando-se a ruína em diversos outros pontos, foi mandado demolir no govêrno do conselheiro Pestana em 1846. A imagem de S. Tomás encontra-se guardada na sacristia da igreja de Corlim, das Ilhas.

Dois sinos dêste colégio foram levados para a igreja de Ucassaim, comprados pelas comunidades desta freguezia, em arrematação realizada em 1839, pelo prêço de 1.600 xerafins (1); um dêles traz gravada em alto relêvo a efígie de S. Jacinto com a inscrição =*Ora pro nobis beate Hiacinte*=.

CAPÍTULO VI

Ordens religiosas (continuação)

D—Convento e igreja de S. Agostinho e as suas instituições

No planalto do Monte Santo, avultava rodeado de várias construções o magnífico convento de S. A-

(1) *Bosq. hist. das Com.*, 1.a ed., parte 2.a, pag. 153.

gostinho, fundado por doze frades desta ordem, que, sob a direcção de Fr. António da Paixão, vieram a Goa em 1572 e, no mesmo ano, conseguiram lançar com a maior solenidade a pedra fundamental do seu mosteiro, depois reconstruído, ampliado e dedicado, em 1597, a N. Sra. da Graça, padroeira da Ordem, que se denominava dos *eremitas calçados de S. Agostinho* (¹).

Era o mais alto dos edifícios da cidade e olhava para o leste, defrontando com um espaçoso terreiro. Subia-se aos seus dois pavimentos superiores por uma larga escadaria de granito, que principiava no compartimento contíguo à portaria.

Logo ao entrar se via à esquerda uma elegante capelinha, consagrada à Santa Clara do Monte Falco, e chamada vulgarmente a *Capela da portaria.*

Os claustros e pilares, as galerias, salas e celas numerosas, era tudo belíssimo, diz Cottineau, como eram também dignos de atenção o seu vasto refeitório, a hospedaria e a enfermaria. Havia nos andares superiores quatro capelas denominadas respectivamente, dos Provinciais, dos Priores, da N. Sra. do Rosário, e da N. Sra. da Assunção.

O dr. Wilson, comparando o edifício do convento com o da universidade de Edinburgo, fala com admiração da pintura mural, que representava vários santos e a história dos religiosos de S. Agostinho que padeceram pela fé (²).

Além do seu jardim, sempre verde e florido, contendo espécimes de plantas exóticas, o convento possuia uma grande horta, onde medravam as melhores árvo-

(¹) Os sucessores dos primeiros discípulos de S. Agostinho fizeram vida eremítica até ao século XIII.

(²) Fonseca, 311.

res frutíferas da India. A sua preciosa livraria, provida das obras mais selectas e raras do século XVI, foi tão estimada pelo doutor Buchanan, quando se hospedou por alguns dias neste convento com o erudito provincial Fr. José das Dôres, que, segundo êle próprio refere, entretendo-se com a leitura se julgava, na sua imaginação, transportado a uma das bibliotecas de Cambridge ([1]).

Assistiam neste convento regularmente cincoenta religiosos, afora os noviços, contando-se entre êles alguns filhos de famílias mais distintas de Goa, que preferiam entrar nesta ordem, depois de ter sido revogada, em 1619, a lei que proibia admitir à profissão religiosa os naturais da India, *mestiços e castiços, porque podiam ter vivos parentes chegados gentios.*

Os agostinianos, depois da defecção do seu confrade Martim Lutero, mudaram a côr do seu hábito ordinário de preto a branco, com o cinto de coiro preto, reassumindo, nas ocasiões solenes, o seu antigo hábito de capuz ponteagudo e mangas largas, que se estreitavam bruscamente nos punhos. Nunca usavam capa e nisto principalmente se distinguiam dos dominicanos, que sôbre o hábito branco levavam muitas vezes uma capa preta.

Ligada ao convento pelo norte dilatava-se a sua suntuosa igreja, mais ampla do que todas as outras dos conventos da cidade. Da porta principal até ao cruzeiro tinha 17½ braças de comprido e 7½ de largura. O cruzeiro tinha de largo 3½ braças e 13½ de comprido ([2]). A sua fachada, aluminiada pelo sol nascente, era decorada com formosas colunas e diversos ornatos de granito e flanqueada por duas gigantescas

---

([1]) *Inquisição de Goa*, por Dellon, tr. de Abreu, pag. 247.
([2]) *An. Marit. e Col.*, vol. 5.º, pag. 216.

tôrres, onde se viam suspensos enormes sinos, o maior dos quais ([1]), havendo sido transferido, depois da supressão das ordens religiosas, para o farol da Aguada e utilizado para o seu relógio, foi cedido pelo Estado à igreja de Pangim, onde se acha actualmente colocado no campanário central, *ad hoc* construído em 1875.

Tinha única nave, primoròsamente abobadada, e o côro em estilo gótico. Esta abóbada, como fosse, na parte central, muito elevada e quási horisontal, diz uma curiosa tradição, abatera duas vezes, e o arquitecto, que era um italiano, vexado com os desastres, a erguera finalmente à sua custa e para dar prova da solidez da construção, ou, em caso contrário, morrer sepultado sob as suas ruínas, porque não tinha com que solver a dívida para êsse fim adquirida, se colocara, com seu único filho debaixo do fecho daquela grandiosa obra, dando fogo a um canhão de grosso calibre, que trazia preparado ; e, como a explosão não tivesse causado nenhum estrago à abóbada, os religiosos, satisfeitos, lhe retribuiram liberalmente o serviço e os sustos. Esta tradição faz lembrar a frase " a abóbada não caiu, a abóbada não cairá " do mestre Afonso Domingues, da Batalha, a que se refere A. Herculano nas *Lendas e Narrativas.*

O templo comportava onze altares, conforme viu Cottineau, todos admirados pela elegância dos retábu-

---

([1]) Foi êste grande sino exprèssamente fundido em 1749 para êste convento na oficina régia de Lisboa pelo fundidor real João Nicolau Levachi, como resa a inscrição em latim existente no mesmo sino. Antes da sua fundição, segundo nos informa o sr. Cónego Vás, em vista de documentos, o convento possuia no século XVII um sino ainda maior, chamado *Sino Balão*, que, por ordem do capítulo Provincial, se tocava sómente em determinadas ocasiões, como à chegada das naus do reino, o nascimento das pessoas reais, a festa da Padroeira da Sé, e as festas principais do convento.

los; oito dêstes demoravam, segundo fixa Louzada de Araújo, na grandiosa nave, sendo o altar principal um primor da arte e magestosa a tribuna do Santíssimo Sacramento, a qual tinha um pavilhão de filigrana de óuro, composto de 10 peças [1].

Os altares eram dedicados à N. Sra. da Graça, N. Sra. do Bom Sucesso, S. João de Sahagun, S. Tomás de Vila-Nova, S. José, N. Sra. dos Passos, S. Agostinho, Senhor Jesus e N. Sra. das Angústias. Faltam ainda duas invocações, que não foi possível apurar [2].

A abóbada da capela-mór ostentava as galas de laçaria gentilmente dourada. Do côro desta capela, que fôra fabricado mais tarde e que ao presente se encontra no Bom Jesus, sómente se usava nos dias festivos, servindo-se em outro tempo do côro da galeria do fundo, segundo o costume de todos os conventos da cidade.

Além de várias festividades que se celebravam nesta igreja, os agostinianos costumavam fazer, no primeiro domingo da quaresma, uma procissão soleníssima, chamada dos *Passos do Senhor*, conduzindo uma imagem de Cristo com a cruz às costas, e na qual tomavam parte muitos *penitentes*, que, vestidos de sacos brancos, se flagelavam em público. Nesta ocasião levantavam-se altares em diversos pontos do trânsito para o descanso da procissão, nos quais se cantavam *motetes*, e, representando a passagem *Conversus ad filias Jerusalem dixit illis : Nolite flere super me*, se fazia voltar o Cristo para o povo, que respondia com grandes sinais

---

(1) Inventário do convento de S. Agostinho, arquivado na Fazenda. A tribuna teria um pouco mais de 2 metros.

(2) Devemos êste esclarecimento à benevolência do sr. Cónego F. X. Vás. Conforme Louzada de Araujo, os altares eram treze, ficando 4 dêstes no cruzeiro. Vid. *An. Marit.* e *Col.*, vol. 5.º, pag. 216.

de compunção. A procissão costumava sair de S. Paulo o velho—por ser um santuário antigo, além de que êste trânsito era pelas ruas principais da cidade— e terminava na igreja dos agostinhos, sendo apresentado no fim o Santo Rosto à imensa multidão de gente, que se apinhava no espaçoso terreiro desta igreja. Os referidos altares eram, em todas as sextas-feiras da quaresma, adornados da mesma forma e visitados pelo povo de dia e até à certa hora de noite. Esta visita, que se chamava *correr os Passos*, servia ao povo, diz Pietro della Valle, durante a quaresma tanto para a devoção como para o passa-tempo (1).

A casa do noviciado dos agostinhos era contígua ao seu convento pelo sul e podia ser considerada como parte integrante dêle. Tinha claustros sobradados com jardim no páteo interior e capela especial, embora muito pequena, dedicada à N. Sra. das Neves, onde os noviços costumavam tomar o hábito.

Fronteiro a êste edifício a oeste erguia-se o colégio consagrado à N. Sra. do *Pópulo*, fundado, ao que parece, na primeira metade do século XVII (2) pelo provincial Fr. Pedro da Cruz, para a instrução dos religiosos mais moços da sua ordem. Era uma casa de dois pavimentos só, mas de elegante aspecto e coroada de esbelta cúpula, que realçava a perspectiva do edifício. Além das cadeiras de latim, filosofia e teologia, leccionavam-se neste estabelecimento vários ramos de conhecimentos humanos para os que quizessem dedicar-se aos estudos úteis em tempo livre. Assistiam nele 30 religiosos, às vezes mais, com o seu reitor, vice-reitor e seis mestres; um dos mestres de filosofia e teologia, desde 1830, foi o padre António Manoel Soa-

---

(1) Valle, 8.ª carta, na *India* em *1623 e 1624*, por I. Gracias.

(2) Filipe Néri Xavier coloca a fundação em 1633.

res da Veiga, natural de Ribandar, depois bibliotecário da Biblioteca nacional e professor da Escola normal de história e, finalmente, reitor do liceu nacional, em 1854. O colégio tinha igreja própria, suficientemente espaçosa, com cinco altares e a fachada para o norte e percebia da Fazenda 1000 xerafins anuais. Possuia duas capelas, a de S. António e a outra chamada de *Livraria* (1).

Depois da extinção do colégio o retábulo principal da sua igreja passou em 1841 para a de Ribandar.

Êste colégio, donde saiam os missionários para diversas cristandades, era ligado ao noviciado por meio de um imenso arco sôbre a larga rua denominada *dos judeus*. Esta rua conduzia à fôrca chamada do preto *Tipete*, fôrca, segundo refere Lopes Mendes, construída de pedra, de propósito para nela ser enforcado um célebre preto dêste nome, que era o terror do povo de Goa.

Os agostinianos construiram em 1622 um seminário em Neurá o grande, sob a invocação de S. João Evangelista, donde, por insalubridade do sítio e grande distância da cidade, transferiram o ensino, segundo uns, para o colégio do *Populo*, e, conforme outros, para o *seminário de S. Guilherme*, fundado pelo provincial Fr. João da Rocha, pouco depois do ano de 1623, atrás do mencionado colégio do Populo, leccionando-se também aqui o latim, a filosofia, a teologia e o canto, mas só para os clérigos indígenas que se destinavam para párocos (2). O edifício de Neurá foi então reduzido à igreja paroquial. Receberam em doação a igreja, hoje capela, de S. António, de Goa, e a casa e ermida

(1) Vid. o cit. inventário do convento.

(2) *India Port.* por Lopes Mendes; *Descrição geral e hist.* por T. de Aragão, vol 3.º, pag. 58; *Noticia e Leges.* por pe. Filipe Neri de Souza, e *Inst.* por F. de Souza ; e *Oriente Port.*, vol. 4.º, pag. 350.

de Sta. Inês, na freguesia de Taleigão, construída por D. Francisco d'Eça em 1584, a qual foi reedificada e elevada à igreja paroquial em 26 de Outubro de 1600.

Fora de Goa tinham conventos em Bassaim, Taná, Chaúl, Pérsia, Congo, Bombaim, Macau, Madrasta, Damão e Diu; um hospício em Madrasta e um pequeno hospício em Bombaim, no Colaba (1), para a acomodação dos religiosos que ali iam embarcar para a missão, e um outro em S. Tomé de Meliapur, além das ricas missões de Bengala, onde fundaram um convento e 24 igrejas, e da costa de Coromandel, onde construiram inúmeras igrejas, havendo batizado centenas de adultos.

Esta ordem, a-pesar de ser a mais opulenta e numerosa de todas as de Goa, nunca formou Província à parte ; era apenas uma congregação filial à Província de Portugal, tendo sido, contudo, o seu prelado na India sempre honrado com o título de *Provincial*. A eleição dêste *Provincial* e dos Dignitários, Visitadores, Prior de Goa, Reitor do Colégio e outros cargos principais, se fazia de 3 em 3 anos aqui em Goa ; mas por causa de dissensões que houve, adoptou-se o processo de mandar para o Provincial da metrópole os votos em cartas fechadas para êste designar os eleitos.

Extintas as ordens religiosas, sairam dêste convento 59 frades, e a Fazenda recolheu 834,139:3:49 xerafins.

Para o convento vago a Santa Casa da Misericórdia transferiu os recolhimentos da Serra e de Madalena.

(1) Uma casa que compraram a um parse em 1823. Depois da extinção das ordens religiosas, mobilada à custa da Fazenda e confiada a um administrador, serviu de acomodação aos funcionários portugueses que passassem por Bombaim. Actualmente esta casa, em virtude da Concordata de 23 de Junho de 1886, pertence à diocese de Damão, cujo prelado costuma ter ali a sua residência. Tem uma capela aberta ao culto público.

Removidos êstes, mais tarde, para Chimbel, o edifício abandonado arruinou-se; e em 8 de Setembro de 1842 desabou a abóbada da igreja, cobrindo com o montão das suas ruínas a colossal imagem de S. Agostinho e a da N. Sra. da Graça (1).

O colégio do Populo ainda resistiu às injúrias do tempo até 1846, em que o govêrno o mandou demolir e vender os materiais.

Hoje do gigantesco e maravilhoso edifício restam apenas a frontaria da igreja conventual, encostada à tôrre—que lhe ficou da banda do norte, desafiando o poder do tempo—uma parede da capela-mór com fragmentos da abóbada e algumas paredes desmanteladas do noviciado e da igreja de Populo, com um pedaço da sua fachada.

Do seminário de *S. Guilherme* não aparecem nem vestígios.

CAPÍTULO VII

Ordens religiosas (continuação)

E Convento e igreja da Madre de Deus e as suas instituições

Ao mesmo tempo em que floresciam no recinto da cidade de Goa as quatro mâis célebres ordens religiosas já referidas, medrava no pitoresco arrabalde de Daugim de cima, à beira-mar, um ramo dos franciscanos, mais rigoroso e abnegado, prestando relevantes serviços ao cristianismo. Vejamos a sua evolução.

---

(1) O arsenal da marinha, a cujo cargo ficaram os conventos extintos, descuidou-se em fazer antes do inverno os concertos ordinários. *Bol. do Gov.* de 1853, pag. 142.

D. Gaspar de Leão Pereira, o primeiro arcebispo de Goa, fundou à sua custa, em 1567, um convento ligado à antiga ermida da Madre de Deus, na paróquia de S. José, de Daugim de cima, destinando-o à profissão e vida religiosa dos capuchos, que deviam seguir os estatutos modelados pelos da província de Arrábida. Chamou-se *o convento da Madre de Deus* pela invocação da ermida.

A cerimónia da sua inauguração realizou-se em 31 de Outubro de 1569. Seis frades franciscanos e dois noviços, que se haviam oferecido a dar princípio ao novo instituto e já se tinham preparado com grande fervor do espírito, sob a direcção do custódio fr. João de Ceita, passaram para Madre de Deus, saindo de S. Francisco acompanhados por toda a comunidade religiosa em solenissima procissão presidida pelo arcebispo, e tomaram a entrega do convento, que o seu fundador lhes havia doado com autorização régia. Entraram, também, nesta congregação alguns religiosos reformados de Arrábida, mandados para a India por D. João 3.º, em 1566.

Êste instituto, que foi filial ao convento de S. Francisco durante os primeiros 30 anos, separou-se desta última casa, com as devidas licenças, nos princípios do século XVII, como está dito no capítulo III ficando anexado à congregação dos *franciscanos reformados*.

Agregando-se-lhe, na partilha efectuada na ocasião, várias casas já referidas e entre elas as da Senhora do Cabo e do Pilar, em Goa, foi elevado, em 1612, à *Custódia da Madre de Deus dos religiosos capuchos da India*, e, em 1622, por breve do papa Gregório 15.º, à categoria da *Província* do mesmo título [1].

---

[1] *Os Capuchos da India* costumavam ter a cabeça coberta com o capêlo, mas não traziam a barba.

O edifício não era muito vasto nem ostentava galas nem primores arquitectónicos. Os seus claustros e dormitórios, modestos, acomodavam 40 frades, que eram de assistência ordinária, com a capacidade para alojar mais uns poucos; mas a pobreza da arte, que se via no convento, era compensada pelos ricos dons da natureza, que o cercavam. A quinta do convento, solo fertil, produzia com pouco trabalho saborosas frutas [1] e variedade de hortaliças e legumes, e primava pelo seu magnífico jardim, sempre cheio de mimosas flôres e plantas de ornato para os altares.

O espaçoso tanque, que, recebendo as águas do Mandovi pelas comportas vizinhas, banhava o claustro oriental com agradável perspectiva, era o recinto, onde se criava abundante peixe de melhor qualidade, não só para o proveito, porque o refeitório da casa, em regra, não admitia carne, mas, também, para o recreio, pois o peixe, como se fôra domesticado, acudia em cardumes, todos os dias, às migalhas de pão e ao arroz cozido, que das sobras das refeições os religiosos lhes mandavam deitar, à hora certa, entretendo-se em ver as suas contendas sôbre o pasto.

Em 1719 D. Inês de Melo Pereira acrescentou ao convento uma enfermaria, gastando 19,700 xerafins, como se pode ler na inscrição existente numa pedra sôlta, que pertenceu ao mesmo convento e se encon-

---

(1) Diogo do Couto, na dec. 8.ª, cap. 37, refere que o arcebispo D. Gaspar mandara de presente um açafate de figos temporãos desta horta ao vice-rei D. Luis de Ataíde, quando êste estava em guerra com o mouro em Banastarim e que o vice-rei, em retribuição e agradecimento lhe enviara um pelouro despedido pela arma inimiga e caido aos seus pés sem o molestar, dizendo não haver outra fruta em Banastarim. A tradição fala também da existência de ananazes e laranjas doces nessa horta, admirada pelos estrangeiros.

tra na galeria lapidar do *Museu Real* de S. Caitano, descrita por Carmo Nazaré ([1]).

Com respeito ao espírito religioso, pode-se afirmar sem exagêro, que se vivia neste convento com o primitivo rigor e a austeridade de família seráfica, amando a santa pobreza e todos os pobres, como S. Francisco de Assis os amava, e rescendendo a casa uma expressão de misticismo e de grandeza da alma, tal como do convento de Benfica escrevia um erudito = *En domus undique rédolens sanctitatem* =. Na sua acção missionária e apostólica, o povo admirava nestes religiosos sôbre tudo o carinho e a abnegação, com que tratavam os leprosos e os infelizes empestados dentro e

---

([1]) Eis a inscrição :

(ARMAS)

Esta enfermr.ª fabri
Cou a pied.ᵉ de D. Ignes de Mello
Per.ª N. Syndica na era de 1719
Gastou' 19 mil e 700 xs. A. Prov.ª
Obrig.ª por tanto dispendio
Lhe mandou faser este padrão
E poz p. lei em difinição q to
Do o Sacerdote q na d.ª emfer
M.ª se curar seja obrig.º depois
De são dizer hua missa pela alma
Da dita D. Ignes de M.º ou p. q.ᵐ ella
Aplicar debx.º do prec.º de obed.ª
Os Ir.ˢ coristas debx.º do mes
Mo hu off.º de defuntos du
Plex e os irm.ºˢ leigos cem P.ᵉ
Nr.ˢ e cem Aves M.ªˢ Anno
1725

Oriente Port., vol. 1.º, pag. 212.

fora dos hospitais, de maneira que, vendo nesses benfeitores alguma cousa de sôbrenatural, se convertia fàcilmente ao cristianismo.

Foi esta casa o querido retiro do seu fundador, que resignando duas vezes a mitra, passou ali a vida humilde em uma estreita cela, entregue à contemplação das cousas divinas, aos seus estudos e à composição de livros, que deixou; e, afinal, depois de ter espalhado muito bem pelo mundo, ali expirou, canonizado pelo povo como santo, sendo os seus restos mortais depositados na capela-mór da igreja dêste convento, e transladados mais tarde, em 5 de Outubro de 1864, com grande solenidade para a Sé primacial por ordem do arcebispo Amorim Pessôa.

Havia nesta casa um colégio de estudos, onde se leccionavam o latim, a filosofia e a teologia para os religiosos, tendo sido um dos lentes das sciências teológicas fr. Joaquim de Santa Rita Botelho, natural de Pangim, mais tarde bispo eleito de Cochim e vigário capitular e governador do arcebispado de Goa, em 1851.

Êstes religiosos *reformados ou capuchos* sustentavam-se com a esmola, que pediam em épocas regulares, como os franciscanos *observantes*; mas, posteriormente, tanto à êstes como àqueles foi permitido ter rendas *em comum* ou receber esmolas estipuladas. Assim se permitiu a todas as *Ordens mendicantes*, por lutarem com graves dificuldades na manutenção da disciplina, excepto a seus certos ramos, que se conservaram na pobreza primitiva. A' sombra desta permissão acumulou-se nos cofres destas ordens algum dinheiro que era administrado por um síndico, e que depois lhes foi confiscado pelo govêrno.

Pela extinção do convento em 1835, sairam dali 31 religiosos, e o inventário dos seus bens somou em 230.484 xerafins.

A igreja, que em contiguidade ficava ao sul e olhava para o oeste, era muito pequena, mas tinha 5 altares e, sôbre o vestíbulo ligado à frontaria, um belo terraço com a sua platibanda, onde os religiosos, depois de findar o côro, gozavam o fresco de tarde e do panorama da cidade e do rio.

O pavimento da igreja, como também o do claustro, estava juncado de sepulturas ; pois muitas famílias portuguesas preferiam haver ali o seu jazigo. A imagem da Mãe de Deus, a quem era dedicado o altar principal, tinha a reputação de milagrosa e culto especial; quási todos os dias de semana afluiam ao templo peregrinos e devotos em verdadeiras romarias, cuja fé operava milagres, recuperando muitos enfermos a saúde pronta e admiravelmente. Os que fôssem considerados possessos eram transportados ordinàriamente à essa igreja para serem exorcismados. Aos sábados de manhã havia grande concorrência do povo à missa e à salve cantadas com o acompanhamento do órgão, e de tarde, por costume inalterável, iam para ali os vicereis fazer oração [1]. O conde do Rio Pardo, ao voltar da Madre de Deus, orava também muitas vezes perante o túmulo de S. Francisco Xavier.

A festa principal era solenizada no dia da Anunciação da N. Senhora, precedida de novenas e salves, assistindo aos actos a respectiva confraria revestida de opas brancas. Ainda depois de suprimidas as ordens monásticas, ouvia-se durante muitos anos, naquela apartada solidão, ao longo das naves, o sussurro das orações de vários romeiros vindos de pontos distantes do país, que se desobrigavam de seus votos e promessas. Nesta época o padre administrador do con-

---

(1) *Instr. do M. de Alorna*, parte 3.ª, pag. 67 ; e *Oriente Port.* vol. 7, pag. 162.

vento, Fr. João da Rainha dos Anjos (agostiniano) era reputado um dos melhores exorcistas, sendo procurado até pelas comunidades agrícolas do país para esconjurar a praga de bichos que infestassem as searas.

Em 1853 o govêrno, não podendo acudir às dispendiosas reparações, mandou apear o tecto da igreja, depois de removida a imagem para uma capela interior, procedendo-se, dois anos depois, à demolição de alguns compartimentos do convento mais ou menos ruinosos.

Em 1870, quando se pensou em demolir a restante parte do edifício, subiram ao govêrno alguns requerimentos pedindo a sua conservação pelo fundamento de ser universal a fé dos povos na virtude curativa e milagrosa da Mãe de Deus ; mas, como a crença não ligava essa virtude à casa de Daugim, o govêrno anuindo à súplica dos moradores da freguesia de Saligão, (Bardês), permitiu que fôsse trasladada a imagem para a formosa igreja que estava a concluir-se naquela importante povoação e destinou o convento a ser demolido. De facto, em 26 de Novembro de 1873 foi a devota imagem transferida processionalmente—com a assistência de todas as confrarias de Bardês e das primeiras autoridades do Estado—para essa igreja paroquial, tendo partido o luzido préstito dum belo pavilhão erigido no cume do oiteiro dessa aldeia, onde já se achava prèviamente colocada a veneranda estátua. Depois da transladação chegou uma portaria do govêrno superior mandando conservar essa imagem em alguma capela do convento que mais conviesse. Era tarde. (1)

(1) Em 26 de Novembro de 1923 celebrou-se o cinquentenário desta transladação com brilhantes festas.

No retábulo da capela-mór avultava uma outra imagem alegòricamente notável : era a de S. Pedro em acção de dar uma chave ao arcebispo D. Gaspar, que de joelhos a estava recebendo. A tradição, interpretando o trecho, referia que, na ocasião em que o papa Gregório 13.º, a pedido do soberano português, obrigava D. Gaspar a deixar o convento e reassumir as funções arquiepiscopais, lhe aparecera o apóstolo persuadindo-o a que aceitasse a dignidade pastoral.

O púlpito e 3 retábulos desta igreja foram levados para a de Mapuçá para substituir os incendiados na noite de 27 de Abril de 1838 ; um dos sinos e a banqueta de prata e o órgão para a de Moirá, e o outro sino para a de Jua ou S. Estêvão; e 2 retábulos para a igreja de Assolná ([1]).

Do convento e da igreja não resta hoje senão uma cruz (cruzeiro) que ficava no adro, única testemunha da fé dos nossos antepassados. ([2])

Mas o sítio, cheio de aprazível vegetação, é encantador, e a ponte que o liga à Velha Cidade, os bancos de pedra, umas colunas e uns pequenos restos das paredes despertam na alma saüdades poéticas do passado esplendor.

Convento e igreja da N. Sra. do Cabo

No extremo ocidental da ilha de Goa (Tisvari) coroava o cimo da colina, desde 1541, uma pequena ermida dedicada à N. Senhora do Cabo, do domínio e

([1]) *Bosq. hist. das com.*, parte 2.ª, pag. 150.

([2]) Vid. *Vergel de plantas e flores*, 24, 33, 57 e seguinte, 354 e seguinte ; *Agiol. lus.* 2.º, 107 ; *Mitras Lusitanas do Or.*, pag. 51 e seg. ; Santuário Mar. 8, l. 1.º, t. 37.

posse da igreja metropolitana do Oriente? [1].

O vice-rei Mateus de Albuquerque, que, por muito afeiçoado aos religiosos capuchos, desejava a multiplicação de suas casas, atraído pela beleza do sítio, obteve a licença do arcebispo D. Mateus de Medina e construiu às suas expensas ao lado da ermida, que por esta ocasião ampliou para servir de sacristia, uma igreja e convento para êles, aceitando a cláusula imposta pelo prelado de que o novo edifício, quando fôsse deixado por êsses religiosos, passaria a ser propriedade do cabido, como fôra a primitiva ermida.

A construção, principiada em 5 de Fevereiro de 1594, acabou em 14 de Julho do mesmo ano, mas, contra a intenção e liberalidade do fundador, saiu bastante modesta ; pois as celas eram tão estreitas, que, na opinião de Fr. Jacinto de Deus, *bem mostravam ser sepulturas para os que sendo mortos para as grandezas do mundo, viviam somente para a pobreza evangélica.* Na sua igreja solenizava-se a festa da N. Sra. do Cabo a 28 de Dezembro, dia dos Inocentes Mártires [2].

Depois da extinção das ordens religiosas, êste convento, por muito tempo administrado por um egresso, serviu de residência de campo ao arcebispo Tôrres [3] e depois, por ordem da côrte, aos governadores gerais, tendo-lhes sido, para êsse fim, expressamente cedido com a horta anexa por carta de lei de 10 de Junho de 1866. Hoje é a melhor residência do governador pela sua situação aprazível e pitoresca dominando todo o horisonte para o lado do mar.

---

[1] Foi uma das ermidas compreendidas na convenção de 1541 e de que falamos a pags. 29 e 30.

[2] *Vergel de plantas e flores* 86 e seg. e *Instr. do marq. de Alorna*, 3.ª ed., p. 1.ª, 64.

[3] Cottineau 187.

Convento e igreja da N. Sra. do Pilar

Fundado pelo zêlo do franciscano Fr. Luís da Conceição, Comissário Geral da India, êste convento está situado na cumiada de uma colina, a mais meridional da ilha de Tisvari, na freguezia de Goa Velha. A primeira pedra do seu alicerce foi lançada em 1613 pelo arcebispo D. Fr. Cristóvão de Lisboa, a 17 de Julho, dia da festa da N. Sra. do Pilar, obedecendo a construção à planta delineada pelo arquitecto Fr. Manuel Batista, natural de Damão. Em 1633 os religiosos capuchos da Madre de Deus estabeleceram ali a sua séde e um colégio com o pomposo título de *Universidade das sciências, artes e teologia* (1).

Existiam neste instituto, entre professores e estudantes, de ordinário 26 religiosos sustentados pela piedade dos habitantes da cidade de Goa, que nesta ilha mantinham com as suas esmolas três conventos desta *província* (2). O inventário feito no convento depois da sua extinção produziu 54,045:2:42 xerafins.

O convento não é vasto; tem celas e dormitórios em geral estreitos, uma razoável sala e no rez-do-chão um espaçoso refeitório. Alguns aposentos foram modernamente ampliados e melhorados, com o acrescentamento de uma capela e varanda no andar superior, para servirem de residência ao Patriarca e aos que ali tomam o retiro espiritual. As paredes são profusamente ornadas de vários frescos de bom gôsto. Está em óptimas condições higiénicas.

A igreja, que olha para o norte, é pequena, abobadada, com o altar principal consagrado à N.ª Sra. do

---

(1) *Vergel das plantas e flores*, 87; Cottineau 186.

(2) Vid. *Estabelecimentos da educação* etc. por pe. C. C. Nazaré n'*O Ultramarino*, no. 60 até 76 de 1901-1902.

Pilar e tem, além dos dois altares colaterais, uma capela especial, dedicada ao SS. Sacramento e à N. Sra. do Carmo, à esquerda do cruzeiro, e mais um altar logo à porta da entrada, do lado da epístola, da invocação de S. Pascoal Bailon, conservando ainda o antigo côro na galeria do fundo. A sua frontaria é protegida por um alpendre encimado pelo terraço, que descortina um largo horisonte.

Depois da extinção das religiões viviam em comunidade neste convento alguns religiosos carmelitas egressos de Chimbel, seguindo os seus estatutos, como lhes fôra permitido por port. de 10 de Março de 1855. O último dêstes carmelitas, Fr. Cirilo da Anunciação, natural de Ribandar, faleceu ali muito velho, a 22 de Outubro de 1887. O convento, com a horta contígua, foi cedido aos arcebispos para a sua residência na estação calmosa por portaria ministerial de 30 de Abril de 1878. E' actualmente a séde dos missionários seculares de S. Francisco Xavier, recentemente estabelecida com autorização do patriarca D. Antonio Sebastião Valente em 1888. E' ao zêlo do actual superior dêsses missionarios que se devem os melhoramentos atrás referidos.

Convém referirmos aqui em duas palavras a origem de uma solenidade anual, que se realiza em Goa Velha, por ser històricamente interessante ao convento.

Na igreja do Pilar e, precisamente, no altar colateral do lado da epístola, existe uma imagem da Imaculada Conceição, que tem confraria própria, fundada pelos franciscanos. Esta confraria, desde a extinção das ordens religiosas, funciona na igreja matriz de Goa Velha e soleniza, além de vários actos religiosos, uma procissão da instituição da Ordem Terceira ao estilo antigo, na quaresma, 2.ª feira da Paixão, conduzindo a imagem do *Ecce homo* e um grande número de ou-

tras (hoje 26, antigamente 65) de santos, santas, arcanjos e ainda do papa Inocêncio 3.º em acção de entregar a S. Francisco de Assis o decreto da criação da Ordem. Essas imagens são em geral do tamanho natural e transportadas em pé no respectivo andor, menos a do papa, que vai sentado, e as de S. Francisco de Assis e Madalena, que se vêm de joelhos vestidas de sêda. A procissão atrái numerosa concorrência das freguezias vizinhas para a antiga capital do império dos Kadambas, onde ainda se encontram, diz F. N. Xavier, raros vestígios da primitiva cidade. (1)

CAPÍTULO VIII

Ainda as ordens religiosas

I

Convento e igreja dos Carmelitas descalços

Os carmelitas descalços, que, tendo vindo em princípios do seculo 16 directamente da respectiva congregação da Italia, haviam estabelecido a sua missão em Bagdad e na Pérsia, passaram para Ormuz (então portuguesa) e daí para Goa em 1607; e, não obstante as ordens em contrário da côrte de Lisboa, conseguiram, por diligência do seu vigário geral fr. Leandro da Anunciação, a autorização do vice-rei e do bispo para

---

(1) *Bosq. hist.* 1.ª ed., p. 2.ª, pag. 26, n.º 78.

fundarem o seu convento, como fundaram, conforme o *Oriente Conquistado*, em 1612, e, ligado a êste edifício, o seu colégio de instrução e o noviciado. Em poucos anos erigiram mosteiros filiais em Diu, Moçambique, Bassorá e Tatá nas margens do Indo; e tomaram a seu cárgo as missões de Surrate, Bombaim e algumas na parte ocidental do império do Grão Mogol.

Assentado numa eminência contígua ao oiteiro da N. Senhora do Monte, sítio muito fresco, ameno e saüdavel, êste convento dominava o extenso e variado panorama da cidade e, embora inferior em dimensões a outros conventos, era todavia de elegante arquitectura; tinha claustros formosos e duas galerias, uma sôbre outra, correspondentes a dois andares nobres; e no alto das portas liam-se, em grandes letras de ouro, dísticos relativos a diversas virtudes, como *humildade*, *paciência*, *fortaleza* e outros. A sua horta singularizava-se pela colecção de várias plantas exóticas e de rara excelência, entre as quais se encontravam duas árvores da canela de Ceilão, e algumas palmeiras chinesas, que, com as suas folhas baixas e espessas, faziam agradavel sombra. (1)

Êstes frades pertenciam às *Ordens mendicantes*; mas não à congregação dos chamados *marianos*, instalada em Lisboa no século XVI; eram muito piedosos, austeros e rigorosos observantes da sua regra; não comiam carne senão quando enfermos; sôbre a mesa do refeitório colocavam um cráneo humano para, com a sua vista, reprimirem o regalo do paladar. O seu hábito ordinário era de feitio dominicano, mas roxo, e cingido com um cordão branco, sendo branca também a capa que traziam em ocasiões solenes; mas, para celebrar a missa, usavam sandálias em vez de sapatos,

---

(1) **Fonseca, 258.**

distinguindo-se nisto dos carmelitas calçados ou não reformados. Assistiam aos enfermos do hospital da Senhora da Piedade e procuravam espalhar o culto da Santa Virgem e a dovoção do escapulário do Monte Carmelo.

Muito estimados e venerados pela sua virtude, foram felizes em ganhar a proteção de muitas pessoas ricas e influentes, que contribuiram materialmente para tornar êste mosteiro o mais rico e próspero de Goa. A sua igreja, que se encontrava ao lado esquerdo do convento, tinha o frontispício voltado para o oeste. Era pequena, mas no interior muito bonita, um mimo de estilo arquitectónico.

Seis arcos elegantes formavam na sua nave, dividida em três partes, seis lindas capelas laterais e sustentavam a abóbada de relêvos finos e engraçados. A talha dourada de todos os seus retábulos e a belesa dos frescos, que decoravam as paredes, mereceram particular admiração aos viajantes.

Esta igreja foi construída à custa de D. Pedro Mascarenhas—cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão de Moçambique e depois capitão e governador de Diu—segundo reza a carta do vice-rei conde de Linhares, dirigida a Sua Magestade em 13 de Dezembro de 1634 = *Dom Pedro Mascarenhas, que tendo vindo de Diu não tinha filhos nem herdeiros forçados, deu 20 mil xerafins para se fazer a igreja* (dos Carmelitas) *com obrigação de que tivesse na capella-mór o seu enterro, com armas e sumptuoso sepulchro.........* =.

De facto, cumprindo a cláusula, os carmelitas encravaram na parede da capela-mór do lado do evangelho um belo sarcófago de granito, muito ornamentado com várias figuras humanas e antigas peças de armaduras em alto relêvo, sobreerguendo-se o busto de um cavaleiro e lendo-se no centro do sarcófago a seguinte

inscrição em letras de oiro:

Aqui jaz D. Pedro Mascarenhas Cavalleiro Professo da Ordem de Christo Irmão do Conde De Castello Novo do Conselho Deste Estado Capitão que Foi de Moçambique Governador E Capitão de Diu Com Titulo de Fundador. Morreu No Anno 1632 Aos 15 do Mez de Fevereiro

A curiosa lápide, salva da destruição mas com as letras sem a douradura, encontra-se hoje na citada galeria lapidar do *Museu Real* [1] que de S. Caetano foi posteriormente transferida para o convento de S. Francisco de Assis.

Solenizava-se nesta igreja anualmente a festa da N. Senhora do Carmo, com grande pompa, em 16 de Julho; mas com o maior esplendor e regosijo foi festejada a 20 de Maio de 1623 a canonização de S. Teresa de Jesus, fundadora da ordem das Carmelitas descalças. [2] Na véspera da solenidade dois jovens fidalgos, ricamente trajados de viajantes, saindo do convento a cavalo, foram, como correios, anunciar em verso ao vice-rei a notícia da canonização e em seguida percorreram as ruas da cidade cantando ao acompanhamento de trombetas e espalhando pelo povo novos versos sôbre o mesmo assunto. Durante êsse tempo repica-

---

(1) *Oriente Port.*, vol. 1.º, pag. 637.

(2) O papa Gregório 15.º decretou simultâneamente num só dia, 12 de Março de 1622, a canonização de 5 santos: S. Inácio de Loiola, S. Francisco Xavier, S. Filipe Néri, S. Isidoro de Espanha, e S. Tereza de Jesus, virgem espanhola, falecida a 4 de Outubro de 1582, ano em que se fêz a mudança no calendário, contando o dia seguinte, como 15 do mesmo mês. *Resumo hist.*, pag. 255.

vam alegre e ruidosamente os sinos de todas as igrejas por ordem do arcebispo. A' noute foi iluminada a cidade a pedido dos carmelitas e fêz-se mascarada, em que apareceu, com trajo de um beduíno do deserto, Pietro de la Valle, que havendo conhecido a santa pessoalmente lhe consagrava particular veneração. Pietro de la Valle fêz, também, um quadro de sua invenção, adornando o retrato da santa com doze figuras, que representavam as 12 principais virtudes exercidas por S. Teresa em vida, acrescentando a cada figura um emblema apropriado a cada virtude e várias legendas em 12 línguas diferentes. Na manhã seguinte foi celebrada a missa solene nesta igreja em acção de graças pela canonização, pregando um eloquente panegírico um frade agostiniano com assistência do vice-rei, fidalgos e povo ([1]).

Decorrido um século depois do estabelecimento desta ordem em Goa, os carmelitas—que eram pela maior parte estrangeiros (italianos, alemães e flamengos)—por não quererem prestar o juramento de obediência e fidelidade, que o govêrno português lhes exigia, como providência para obstar à invasão de missionários enviados pela propaganda, foram expulsos da Índia portuguesa em 1702 e entregue judicialmente o seu convento com os respectivos haveres aos padres da congregação de S. Filipe Néri, então recentemente estabelecidos em Goa, que o converteram em colégio. Dizem que, quando o prepósito ou superior da congregação tomou posse desta casa, o que teve lugar dois anos depois da expulsão dos carmelitas, não encontrou o dinheiro e várias preciosidades de ouro e prata que lhe pertenciam, e conseguintemente o car-

---

(1) *Terceira Carta de Pietro de la Valle n'A India em 1623 e 1624* por I. Gracias.

melita fr. Leandro de S. Francisco Xavier, único que até essa época vivia no convento por ser português, fizera a entrega sómente do edifício e de seus bens imóveis, cujos rendimentos atingiam a 1224 pardaus, sendo 864 dêstes onerados com vários encargos pios.

Os carmelitas de Roma empregaram o melhor dos seus esforços para reaver o mosteiro e as suas propriedades, mas não o conseguiram, continuando na sua posse os congregados de S. Filipe Néri, até à supressão das ordens religiosas em Goa. Nesta ocasião o inventário dos seus bens montou a 119.785 xerafins e 2 tangas.

O convento com a igreja conservou-se em bom estado ainda uns 14 anos e prometia uma longa duração sem grande despeza ; mas, apeados os tectos (1849–50) por ordem do govêrno [1], foram abandonadas à mercê das estações as abóbadas e as paredes, que, em pouco tempo, se reduziram a um montão de ruínas, ficando em pé sómente, como ainda hoje se vê, a frontaria da igreja, a qual sôb o ponto de vista estético tem pouco valor.

Dois retábulos, um tabernáculo, um altar pequeno, 3 crucifixos e mais alguns efeitos desta igreja foram levados para a de Penha da França. Nas ruínas desta igreja foi celebrada, no dia 29 de Novembro de 1915, uma missa campal com grande concorrência pelo Patriarca das Indias, Sr. D. Mateus de Oliveira Xavier, em louvor dos mártires carmelitas, fr. Dionisio e fr. Redento, religiosos, que no século XVII viveram neste mosteiro e morreram pela fé em Sumatra.

---

(1) *Bol do Gov.* de 1859., pag. 642.

II

Convento e igreja dos carmelitas da Ordem Terceira, em Chimbel

Em 1750 o arcebispo D. fr. Lourenço de S. Maria (que renunciara esta diocese no mesmo ano) (1) usando da faculdade que lhe fôra cometida pelo Geral da Ordem dos carmelitas, e de acôrdo com o seu sucessor Neiva Brum e com o govêrno secular, instituiu a *Ordem Terceira claustral carmelitana* no hospício que havia sido fundado em Chimbel por Salvador Xavier de Moura, em 1747, com a respectiva igreja dedicada à Soledade da N. Sra. do Carmo. (2)

Três padres seculares, João Batista Falcão, José da Apresentação e Francisco Xavier dos Anjos, dispensados do noviciado pelo seu comportamento exemplar, receberam o hábito em 11 e 12 de Dezembro do mesmo ano de 1750 e se estabeleceram ali em clausura. Cresceu logo o número dos recolhidos chegando a 30.

Os seus estatutos foram aprovados pelo arcebispo Neiva Brum. Ampliado o edifício, o arcebispo D. fr. Manoel de Sta. Catarina reformou os estatutos pela sua provisão de 11 de Julho de 1785, que o papa Pio 5.º confirmou pela bula *Pontificia Solicitudo*, de 27 de Setembro de 1790; a qual Sua Magestade concedeu o seu régio beneplácito em 6 de Maio de 1791, destinando também a esta casa, por outro diploma, uma parte dos bens confiscados aos jesuítas que ren-

(1) Mitras Lusit., pag. 258.

(2) *Bosq. hist.* Cottineau 185, Jornal da Santa egreja Lus.; *Res. hist.*, pag. 399. *Quadros hist. de Goa*, 3.º 19.

desse três mil xerafins. A comunidade era composta exclusivamente de padres indígenas de casta charadó, que tinham o voto simples de observar a regra dos carmelitas descalços de quem traziam o hábito. Depois da extinção dos jesuítas, foram encarregados em 1764 das missões de Canapur, Quentur, Azrém, e outras. Foi compreendida na extinção geral das ordens religiosas, saindo nesta ocasião 23 religiosos e recolhendo a Fazenda 188.573 xerafins e uma tanga.

Em 1853 havendo 11 dêstes egressos, que existiam em Goa, requerido ao govêrno da metrópole a permissão de viverem em comunidade segundo os seus estatutos, foi-lhes permitido por port. de 10 de Março de 1855; e de facto se estabeleceram no convento do Pilar, onde o seu último representante, fr. Cirilo da Anunciação, natural de Ribandar, dirigiu por vezes o retiro espiritual dos ordinandos com grande espírito religioso e faleceu a 22 de Outubro de 1887.

O convento de Chimbel compõe-se de cláustros estreitos e numerosas celas, onde ao presente se encontra o recolhimento de Madalena.

A igreja, hoje capela, é de modestas porporções; tem 3 altares e o frontispício é voltado para o sul.

III

Convento e igreja de S. Caetano

Em 1639 três teatinos, religiosos da ordem instituída por S. Caetano e João Carafa, arcebispo de Teato ou Chieti, na Itália, (1) donde tiraram o nome, não podendo ir prègar a fé ao reino de Golconda, como

(1) João Carafa foi mais tarde papa e chamou-se Paulo 4.º.

lhes mandara o papa Urbano 8.º, vieram para Goa sôb a direcção de D. Pedro de Avitabili e fixaram a sua residência numa casa particular, atrás do colégio de S. Paulo o Velho, por benevolência do seu proprietário Rui Gomes Baracho, deão da sé primacial. Depois de terem mudado, por motivo de saúde, para diferentes pontos da cidade, tomaram em aforamento à Misericórdia umas casas situadas no *beco do Bacharel* ; (1) e tendo começado a adaptá-las a um hospício, que pretendiam fundar, foram intimados por ordem do vice-rei conde de Aveiras, em 27 de Agosto de 1643, para suspenderem as obras, por lhes não ser permitido por nossas leis o estabelecimento no território português na qualidade de estrangeiros.

Em seguida tendo o vice-rei participado à côrte as pretensões dos teatinos em Goa, ordenou Sua Magestade em 13 de Março de 1645, que saíssem imediàtamente dêste Estado pelos inconvenientes que podiam resultar da sua assistência nele, tão proibida pelas leis vigentes.

Envolvido nestas dificuldades, D. Pedro de Avitabili partiu para Lisboa e oferecendo a cooperação dos seus religiosos ao clero português na cultura espiritual das missões e explanando as vantagens que daí manifestamente adviriam para a expancão da fé e para a glória de Portugal, conseguiu não so a revogação dessa ordem, mas ainda o beneplácito régio, primeiramente só para fundar em Goa o pretendido hospício no *beco do Bacharel* e continuar os seus exercícios espirituais, e cinco anos depois, a carta régia de 22 de Março de 1655 permitindo-lhes a constru-

(1) O *beco do Bacharel* era uma travessa muito estreita, mais tarde alargada, que tinha um embarcadouro à léste do colégio de S. Boaventura e subia para o oiteiro entre o convento de S. Mónica e a igreja do Priorado do Rosário.

ção da igreja e convento e a partilha das missões orientais, com a cláusula, porém, de prestarem o juramento de fidelidade a el-rei de Portugal, de defenderem os direitos e as regalias do Padroado e de se submeterem à jurisdição dos bispos portugueses nas missões que cultivassem.

Jurada a obediência pela forma como se lhes exigia, construiram os teatinos o seu convento no *Terreiro do Paço* a leste, tendo-lhes sido cedidas nesta ocasião duas casas, que cobriam o local, uma particular e outra do Estado, onde funcionara até 1630 a primordial fábrica de pólvora ([1]).

O convento, primitivamente pequeno, foi, mais tarde, ampliado acrescentando-se ao seu dormitório do norte 8 celas e uma capela no fundo do corredor, que ainda está bem conservada com o seu altar e retábulo, sendo destinada esta nova construção ao noviciado, que principiara nos compartimentos situados na base do zimbório da igreja, e donde passara para o pavimento térreo do convento.

Extintas as ordens monacais, o edifício foi transformado em palácio para a residência temporária dos governadores gerais pelo conde de Tôrres Novas acrescentando-se lhe, como dizem, as duas salas que olham para o *Terreiro do Paço* e reformando alguns compartimentos. Contudo, conserva a sua forma claustral com celas e corredores estreitos, compreendendo os quatro dormitórios do andar térreo, 12 celas, 2 salas e o antigo refeitório, e os quatro do único andar superior, incluindo o noviciado, hoje residência do administrador, 18 celas e o refeitório modernamente feito com a eliminação dumas paredes divisórias. No dormitório superior ao nordeste ha uma vasta sala,

---

([1]) *Resumo histór.* por F. N. Xavier, pag. 376.

que dizem ter sido a biblioteca dos teatinos ou talvês a enfermaria. Resta ainda ao lado um corredor, parte dumas casas já demolidas.

Na sua vasta portaria, que deita para o sul, erguem-se renques de colunas cilíndricas, suportando o pavimento superior correspondente; e no seu recinto e em alguns compartimentos contíguos encontrava-se a *Galeria lapidar do Museu Real*, que, ha pouco, foi transferida para o convento de S. Francisco de Assis, galeria constituída de várias campas sepulcrais com epitáfios, pedras lavradas com símbolos, siglas, datas e diversos relêvos, capiteis de preciosa fantasia, colunas de antigos monumentos portugueses e algumas ainda do período hindu, salvas dos escombros das ruínas dos conventos, igrejas e outros edifícios públicos.

Os religiosos desta Ordem, chamados clérigos regulares da *Divina Providência*, não podiam possuir, segundo a sua regra, rendas de qualidade alguma nem pedí-las, mas para a sua subsistência deviam confiar na bondade da Providência e na caridade espontânea dos fieis. Ocupavam-se na prègação do Evangelho e na administração dos sacramentos, sendo muito procurados para confessores. Por cima do seu hábito, que era quási similhante ao dos clérigos seculares, traziam um longo rosário ao pescôço e obedeciam na India a um *prefeito*, que elegiam trienalmente.

Esta comunidade, que se compunha toda de religiosos europeus, desde 1750 para diante passou a constituir-se sòmente de indígenas.

Vejamos como foi essa transformação.

Desde o estabelecimento dos teatinos em Goa até êsse ano de 1750, sairam da Europa para a India 56 professos e 3 noviços; mas nem todos foram italianos, como muitos escreveram; houve um inglês, por nome D. João Batista Milton e um português D. Sebastião da Costa. Dêstes 56, tendo falecido uns na viagem,

e regressado outros, sómente 34 chegaram ao convento. Êsse resultado já ia definhando a comunidade, quando ocorreram factos doutra ordem, que travaram para sempre a vinda dos missionários europeus para Goa; pois nas lutas entre a Propaganda e o nosso Padroado, alguns teatinos, julgando-se desligados do seu juramento de defender as regalias da coroa portuguesa, aderiram à jurisdição da Propaganda, salientando-se em Goa o prefeito dêste convento, D. Hipólito Visconti, que chegou a ser pôsto pelo vice-rei em custódia na fortaleza de Corjuém.

Êstes factos moveram o govêrno de S. M. a fazer mais imperiosa a cláusula da homenagem; mas a congregação da Propaganda definiu que a Santa Sé em caso algum podia consentir nessa exigência.

Daqui procedeu o embaraço, que estorvou em Roma a expedição e em Portugal a passagem dos religiosos teatinos para Goa.

Em 1750 existiam no convento apenas dois : D. António Alberto de Saldanha e D. Carlos José Fideli, que era prefeito desde 1730 ; ambos velhos e valetudinários. D. Carlos, que era um homem superior e muito respeitado na India pelas suas virtudes, vendo o abandôno a que estava reduzida a sua comunidade, e perdidas as esperanças de haver religiosos europeus da casa central, obteve permissão do seu superior com beneplácito régio para admitir nesta ordem os naturais do país, que desde 1750 foram de facto admitidos, e cujo número, sendo a princípio limitado a 4, se elevou depois a 20.

Os primeiros quatro teatinos indígenas foram : D. Agostinho Barreto, natural de Rachol, D. Francisco Furtado, de Margão, D. Jacinto Manuel do Rêgo, de Vernã, e D. Sebastião do Rêgo, de Neurá, que da Congregação do Oratório passou para a vida conven-

tual [1]. E quando, pelo falecimento dos italianos, D. Agostinho Barreto chegou a ser o prefeito, foi preenchido o quarto lugar pela admissão de D. Caetano Hastião (*sic*) de Faria, de Verná. Estes teatinos D. Agostinho e D. Caitano instalaram missões em Gugulém, Codelur, Negapatão, Aracan, Ceilão, Camboja etc.

"Lê-se, diz Ismael Gracias, em muitas publicações que os naturais admitidos na ordem teatina foram todos de casta brámane. O facto é, porém, que houve um da casta charadó, D. José Avelino do Rosário Dias, de Camorlim, freguezia da Raia, concelho de Salsete, onde nasceu a 13 de Agosto de 1806 e faleceu em 17 de Fevereiro de 1875. Diz-se que foi o último professo, admitido por 1831" [2].

Pobres como eram, os teatinos não possuiam conventos filiais; tinham, porém, na freguezia de S. Matias (Malar) um hospício com a sua capela, dedicada à N. Sra. da Divina Providência, o qual foi, depois da extinção dos conventos, comprado à Fazenda e reduzido à casa de morada por Daniel Mariano Picardo, oficial maior da S. C. da Misericórdia, e hoje, completamente transformado, pertence aos herdeiros de Tomás Vital. A porta principal do hospício olhava para o convento, descendo a sua escadaria até ao estuário do Mandovi, cuja importante área se acha actualmente absorvida por uma várzea de arroz [3]. A imagem do orago da capela foi transferida para a igreja de S. Matias [4].

Os teatinos tiveram a seu cargo as missões do reino de Golconda, de Masulipatam, Baunagar, ilhas de

---

(1) D. Sebastião do Rêgo foi o mais brilhante orador da tribuna sagrada, chamado por isso o *Vieira indiano*.

(2) Vid. *O Oriente Port*, vol. 2.º, pag. 483.

(3) *Resumo hist.*, pag. 377 ; e a *Planta* da cid. de Goa por Linschot.

Borneu e Sumatra e o estabelecimento francês em Yanaon, e em cada uma destas terras construiram algumas igrejas e hospícios. Os missionários eram subsidiados pela Fazenda, recebendo cada um 150 xerafins. Na falta de religiosos eram empregados padres seculares, como foi o padre Pais, de Sangoldá.

A-pesar da sua divisa = Aurum et argentum non est mihi =, esta ordem possuiu mais tarde, quando lhe foi permitido, bens de raiz ; e ao tempo da supressão dos conventos em 1835, os bens inventariados montaram a 202,028 xerafins. Os frades, que nesta ocasião deixaram o mosteiro, foram 16.

O palácio-convento, ainda bem conservado, está a cargo de um clérigo nomeado pelo govêrno com o título de administrador, que ali reside e recebe da Fazenda 340 rupias anuais. Por port. do vice-rei D. Afonso Henriques, de 22 de Maio de 1896, foi convertido em *Museu Real da India Portuguesa.*

A igreja, que tem a invocação da N. S. da Divina Providência, não é espaçosa, mas pode-se-lhe chamar uma joia de arquitectura, pois na sua beleza, incluindo a linda fachada, que olha para oeste, excede a própria catedral. Dizem ter sido construída pelo risco em miniatura, da basílica de S. Pedro, em Roma. Gemelli Careri, porém, pensa ser imitação da suntuosa igreja de S. André della Valle, que se ergueu sôbre as ruínas do teatro de Pompeu e atrai a atenção já pela sua magestosa fachada da pedra de *travertin*, já pela sua cúpula, uma das mais elevadas e largas que existem na cidade de Roma. A sua arquitectura externa é coríntia e a interna mosaico-coríntia. Tem 121 pés de comprimento e 81 de largura. A sua abóbada, de arabescos em relêvo, forma no centro um elegante zimbório, sustentado sôbre quatro arcos graciòsamente lavrados, em volta do qual se leem em letra muito grande as palavras do Evangelho: *Quaerite primum regnum Dei et*

justitiam ejus, et haec omnia adjicientur vobis = *Math.* 5. O corpo da igreja está dividido por duas ordens de pilares em três naves, comportando cada uma das duas laterais três capelas dedicadas respectivamente, as do lado da epístola, a S.ta Catarina, S. Caetano e S. Carlos Borromeu, e as da parte do evangelho a S. Gregório Magno, N. S.ra das Dores e Trindade Humana (Sacra-Família). O altar principal é consagrado à N. Senhora da Divina Providência. No seu retábulo, que é considerado um primor de arte pelo seu fino valor e douradura, quatro arcanjos de azas abertas, dois de cada lado, seguram escudos com dísticos, dizendo o 1.º = *Se nascens dedit socium* =, o 2.º = *Convescens in edulium* =, o 3.º = *Se moriens in pretium* =, o 4.º = *Se regnans dat in prœmium* =. Quer dizer que Jesus Cristo se deu na incarnação como sócio, no Sacramento da Eucaristia como refeição, na cruz como resgate e na glória eterna se dá em prémio. E' a quarta estrofe do hino das laudes do Santíssimo Sacramento, composto por S. Tomás de Aquino, que, nesses quatro versos resume admiravelmente a vida de Cristo.

Debaixo da capela-mór encobre-se o antigo depósito do convento, hoje carneiro, lugar subterrâneo e abobadado, para onde o conde das Antas, por port. de 4 de Novembro de 1842, mandou trasladar da igreja de Pangim, com lúzido acompanhamento e solenidade, os restos mortais dos barões do Sabroso e do Candal, governadores gerais dêste Estado, falecidos em Goa,—pelo fundamento de ser "a igreja de S. Caetano a mais monumental de todas por sua arquitectura e a que promete sobreviver mais tempo à destruição completa de todos os edifícios da cidade". Modernamente foram ainda depositados nêste carneiro os despojos mortais dos governadores João Tavares de Almeida e visconde de Sérgio, também falecidos em

Goa, sendo depois transferidos daí para Lisboa.

No centro da igreja existe uma notável singularidade: um tanque ou pôço abobadado com pequena abertura, tapada por uma pedra quadrada. A's suas emanações atribui o povo as grandes manchas esverdeadas que se vêm no fêcho da cúpula, por esta corresponder verticalmente ao pôço. Êste pôço dentro do templo, foi aberto, segundo a tradição, recolhida por Filipe Néri Xavier, pelo seu arquitecto o pe. D. Francisco Manco, depois de ter visto duas vezes abaterem-se as paredes da igreja já construídas ([1]).

A' míngua de melhores documentos, pode-se inferir facilmente desta tradição que o arquitecto, reconhecendo que a presença de água no subsolo dessa superfície, relativamente baixa, lhe abalava a consistência da camada inferior, e derribava por vezes a obra construída, procurou enxugar e endurecêr o terreno pela drenagem, mandando abrir a aludida excavação justamente ao centro do edifício, conseguindo assim o escoamento igual de todos os lados, excavação que naturalmente foi necessário conservar para prevenir o reaparecimento da hûmidade na base das paredes com as suas nocivas consequências.

Não nos parece, portanto, que êste tanque seja, como a muitos se afigurou, um antigo tanque sagrado dos hindús ou *tirtha* ; nem assim o podia ser, porque os frades, que, perseguindo a idolatria, destruiam até os vestígios do paganismo, jámais conservariam dentro duma igreja um purificatório pagão abobadando-o com dispêndio de trabalho e dinheiro sem utilidade nenhuma ; nem a Inquisição, que era vizinha, lhes tolerava tão criminosa indiscrição.

([1]) Cit. *Resumo histórico*, pag. 378.

Guarnecem as paredes laterais da igreja 4 tribunas de linda balaustrada de madeira lavrada, sendo duas de cada lado. Estas tribunas estão ligadas respectivamente a quatro compartimentos espaçosos quadrangulares de quási 7 metros, de pavimento argamassado, assente sôbre a abóbada das capelas, e tendo o tecto também de abóbada, que constitui a base do zimbório da igreja. Cada compartimento, com uma pequenina divisão ao lado, recebe abundante luz e ar por uma janela rasgada na parede exterior. A galeria do fundo dá passagem para essas casas, que se levantam até à beira do telhado de ambos os lados da igreja, sem todavia interceptarem a luz que esclarece as suas naves. E' nestes compartimentos que principiou o noviciado dos teatinos (1).

Acima das tribunas, em altura conveniente, uma esbelta balaustrada rôxa e de pequenas dimensões decora elegantemente a cimalha e o zimbório sôbre o fundo das paredes absolutamente brancas.

Completam o adôrno do templo alguns quadros de fino pincel, pendentes das colunas da nave, sendo o mais interessante o que representa o julgamento de Cristo, salvo o anacronismo, já notado a pag 77. de aparecer um esbirro dardejando através da luneta posta, um olhar rancoroso a Jesus prêso.

A festa de S. Caetano, que se soleniza em 7 de Agosto, é ainda hoje concorrida. E' precedida de novenas, salves e vésperas. A igreja tem de ambos os lados da capela-mór duas sacristias, possuindo a que demora à direita, um altar consagrado aos desposórios de Maria Santíssima.

---

(1) cit. *Resumo histórico*, pag. 378.

IV

Convento e igreja de S. João de Deus

Defronte das ruínas da igreja de S. Agostinho subsiste ainda uma parte do convento de S. João de Deus. Era um edifício pequeno com a sua igreja dedicada à N. Sra. do Bom Sucesso, construída à custa das esmolas pelos religiosos dessa ordem, que vieram a India, enviados por el-rei D. Pedro 2.º, em 1685, sob a direcção do comissário João do Nascimento. Êstes religiosos se recolheram a princípio, à capela da N. Sra. do Monte, da cidade de Goa, sendo-lhes dada a casa contígua, de 2 andares, por hospício, onde residiram, por 3 anos, subsidiados pelo inquisidor Manoel Gonçalves Guião—que morava no referido edifício—passando depois para umas casas vizinhas à capela de S. Catarina, que compraram por 600 xerafins colhidos de esmolas. Em 1691 mudaram-se para umas casas sobradadas, fronteiras ao convento de Sto. Agostinho, as quais lhes foram doadas com os seus anexos pelo proprietário D. Fernando Martins Mascarenhas, que governou a India por via de sucessão ; e ali se estabeleceram definitivamente, acrescentando a êste edifício a igreja, cuja primeira pedra foi lançada pelo arcebispo D. Agostinho da Anunciação ([1]). Foi êste o convento dos religiosos de S. João de Deus.

O claustro tinha apenas 2 pavimentos e a referida igreja, encostada ao lado esquerdo, possuia 3 altares sem outra particularidade notável a não ser a beleza da frontaria. Celebrava-se aqui a festa de S. João de Deus em 8 de Março.

([1]) *Mitras Lusitanas*, pag. 191.

A ordem de S. João de Deus, chamada de *Hospitaleiros*, era composta de leigos, encarregados de cuidar dos doentes nos hospitais; ficavam porisso a seu cargo os hospitais de Moçambique, Macau, Damão, Diu e diversas outras partes da India, incluindo o hospital de Bassaim, por êles construído em 1685. Havia entre êles poucos sacerdotes, que faziam de capelães. O convento tinha de instituição 8 religiosos sustentados pela fazenda pública a um xerafim diário, com a obrigação de irem nas armadas do estreito de Ormuz, mantendo-se os outros à custa das esmolas que recebiam. Foi, mais tarde, elevado êste convento à categoria da *Província* sob a denominação de *S. João de Deus.*

Ao tempo da visita de Cottineau o número dos religiosos não excedia a doze. Alguns dêstes serviam de enfermeiros no hospital real de Panelim depois da expulsão dos jesuítas, funções que continuaram a exercer até a extinção das ordens em 1835.

No convento vago acomodou-se, por algum tempo, o hospital dos pobres, quando a S. Casa da Misericórdia transferiu os seus recolhimentos para o ex-mosteiro de S. Agostinho.

Em 1844 o edifício foi comprado pelas freiras de S. Mónica para alojar os capelães, confessores e outros empregados do seu mosteiro. Posteriormente a Câmara municipal das Ilhas estabeleceu ali as suas sessões até que se concluisse a construção da nova casa em Pangim.

Em 1850, por demandar grandes reparações, foi apeado o tecto da igreja (1), cujas paredes ainda estão em pé. Uma terça parte do claustro, que se conserva

(1) *Bol. do Gov.* de 1859, pag. 643.

em sofrível estado, tem sido apropriada para a acomodação dos peregrinos.

V

A Igreja da Cruz dos Milagres; o Convento e a Congregação do Oratório

Na cumiada do monte denominado de *Boa Vista*, que limita ao sul a velha cidade de Goa, ainda hoje se lastimam as ruínas do convento e igreja da Cruz dos Milagres (1).

---

(1) Esta invocação deve-se a um facto notável, qual o do aparecimento miraculoso de Jesus Cristo pendente duma cruz de teca, que em certa rocha do monte da Boa Vista havia eregido o pe. Manoel Rodrigues. Refere-se que no dia 23 de Fevereiro de 1619 o povo da cidade ficou pasmado de ver pregado naquela cruz o nosso Redentor, circundado duma brilhante auréola, ao mesmo tempo que flutuavam ao redor muitas bandeirolas roxas. Indo para ali, nada se viu mais que a cruz. Tornando ao local donde tinham avistado o prodígio, repetiu-se êste. Uma atmosfera de luz vívida envolvia a imagem do crucificado. Toda a cidade se alvoroçou a êste surpreendente espectáculo. Em consequência, o arcebispo D. Fr. Cristóvão de Lisboa mandou conduzir a cruz em solene préstito para a igreja da N. Sra. da Luz, e depois da resolução dos teólogos, canonistas e juristas, a cujo juizo se submetera êsse facto, de que era aquela cruz digna de culto, se fêz uma solene procissão em ação de graças e foi colocada a miraculosa cruz no altar-mór dêsse templo, edificando-se logo a igreja de sua invocação no lugar em que se dera o acontecimento.

O arcebispo escreveu um *Tratado do Aparecimento de Cristo crucificado na Cruz de Boa Vista de Goa*, em que descreve o milagre e os factos correlativos. Essa Cruz foi em 3 de Maio de 1845, no govêrno do conselheiro José Ferreira Pestana, transferida para a catedral, onde ao presente se acha. O seu comprimento é de 28½ palmos, e o dos braços 14 palmos e 6 polegadas; a largura um pouco mais de 1 palmo. Fonseca, pag. 275; pag. 121.

Edificada em 1619 à custa das contribuições do povo, a primordial igreja da Cruz dos Milagres não correspondia nas suas acanhadas dimensões à celebridade que lhe vinha do seu titular. Como, além de ser pequena, era de estrutura bastante fraca, não poude resistir à fúria do inverno e dos vendavais, a que estava exposta, e abateu em 8 de Agosto de 1659. Imediàtamente foi removida a Cruz para a próxima igreja paroquial da N. S. da Luz, onde ficou por tempo de quási doze anos, até que se reconstruisse o templo arruinado, cujas obras principiaram sómente em 1669 a expensas do provincial dos agostinianos Fr. Agostinho dos Reis e das esmolas dos fiéis. Em 23 de Fevereiro de 1671, reconduzida a Cruz com apparatosa solenidade para o novo edifício, foi colocada no altar principal, sendo para ali trasladada, também processionalmente, uma imagem da N. S. do *Bom Sucesso*, que esteve na cela do mencionado religioso no convento de S. Agostinho e passava por milagrosa, instituindo-se logo uma confraria dessa invocação, que zelasse pelo seu culto.

A nova igreja era ampla, bem construída e abobadada com a frontaria voltada para o oeste. Além do altar principal, tinha no cruzeiro quatro altares, sendo dois em frente e dois encostados às paredes laterais.

Em capela especial se venerava o primitivo pedestal da milagrosa Cruz, onde uma inscrição lapidar em letras de ouro dizia = Neste logar estava a Santa Cruz quando nela apareceu Jesus = ([1]).

Poucos anos depois, a convite da irmandade da N. Senhora do Bom Sucesso e por provisão do cabido, *sede vacante*, de 14 de Março de 1684, foi entregue a igreja à Congregação do Oratório de S. Filipe Néri.

([1]) Fonseca, 276.

Esta congregação foi fundada pelos padres Pascoal da Costa Jeremias, José Cabral, Simão Vás e José da Silva, naturais de Margão ; os quais, tendo-se recolhido em 1682, (com licença e *norma da vida* dada pelo arcebispo) à ermida de S. João do Deserto, na paróquia de Guadalupe em Batim ([1]), se dedicaram à vida ascética no intuito de se empregarem na missão do Canará, que carecia de operários envangélicos. Decorridos alguns meses, tendo-se arruinado a ermida pela violência do inverno tempestuoso, e não havendo esperanças de o restaurar pelas dificuldades procedentes da invasão dos maratas, passaram êstes clérigos, como dissemos, para a igreja da Cruz dos Milagres, até que o venerável pe. José Vás, nomeado prefeito desta congregação, lhes deu em 1685 os estatutos do Oratório de Lisboa com a aprovação da Santa Sé.

O padre José Vás é uma glória do clero indígena e a sua santa memória é invocada cada dia com maior fervor no culto doméstico, não só pelos habitantes de Ceilão, que foi o teatro dos seus beneméritos trabalhos e onde faleceu em 1711, mas também por muitos católicos da India. Era natural de Sancoale (Salsete), onde os seus devotos erigiram, há pouco— comemorando as graças por sua intercessão obtidas e em comprimento dos votos—uma capela dedicada a S. Filipe Néri, fundador da Ordem dos Oratorianos.

Tomada a posse da igreja, os congregados levantaram, contíguo a ela e à direita, o seu convento principal, contribuindo para a sua construção as câmaras das

---

([1]) O pároco de Batim, Jácome Lourenço, dotou a Congregação com o património de 15 mil xerafins em bens de raiz. Batim era um logar de recreio na ilha de Goa, povoado de muitas casas e jardins de fidalgos que iam todos os anos passar lá uma temporada. O orago da sua igreja é nossa senhora de Guadalupe, que na língua arábica significa *rio de amor*. *Mitras*, pag. 189.

Ilhas, Salsete e Bardês com 50 mil xerafins. Êsse convento, depois da morte do padre José Vás, foi ampliado com várias celas e dormitórios, tornando-se então muito espaçoso e de mais bela aparência. A sua fachada principal, que tinha 22 janelas, bordava o terreiro da igreja, formando ângulo recto com a frontaria.

Os oratorianos eram padres seculares, que faziam ùnicamente votos simples e viviam em comunidade, ocupando-se na prègação e principalmente na instrução da mocidade. Embora em Goa fôsse esta a última das ordens religiosas, era contudo muito numerosa e rica, sendo os seus membros exclusivamente bramanes, os quais vestiam o mesmo hábito que o dos teatinos. Não tinham côro na igreja, porque resavam o ofício divino privadamente, fazendo em comum os exercícios espirituais de manhã e de tarde e outras orações.

Abriram o seu colégio no convento vago dos carmelitas, onde se instruiam os seus membros mais novos e tiveram, também, a seu cargo os dois seminários de Chorão e Rachol e a vastíssima missão de Ceilão, Solapur e Canará, onde contavam mui elevado número de igrejas, ermidas e hospícios, e em 1794 a missão de Puném ou Poona, onde erigiram uma capela com o consentimento do Marata.

O convento dos oratorianos era notàvelmente sadio e desfrutava a mais larga vista panorámica não só da cidade, mas de toda a ilha e até da barra de Goa.

Pela sua extinção sairam 36 congregados e a Fazenda arrecadou, em propriedades, alfaias e vários bens móveis, a quantia de 346.185 xerafins. Dez anos depois, 3 de Maio de 1845, foi trasladada processionalmente a Santa Cruz para a Sé Primacial no govêrno do conselheiro José Ferreira Pestana e colocada na capela do sepulcro do Senhor Morto, fron-

teira à do Santissimo Sacramento, onde actualmente se venera.

O edifício, abandonado às injúrias do tempo, começou a arruinar-se gradualmente, sendo mandado demolir em 1846. A abóbada da igreja, desabrigada do tecto, sustenta-se ainda; o púlpito e o trono do altar-mór foram levados para a igreja do Socorro; o órgão para a de Tivim e o sino foi cedido pelo govêrno à igreja de Nerul ([1]).

VI

O Real Convento de Sta. Mónica

Fundado com a autorização del-rei Filipe 3.º pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, êste magestoso convento, que ainda está em pé ao norte do largo de S. Agostinho, pendurado pela encosta do *Monte Santo*, começou a construir-se a 2 de Julho de 1606 e concluido em 1627, recebeu o título de *Mosteiro de Santa Mónica*, tendo-se despendido nas suas obras 200 mil cruzados.

A aquisição dêste local, que além de ser vizinho de S. Agostinho, era reputado o mais sadio, custou muito caro ao arcebispo, que foi obrigado a tomar três ruas ou travessas públicas e comprar 42 casas de morada, sendo algumas nobres, do valor de quasi 6 mil xerafins cada uma. Nesta ocasião foi removida das fraldas uma multidão de mulheres perdidas, cuja residência ali havia grangeado ao monte a denominação de *Ilha de fogo*, denominação que foi logo substituída pela de *Monte de Sta. Mónica* e mais tarde ainda trocada pela de *Monte Santo* ou *Sacro* ou *Monte*

([1]) *Bosq. hist. das Com.*, 1.ª ed., pag. 152 e153.

de Sião, quando se viu coroado o seu cume de um grupo de templos, conservando cada um no respectivo tabernáculo o Diviníssimo Sacramento da Eucaristia.

Antes de completar o edificio deram ali entrada processionalmente vinte e uma mulheres do Recolhimento de N. Senhora da Serra, sendo a sua primeira prioresa soror Filipa da Trindade, viúva, natural de Ormuz. O mosteiro tinha acomodação para cem religiosas, as quais deviam seguir a regra dos agostinianos. A instituição foi aprovada pelos breves dos pontífices Paulo 5.º e Gregório 15.º, aceitando el-rei Filipe 3.º o seu padroado por alvará de 26 de Março de 1636, pelo que o mosteiro foi denominado o Real Convento de Sta. Mónica.

Êste grandioso edifício de três andares nobres, que formam imenso claustro, era provido de tudo quanto podia interessar ao conforto e à conveniência das suas habitantes. Cada compartimento, bem proporcionado ao fim a que era destinado, tinha seu nome especial.

No rez-do-chão ùma porta, que, olhando para o sul, abre entrada para a casa, fóra da clausura, chamava-se *portaria de fóra* ou *portaria reglar*, donde se subia à direita para os *aposentos da Porteira* e o *locutório de fóra* ([1]), ficando à esquerda um estreito corredor térreo que conduz para a *sacristia de fóra* e daí para a igreja. Seguia-se a *portaria da clausura* (segunda porta defronte da primeira) e ao lado a *casa da roda* ([2]), cujas chaves guardava a *madre Rodeira*, que re-

([1]) Uma abertura de 2 palmos na parede com dupla grade de ferro, espêssa e cheia de bicos de ferro agudo, através da qual as religiosas falavam a quem as procurasse.

([2]) Espécie de armário girante onde se colocavam os objectos

sidia com sua *companheira* na cela contígua. Entrando na portaria da clausura, a porta que se encontra na mesma linha das primeiras duas era denominada a *porta da proibição*; porque nenhum extranho podia transpor o seu limiar, sem o privilégio ou especial licença do prelado por escrito. No vasto páteo central dilatava-se um lindo jardim com a denominação de *vale dos lírios*, dividido em 128 canteiros cheios de flôres e plantas aromáticas com que se adornavam os altares, ocupando o centro um grande poço circular de abundante água, que levava o nome de *fonte do Salvador*.

O lanço oriental dêste *andar de baixo* (*crasta da enfermaria*) comportava a *sacristia de dentro*—onde se arrecadavam os paramentos ricos e os vasos sagrados, por ser muito pequena a *sacristia de fóra*—e três enfermarias, cada uma com sua capela, construída por forma que as enfêrmas pudessem do seu leito ouvir a missa que o confessor do convento celebrava todos os dias, havendo enfêrmas, pela saúde delas. Destas capelas a mais formosa era a da *Assunção da Madre de Deus*, que fazia parte integrante da enfermaria principal das religiosas. Compreendia, também, a *casa de saúde* com o seu refeitório para as convalescentes, e um pequeno *seminário*, com a sua aula, onde mestras especiais educavam as futuras religiosas, ministrando-lhes lições de português, latim, música e trabalhos de agulha. No pavimento térreo (*baixos*) encontrava-se mais uma enfermaria com sua capela, a *casa de penitência* ou prisão do pessoal inferior, e algumas outras dependências, que estão hoje muito arruinadas. Todas as enfermarias

---

que se deviam passar para o interior do convento, ou de dentro para fóra.

eram abobadadas para impedir a invasão de incêndio e demoravam muito perto da *portaria reglar*, para que os médicos e os cirurgiões, embora acompanhados por três freiras, não atravessassem à parte interior da clausura. As suas janelas abriam-se para as flôres dos jardins circunjacentes, que se viam na cêrca exalando aroma.

O lanço da parte do norte, que principia pela capela de S. Agostinho, denominado, porisso, *crasta do nosso padre*, embora esteja no mesmo nível do primeiro andar, é todavia o terceiro pavimento dêste corpo em consequência do declive do terreno e tem 16 celas. Dos dois pavimentos inferiores o andar térreo, para onde se desce por uma escadaria e corredor um tanto escuro, inclui nas suas subdivisões uma linda capela de *N. Senhora da Candelária*, que ficava ali meio escondida, fazendo parte da vastíssima enfermaria das leigas e servidoras e recebendo abundante luz pelas numerosas janelas que deitam para o norte. Sob a sua suntuosa abóbada celebrava-se com grande solenidade e pompa a novena e festa anual da padroeira, em dois de Fevereiro, cantando-se, ao anoitecer, ladainhas e salves, com luminárias, tambores e trombetas e outro aparato externo. As irmãs leigas tinham neste andar o seu dormitório à parte, chamado o dormitório de *S. Guilherme*, ficando-lhe próxima a casa em que moravam as servidoras de raça negra ou o *dormitório das africanas.*

O pavimento intermédio, formado pela convexidade da referida abóbada era inabitavel, deixando accessível apenas um longo corredor ao lado, cuja capela é dedicada à N. Senhora do Monte.

Ao sul ergue-se a igreja e, no corredor contíguo ou *crasta da igreja*, uma pequena casa abobadada encerra dois confessionários abertos na parede, a que, pela parte oposta, corresponde o presbitério.

A oeste encontra-se a capela do Divino Salvador, cujo nome recebia o dormitório, que tem 11 célas, além de algumas dependências, sendo destinados os *baixos* à acomodação das servidoras indianas (*dormitório de S. Tomé*).

No segundo andar ou *de cima* a parte meridional, que é ligada à igreja, chamava-se a *crasta do monte Calvário*, porque aí se representavam os passos da paixão e morte de Cristo na primeira sexta-feira da quaresma, terminando a procissão, que percorria toda a crasta, na capela do Santo Sepulcro. Esta casa subdividia-se em capítulo, côro, tribuna do órgão e quatro sacristias, a *de cima*, *de S. Salvador*, *da Madre de Deus* e *do nosso padre*.

O corredor oriental com as suas celas, refeitório e outros aposentos, era denominado *crasta de Belém*, nome que lhe vinha da sua *capela de Belém*, onde se armava o presépio pelo Natal. Desta capela saía, no dia do Santissimo Nome de Jesus, ao anoitecer, e nela terminava, a procissão do Menino Jesus, que percorria, com grande entusiasmo das servidoras, todas as crastas do convento profusamente iluminado, sendo permitido por esta ocasião às negras executar umas danças decentes.

O dormitório do norte, em cujo extremo ocidental se ostenta a formosa capela do arcanjo S. Miguel, de elegante retábulo e pavimento lageado de excelente mosaico de loiça de China, tem 16 celas e tomava a designação de *crasta de S. Ana*; e o de oeste, dividido em 11 celas, a *de Madre de Deus*, por começar pela capela desta invocação. Um corredor desta banda conduzia para o *depósito* (arquivo) do mosteiro, casa que tinha uma janela com grade, por onde as freiras recebiam o dinheiro das rendas das propriedades do convento e, às vezes, conversavam com as visitas, o que, não obstante ser proibido pelo regi-

mento, estava em uso e, porisso, não extranhava ninguém. Subia-se para a ante-câmara dêsse compartimento, chamado vulgarmente *grade*, pela *portaria do carro*, que se abre também ao sul, como a porta principal do convento. Esta portaria, por onde entravam as provisões tanto para os celeiros, como para a cozinha e despensa, era guardada pelas *porteiras de carro*, que tinham ao lado suas *casas de resguardo*.

O terceiro andar ou *do alto*, de cujas janelas se desfruta um largo e requíssimo panorama, tem subdivisões iguais às do segundo, menos as capelas, que nos primeiros dois andares se encontram em número maior e chegam a dezasseis, situadas em cada ângulo e no centro dos corredores. O seu dormitório recebia o nome de *Sta. Clara do Monte Falco*; as celas da parte ocidental o de *Ostia Tiberina* e as do lado oriental o de *vale dos lírios*. Existem ali, ao sul, quatro pequenas *casas de penitência*, onde eram reclusas as freiras refractárias ; uma sala ou casa de lavor (*aula de Sta. Clara*), uma capela chamada *santuário*, que demora sôbre a capela-mór da igreja, na qual se guardava o Santíssimo Sacramento desde a sexta-feira santa até à Ressurreição ; e ao oeste o noviciado com 12 celas para 12 noviças, que se doutrinavam sob a direcção de mestra especial.

Os pavimentos superiores são servidos por uma longa galeria, que avança em toda a volta do edifício, assente no páteo central sôbre arcadas de cantaria.

Segundo afirma o vice-rei conde de Linhares na sua carta de 4 de Janeiro de 1630, êste convento era o maior de todos os que então existiam em Portugal, com excepção do de Odivelas.

Em 1636, na noite do Natal, 24 de Dezembro, antes de principiar as matinas, manifestou-se no mosteiro um pavoroso incêndio, produzido talvez pelo morrão duma torcida de vela caído no presépio. As

freiras aflitas abrigaram-se, com licença do arcebispo, debaixo da abóbada da igreja, passando em seguida processionalmente para o colégio de S. Agostinho, que a toda à pressa se despejou. Reedificados em pouco mais de um ano os compartimentos incendiados, regressaram as recolhidas, que, mais tarde, em 1739, foram nòvamente obrigadas, por causa da invasão dos maratas, a mudar-se, e desta vez para o palácio de Mormugão, voltando daí em menos de dois meses para o mosteiro.

Dentro da grande cêrca desta casa, o terreno ostentava canteiros de árvores frutíferas, entremeados de passeios e de uma dúzia de poços de abundante água com nomes bíblicos, como o de *poço da Samaritana*, *de Jacob*, *do Valparaiso*, *do Rosal de Jerusalém*, *do campo Damasceno* etc, aproveitados com engenhos de noras e roldanas. No páteo exterior do convento ficavam as casas do capelão, confessor, sacristão, médico, sangrador e solicitador.

Êste mosteiro era o único em Goa aberto às pessoas do sexo feminino sem distinção de procedências.

As freiras, professando, como os frades, os três votos de castidade, pobresa e obediência, acrescentavam o de *clausura perpétua* e, por conseguinte, nunca podiam sair do convento senão com especial licença da autoridade eclesiástica. As professas, a quem se dava o tratamento de *madres*, antepunham ao seu nome o título de *soror*, e traziam o hábito de um tecido grosso de algodão (conequim ou khanki) em forma de túnica, com o cinto de coiro e escapulário, e, sôbre a touca de pano branco que lhes fechava a cabeça e o pescôço, o véu preto (1); as irmãs leigas usa-

(1) Depois de algum tempo *o véu preto* foi considerado privilégio de filhos de pai ou mãe europeia; as naturais do país só po-

vam o véu branco, sendo branco o hábito ordinário de todas, salvos os casos em que as professas se deviam vestir de prêto. A prioresa era eleita de três em três anos dentre as professas, presidindo à eleição o próprio arcebispo. Resavam diàriamente, sob a presidência da hebdomadária, o ofício divino pelo breviário romano, em côro, de manhã e de tarde; cantavam, sendo regulado o canto-chão pela *Vigária* do côro, as vésperas e matinas de certas festas solenes e a parte coral da missa conventual com o acompanhamento do órgão; mas nas festividades juntavam ao órgão muitos instrumentos de cordas, como violinos, harpas, dulces, rabecões, violas e violões, que algumas delas tocavam, sob a direcção da *mestra de capela* ; cantavam, também, logo depois da comunhão geral, o *Te Deum*, que, principiando no côro de baixo onde comungavam, prosseguiam em forma de procissão ao subir a escadaria e terminavam no côro de cima; jejuavam e tomavam disciplina duas vezes por semana, serviam as escravas quando enfêrmas; e se ocupavam em fazer rendas e bordados para altares, escapulários, contas, rosários e dôces, que vendiam em benefício da casa. Tinham a sua hora de recreio na varanda de *Ostia Tiberina*, ou passeio na vasta cêrca, sendo-lhes proibido andarem de braço dado. Não lhes era permitido falar a pessoas estranhas ao convento, salvos os pais, irmãos e tios paternos, com quem só podiam falar no *locutório*, uma vez por mez e fóra do advento e quaresma. Não costumavam falar também aos domingos, dias santos e dias de comunhão. Quando uma freira conversava no *locutório* ou na *grade*,

---

diam usar o véu branco. A Côrte recomendava em 1779 ao arcebispo tirar êste abuso, visto que umas e outras entravam no convento com iguaes dotes.

uma outra sempre estava de escuta.

Era proibido o acesso à clausura sob pena de excomunhão *ipso facto*, excepto ao médico no caso de doença, ao padre para administrar a extrema-unção e ao arcebispo, que, acompanhado de dois ou três padres, visitava o convento, como superior, uma vez por ano.

Desde a sua fundação esta casa gozou da estima geral pelo aroma da mais austera virtude, que nela medrava. Muitas damas, ricamente dotadas, renunciando às alegrias da humanidade, procuraram aí admissão com grande interesse e empenho. Mas o que atraiu maior respeito e celebridade para o mosteiro, depois da *visão* que será logo referida, foi o aparecimento de uns sinais de chagas, semelhantes às de Cristo, nas mãos e nos pés de uma freira falecida em Janeiro de 1683, por nome soror Maria de Jesus, fidalga alemã, facto que foi oficialmente apurado e reconhecido pelos competentes como miraculoso (1), celebrando o povo, desde então, com o maior entusiasmo a santidade da vida das recolhidas e o seu heroismo penitente, e abençoando a instituição e o seu fundador. Desde a primeira profissão, havida neste mosteiro em Setembro de 1607, até ao Dezembro de 1834, em que cessaram as profissões, contou êste convento 494 religiosas de classe superior e 167 leigas ou de véu branco (2).

O convento começou a decair progressivamente da sua importância só depois de abandonada a cidade por insalubre. Em 1804 encerrava ainda 61 freiras professas e 4 noviças; mas, em 1827, já não contava mais que 30, e, oito anos depois (1835), quando foram fechadas as casas conventuais, excepto esta, negando admissão às noviças, o número das freiras diminuiu

(1) *Hist. da fund. do conv. de S. Món.* por fr. Ag. de S. Maria.

(2) *O real most. de S. Monica*, por M. V. de Abreu.

ràpidamente, de maneira que em 1855 estava reduzido a 7 e pouco tempo depois a 4.

Nesta época (1859 a 1873) era ainda prioresa, pela 5.ª vez, a soror Josefa do Coração de Jesus, tia do visconde de Bucelas e do 1.º barão de Cumbarjua, a qual se finou em 1873 com quási 90 anos de idade. Em 20 de Março de 1885 faleceu no mosteiro a última religiosa. Chamava-se soror Maria do Espírito Santo e era filha de Aires José Gomes, de Cavelossim, concelho de Salsete.

Ainda então viviam ali algumas servidoras velhas, que continuavam o seu mister de fabricar rosários, escapulários, xaropes, tinta de escrever e doces de diferentes espécies muito apreciados no país.

Além dos valiosos dotes (1) com que entravam as freiras, o convento possuia avultadas rendas até à perda da nossa província do norte, onde estava situada a maior parte dos seus bens doados pelos fidalgos desta província; actualmente está reduzido o fundo às propriedades existentes em Goa e Damão, que produzem um pouco mais de 9 mil rupias. Êste convento, com todas as suas propriedades, foi pôsto pela portaria régia de 29 de Dezembro de 1873 à disposição do prelado diocesano, que regula superiormente a sua administração.

O edifício padece hoje considerável ruína, que se procura amparar possivelmente, e a parte habitável é ocupada por alguns cónegos e capelães da Sé.

A igreja de Sta. Mónica é ligada ao convento pelo sul e não é ampla. A sua arquitectura externa é uma combinação das ordens toscana, coríntia e compósita e a interior pertence à compósita e dórica. A abóba-

---

(1) O dote fixado nas constituições do Mosteiro era de 2 mil xerafins, que o arcebispo S. Catarina elevou a 4 mil.

da da sua nave caíu em Novembro de 1849, felizmente sem vitimar nem molestar ninguém ; resta hoje apenas a da capela-mór. Abre duas formosas portas na parede lateral, que é a sua fachada principal, por não poderem ser fronteiras por causa dos coros, que são dois, um alto e outro baixo, ambos espaçosos. O coro superior é constituido de 100 cadeiras de espaldar encostadas às paredes; tem o tecto apainelado em primorosos quadros representando a vida de Jesus e de N. Senhora e, debaixo do grande arco, uma grade de ferro bem alta, outrora revestida de uma rêde, através da qual as freiras podiam ouvir a missa vendo o celebrante sem serem vistas pelo povo. O côro de baixo é separado da igreja por dupla grade de ferro cruzada e espêssa, a qual, subindo do pavimento, cobre toda a circunferência do arco, achando-se no centro o *comungatório*—um postigo que se abria por ocasião de administrar o sacramento da Eucaristia. Êste côro era destinado à solenidade da profissão das freiras, a que assistia toda a comunidade, aos exercícios espirituais matutinos e vespertinos das moças e servidoras, e à comunhão particular e geral das recolhidas. Servia, também, de cemitério e, porisso, terminava neste côro a procissão que se celebrava em comemoração dos fiéis defuntos em dois de Novembro, e as que se faziam nos aniversários das falecidas. As suas cadeiras estão hoje complètamente arruinadas. Existem aqui dois confessionários abertos na parede da igreja e um retrato, em tamanho natural, da referida soror Maria de Jesus.

A frontaria da igreja, que é complètamente singela, olha para uma espécie de saguão muito estreito e abre apenas quatro janelas, duas no côro de baixo e duas no de cima. O templo possui quatro altares, dos quais o principal é dedicado a Sta. Mónica, contendo os dois nichos laterais as imagens de Sta. Rita

e de Sta. Melánia ; os três inferiores correspondentes as de S. Agostinho, S. Tomás de Vila Nova e S. Ambrósio, e os três superiores Jesus crucificado, Sta. Isabel e Sta. Maria Madalena. Os altares colaterais teem, o da direita a invocação do Menino Jesus e o da esquerda a de N. Senhora da Conceição. O quarto altar situado no corpo da igreja é consagrado a um crucifixo com reputação de milagroso ([1]), tendo a sua imagem de Cristo o comprimento de 9 palmos; o qual primitivamente estava no côro superior e hoje se acha colocado em uma tribuna embebida na parede do lado do evangelho em cima dêsse altar, ficando-lhe à direita o epitáfio de Fr. Diogo de S. Ana, da ordem de S. Agostinho, e arquitecto administrador, confessor geral e prelado especial, por quási 40 anos, do convento de Sta. Mónica, o qual faleceu em 26 de Outubro de 1644.

No compartimento, que dá acesso a esta tribuna, encontra-se guardado com religioso acatamento um

([1]) Relativamente aos milagres, que se atribuem a êsse crucifixo, refere o respectivo processo, organizado pelo bispo D. fr. Miguel Rangel, que em 8 de Fevereiro de 1636 várias pessôas juntas *viram* a imagem de Cristo, pregada na cruz, *abrir os olhos por muitas vezes* e *a boca como quem queria falar* ; viram também *correr-lhe o sangue dos sinais da coroa de espinhos e acrescentado nas suas costas um novo açoute, e estremecer a cruz* ;.........e que esta *visão* ou *aparição sobrenatural* se repetira a 12 de Fevereiro na presença do mesmo bispo, vice-rei D. Pedro da Silva, fialgos e numeroso povo. Alguns cronistas ávidos de acumular milagres, escreveram que a imagem *falara* e *deitara lágrimas*, o que do referido processo não consta.

Expurgados de todas as exagerações e apurados com o rigor preciso os *prodígios e milagres com que resplandecera* o crucifixo de S. Mónica em 1636, o sábio pontífice Bento 14 concedeu em seu louvor uma festa especial, que se celebra nesta diocese desde 1750 e a Fazenda contribuia 200 xerafins anuais para a sua alámpada.

grande estandarte de damasco vermelho, que em 1643 fora bordado pelas freiras do convento e oferecido como insígnia marcial à tropa portuguesa em combate com as náus holandesas, que, havendo bloqueado a nossa barra, bombardeavam a fortaleza de Mormugão. A bandeira apresenta de um lado a imagem de Cristo crucificado e do outro a de N. Senhora da Conceição. Benta pelo prelado e hasteada na praça, avivou a fé e estimulou os brios dos aguerridos defensores por forma que êstes, a-pesar de poucos, pelejando com bravura obrigaram o numeroso inimigo a virar o rosto e salvar-se ao largo.

E', também, digna de especial menção a custódia em que neste templo se expõe o S S., a qual consiste em uma figura de pelicano de prata lávrada com azas abertas e bico recurvado, apresentando no centro do peito um caixilho circular para aí ser colocada a sagrada Hóstia.

O sacerdote que superintendia na igreja desempenhando o encargo de cantar todos os dias a missa conventual, tinha o título de capelão. Nesta igreja celebravam-se com esplendor alguns actos da semana santa e várias festividades, sendo ministros do altar os sacerdotes mais respeitáveis do convento de S. Agostinho. As solenidades deviam ser promovidas pelo administrador do mosteiro de Sta. Mónica, que foi sempre um dos Agostinhos. As festas mais esplendorosas eram as do Santo Nome de Jesus e do Santíssimo Sacramento, cujas vésperas se cantavam a dois coros, alternando-se o canto coral dos clérigos com o das freiras e sendo a música dos psalmos e cânticos acompanhada do órgão e dos numerosos instrumentos de cordas de que atrás falamos. Ao evangelho das festas, que se celebravam diante do Santíssimo exposto, prègava o bispo; e as procissões se faziam dentro da igreja assistindo-lhes as religiosas do côro de bai-

xo em duas alas e empunhando velas acêsas [1].

Três arcos sólidos sustentam por fóra a parede lateral da igreja da parte do sul, passando por baixo dêles uma larga estrada, que conduz para a igreja da N. Senhora do Rosário.

Na quaresma, parando no terreiro de Santa Mónica, como era do costume, a procissão do *Senhor dos Passos*, celebrada pelos Agostinhos ou qualquer outra feita pelas freguezias vizinhas, as freiras cantavam no côro de cima, sem serem vistas, o *motete = Supra dorsum meum fabricaverunt peccatores =*.

Influência das ordens religiosas

A influência das ordens religiosas na primeira metade do século XVI foi incontestàvelmente benéfica. S. Francisco Xavier e outros missionários, apóstolos da fé, prègando por todo o oriente com a palavra e com o exêmplo de sua vida austera e santa, conquistaram inúmeras populações para o catolicismo e sob a sua acção cresceu e floresceu o padroado português. Posteriormente ainda os religiosos, embora manifestassem o seu zêlo de um modo diverso perseguindo os idólatras em conformidade com as ideas da época, prestavam contudo serviços relevantes ao país; pois, como párocos, prègadores, confessores de grandes e pequenos, mestres e directores da instrução pública e representantes da cultura intelectual do país, impunham às classes a sua influência salutar, e davam lições de mo-

(1) Vid. *Hist. da fund. do conv. de S. Mónica* por pr. Ag. de S. Maria; e *O real mosteiro de S. Mónica* por M. V. de Abreu; *Chronista de Tissuary*, nos. 8 e 9 de 1866.

ralidade aos fidalgos desregrados. Muitas vezes serviam de enfermeiros nas aldeas atacadas de epidemia contagiosa e mortífera, e auxiliavam os governadores na guerra, morrendo gloriòsamente alguns dêles ao lado dos soldados.

Mais tarde, porém, vindo de Europa frades sem estudos nem costumes, as religiões, não ha dúvida, que se relaxaram e decairam ; mas se fôssem reformadas, teriam prosperado como na Inglaterra e seriam muito úteis, principalmente ao padroado.

Quando foram extintas as ordens religiosas na India (1835), existiam em Goa 248 frades, repartidos pelas seguintes ordens :—

Franciscanos	...	...	27
Ditos reformados...		...	31
Dominicanos	...	...	41
Agostinianos	...	...	59
Teatinos ...	...	...	16
Hospitalários	...	...	15
Congregados	...	...	36
Carmelitas	...	...	23
		Total	248

CAPÍTULO IX

Santa Casa da Misericórdia

Ao sul da catedral, à pequena distância e ao norte do Bom Jesus, existia um elegante grupo de edifícios dedicados a instituições de caridade. Era a Santa Casa da Misericórdia com os recolhimentos de N. S. da Serra e Santa Maria Madalena, e tendo

cada um dêstes três estabelecimentos sua igreja própria.

A Santa Casa da Misericórdia, fundada em Goa pouco tempo depois da conquista, era uma simples associação de seculares para obras de beneficência. Governava-se pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa, que mais tarde foi remodelado, e tinha edifício especial com a sala das sessões, secretaria e outras repartições anexas, e uma capela, depois transformada em suntuosa igreja (1520).

Os meios de que dispunha para o seu nobre fim, eram a princípio o valor das fintas, uma cotisação anual ajustada segundo as posses de cada um dos instituidores, as esmolas eventuais e o subsídio, que el-rei D. Manoel lhe mandou dar, de mil pardáus anuais e mais onze pardáus em todas as sextas-feiras para serem repartidos à porta pelos pobres. Vieram sucessivamente engrossar êsse cabedal várias doações feitas pelos europeus e seus descendentes no valor de 145 mil rupias, que lhe constituiram um avultado rendimento. Entre os bemfeitores desta instituição contam-se dez indígenas, sendo mais importantes os donativos de dois brámanes, moradores em Rachol, Agostinho Diniz e Salvador Antão, que por seus testamentos, feitos em 1634 e em 1647 respetivamente, lhe deixaram incondicionalmente o primeiro 21.264 rupias, com o encargo de dar uma missa cotidiana perpétua, e o segundo 37.412 rupias com a obrigação de mandar rezar duas missas semanais, e dar 50 rupias para ser solenizada anualmente a festa da padroeira do convento de N. S. do Pilar. Êstes dois donativos, somados com os dos outros oito indígenas, atingiam a 66 mil rupias.

A Misericórdia, logo que se julgou habilitada, fundou os hospitais de *S. Lázaro* e de *Todos os Santos* e administrou o de *N. S. da Piedade*, criado pelo

conde de Linhares, exercendo a beneficência e caridade na mais larga escala não só dentro dêstes estabelecimentos, mas ainda fóra dêles; acudindo com esmolas aos enfêrmos e aos pobres envergonhados pelos bairros da cidade, sustentando creanças expostas, casando donzelas pobres e órfãs, visitando e subsidiando os encarcerados, resgatando cativos, enterrando os mortos desamparados, pondo em arrecadação os bens dos europeus que falecessem na India sem testamento e mandando o seu valor, sem nenhum prémio, para a Misericórdia de Lisboa, para ser entregue aos respectivos herdeiros; acompanhando processionalmente e com as preces rituais, cantadas desde a porta da cadeia até ao patíbulo, os que padeciam por justiça, sufragando as almas dêstes em dois de Novembro com solenes exéquias na igreja da Misericórdia, e em determinados casos tirando os presos da fôrca; para o que lhe valiam os inumeráveis privilégios de que gozava.

Desde os princípios do século XVII encarregou-se, também, de administrar *os recolhimentos da Serra e da Madalena*, de que breve falaremos.

Arruinando-se o edifício de Goa, mudou-se a *Santa Casa* em 1841, para Pangim, onde, depois de ter funcionado em diversas casas, construiu, há pouco, um prédio próprio no largo de Bocage, e tem ao presente, não tomando em conta o produto das lotarias, concedidas por C. R. de 27 de Setembro de 1827 e port. ministerial de 14 de Junho de 1875, o rendimento de 46 mil rupias, além do subsídio anual de pouco mais de 1000 rupias que lhe dá a Fazenda para sustentar 40 órfãs nos dois recolhimentos e distribuir esmolas às sextas feiras em virtude de um legado.

A Santa Casa governa-se ainda hoje pelo compromisso aprovado por alvará de 23 de Fevereiro de

1633, o qual, para a admissão, exige quanto a procedência, a condição do candidato ser *limpo de sangue sem raça de mouro ou judeu, não somente na sua pessoa, mas também na sua mulher, se fôr casado.*

Em 1720 foi admitido irmão da Santa Casa um indígena, o padre António de Albuquerque, natural da freguesia do Socorro, de Bardês, por ter prestado serviços relevantes à Santa Casa como administrador do hospital da Misericórdia.

Em 1839 uma comissão, nomeada pelo governador interino José António Vieira da Fonseca, provedor da Misericórdia, remodelou essa cláusula do compromisso pela fórma seguinte : *que seja limpo de sangue, de ascendência europeia, sem raça de mouro ou judeu.*

Êste compromisso, onde havia também mais alterações, não foi aprovado pelo govêrno da metrópole, e em sua consequência o visconde de Ourém, por port. de 5 Março de 1851, suspendeu a sua execução e mandou vigorar o imediàtamente anterior, o de 1633.

Mais tarde, a port. provincial de 26 de Julho de de 1892 determinou que fôsse formulado novo compromisso, o qual, também, não foi aprovado pelo govêrno provincial, por insistir na referida cláusula de que só os europeus e seus descendentes podiam ter ingresso na mesma confraria, cláusula " que não se conformava com os princípios consignados na Carta Constitucional da monarquia e com as disposições da port. ministerial de 3 de Setembro de 1881 " [1].

Contra esta consulta a Irmandade da Misericórdia dirigiu ao govêrno central uma representação, que o governador Rafael de Andrade informou desfavorávelmente.

---

[1] Acta das sessões do Conselho da Provincia, de 6 de Setembro de 1893.

Em face da lei, portanto, o compromisso vigente é o de 1633.

Igrejas da Misericórdia, da Serra e de Santa Maria Madalena

A igreja da N. Sra. da Misericórdia, construída em 1520, era grandiosa e olhava para o norte, tendo à direita a igreja da Serra, na *rua do Crucifixo* e, à esquerda, a de Santa Maria Madalena, na *rua das Convertidas*, defrontando as três igrejas com um largo terreiro.

Na igreja da Misericórdia, além das festividades da Padroeira e da semana santa, que anualmente se realizavam com esplendor, celebrava-se em 2 de Novembro a *comemoração dos fiéis defuntos*, sufragando especialmente com solenes exéquias, a que já nos referimos, as almas dos que haviam sido justiçados durante o ano precedente. As suas ossadas, exumadas do local da fôrca, que ficava próximo à igreja da N. Sra. da Luz, eram processionalmente transportadas em duas tumbas pela Irmandade nas vésperas e depositadas nesta igreja, sendo, depois dos sufrágios, inumadas em sagrado.

Igreja da Serra. Afonso de Albuquerque, em cumprimento de um voto que fizera para se salvar com a sua náu *Nossa Senhora da Serra* de uns baixos, em que encalhara no estreito vizinho à ilha do Camarão, mandou levantar esta igreja em 1513 muito próxima da porta da cidade, chamada dos *Bacais* [1], por onde

---

[1] Afonso de Albuquerque mandou tapar de pedra e cal esta porta (dos Bacaes), em que sómente ficou aberto um pequeno postigo. *Lendas* 2, pag. 94.

numerosos mouros haviam fugido durante a batalha travada por ocasião da tomada de Goa.

O edifício olhava para o noroeste e tinha seteiras em volta da abóbada e tôrres ameadas para a defesa da porta.

O fundador fêz construir 48 lojas na sua vizinhança perto da praça depois denominada de *Pelourinho*, para que uma parte das sua rendas pudesse ser empregada em sustentar a igreja e o sacerdote encarregado de celebrar missa diária em sufrágio da alma do fundador ; sendo destinado o restante para a bôlsa de filhos órfãos dos portugueses desamparados e para remunerar os juizes da cidade, que trienalmente deviam tomar conta das despesas da igreja.

Nesta igreja, que era elegante, a mais rica da cidade, sólidamente abobadada e dourada no interior, foram sepultados os restos mortais de Afonso de Albuquerque, em conformidade com a sua disposição testamentária. Foi neste templo que se fizeram as exéquias pela sua alma. Era ali que, por vezes, os indígenas se reuniam junto do seu túmulo para implorar o favor e protecção do heroi, quando fôssem oprimidos injustamente pelos seus sucessores até ao ano de 1565, em que essas relíquias foram trasladadas para Portugal. No seu frontispício estava colocada uma estátua do fundador em pedra com uma inscrição aos pés, e aos lados uma esfera armilar e o seu escudo de armas. Demolida em 1811 a igreja, que se achava bastante arruinada, esteve em pé apenas o seu frontispício até 1842, em que, querendo proceder-se também à sua demolição, foi apeada, por ordem do governador conde das Antas, a estátua de Albuquerque, juntamente com as decorações laterais e as quatro colunas de granito do pórtico da igreja, sendo transferidos todos êstes objectos,

em 1842, para o pavilhão erigido em Pangim na praça fronteira ao quartel da infantaria ([1]). Da lápide comemorativa, que deve ter sido também apeada, não se sabe o destino. Uma parte do terreno, que a igreja ocupava, acha-se incluída no cemitério da Sé, que é construção moderna.

Igreja de Santa Maria Madelena. Esta igreja ou capela era pequena e olhava para o leste. Foi construída especialmente para fazer parte integrante do Recolhimento das convertidas.

Recolhimento de Nossa Senhora da Serra e de Santa Maria Madalena

O arcebispo D. fr. Aleixo de Menezes, querendo atalhar a imoralidade que corria desenfreada pela cidade ([2]), fundou um recolhimento para a instrução e educação das órfãs nobres, e um outro para as mulheres arrependidas e mandou erigir edifícios convenientes, ligando um à igreja da N. Sra. da Serra e completando o outro com a capela ou igreja dedicada a Sta. Maria Madalena. O primeiro, denominado *Recolhi-*

([1]) Os alicerces dêste monumento, construído, sob a direcção do major de engenheiros José da Costa Campos, em forma do templo da Glória, foram abertos com grande solenidade em 17 de Fevereiro de 1843, por ser êste o dia em que se completaram 333 anos, que o consquistador de Goa a tomara aos mouros pela primeira vez. A cúpula do monumento é sustentada sôbre 12 colunas de órdem compósita, das quaes 4 pertenceram ao pórtico da antiga Misericórdia e 8 à magestosa igreja do convento de S. Domingos. Vid *Bol. do Gov.* n.º 54 de 1 de Dezembro de 1842; e *O Oriente Port.* vol. 1.º, pag. 607.

([2]) Fr. Agost. de S. Maria *Vida do Arceb.*; e *Mitras*, pag., 98.

mento da Serra, instalou-se em 2 de Julho de 1605 e o segundo, chamado *de Madalena* ou das *convertidas*, em 15 de Setembro de 1610.

Ao regressar para a metrópole, o arcebispo, por concordatas de 13 de Setembro de 1610 e 23 de Fevereiro de 1611, que foram, mais tarde, confirmadas por Carta Reg. de 15 de Março de 1634, entregou a administração dos seus dois estabelecimentos à irmandade da Misericórdia, dotando-os com o patrimónic necessário para a sua sustentação.

Depois da supressão das ordens religiosas, os reco lhimentos foram transferidos, em 1836, dos seus edifícios, que ameaçavam ruína, para o convento vago e saudável de S. Agostinho que, porém, era muito vasto; e como a Santa Casa da Misericórdia não tinha a precisa suficiência para lhe segurar a conservação sem faltar aos seus especiais encargos de caridade, julgou conveniente uma segunda transferência ; e em 1841 passaram os recolhimentos para o antigo convento dos carmelitas em Chimbel, onde funcionaram cada um sob a direcção imediata de uma regente [1]. Desde certo tempo o local tornou-se um fóco de paludismo, donde, em Julho de 1924, o recolhimento da Serra se mudou para Pangim, ficando o outro provisòriamente em Chimbel.

No recolhimento da Serra as meninas, além da instrução e educação, recebem ao tempo do seu casamento o dote de 200 rupias. Antigamente dava-se às vezes, em logar de dinheiro, algum emprêgo ao marido. Alguns irmãos da Misericórdia guardam, tabém, nesta casa suas espôsas, quando sejam obrigados a ausentar-se de Goa.

---

(1) Vid *Bol. do Gov.* de 1859, pag 641-642; e *Resumo histórico*, pag. 223.

No da Madalena recolhem-se as mulheres que, sinceramente arrependidas, procuram regressar à moral e à vida cristã. Nesta comunidade encorporam-se, também, algumas viúvas pobres e velhas. Cada recolhimento tem capela própria onde se celebram várias solenidades.

CAPÍTULO X

Palácio da Inquisição

Ao pé da catedral, e ao sul da sua grande praça, estava situado o célebre pálacio da *Inquisição*, fronteiro à casa do Senado.

Foi o antigo palácio do Sabaio e, depois da conquista, residência dos vice-reis até 1554. Em 1560, tendo chegado à cidade de Goa os primeiros inquisidores Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho, ambos padres seculares, letrados e canonistas, instalou-se ali o tribunal do Santo Ofício ou da Inquisição, que gradualmente amplîou o edifício e o transformou a seu modo à custa do tesouro público.

Vejamos em primeiro lugar qual foi o motivo de se estabelecer na India êsse tribunal.

Tendo-se publicado neste Estado, em 1547, uma provisão eclesiástica proibindo aos infiéis, sob graves penas, o exercício dos seus ritos e cerimónias e o de cargos públicos, apareceram nas *caxainhas* das igrejas (caixas de esmolas) papéis insultuosos à religião cristã. Aberta a devassa, foram, a-pesar da oposição do capitão da cidade, presos, como agentes do crime e remetidos para Portugal, com os autos das suas culpas, por não haver aqui quem os sentenciasse, vários *cristãos novos*, acusados de que judaizavam e

tinham sinagogas, sendo alguns dêles ricos e bem estabelecidos; e em retôrno veio para Goa o terrível tribunal da Inquisição [1]. Êste tribunal, que tinha por objectivo inquirir e punir a heresia, degenerado como estava, *aterrou as gentes da India pelos rigores praticados no exercício de suas funções, tão contrárias ao verdadeiro espirito da sua instituição, como opostos às pias intenções* .... diz a C. R. de 16 de Agosto de 1812.

Mas voltemos ao palácio. Êste soberbo e magestoso edifício de três pavimentos e de bela fachada de pedra preta, que olhava para o norte, abria na frente três portas, sendo a do centro maior que a dos lados. Por uma das portas laterais se entrava para a residência do primeiro inquisidor e por outra para a dos oficiais da casa, que ocupavam o andar térreo. A porta central conduzia, por uma comprida escadaria de granito, à *sala de espera*, que se ligava por meio de uma *saleta* à outra sala muito espaçosa, chamada *mêsa do Santo Oficio* ou *casa do despacho*. Esta sala, que era ornada de cortinas de tafetá verde, tinha, a um dos lados, encostado à tapeçaria da parede e elevado quási até ao fôrro do tecto, um grande crucifixo de olhos de vidro e aspecto respeitável, que hoje se venera na capela de S. Sebastião, das Fontainhas, em Pangim; e no centro sôbre um estrado da altura de um pé se via uma mesa de quási 15 pés de comprimento e 4 de largura, coberta com pano de damasco carmesim e por cima coiro negro, e ao redor algumas cadeiras, sendo duas grandes com espaldar e braços para os dois inquisidores, e outras razas para o promotor, deputados, notários e outros oficiais que deviam

---

(1) Couto, *Dec.* 7.ª, livro 9, cap. 6; *Instr. do M. de Alorna*, parte 1.ª, pag. 88. n., e *Oriente Conquistado* C. I. D. II, pag. 135.

assistir ao interrogatório e julgamento dos acusados. Encontravam-se nesta mesa um missal para dar o juramento, o regimento do Santo Ofício, o colectório das bulas apostólicas e privilégios da inquisição, uma campainha e escrevaninhas de prata. Em frente do crucifixo um banco para os réus.

A casa, em forma de claustro, compreendia no 3.º pavimento, além das referidas salas, vastos aposentos do 1.º inquisidor (1), duas *salas de audiência*, uma capela, onde um dos notários celebrava missa todos os dias com assistência dos inquisidores e oficiais, capela cujo altar apresentava um crucifixo, que era levado na procissão do auto da fé, e a *casa do secreto* (arquivo), onde se guardavam os processos e os cofres, servindo, também, de gabinete ao promotor e aos notários. O segundo pavimento abrangia um grande número de cárceres, mais de 200, conforme Dellon, incluindo o *cárcere de penitência*, que tinha um oratório ou capela, onde o respectivo capelão dizia missa todos os dias para os penitenciados ouvirem e comungarem, emquanto os houvesse; a *casa da doutrina*, os *cárceres de segrêdo e de encerramento perpétuo* (2); e, talvez, a escada que descia para a casa *de tormentos*, tudo dentro de um edifício, cuja parede exterior media 7 palmos de espessura. Os andares superiores eram contornados de galerias.

As prisões eram abobadadas, caiadas de branco e asseadas, mas umas escuras e outras apenas alumia-

(1) O 2.º inquisidor era ordinàriamente um dos religiosos de S. Domingos e raras vezes de S. Agostinho; e portanto residia no respectivo convento.

(2) Os presos que confessassem o crime de heresia ou apostasia depois de acusados pela justiça, eram *recebidos ao grémio da igreja com cárcere e hábito perpétuo, que podia durar de* 3 a 5 anos.— *Reg. do S. Of. da Inq., livro 3.º, título 3.º.*

das por uma fresta engradada na altura de três metros; a entrada de cada prisão fechava-se com duas portas de madeira, uma por dentro e outra por fora da parede; a de dentro tinha a metade inferior em forma de grade com um postigo na parte superior que se abria para os presos receberem a sua comida, roupa e outros objectos, que por aí pudessem passar. A porta de fóra, que era toda inteiriça, ficava aberta ordinàriamente das 6 às 11 horas da manhã para a ventilação da câmara.

Os presos, diz Dellon, referindo-se ao regime alimentício, eram *muito bem tratados*: comiam três vezes ao dia; às 6 horas da manhã o almoço, que consistia em canja (arroz cozido com água e sal) para os naturais de Goa e três onças de pão fresco, peixe frito, frutas e algumas vezes carne ou chouriços e vegetais, para os europeus; o jantar, às 10 horas da manhã, e a ceia às 4 da tarde, eram de arroz, caril de peixe, ôvo e peixe frito. Tinha cada um na sua cela uma bilha de água para lavar, outra com o púcaro para beber, uma vassoura para varrer o quarto, uma esteira e, sendo o prêso europeu, uma côlcha sôbre o estrado, para dormir, e uma grande bacia, que se mudava de quatro em quatro dias, com uma vasilha que a cobria e servia também para receber o lixo.

A inquisição dava aos presos para vestir um fato uniforme, que se mudava de oito em oito dias e consistia em calças, camisa e cotão de linha branca e grossa de Balagate para os homens; e calção e hábito de pano grosso e azul de Amedabad e toucado branco para as mulheres. Logo depois de encarcerados, era-lhes cortado a todos o cabelo à escovinha.

Dentro do cárcere eram obrigados a conservar-se em silêncio sob pena de serem castigados com chibata pelos guardas, que das galerias os vigiavam; mas, se fôssem maltratados indevidamente, podiam quei-

xar-se ao inquisidor, que, acompanhado de um notário e de um intérprete, os visitava todos os meses, podendo também informá-lo nesta ocasião de quaisquer necessidades ou privações que sofressem. Não podiam ter na prisão luz, além da do dia, nem livro para ler ([1]). Dava-se-lhes se pedissem, o papel, tinteiro e pena, sendo o papel rubricado pelo notário, onde sómente podiam escrever os fundamentos da sua defesa e as contraditas (sem nunca saberem os nomes das testemunhas, que tivessem deposto contra), devendo os presos, depois de alguns dias, tornar o mesmo papel ou escrito ou em branco.

Os doentes eram com grande cuidado servidos de tudo quanto precisassem ; tinham médicos e cirurgiões que os visitavam ; e no perigo de vida não lhes faltavam confessores, mas o santo viático se dava sómente aos *confitentes* que tivessem satisfeito à informação da justiça. Fora dêstes casos era permitido aos presos, cujas culpas provadas não concluissem heresia, confessarem-se e comungarem todos os anos na quaresma, administrando-se êstes sacramentos aos sãos na capela da inquisição e aos doentes na sua cela. Os relapsos que tivessem abjurado a heresia e os sodomitas, também, se confessavam e comungavam nas vésperas de serem relaxados ([2]). Aos moribundos não se dava o sacramento da Extrema Unção. diz Dellon.

Os falecidos nos cárceres eram enterrados dentro do edifício sem nenhuma cerimónia religiosa ; mas, ao depois, se fôssem julgados réus de pena capital, exumavam-se-lhes os ossos para serem queimados no próximo auto da fé.

([1]) *Nar. da Inq. de Goa* por Dellon, trad. de M. V. de Abreu.

([2]) Reg. do S. Of. da Inq. l. 1.º, titulo 3.º, § 28 e 30.

O pessoal da inquisição de Goa variou; mas em 1682 era composto de dois inquisidores, (denominados o 1.º inquisidor ou inquisidor da 1.ª cadeira e o 2.º ou da segunda cadeira) [1] que tinham seus comissários em Salsete, Bardês, e em todas as terras portuguesas do oriente, um promotor, quatro deputados, devendo êstes e o promotor ser clérigos de ordens sacras e licenciados em uma das faculdades de teologia, cánones ou leis; 4 notários, também clérigos de ordens sacras, 2 procuradores ou advogados dos presos, que deviam ser graduados nos cánones ou leis e, podendo ser, clérigos; um capelão, um meirinho com quatro naiques, um alcaide, um despenseiro, um porteiro, um solicitador, dois guardas, dois médicos, um cirurgião, um barbeiro, três pretas para o serviço dos cárceres, 10 homens de armas, sendo 4 do 1.º inquisidor, 4 do 2.º e 2 do promotor. A' excepção dos 2 procuradores, todos eram pagos pela Fazenda, recebendo cada um dos inquisidores 1740 xerafins, 2 tangas e 20 reis ao ano (522$140 reis).

Além dêstes, havia outros funcionários com o nome de *qualificadores* ou *revedores* do Santo Oficio, incumbidos de examinar todo o livro que saisse à luz e dar sciência aos inquisidores de qualquer proposição contrária à fé—e os oficiais da justiça do tribunal, chamados *familiares do Santo Oficio*, quer pagos, quer honorários, escolhidos de todas as classes, principalmente da nobreza, que traziam ao peito uma medalha de oiro com as armas do Santo Ofício sómente quando iam prender os acusados [2].

---

(1) Em 1773 havia 3 inquisidores.

(2) As armas do Santo Ofício consistiam em uma cruz tendo ao lado direito um ramo de oliveira e por cima desta a letra *Misericórdia*, e ao esquerdo, uma espada com outra letra *justitia* e no

Os crimes principais, de que tomava conhecimento a inquisição, eram, em geral, os de heresia, apostasia, scisma, do favor dispensado aos hereges, da defesa ou receptação dêles, da leitura dos livros heterodoxos, de comunicação com os *vitandos*, de disputa em matéria da fé nos casos proibidos por direito, de blasfémia, de proposições heréticas, temerárias ou escandalosas proferidas ou escritas, de irreverências ao Santíssimo Sacramento ou às imagens sagradas, de feitiçaria, sortilégio, advinhação, invocação ao demónio ou pacto com êle, ou do uso da astrologia judiciária, de bigamia, do impedimento ou perturbação causada ao ministério do Santo Ofício, de testemunho falso, da solicitação no sacramento da confissão e do nefando crime da sodomia ([2]). No Estado da India a inquisição tomava, também, o conhecimento do exercício dos ritos e cerimónias dos infiéis, quando feito com o escândalo dos cristãos.

Todo o cristão, que soubesse de qualquer dêsses crimes era obrigado a denunciá-lo sob pena de excomunhão. A denúncia era secreta e, sendo comprovada por duas testemunhas juramentadas para guardar o sigilo, era bastante para motivar a prisão, que ordinàriamente caía de surprêsa para o infeliz denunciado. Aquele que antes da delação se apresentasse à *Mesa* espontâneamente e, confessando a sua culpa, a abjurasse, embora fôsse ela de judaismo ou outra heresia ou apostasia, não era sujeito à prisão ; se abjurasse o êrro depois de delatado e encarcerado, salvava a

---

círculo de tarja as palavras do psalmo=*Exurge Domine, judica causam tuam.*

([2]) El-rei D. Sebastião, pela lei de 9 de Março de 1571, fulminava penas severssimas contra o crime da sodomia. Vid. *Narração da Inq.* por Dellon, trad. de M. V. de Abreu, pag. 164, nota.

vida, mas, como reu *confitente* ou *convicto*, incorria na pena de confiscação de seus bens ([1]) à custa dos quais eram sustentados os presos.

Se negasse a culpa, real ou suposta, mas provada por testemunhas, era condenado como *convicto negativo*. Os *convictos negativos*, os *relapsos* (embora arrependidos e perdoados no fôro interno) e os *contumazes* eram *relaxados em carne* ao braço secular, que, segundo a Ordenação do reino, os condenava ao fogo, com a diferença de que, se declarassem à última hora querer morrer no cristianismo, eram prèviamente garrotados; donde sucedia ser raríssimo o que fôsse queimado vivo.

Além dessa terrível severidade das penas e implacável rigor do regimento, algumas formas do processo tinham carácter especial; pois, guardava-se absoluto segrêdo da instrução judiciária; o encarcerado não podia falar ao seu advogado ou procurador legal, senão na presença do notário ou algum oficial do *Santo Ofício*; e, embora provasse não ter a culpa de que fôra acusado, e, porisso, estivesse absolvido por despacho *provisório*, não saía, em regra, da Inquisição senão

([1]) Convém recordar neste logar as penalidades com que a lei civil da época punia os criminosos. Em Portugal, como em alguns países de Europa, os réus de crimes graves eram punidos com penas cruéis, mutilantes, e com a de morte, agravada pelos suplícios possivelmente atrozes, sendo-lhes confiscados todos os bens, embora tivessem filhos ou herdeiros. Os tormentos, que se infligiam aos acusados para os obrigar a fazer revelações, eram também revestidos de formas legais. Ainda em 1630 por causa do desacato de Santa Engrácia, foi, *amputadas primeiro as mãos, queimado vivo Simão Peres Solix*. Assim mandavam as *Ordenações do Reino* que vigoraram até 1852, ano em que foi decretado o nosso Código Penal ([1]). Sob esse espírito da extrema severidade das penas medrou a *Inquisição*.

([1]) *O Instituto de Coimbra*, n.º 3, de Março de 1924, pag. 110.

no próximo auto da fé, que podia ter lugar daí a dois ou três anos, devendo, entretanto, estar no *cárcere penitencial* ou *escolas gerais*, para se instruir nos mistérios da fé e fazer penitência. Sendo precisas pelo menos 7 testemunhas para um réu ser relaxado, estas nunca se acareavam, podendo ser 6 delas os próprios cúmplices e a sétima o suposto réu, acusando uns aos outros sob a pressão de tormentos; nenhum condenado tinha o direito de apelar da sentença *definitiva* para o conselho geral, etc.

Estas formas viciosas de administrar a justiça davam azo a frequêntes abusos, procedendo por vezes a denúncia do espiríto de vingança, ciúme ou de rixas particulares, como observa o rev. Cottineau de Kloguen (1).

Em Goa as acusações de feitiçaria e heresia eram mais vulgares do que em qualquer outra parte; porque as cerimónias e costumes dos hindús e a ignorância dos novos convertidos andavam de envolta com superstições absurdas, principalmente nas aldeias de Assonorá, Aldoná, Bastorá, Revorá, Cunco-

(1) " Comquanto estejamos longe de justificar os seus procedimentos (da Inquisição), todavia somos obrigados a declarar que se tem dito a respeito daquele tribunal muitas falsidades e exagerações; pois que, se por um lado pede a verdade que se diga: 1.º—que êste tribunal, quer na Hespanha, quer em Portugal, ficou grandemente degenerado da sua primitiva instituição; 2.º—que muitas das suas formas foram extremamente viciosas e cruéis, comquanto possa notar-se ao mesmo tempo, especialmente quanto à torturas que se infligiam, que os mesmos castigos existiam também nos tribunais civis daquela época; 3.º—que os governadores, homens poderosos e a parte corrompida do cléro se aproveitavam muitas vezes das formas viciosas, com que se administrava a justica daquele tribunal para satisfazer vinganças e rixas particulares,...... por outro lado devemos confessar que as crueldades da Inquisição foram grandemente exageradas. " *Bosquejo hist. de Goa*, trad. pag. 77-78.

lim, Assolná, Bambolim, Curca e outras, onde o cristianismo não estava bem arraigado ([1]).

A inquisição era no Estado da India o poder supremo, a sua jurisdição se estendia a toda a sorte de pessoas, seculares ou eclesiásticas, excepto o arcebispo, o seu vigário geral e o vice-rei ou governador, os quais ainda podiam ser presos, mas com a prévia licença da côrte e do Conselho Geral de Lisboa. Conseguintemente nenhum tribunal nem autoridade alguma podia intervir nas suas deliberações; pelo contrário todos eram obrigados a prestar-lhe o auxílio pedido.

Êste tribunal reunia-se em sessão duas vezes ao dia; de manhã das 8 às 11 horas, e de tarde das 2 às 4 e algumas vezes ainda mais tarde, principalmente nas proximidades dos autos da fé, em que trabalhava até as 10 horas de noite.

No julgamento ou despacho final votavam, além dos inquisidores, os deputados e o Ordinario do logar, ou quem suas vezes fizesse, o qual devia ser chamado nesta ocasião.

O *auto da fé* era uma solenidade, em que apareciam os presos e penitenciados do Santo Ofício para ouvir ler as suas culpas e sentenças e abjurar os seus erros. Esta cerimónia começava às 6 horas de manhã por uma imponente procissão, que, saindo do palácio da inquisição, terminava na igreja de S. Francisco de Assis ou na catedral, e se realizava geralmente cada dois ou três anos em algum domingo, preferindo-se o 1.º do advento; mas os primeiros dois *autos* se fizeram dentro de um ano (de 1612) des-

([1]) Em 1731 os gãocares de Bastorá se achavam *todos uns presos e outros apresentados* pela acusação de terem recebido na aldeia *bottos* e servidores dos pagodes ocultamente, dando-lhes esmolas, e ofertas aos pagodes, como diz o inquisidor Amaral Coutinho.

pendendo-se mil xerafins. Damos em nota final a descrição minuciosa de um auto de fé, feita por Dellon.

Os presos que não fossem *relaxados em carne* nem absolvidos eram diversamente sentenciados conforme a gravidade da culpa, uns a degrêdo, outros a galés, ou à casa da pólvora, e outros à reclusão no convento da Cruz dos Milagres—para serem instruídos nos mistérios da fé [1]—ou no cárcere penitencial da inquisição, chamado *escolas gerais*, donde em certos casos lhes era permitido sair sob *fiança* e cumprir a penitência fora. Raríssimo era o crime que não fôsse punido com a confiscação dos bens.

O local onde se executava a pena capital, precedendo o respectivo acordão do tribunal da Relação, e se acendiam as fogueiras, era o campo de S. Lázaro, ao nordeste da cidade.

Tal era o terror que a inquisição havia espalhado no país, que o povo à só lembrança daquele nome tremia e ao passar pelo palácio dêste terrivel tribunal segredava misteriosamente = *vhoddlem ghór* = (casa grande), nunca ousando apontá-lo com dedo ; assim como ninguém, grande ou pequeno, ousaria prantear em público um prêso da Inquisição, o qual, pelo contrário, era logo detestado. Êste terror foi uma das causas que concorreram para despovoar a cidade da parte mais rica e industriosa dos seus habitantes. Os comerciantes mouros, arménios, parses, árabes e hindus desapareceram.

Em 1769 o marquês de Pombal arrancou à Inquisição uma parte do seu poder, transformando-a em um

(1) Da reclusão dêste convento fugiram em 1768 Bartolomeu da Silva e Manoel Ribeiro, aliás Bragança, e em 1769 Bartolomeu Rodrigues, casos, de que a *Mesa* tomou conhecimento. *Chronis. de Tissuary*, vol. 2.º, pag. 161.

tribunal régio e dando-lhe um regimento, que regulava o processo dos réus pelas leis gerais do reino. Então, por carta da lei de 22 de Maio dêsse ano, mandou dar ao *Santo Ofício* o tratamento de *Majestade* ; que as sentenças fôssem passadas em nome do soberano ; e os deputados do tribunal tivessem o título de *conselheiros de Sua Majestade.*

Contudo o Santo Ofício, combatido pela opinião pública, caíu em descrédito. Foi portanto extinto em 1774.

Extinta a Inquisição de Goa pela 1.ª vez, o que se executou no dia 26 de Outubro do mesmo ano 1774, em que—na conformidade da carta do marquês de Pombal, de 10 de Fevereiro dêsse ano,—foram apresentadas pelo desembargador ouvidor geral, Feliciano Ramos Nobre Mourão, à *Meza do Santo Ofício* as provisões do cardeal inquisidor geral; os inquisidores mandaram imediàtamente pôr em liberdade não só os presos que se achavam nos cárceres— António Rodrigues Estremoz, português, natural de Estremoz, e Francisco de Melo, casado e morador em Bastorá, de Bardês,—mas também todos os que estavam na prisão da casa de pólvora, sendo 6 *depositados* e 26 *degredados* ; tendo sido ainda averbados os termos a 6 *afiançados*: um padre de Curtorim, de Salsete e 3 seculares e 2 mulheres de Assonorá, de Bardês; e feito o inventário, foram entregues todos os livros, autos e processos com os mais papéis ao reverendo João Nogueira da Cruz, *comissário*, que para êste fim viera de Lisboa, nomeado pelo inquisidor geral ; e o dinheiro, (22 mil xerafins) que se encontrou no cofre do *secreto* e mais as joias de oiro, prata e pedraria no cofre do fisco, do valor de 2479 xerafins, passaram para a Fazenda.

O palácio ficou com os móveis e alfaias, armado em forma do tribunal como dantes, aguardando talvez

a breve ressurreição do Santo Ofício. Os dois inquisidores Manoel António Ribeiro e José António Ribeiro Mota, o 1.° dos quais tinha residência na casa, regressaram a Portugal, na monção do ano seguinte, na náu *Mariana Vitória;* e o marquês de Pombal, que abolira a inquisição, ordenou ao governador D. José Pedro da Câmara que transferisse de Panelim para o *magnífico* palácio dêste tribunal a residência dos governadores e capitães generais da India, o que se não cumpriu por se calcular em 70,600 xerafins a despesa para se transformarem os cárceres em habitação decente e apropriada à residência dos governadores; mas lembrou-se por esta ocasião ser preferível acomodar ali distinta e separàdamente, mediante a despesa de 25 mil pardáus, 11 repartições principais do Estado, o que também se não levou a efeito. Daqui se vê que êste pálacio, ampliado sucessivamente à proporção das necessidades e exigências do instituto, se tinha tornado, sem dúvida, o mais vasto de todos os palácios de Goa e *magnífico*, na frase do marquês de Pombal.

Restabelecida a Inquisição em 1779, por ordem superior foram-lhe restituídos todos os objectos recolhidos; mas, como o processo dos réus se regulava pelo regimento reformado e já pôsto em vigor no tempo do próprio M. de Pombal com certas restrições e mitigando o rigor das penas, os inquisidores em virtude da lei não podiam agora quási nunca relaxar os presos ao braço secular, estabelecendo-se o estilo de se fazerem os autos da fé particularmente dentro da casa da Inquisição, donde nasceu a versão de que êsses autos haviam sido cassados.

Mais tarde, por C. R. de 29 de Maio de 1809 êste tribunal passou a ter presidente secular, recaindo a nomeação no chanceler da Relação, António Gomes Pereira da Silva, e foi finalmente pela segunda e última

vez extinto por C. R. do príncipe regente D. João, datada do Rio de Janeiro, de 16 de Junho de 1812; o que tudo se executou com aplauso geral a 8 de Outubro do mesmo ano, no govêrno do conde de Sarzedas, dando-se imediato destino aos seus móveis e alfaias, que pela maior parte foram depositados no arsenal real da marinha. Desta vez não foi preciso soltar presos, porque não havia nem um nos cárceres da inquisição nem na casa de pólvora. Em 1912 passou o centenário da extinção, comemorado pelo *Oriente Português* e pelo diário *O Heraldo*.

Aos dois inquisidores Fr. Luis de Ribamar e Fr. José das Dores, ambos mais ou menos decrépitos, e ao promotor Fr. Tomás de Noronha foram mantidos os seus ordenados, 1.000 xerafins a cada um dos dois primeiros e 600 ao terceiro; nesta ocasião a Fazenda recolheu pouco mais de 32 mil xerafins em moeda e 1.300 xerafins em joias. Das 6 escrevaninhas de prata, cada uma com 4 tinteiros, e 2 campainhas também de prata, que se encontraram nas *salas de despacho* e de *audiências*, existiam duas na secretaria do govêrno geral, onde ficaram também conservados o regimento e alguns livros, dos quais o missal, encadernado em veludo com broche e ornatos de prata, foi, ha poucos anos, transferido para o museu sacro do Bom Jesus.

O palácio, ao princípio acudido com as reparações indispensáveis, foi depois complètamente abandonado; pelo tempo arruinou-se e a junta da Fazenda o mandou demolir em 1820; ainda por alguns anos estavam em pé as paredes do pavimento inferior, segundo refere Cottineau, que as viu em 1827.

Removidas as ruínas e nivelado o solo, levantaram-se ali os pavilhões da exposição agrícola e industrial de Goa, realizada em Dezembro de 1890, durante a exposição do venerando corpo de S. Francisco Xavier.

Aljube

Ao norte do Hospital real e junto ao *cais do Arcebispo* demorava o *Aljube* ou prisão do Ordinário, onde eram recolhidos os eclesiásticos, que transgredissem os cânones disciplinares da Igreja. Fôra construído em 1600 pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, com o fim de fazer um lugar apropriado aos clérigos, que, até então sendo reclusos em diversas partes, não eram ali tratados com a decência devida ao seu carácter. Além de uma sala livre e prisões regulares no andar superior, o aljube tinha no rés-do-chão uma enxovia apenas alumiada por umas frestas; a qual se encontrava quási sempre desocupada e onde, às vezes, o tribunal do Santo Ofício guardava provisòriamente os seus presos vindos de fora de Goa. Corridos anos, parece que houve grande descuido na limpeza e aceio dêste compartimento do cárcere ; pois Dellon, que em 1674 esteve ali preso dois dias antes de ser conduzido para a Inquisição, pintou-o horrivelmente: «Esta prisão» diz êle, «é a mais imunda, a mais escura e a mais horrível de quantas tenho visto, e duvido que possa haver outra no mundo, mais repugnante e mais asquerosa. É uma espécie de abóbada, onde mal se vê o dia por uma pequena fresta, por onde nunca penetram os raios mais subtis do sol, nem jamais entrou verdadeira claridade; é insuportável o mau cheiro, porque, não havendo uma cloaca, é ela suprida por um pôço sêco ao nível da terra no meio do subterrâneo......»

Em 1778 o edifício já ruinoso, não podendo ser reconstruído, foi reduzido nas suas dimensões, reparado e aceado, de maneira que Cottineau escreveu em 1827 : «O Aljube, de que Dellon dá uma horrível descrição, está hoje melhorado, e poucas vezes contém alguns presos. E' um edifício muito aceado, que tem seu adro pelo sul. O Provisor o superintende,

e visita regularmente uma vez por mês, ou mais se preciso fôr». Com a extinção do privilégio do fôro eclesiástico em Portugal e seus domínios extinguiu-se também o Aljube.

Depois do seu abandôno, instalou-se ali por algum tempo a Câmara Agrária das Ilhas. Hoje nem alicerces existem e o terreno é um palmar particular.

Casa da Bula

Bordando o lado oriental da *rua direita*, com frente para o oeste, alveja um pequeno edifício sobradado, que tem o nome de Casa da Bula. Era vizinho do palácio da Inquisição. Qual teria sido a serventia desta casa? A' míngua de notícia positiva limitar-nos-hemos a conjecturas.

A Bula da Santa Cruzada foi mandada publicar neste Estado por C. R. de 24 de Março de 1593. Além da ordem, regimentos e instruções que o bispo de Elvas, Comissário Geral da Bula, deu ao Comissário da India para a expedição dêste diploma e arrecadação da respectiva esmola, recomendou S. M. ao vice-rei que desse todas as providências necessárias com a maior brevidade para êsse efeito e não despendesse o dinheiro produzido em cousa nenhuma, recomendando, também, ao Comissário que aceitasse a subdelegação feita pelo bispo de Elvas e cumprisse o regimento.

Em execução destas ordens foi estabelecido em Goa o *tribunal da Bula*, composto de sete empregados, a saber: comissário geral, que devia ser o arcebispo, de Goa e na sua ausência o vigário geral da ordem de S. Domingos, promotor, tesoureiro geral, escrivão, contador geral, solicitador e naique; os seus vencimentos importavam em 1274 xerafins, 3 tangas e 20 reis por ano. Mais tarde ordenou-se ainda que o comissário da Bula, no dia da sua publicação, precedesse ao

Senado, levando a Bula na procissão, paramentado com pluvial e tivesse cadeira de espaldar na Sé. O tesoureiro e outros oficiais gozavam também de vários privilégios, que as ordens reais mandavam guardar inviolàvelmente, e os capitais pertencentes à Bula deviam passar livres em todas as alfândegas. O tribunal foi abolido por decreto de 19 de Agosto de 1835, sendo regulado o destino que se devia dar aos processos da Executória, em que fôsse interessada a Fazenda.

Em 1844, suprimida a Bula neste Estado, foi concedida superiormente ao arcebispo a faculdade de conceder as indulgências e as dispensas próprias dêsse diploma, o qual, todavia, foi restabelecido por dec. de 20 de Setembro de 1851.

E' possivel que a Casa da Bula não seja coeva da instituição do seu tribunal; mas parece provável que tenha sido construída ou adquirida pelo tempo para o funcionamento da sua tesouraria; pois, sendo sempre conhecida por aquele nome, ainda hoje está a cargo do tesoureiro da Bula, embora êste não exerça ali nenhum ofício.

Esta casa possui um pequeno palmar adjacente, cujas insignificantes rendas são aplicadas às reparações do edifício, hoje habitado por alguns capelães da Sé Patriarcal.

CAPITULO XI

Edifícios civis

Palácios dos Vice-reis, da Relação e do Senado da Camara; o Estanco real dos Tabacos e o Tronco ou a Cadeia da Cidade.

Entrando pelo arco dos Vice-reis, ainda se encontram à esquerda vestígios do *palácio da fortaleza*. Êste grandioso edifício de três andares era tão próximo do

cais, que dominava largamente a paisagem do rio, aonde afluiam, durante o ano, mais de mil navios comerciantes, e a da praça contígua, que fervia na mais ruidosa actividade. Fôra primitivamente um castelo ou fortaleza de Adil-Shah, que, depois da conquista de Goa pelos portuguesés, totalmente remodelado e ampliado por Afonso de Albuquerque, serviu de aposento aos capitães das náus. Em 1554 o vice-rei D. Pedro Mascarenhas, não podendo, por estar muito velho, subir as escadarias do palácio do Sabaio (depois palácio da Inquisição) onde residiram os governadores e vice-reis, seus antecessores, incluindo o conquistador, mudou-se para esta fortaleza, que se denominou o *Pálacio da fortaleza* ou a *Fortaleza dos Vice-reis.* Os seus sucessores habitaram êste edifício, ainda melhorado com importantes obras de acomodação, até ao ano de 1695, em que o conde de Vila-Verde, por motivo de epidemia, transferiu a sua residência para Panelim; mas a recepção das embaixadas, o cortejo dos dias de grande gala e os outros actos de etiqueta continuaram a fazer-se naquele suntuoso palácio da Fortaleza, que em 1812 foi complètamente abandonado, porque seria preciso despender-se muito dinheiro nas suas reparações.

A sua fachada principal olhava para o sul defrontando com a praça chamada o *Terreiro do Paço*, rodeada de formosos e elegantes edifícios. Dêste terreiro uma larga escadaria de pedra preta conduzia a uma sala do palácio muito espaçosa, onde estavam pintadas todas as armadas que tinham saído de Portugal para o oriente, com os nomes das respectivas náus e os de seus capitães, e cujo número até 1612 devia exceder a oitocentos (1). Mais a dentro, outra sala, ainda

(1) *Lendas*, vol. 4.º, pag. 716; Pyrard, part. 2.ª, pag. 28, 20, e 45—e *Bol* e *An. do Cons. Ultram.* n.º 155 pag. 41.

mais espaçosa e ricamente mobilada, ostentava uma série de retratos a óleo de todos os vice-reis e governadores com os seus nomes e feitos. E' nesta magnífica divisão, chamada a *sala régia*, que o vice-rei, sentado de baixo de um docel de veludo vermelho, recebia os embaixadores dos príncipes do oriente e presidia ao Conselho do Estado. Além destas salas, havia outras para os diversos conselhos, e tribunais, que funcionavam sob a presidência do vice-rei, (1) como se lê

---

(1) Os conselhos e tribunais, que primitivamente funcionavam no palácio sob a presidência do vice-rei ou governante, eram os seguintes :—

O *Conselho aos capitães* das náus, para tratar das emprêsas militares;—O *Conselho do Estado*, que se compunha do prelado da diocese, do chanceler do Estado, do vedor da Fazenda, do capitão da cidade e do secretário do Estado; e, posteriormente, também do general da armada, do inquisidor da 1.ª cadeira e dos conselheiros ou fidalgos de provisão régia. Tratava das altas questões do Estado;—*O Conselho dos três Estados*, que tinha por vogais o arcebispo, os deputados dos 3 estados, civil, militar e eclesiástico (incluindo os membros do conselho do Estado), o inquisidor da 1.ª cadeira, os prelados das ordens religiosas, os representantes das câmaras gerais, e os fidalgos e capitães que fôssem convidados pelo governante. Tratava de regular o bom govêrno do país, criar recursos para o apresto das armadas, lançar ou reduzir os impostos;—*Tribunal dos contos*, (*sic*) depois *conselho da Fazenda*; compunha-se primitivamente do vedor da Fazenda, do chanceler, do procurador da corôa e do escrivão da Fazenda. Era ùltimamente a *Junta da Fazenda pública*;—*Tribunal de ministros letrados*, creado em 1683, que julgava em 2.ª instância as causas do descaminho de tabaco (monopólio) e compunha-se de 3 juises togados;— *Mesa do Desembargo do Paço*, tinha por vogais 2 desembargadores de agravos, mais antigos; e despachava em última instância sôbre o levantamento de embargos ou arestos. Tinha também algumas atribuições do supremo tribunal;— *Mesas de 2.ª e 3.ª instâncias*, tratavam das causas crimes dos cavaleiros das 3 ordens militares : de Cristo, Aviz e S. Tiago;—*Junta das missões* (1681-1774), tinha como vogais o arcebispo, 1.º inquisidor, chanceler, vedor da Fazenda, o secretário do Estado, e um religioso de cada uma das ordens monásticas.

num documento antigo publicado por P. Chagas [1]; e entre elas, logo no tôpo da escadaria de honra, abria a porta uma sala destinada à repartição pública, com o respectivo balcão de *grades, onde se pagavam os sôldos* [2] (pagadoria), repartição vantajosamente instalada no palácio, porque aqui se guardava uma parte do tesouro real, ficando a outra parte no convento dos franciscanos.

O palácio tinha, segundo refere Pyrard, bons e cómodos aposentos, e era ladeado de duas sólidas tôrres quadradas: uma de menagem de três pavimentos, pela banda oriental, e a outra de dois andares, a oeste, assente sôbre a abóbada da porta do cais (depois arco dos vice-reis), tôrre que tinha uma sala, segundo diz Lopes Mendes, adornada com uma galeria de pinturas representando as guerras dos portugueses na India.

Ao lado ocidental desta tôrre, que comunicava interiormente com o palácio, um edifício térreo, parte integrante do mesmo palácio, encerrava *os armazens reais*, e abria uma porta sôbre a *ribeira das galés*, reservada para o vice-rei embarcar ou desembarcar privadamente. A capela do palácio, construída em 1512-13, onde o vice-rei ouvia da sua tribuna missa todos os dias, era ligada à sala régia e tinha dois capelães, pagos pelo Estado a 24 mil reis por ano, devendo um dêstes acompanhar o vice-rei, quando saisse para fora do território português.

Êste palácio *magnífico*, como lhe chamou o marquês de Pombal, estava provido de tudo quanto era necessário para melhor comodidade de seus habitantes, incluindo os reservatórios das águas pluviais e um excelente jardim, sendo a água potável conduzida por 6

---

(1) *Historia de Portugal*, vol 4.º, pg. 213.

(2) *Lendas*, vol. 4.º, 1.ª pag. 297.

carregadores pagos pelo Estado ([1]). O vice-rei vivia nesta casa com luxo deslumbrante, mantendo a sua côrte num estilo que rivalizava quási com os dos maiores potentados do oriente. Nomeado para três anos com poderes absolutos, vencia 30 mil cruśados ao ano. ([2]) A sua primeira entrada na cidade assumia proporções duma ovação, e todas as classes do povo, em competência umas com as outras, se esforçavam por celebrar essa festa com o mais expressivo regosijo. Majestosos arcos de ramos e bandeiras se levantavam desde o cais até à catedral, onde se realizava a cerimónia litúrgica da recepção solene e os dois juramentos: o de homenagem, nas mãos do Chanceler, e o de guardar os privilégios da *cidade*, perante esta corporação ([3]), dirigindo-se em seguida o vice-rei para o palácio, acompanhado de todo o clero, nobreza, povo, mercadores e artífices, entre as aclamações e folias populares, entre o trovejar da artelharia e a brilhante chuva de pequenas estrelas de oiro e prata, que os ourives deitavam aos punhados sôbre o representante do soberano português. No palácio recebia os cumprimentos dos embaixadores dos príncipes da India ,que lhe ofereciam valiosos presentes, enviados pelos respectivos soberanos ([4]). Numerosos fidal-

---

([1]) Aragão, *Descrição Geral*, vol. 3.º, pag. 73.

([2]) Os vencimentos dos vice-reis e governadores variaram muito, mas a ostentação continuou quási a mesma. Cit. *Descripção Geral.*

([3]) A posse realizou-se muitas vezes nas fortalezas ou igrejas de Cochim, Cananor, Ormuz, Reis-Magos, Pangim e no Bom Jesus. D. Antão de Noronha tomou posse no cais dos vice-reis; António Teles de Menezes na capela do palácio de Pangim; Bernardo Peres nos paços do Senado da cidade etc. *Instrucção do M. de Alorna*, part. 3.ª, pag. 65.

([4]) Êstes presentes chamados *sagoates*, que indispensàvelmente

gos, que freqüentavam as salas dêste grandioso edifício, presenteavam, também, o vice-rei para obterem dele cargos rendosos ; e êste da sua parte não se esquecia de socorrer a pobreza, mandando distribuir, duas vezes por semana, esmolas aos europeus e índios cristãos destituídos de meios de subsistência, que se apinhavam no largo do palácio. (1)

Raras eram as ocasiões em que o vice-rei saía de casa, e quando saisse, o seu percurso se revestia de aparato real. Na véspera do seu passeio andava-se tocando tambor e trombetas pela cidade, avisando assim toda a fidalguia e nobreza para o acompanhar no dia seguinte. Em consequência, pela manhã cêdo, cêrca de 300 ou 400 fidalgos e cortezãos compareciam no terreiro do paço, ricamente paramentados e na melhor ordem, montados nos seus cavalos ajaezados de oiro, prata, brocados, pérolas e pedras preciosas, e seguidos de pagens europeus trajados de libré de sêda. O vice-rei ia sentado em uma cadeirinha ou palanquim dourado, com um piquete de cavalaria na retaguarda e dois soldados da mesma arma com espadas na mão, adiante de toda a comitiva. E' com esta magnificiência e esplêndida cavalgada que o vice-rei

---

deviam acompanhar os embaixadores, pertenciam às rainhas de Portugal. C. R. 7 de Março de 1684.

(1) Em 1595 foi instituida neste palácio uma repartição denominada=Torre de Tombo=sendo nomeado seu Guarda-mór Diogo do Couto, natural de Lisboa, e encarregado de escrever a história da India com 300 pardaos de ordenado por ano, a qual de facto escreveu, dividida em *Décadas* e faleceu em Goa em 1616.

Um dos seus sucessores foi António Bocarro, português, que também escreveu as suas *Décadas* e o último Inácio Sebastião da Silva, oficial maior da secretoria geral, que faleceu em 1840 ficando com êle extinta a Torre de Tombo, que já pesava inutilmente sôbre o orçamento. Cit. *Instr.* part., 3.ª. pag. 60.

se apresentava em público ([1]).

A sua guarda ordinária no palácio era uma companhia de cem europeus com alabardas douradas, todos vestidos de uniforme azul, os quais estavam sempre junto da sua pessoa e o acompanhavam quando saisse. O pessoal maior do seu serviço compunha-se de 1 capitão das guardas, 1 secretário, 1 merinho, 1 alféres da bandeira real, 1 condestável-mór 1 físico-mór, 1 cirurgião e 1 boticário-mór ([2]).

E' fácil, imaginar o ruído que nessas ocasiões reinava na praça fronteira ao palácio, assim como a magnificência e o luxo que se desenvolvia nas suas salas nos dias de gala. Essa primitiva grandeza decaiu e desapareceu com o abandôno da velha cidade. Actualmente está muito simplificado o ritual da recepção e a posse se realiza no palácio de Pangim. O último vice-rei que entrou na cidade com todas as praxes, antigas foi o conde do Rio Pardo (1816).

Em 1774, quando se começou a reconstruir a cidade, tratou-se também de reparar o palácio, mas, como o plano todo caducasse por impraticável, a junta da Fazenda não olhou mais para êle senão em 1820 para o mandar demolir por estar já muito arruinado. Ainda em 1827 estava em pé uma parte do edifício, que caíu gradualmente; e hoje não aparecem senão uns entulhos e fragmentos do pórtico.

Ja dissemos que, em 1695 o conde de Vila Verde fixára a sua residência em Panelim.

([1]) Pyrard. part. 2.ª, pag. 28 e seguintes ; e *an Hist. an l Arch. Sketch etc.*, by Fonseca. pag. 194., *Instr.* part. 3.ª, pag. 66.

([2]) *Discrição Geral* por T. de Aragão vol. 3.º, pag. 73, referida aos *Subsidios para a história da India Portuguesa*; e Tombo do *Estado da India*, pag. 37.—O pessoal menor variou no século XVIII ; o vice-rei tinha 94 creados para diferentes misteres.

O palácio de Panelim era um vasto e suntuoso edifício ligado à *Casa da Pólvora* a oeste e olhando para o rio. Denominava-se porisso *Palácio da Casa da Pólvora.* Os vice-reis e governadores da India, à excepção de Caetano de Melo e Castro, que, para obedecer às ordens da côrte, passou alguns meses na projectada cidade de Mormugão, continuaram a habitar êste palácio até 1759, em que o conde da Ega, Manoel de Saldanha da Gama, transferiu a sua residência para o actual palácio dos governadores gerais em Pangim, antiga fortaleza de Adil-khan, restaurada por conta do senado da câmara. Para o palácio vago mudou-se em 1725 o antigo *Hospital real*, que depois de 1759 era hospital militar, e funcionou ali até 1842 sendo neste ano transferido para Pangim.

Em 1843 a Santa Casa da Misericórdia projectou passar para o palácio de Panelim os dois Recolhimentos, da Serra e Madalena, chegando a fazer para êste fim alguma despesa nesse edifício; mas o projecto não adiantou e o palácio ficou entregue ao abandôno.

A junta da Fazenda mandou-lhe apear e vender os tectos interiores em 1850, e cinco anos depois procedeu também à demolição do grande arco, que atravessava a estrada, e de algumas casas que demoravam na sua proximidade, conservando-se apenas dois extensos compartimentos sobradados—que, durante o funcionamento do hospital, haviam servido de enfermarias dos oficiais,—para serem unidos à *Casa da Pólvora.*

Em 1856, o visconde de Tôrres Novas, para tirar toda a aparência da ruína e embelezar a estrada naquele sítio, mandou reduzir as paredes desmoronadas, que ainda existiam, a um murado bem composto, simetrizando-o com o que se prolongava à esquerda da mesma Casa da Pólvora e destinando o espaço interior para a serventia dêste estabelecimento ; o qual

já desapareceu complètamente, restando hoje apenas uma parte do muro, que fecha uma palmar.

O palácio de recreio dos vice-reis, situado em Daugim de cima, arrabalde da cidade onde êles costumavam passar algum tempo em folga, era um edifício alto e de três pavimentos com algumas dependências térreas, belo jardim e larga vista para o Mandovi. A' pequena distância alvejava a igreja de S. José, o convento da Madre de Deus, um palácio do Senado e muitos solares da fidalguia. Todos êstes edifícios se arruinaram, conservando-se só a estrada e a ponte, que dão acesso a êste afastado mas aprasível sítio, sombreado de palmeiras e opulenta vegetação e atravessado pelas antigas e estreitas ruas.

O *palácio de Pangim*, situado à beira do rio, foi primitivamente forteleza de Adil-Khan, conquistada aos mouros por D. António de Noronha em 15 de Fevereiro de 1510 e uns quatro meses depois reconquistada por Afonso de Albuquerque numa madrugada, destruindo a maior parte da sua numerosa guarnição, porque da sua artelharia recebia contínuo dano a frota portuguesa, a êsse tempo fundeada no Mandovi. Referindo-se a êste palácio escreveu Pyrard :

"Há nesta fortaleza bons aposentos, que formam um palácio belo e cómodo, onde os vice-reis, quando chegam de Portugal vão sempre desembarcar e esperar até fazerem a sua entrada solene e tomar posse ; e o vice-rei que sai vai ali morar até partir [1] ".

E' hoje um belo edifício, desafrontado por todos os

---

(1) *Viagem*, t. 2.º pag. 28, A provisão régia de 18 de Janeiro de 1702 cometeu o encargo da hospedagem do novo vice-rei aos franciscanos, no colégio dos Reis-Magos.

lados, suficientemente vasto com boas salas, aposentos e varandas. Tem tido muitas reformas, sendo mais notáveis as que se fizeram em 1887 no govêrno do contra-almirante Cardoso de Carvalho, que, apenas chegou a Goa, vendo que a residência do governador tinha sido provisòriamente transferida para o palácio do conde de Maém, arrendado pela Fazenda pública, mandou proceder por ordem do govêrno central, aos melhoramentos reclamados no palácio, onde se instalou no dia 1 de Janeiro do dito ano. A galeria dos retratos dos vice-reis e governadores é a cousa mais digna de atenção que ali existe (1).

No rés-do-chão tem funcionado sucessivamente várias repartições públicas.

O conde da Ega foi, como está dito, o primeiro vice-rei que se mudou, em 1 de Dezembro de 1759, para esta casa, que continuou a ser residência habitual dos seus sucessores até 1918, em que foi destinada ao funcionamento do Conselho do govêrno, depois Conselho Legislativo (2), à Secretaria Geral e à Procuradoria da República.

Sôbre a porta do Palácio que deita para o rio lê-se a seguinte inscrição :

Rege Fidelissimo Josepho Primo
Pro Rege Comite Ab Ega
Senatus Ex Informi Formavit 1760.

---

(1) T. de Aragão, *Descripção das moedas*, t. III, pag. 75.

(2) Antigamente houve na India um *conselho legislativo*, creado por C. R. de 9 de Abril de 1778, e autorizado a alterar provisòriamente a legislação vigente, devendo propor ao govêrno superior as alterações. Contava apenas, além do governador presidente, 4 vogais todos funcionários publicos, 3 desembargadores e o secretário do Estado. F. M. Bordalo, *Ensaios* pag. 99. Livro 5.º, 2.ª série,

e por cima da entrada principal se acha a seguinte :

Dom Jose Primeiro
Reinando
Vice-Reinando
O Conde da Ega
O Senado
Reedificou e aumentou este palacio
1760.

O palácio tinha no rés-do-chão uma linda capela, sem frontispício, com a porta para o oeste, fundada em 1760, e dedicada à N. Sra. da Conceição, com o respectivo capelão pago pelo Estado. Na sua sacristia ficava o grande crucifixo do Santo Ofício, que ao presente se acha na capela de S. Sebastião das Fontainhas. O logar que ocupou a capela do palácio é hoje a entrada para a Secretaria Geral.

O palácio do Cabo, antigo convento dos franciscanos reformados, é situado no promontório ao extremo ocidental da ilha de Tissuadi e foi cedido para a residência dos vice-reis e governadores por ordem da côrte; o conde de Tôrres Novas transformou-o numa excelente casa de campo, substituindo as celas por vastas salas e aposentos, acrescentando-lhe casas para hóspedes e concertando as 3 largas cisternas que já existiam. Esta pitoresca vivenda, hoje residência dos governadores, com o seu jardim e pomar, era circunscrita a leste por um alto muro de alvenaria, que, há poucos anos, foi demolido. Na sua extensa cêrca, povoada de várias árvores frutíferas, construiram os ingleses, em 1799 a 1808, os seus quartéis, quando, a pretexto de nos auxiliarem contra os franceses, vieram sem serem pedidos ocupar os pontos militares de Goa. Desta época de forçada protecção resta apenas, fora do recinto da antiga cidadela, o cemitério, que fica ao sul do

outeiro no sítio denominado Cava. Ao sopé do despenhadeiro existe uma nascente de água potável, para a qual se desce por uma escadaria aberta em parte na rocha e em parte construída de alvenaria. Do lado oposto a esta fonte, na praia do cabo, demora a Calheta, onde se desembarca indo pelo Mandovi. A fortaleza do Cabo, com a sua couraça, muralhas e baterias, arruinou-se complètamente. A' pequena distância ao sul e na margem direita do Zuari fica o cais de D. Paula, obra do conde de Tôrres Novas, onde estava estabelecido um *pôsto fiscal da Alfândega.*

O *palácio-convento* de S. Caetano, na velha Cidade, que foi a casa principal dos teatinos, foi pelo conde de Tôrres Novas também adaptado à habitação temporária dos governadores, que ali residiam, quando fôssem assistir a quaisquer festividades religiosas. Exceptuando algumas salas, que lhe foram acrescentadas, o edifício conserva ainda á sua forma claustral e as suas celas estreitas. A portaria de 22 de Maio de 1896 transformou-o em *Museu Real da India Portugueza*, onde está a maior parte da galeria dos retratos dos vice-reis e governadores, transferida do palácio de Pangim.

Além dêstes palácios existe em Quepém, das Novas Conquistas, uma *casa apalaçada para o recreio dos governadores* do Estado, situada na margem esquerda do rio Parodá e é vulgarmente conhecida pelo nome do *palácio do Deão*, porque o padre José Paulo da Costa Pereira de Almeida, natural de Braga—que viera para a India em companhia do arcebispo Sta. Catarina, nomeado cónego e depois deão da Sé Primacial de Goa—deu princípio em 1787 ao estabelecimento da povoação de Quepém, que dantes era mato cerrado, e tendo fundado à sua custa a igreja de Sta. Cruz, como consta das inscrições lapidares, colocadas nas pirâmides do adro dessa igreja, construiu esse palácio,

que, por sua morte, deixou para o recreio dos vice-reis e governadores da India, para que tivessem sob a sua protecção as instituições por êle creadas nessa província; *o qual recreio*, segundo reza o testamento, *não se estende a mais do que às folgas que aí quiserem tomar, sem poderem dispor destas casas segundo as suas vontades*; e nomeou pelo mesmo testamento administrador perpétuo de todos as suas fazendas de Quepém o cabido da Sé Primacial de Goa, que, por êste encargo; percebe 400 xerafins pagos inalteradamente pelos rendimentos dessas propriedades, devendo ser aplicado o restante ao sufrágio da sua alma, que é instituída herdeira universal, e a vários outros encargos. Êste oferecimento, feito pelo deão por meio de uma declaração, foi aceito pelo govêrno da metrópole com a cláusula de que o tesouro público nunca ficaria obrigado por forma alguma a quaisquer despesas de conservação ou reparo dêsse palácio (1).

O edifício tem suficiente altura, mãs não é sobradado; possui capela própria e, dentro do muro, o amfiteatro do antigo jardim. Vários governadores tem-se utilizado desta casa para a mudança de ares.

Palácio da Relação

Defronte da porta do palácio vicereal e bordando o *Terreiro do Paço* ao sul avultava um grande e belíssimo edifício, destinado ao tribunal da Relação.

Antes de ser creado êste tribunal as causas crimes eram julgadas sumária e militarmente pelo *auditor das Indias*, que acompanhava o governador; depois estabeleceram-se os *ouvidores gerais* e, em 3 de Abril

(1) vid. *Bol. do Gov.*, n.º 100 de 1861.

de 1544, foi criada a *Relação das Indias* [1], sendo-lhe dado o primeiro regimento e nomeado seu chanceler e provedor-mór dos defuntos e ausentes o doutor Francisco Toscano, e ouvidor geral e juiz dos feitos o doutor Simão de Menezes. O vice-rei presidia às sessões como *regedor das justiças*. Em 1587 o número dos desembargadores foi elevado a dez, e em 1628 foi reduzido a um chanceler e quatro desembargadores, sendo depois elevado o número dêstes a seis. O marquês de Pombal, por carta de lei de 15 de Janeiro de 1774, extinguiu o tribunal, reduzindo a administração da justiça civil a um *ouvidor geral* e três juizes de fora :—das Ilhas, Bardês e Salsete ; mas foi de novo restabelecida, como era de necessidade, a *relação* por D. Maria 1.ª, em 1778, com quatro ministros e um chanceler.

O edifício da Relação tinha capela própria, onde se solenizava anualmente, entre outras, a festa do Espírito Santo, chamada a *festa da justiça*, na qual o chanceler era obrigado por antigo costume a oferecer uma vela e ramalhete ao vice-rei. O capelão era pago pelo Estado em 144 xerafins. E' tradição que a imagem de Nossa Senhora do *Bom Despacho*, que ao presente se venera com muito fervor na capela de S. Sebastião das Fontainhas, em Pangim, era primitivamente venerada nessa capela, assistindo à missa em dias de despacho os desembargadores e o vice-rei, regedor das justiças. Transferida a Relação para Pangim em 1818, a capela e o edifício foram abandonados e desapareceram.

Em Pangim o tribunal sofreu alteração na sua forma. Na época anormal de 1822 havendo sido depor-

---

[1] *Arch. Por. Or.*, fasc. 5.º, doc. 79 ; e *Or. Por.* vol. 6, pag. 72 e segs.

tados os ministros, nomeou-se uma *Junta da Justiça*, que cessou quando chegaram os novos desembargadores. Em 1835 a Relação foi substituída pelo chamado *Tribunal da 2.ª Instância* ([1]), que durou até 1837, ano em que se instalou a *Relação de Nova Goa* com três juizes e com as antigas regalias de preceder ao Senado nas funções públicas.

Hoje a Relação é constituída de 5 juizes, sendo um dêles presidente, e junto ao tribunal há um Procurador da República.

Palácio do Senado da Câmara de Goa

Defronte do palácio da Inquisição pelo norte e ao extremo do *Terreiro do Sabaio* existiam dois edifícios notáveis: o Palácio do Senado da Câmara e o Estanco real dos tabacos.

O Senado, denominado também a *cidade*, foi estabelecido em Outubro de 1511 por Afonso de Albuquerque, escolhendo os primeiros vereadores dentre os portugueses casados com indígenas, que, por entrarem na governação da cidade, se chamavam *cidadãos*. Compunha-se de um presidente, procurador, ouvidor da cidade, dois juizes ordinários, almotacéis e alcaide, além de 26 *misteres*; e gozava de vários previlégios, que em 1633 foram equiparados aos do Senado de Lisboa; recebia avultadas rendas, provenientes principalmente do arrendamento das lojas do mercado e de vários prédios, para as despesas a seu cargo, em que entravam obras civis e militares; comprometeu-se em 1629 a contribuir com 100 mil xerafins anuais, por 6 anos, para cobrir o *deficit* da Fazenda; correspondia directamente com el-rei de Portugal e ex-

([1]) Assim se rectifica o que está dito no vol. 1.º, pag. 255.

punha perante Sua Magestade não só as próprias necessidades, mas também as das outras possessões portuguesas no oriente, além de enviar à côrte de Lisboa um representante do povo para advogar os seus interesses, o qual tinha ali direito à melhor aposentadoria à custa do Estado ([1]). Os vereadores percebiam uma gratificação sob a denominação de *sôldo* e, mais tarde, de *propinas*; as suas causas deviam ser julgadas em segunda instância pelo próprio rei; não podiam ser presos em ferros nem haver penas públicas, como açoutes, baraço e pregão e outras dêste género; prendiam e julgavam os empregados do seu provimento em determinadas circunstâncias ([2]).

A influência e o poder do Senado chegou a tanto que os vice-reis tiveram de ceder em muitos casos perante as suas prerogativas. Para evitar conflitos com a sua soberania, que se impunha aos governantes às vezes abusivamente, foram-lhe caçados os privilégios em 1635.

A Câmara Municipal das Ilhas, que substituiu o Senado em virtude da Carta Constitucional da monarquia, abandonou esta casa nos fins do ano de 1835, transferindo as suas sessões para Pangim, mas voltou para ela em Abril de 1845 e tornou a abandoná-la em Julho do ano seguinte. O intervalo de dez anos, em que a Câmara trabalhou fora, deu lugar a indícios de ruína dêste edifício, aliás muito bém construído, e a mudança definitiva em 1846 completou a sua destruição.

A casa tinha sua capela em que os vereadores ouviam missa em dias das sessões. As suas salas eram

---

([1]) Cunha Rivara, *Procuradores da cidade de Goa na Côrte; Instit. Vasco da Gama*, vol. 1.º.

([2]) Vid. *Senado de Goa* por Viriato d'Albuquerque, e *Instrucção do M. de Alorna*, part. 3.ª, pag. 78.

adornadas com uma colecção de bustos dos nossos reis. Hoje nem vestígios do edifício aparecem.

No govêrno do conde de Tôrres Novás o município das Ilhas construiu para seu uso um razoável edifício em Pangim, acrescentando-lhe pouco depois no centro da fachada uma tôrre com relógio à custa de subscrição pública, quando governava pela segunda vez o conselheiro Pestana. Em Salsete e Bardês foram também estabelecidos Senados da Câmara em 1774 e quatro anos depois foram extintos por inúteis.

Casa do Estanco dos Tabacos

O *Estanco real dos Tabacos*, ou o monopólio da venda dêste artigo, apenas instituído em 1624, foi dado de arrematação, aplicando-se a renda respectiva ao fabrico da artelharia. Tendo sido transferido do terreiro do Sabaio para Pangim, para as casas onde se acha hoje o correio central, o edifício de Goa, que era vasto, serviu de hospital da Misericórdia por algum tempo, e também já desapareceu. O Estanco real esteve em Pangim até 1840, ano em que foi extinto, conservando a praça fronteira por muitos anos a denominação de *Largo do Estanco.*

A vendagem do tabaco, que a princípio era importado pelos rendeiros à sua custa dos portos estrangeiros e, depois de 1775, vinha remetido da Baía pelos navios das monsões, chegou a render ao Estado, em 1820, 190 mil xerafins; mas os povos eram oprimidos com buscas vexatórias, apreensões ilegais e prisões, procedentes às vezes do espírito de interêsse ou vingança, pois, além das penalidades já estabelecidas, o bando de 29 de Janeiro de 1819 preceituava que em todo o Estado da India se fumasse *sòmente* o tabaco comprado ao estanco real, sob pena de confiscação dos bens do contrabandista, degrêdo de 5 anos para Mo-

çambique e açoutes no pelourinho! Era insuportável. Foi necessário abolir o estanco.

Em substituição do monopólio extinto foram creados os direitos aduaneiros sôbre a importação do tabaco e licenças para a sua vendagem etc. ([1]).

O Tronco ou a Cadeia da Cidade

O Tronco ou a cadeia da cidade demorava à direita do palácio dos vice-reis, fazendo corpo com o mesmo palácio ([2]). Separou-se mais tarde, ao que parece, na tentativa da reedificação da cidade, passando para umas casas ao lado do tribunal da Relação, no ângulo da entrada da *Rua Direita* e quási fronteiro ao Arco dos vice-reis, onde se encontrava ainda em 1816 ([3]). O vice-rei visitava o tronco um dia em cada mês e, informando-se das necessidades dos presos, na conformidade da Carta Régia de 18 de Março de 1626, lhes dava providências.

A cadeia mudou-se depois para o recinto da *casa da Pólvora*, em um lugar imundo, húmido e abafado, donde, em 1833, foi transferida para Pangim para o antigo quartel dos granadeiros, edifício alto e sobradado, que, depois da remoção da cadeia para Santa

([1]) *Oriente Port.*, vol. 3.º, pag. 93.

([2]) A entrada do *Tronco* era fechada com cinco portas, o que tornava difícil a evasão; contudo um prêso, por nome José de Meneses, natural de S. Matias, que estava ali encarcerado pelo crime do sacrílego roubo do santo cibório da mesma freguesia, matou, alta noute e a uma só paulada, o carcereiro, que estava dormindo, e abrindo as cinco portas evadiu-se da prisão. Agarrado nas Novas Conquistas com o consentimento do marata, foi o audacioso scelerado supliciado na fôrca da cidade, sendo-lhe em vida cortadas as mãos. *Bol. do Gov.* de 1855, n.º 16.

([3]) *Resumo hist.*, pag. 35.

Inês, foi transformado e é destinado hoje ao tribunal da primeira instância.

A capela primitiva do tronco tinha sido construída em 1511-1513.

CAPÍTULO XI

Hospital Real e os outros Hospitais da Cidade.

Contíguo ao *Arsenal* ao leste e próximo da capela de Sta. Catarina ficava situado o Hospital Real, olhando para o norte e para o cais do mesmo nome. Êste célebre instituto foi, como poucos outros, fundado pelo grande Albuquerque imediàtamente depois da tomada de Goa ; pois o conquistador, firmado o seu domínio na cidade, mandou construir uma comprida fileira de casas térreas, onde recolheu os seus soldados doentes provendo-os, à custa do Estado, com um enfermeiro e drogas, mezinhas e outros artigos indispensáveis.

Nascido assim pequeno e modesto, como nasce tudo no mundo, o hospital mereceu sempre ao seu fundador a mais séria e decidida atenção, ainda mesmo quando andava absorvido em longínquas emprêsas militares.

O próprio rei de Portugal, que se interessava vivamente pelas cousas da India, não tardou a enviar para aqui positivas instruções em ordem a melhorar a instalação dos doentes. Na conformidade destas instruções foi elaborado em 1520 um regimento fixando o sistema da administração e economia interna do incipiente hospital ; e parece que o edifício foi reformado e consideràvelmente ampliado. Era destinado

ao tratamento gratuito de soldados brancos e paisanos de classe elevada. Não eram admitidas as mulheres. Foi uma instituição pia com os privilégios iguais aos do hospital de *Todos os Santos de Lisboa* [1].

Em 1524 o hospital tornou-se uma casa de atracção para os portugueses, procurando muitos dêstes por favor das autoridades ser admitidos em plena saúde ou a pretexto de ligeiros ferimentos, provenientes das brigas, em que se envolviam uns com os outros por causa das mulheres, de maneira que Vasco da Gama, quando vice-rei, foi obrigado a reprimir êstes abusos com enérgicas providências.

Nesta época a administração do hospital estava enentregue à Santa Casa da Misericórdia, que o dirigia com o mais particular zêlo, recebendo do tesouro público para a sua manutenção a importância anual de 3.950 pardáus, que, em 1565, se elevou a 6.666 pardáus e 200 reis (2 contos de reis). Em 1542 S. Francisco Xavier hospedou-se neste estabelecimento, prestando socorros espirituais aos enfermos, que já ali havia em grando número.

Mais tarde (1591) a administração passou para os jesuítas, que em 1585, haviam dado ao hospital um regulamento bem organizado e confirmado pelo vice-rei D. Francisco Mascarenhas; mas como não se lhes pagasse com regularidade a dotação fixada, após um período de cinco anos desligaram-se do instituto, que foi novamente entregue à Misericórdia.

O edifício, porém, além de ser apertado para 400 a 500 enfermos que nele se recolhiam, ja se ia arruinando; vieram porisso ordens de Portugal (1593) para construir no mesmo sítio uma casa mais cómoda e vasta ; a qual em poucos anos se completou à custa

---

(1) Vid. *Bosq. das poss port.* por C. Soares, vol. 1.º, pag. 284.

do Estado sob a direcção dos mesmos jesuítas, que mais uma vez entraram na sua administração em 1797, tendo-lhes sido prometida a pontualidade no pagamento da dotação.

Foi principalmente quando esteve sob os desvelados cuidados dêstes padres por mais de um século e meio, que o hospital adquiriu uma celebridade universalmente admirada ; pois, todos os viajantes extrangeiros, que o visitaram nos séculos XVI e XVII, unànimemente afirmam que não havia outro melhor no mundo, quer pela sua elegância e riqueza, quer pelo aceio e liberalidade das dietas, quer pelo cordeal tratamento que encontravam os doentes.

Era o novo hospital um vasto e magestoso palácio de dois andares. A fachada trazia encaixada na parede uma lápide representando em alto relêvo a descida do Espírito Santo sôbre os apóstolos, com a legenda: *Hospital Real do Espirito Santo da cidade de Goa, emparo de toda a India e remedio de toda a soldadesca*, com as armas reais e uma esfera (1). Compreendia algumas salas, uma dúzia de vastas enfermarias,—que tiravam o seu nome da moléstia, a que cada uma era destinada, como a enfermaria das febres, dos feridos, dos purgados, etc,—quartos espaçosos, corredores e galerias bem pintadas com factos de história sagrada, pórticos e jardins de boas ruas, onde os convalescentes iam tomar ar. No meio do edificio havia um largo e belo pátio calçado de pedra e nêle um grande pôço que abastecia de água o estabelecimento. Além de uma farmácia, que era propriedade dos jesuítas e fornecida de Lisboa, o hospital possuía depósitos de cada espécie de artigos precisos em compar-

(1) Esta lápida encontra-se hoje partida no museu lapidar da Velha Cidade. O relêvo é grosseiro.

timentos separados, como um de vestuário, outro de sapatos e chinelas, outro de roupas de cama, outro de colchões e travesseiros, outro de utensílios de cozinha, tudo em grande cópia e metòdicamente arrumado. Cada depósito estava confiado a um guarda, que prestava contas ao escrivão principal. O maior número de doentes que se tratavam nêste instituto, segundo Pyrard, era de 3 mil, especialmente quando chegavam as náus de Portugal e o mínimo era raras vezes inferior a 300, mas registavam-se anualmente 1.500 óbitos. A arte de curar estava quási na sua infância até 1723, diz Celestino Soares.

Muitos fidalgos opulentos preferiam o tratamento hospitalar ao das suas próprias casas por causa de seus melhores cómodos. Alguns oficiais sãos se recolhiam também nele com o fim de poupar o seu miserável sôldo e empregá-lo na reforma do uniforme.

O director do hospital, que se chamava *Mordomo*, era um padre dos mais distintos da companhia, mas a fazenda estava a cargo do tesoureiro, sendo os empregados superiores todos europeus e os inferiores naturais de Goa, além de muitos escravos para serviços baixos e pesados. O estabelecimento tinha uma capela, onde todos os dias às 5 horas de madrugada ouviam missa os empregados que não estivessem de serviço. Duas vezes ao dia, às oito horas da manhã e às quatro da tarde, o médico e o cirurgião, acompanhados de ajudantes, visitavam os enfermos, administrando pessoalmente o médico assistente os remédios.

A's 7 horas da manhã cada doente tomava uma refeição ligeira; às 10 horas servia-se, em loiça de China e algumas vezes em baixela de prata, o jantar, que, salva a dieta especial, consistia em carne de carneiro ou galinha assada ou guisada com hortaliça, pão e arroz bem adubado, e doces para a sobremesa; bebia-se vinho sómente quando prescrito. Permitia-se

aos doentes hospedar gratuitamente todos os amigos que os fôssem visitar. A ceia vinha às 5 horas da tarde e às 8 todos se deitavam. Os leitos eram torneados, pintados de diversas côres e alguns dourados: nunca excediam o número dos doentes, sendo retirado para o depósito o que se achasse desocupado. Usavam-se cobertas e colchas, de seda ou algodão, e lençois de pano branco muito fino. Os doentes eram freqüentemente visitados pelos padres, que lhes proporcionavam socorros espirituais; os que saíam curados, sendo pobres, tinham direito a um fato completo e a um *pardáu* em dinheiro. Os moribundos recebiam os últimos sacramentos depois de removidos para uma câmara apartada, denominada *enfermaria dos moribundos*, para não afligirem com as suas agonias os outros doentes. A limpeza e o aceio do hospital chegavam a ser irrepreensíveis. Cada aposento era varrido, fumegado e aromatizado com incenso e alfazema duas vezes ao dia e caiado três vezes ao ano. A roupa dos doentes, que era branca de algodão fino, mudava-se de três em três dias, e empregava-se a máxima vigilância e esmero na limpeza da cozinha e seus utensilios; os criados que serviam os doentes, deviam apresentar-se muito limpos e aceados e tratá-los com o maior cuidado, atenção e carinho.

Decorridos os tempos, o estabelecimento, começando a ser mal administrado, foi decrescendo gradualmente a par da decadência da cidade. Pelo meado do século XVII os doentes ja não saíam senão para a cova. O tratamento médico que se adoptou nesta época contribuiu muito para êsse tristíssimo resultado. O enfermo, principalmente em caso de febre, era sangrado 30 ou 40, vezes com o fim de eliminar o sangue nocivo que se supunha circular nas veias, e durante os doze dias subseqüentes a esta operação, obrigavam-

-no a beber uma repugnante poção de urina de vaca (1). A liberalidade das dietas passara para o extremo oposto. Os convalescentes deviam contentar-se com caldos e canja de arroz ; porque a carne e a manteiga eram considerados tóxicos. Tal desmazêlo havia invadido a administração interna, que os criados, sem que fôssem especialmente gratificados, não davam sequer um copo de água pretextando proibição do facultativo.

Em 1688 a direcção do hospital foi confiada, pela carta régia de 20 de Fevereiro, à Ordem de S. João de Deus, mas poucos anos depois voltou para os jesuítas, que a conservaram até a sua expulsão de Goa em 1759.

Expulsos os jesuítas, o hospital, que era comum para soldados e paisanos, ficou limitado só para os soldados e denominado *Hospital Militar* sob a direcção do govêrno e a administração da Junta da Fazenda, por alvará do vice-rei Conde da Ega, de 28 de Novembro de 1760. Para a regência e polícia do hospital o govêrno nomeava um administrador, que era um oficial superior, com residência efectiva no estabelecimento, vencendo 540 xerafins (2).

Nesta época a epidemia, rebelde a todos os esforços, despovoou a cidade; e o hospital, cada dia pior fiscalizado, não se recomendando nem pelo aceio nem pelo cuidado dos doentes e complètamente decaído, foi transferido, temporàriamente em 1760, para o colégio de S. Roque, e daí, em 1765, para Pa nelim, para o palácio dos vice-reis (junto à casa de

(1) Fonseca, 235; Tavernier, part. 2.ª, pag. 123.

(2) *Bosquejo das Poss. Port.* por C. Soares, vol. 1.º, pag. 285, e *Annaes Marit e Col*, vol. 2, pag. 211.

Pólvora) que ao tempo tinham mudado a sua residência para Pangim.

Hospital militar de Panelim

No hospital militar de Panelim os doentes foram melhor tratados enquanto serviam no estabelecimento a princípio 12, depois 6, religiosos de S. João de Deus ; mas após a extinção das ordens, houve enfermeiros criminòsamente desleixados, que deixaram morrer doentes sem socorros da arte e da religião, pelo que foram castigados pelo barão do Candal em 1839.

Êste estabelecimento era também imenso, comportando 12 enfermarias, mas mal construídas, e mal arejadas, e acomodações em geral péssimas (1). O número dos enfermos em tratamento excedia às vezes a 60. Os seus empregados eram: 1 administrador, 1 físico-mór, residente no hospital sem ingerência na sua economia, 2 médicos, 2 cirurgiões, e um cirurgião com a qualificação de cirurgião-mór do Estado. Dêstes médicos e cirurgiões se compunha a junta médico-cirúrgica sob a presidência do físico-mór. A sua capela foi outrora de um particular, José da Silva Goveia, construída em 1715 e dedicada a N. Senhora *Protectora dos Agonizantes*, como se via da inscrição no pedestal duma cruz à entrada (2). Tinha 2 capelães e 2 sacristas.

---

(1) *Anais Maritimos* e *Coloniais*, vol. 2.º, pag. 211, 321, 214.

(2) A inscrição referida é do teor seguinte:—

" Puriss: sin: labe: aprim: ins-
" tant: concept: sub titulo Pros-
" cet: agonisant: hoc sacel exde-
" bit: solvit ex devot: dicavit:
" Joseph de Silva Govea.

A farmácia, que, como dissemos, fôra propriedade dos jesuítas, e pelo confisco passara para a Fazenda nacional sob a inspecção do físico-mór, era fornecida de Lisboa ou da feitoria de Surrate, fazendo-se as compras por arrematação. Vendia também medicamentos ao público. Tinha 1 primeiro farmacêutico e 2 segundos e alguns praticantes.

No recinto do hospital havia um terreno destinado para horto botânico e instrução dos estudantes de medicina, que infelizmente só serviu para horta dos administradores.

Reorganizado pelo vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro, em 1830, na conformidade das ordens superiores, o hospital de Panelim recebeu ainda um novo regulamento no govêrno do Barão do Candal em 1840. Foi estabelecido o conselho de saúde militar, suprimido o lugar de administrador do hospital e em sua substituição se deu ao físico-mór o cargo de director. Em 15 de Abril de 1841, a instâncias do físico-mór Moacho, foi transferido pelo governador Lopes da Lima o hospital de Panelim para Pangim, onde foi criada a Junta de saúde pública e o *Instituto vacínico*, e depois a *Escola médico-cirúrgica de Nova-Goa* da qual se tratou no cap. da *Instrução Pública* (1) do vol. I.

" A' purissima desde o primeiro
" instante concebida sem mácula
" com o título de protectora dos a-
" gonizantes em obséquio, e grati-
" ficação devida consagrou esta
" Capela ano 1715. "

Anais Marit. e Col,. vol. 2.º, pag. 213.

(1) O edifício escolar principiou a ser ampliado e modificado em 1852 no govêrno do visconde de Ourém. Cottineau, *Bosquejo Hist. de Goa*, pag. 70; *Oriente Português*, vol. 4., pag. 485.

As casas que foram escolhidas para a instalação do hospital e da escola médico-cirúrgica são as mesmas em que ainda hoje funcionam êstes estabelecimentos, sucessivamente ampliadas e modificadas ([1]), pertencentes ao chefe da esquadra, Diogo da Costa Ataíde e Teive e seu irmão, vulgarmente conhecidos por *Maquineses*, oficiais da marinha de Goa, e expropriadas por 14 mil xerafins ao seu herdeiro D. Joaquim Cristóvão de Noronha, pai do sr. conde de Maém.

O hospital militar, chamado desde 1851 *Hospital regimental* e hoje *Hospital central*, anexo à escola médico-cirúrgica, é dirigido pelo chefe (hoje director) dos serviços de saúde, denominação que, em virtude do decreto de 2 de Dezembro de 1869, veiu substituir a antiga de físico-mór.

O edifício do hospital da velha cidade foi demolido em 1770 e com os seus materiais se fizeram no palácio de Panelim acomodações apropriadas aos enfermos, que entretanto estiveram aposentados no extinto colégio de S. Roque, como está dito; e o terreno, que aquele hospital ocupava, foi abrangido em 1773 no recinto da muralha exterior do arsenal. Do hospital de Panelim ainda aparecem vestígios.

Além dêste hospital, que se destinava à classe elevada incluindo o soldado branco, havia outros também gratuitos, que admitiam as outras classes e as mulheres.

No limite oriental da cidade estava situado o *Hospital de S. Lázaro*, onde se recolhiam os leprosos. Foi fundado em 1530 a 1531 e administrado pela Santa Casa da Misericórdia ([2]).

([1]) Segundo se lê no *Bosquejo das Possessões port*, vol. 1.º, pag. 305, estas casas foram na sua origem colégio dos jesuítas, mas não se apura a verdade desta informação.

([2]) Aragão, vol 3.º, pag. 56 e *Resumo hist.*, 223.

Era um edifício muito belo, cómodo e bem ordenado, e tinha sua igreja paroquial com uma linda capela dedicada a S. Luís, rei de França. Foi êste o hospital a que mais se afeiçoou o apóstolo S. Francisco Xavier e onde passou geralmente as noites para ajudar e servir os doentes. O grande largo, com que defrontava êste edifício, chamava-se o *Campo de S. Lázaro* ou *de S. Tiago*, porque fazia caminho para a aldeia e fortaleza de S. Tiago. Era neste campo que todos os cavaleiros e fidalgos faziam suas cavalhadas com canas e laranjas em dias de S. João e S. Tiago, padroeiros de Portugal e Espanha. Foi também o logar onde eram queimados os relaxados pela Inquisição à justiça secular. Êste hospital, ao tempo em que o visitou Cottineau, já recebia, além de leprosos, todos os doentes pobres indistintamente. Um sacerdote secular superintendia na casa e fazia de capelão. Desde 1840, em que o estabelecimento foi fechado, o edifício começou a decair ràpidamente, e em poucos anos se reduziu a ruínas. A imagem de S. Lázaro está conservada na igreja paroquial de Corlim.

Existia um outro hospital denominado de *Todos os Santos* ao sul da igreja de S. Aleixo e a sudoeste da igreja da Santíssima Trindade, na rua que se dirigia para a Cruz dos Milagres, fundado pela Santa Casa da Misericórdia em 1547 para o tratamento dos pobres.

Depois da fundação dêstes dois estabelecimentos, o Conde de Linhares erigiu à sua custa e dotou com 12 mil xerafins um hospital, contíguo ao de Todos os Santos, sob a invocação de N. S. da Piedade, cuja administração, confiada ao Senado, foi depois adjudicada, em 17 de Setembro de 1681, à daquele instituto de Todos os Santos, que por êste motivo se denominou *Hospital de Todos os Santos e de N. S. da Piedade*, comprometendo-se o mesmo senado a subsidiá-lo com 120

xerafins mensais, que posteriormente foram reduzidos a 240 por ano. Começando o edifício a arruinar-se, foi, em 1822, transferido o hospital para as casas do antigo Estanco Real dos Tabacos; daí para o convento de S. João de Deus e finalmente para o de Sta. Bárbara, em Morombim.

Todos êstes hospitais da administração da Santa Casa se fundiram em um só com a denominação de *Hospital dos Pobres* ou da Santa Casa da Misericórdia, que, desde 1851, tem tido a sua séde em Ribandar, a princípio na casa do chefe da esquadra. Cândido Mourão, e actualmente no novo edifício que a substituiu. O hospital tem sala de operações, algumas enfermarias, capela própria, uma farmácia, asilo para os alienados, cemitério privativo e úm sanatório.

Havia também na velha cidade um *Hospital dos Pobres*, fundado em 1551 pelo padre Paulo Camerte, anexo ao colégio de S. Paulo; o qual foi transferido para o colégio de Margão e depois para o de Rachol. As suas ruínas se viam ainda nos princípios do século XIX na horta dêste colégio, pela banda da rua direita.

CAPÍTULO XIII

Arsenal da Marinha, Ribeira das Galés e Ribeira pequena, Casa da Moeda e Casa de Pólvora

Ao oeste do Aljube e do Hospital Real, e à direita de quem desembarca no cais de Sta. Catarina, demorava, guarnecendo elegantemente a margem do rio, um magnífico estabelecimento, que se denominou a princípio *Ribeira grande* ou *das náus* e, mais tarde, *Arsenal da Marinha.*

Remontando à sua origem, referem os cronistas que antes da dominação portuguesa já os mouros tinham no mesmo sítio um vasto estabelecimento similar, onde os portugueses, depois da conquista da cidade, encontraram entre os despojos 40 navios, 26 brigues e um grande número de fustas, e nos armazens 40 peças de artelharia, 55 espingardas, 200 mosquetes e enorme quantidade de pólvora, balas, aço, ferro, óleo, resina e vários outros artigos (1).

Albuquerque, apenas senhor da terra, fêz os melhoramentos precisos na ribeira e, estabelecendo ali a casa de arrecadação da Fazenda, nomeou o florentino Francisco Corvinel para seu superintendente, com o título de *feitor*, que depois se mudou em *Vedor* ou *Veador da Fazenda.* Em 1526 o vedor Afonso Mexia deu-lhe um regimento para a sua devida administração e em 1565 o vice-rei D. Antão de Noronha, por ordem da côrte, regulou por outro regimento a escolha dos empregados superiores, fixando também o salário dos numerosos artífices e operários, que trabalhavam em toda a sorte de obras. Por êste regimento o vedor era coadjuvado pelo feitor e almoxarife das armas.

Nos princípios do último quartel do século XVI, o instituto, obedecendo a êsse regimento e acompanhando a civilização da metrópole oriental, já estava no seu maior esplendor. Do lado do rio abrangia um pouco mais de 200 braças da margem, de leste a oeste, sendo guarnecido com forte muralha e terraplenos providos de artelharia para a defesa marítima, e era cercado do lado da terra com um muro alto, que incluia quási 150 braças do litoral. Abria primitivamente duas portas para a cidade: *a pôrta*

---

(1) Barros, *Dec.* 2.ª, livro 5.º, cap. 4; *Comentario*, pag. 99. vol. 2.º e *Lendas*, vol. 2.º, pag. 176.

principal ou *nobre*, chamada mais tarde *porta velha*, (quando foi aberta uma *nova* para a banda do oeste) [1] era adornada de emblemas marciais, e olhava para o sul defrontando com a estrada pública que vai de Banguinim para o *Terreiro dos Galos* ; a outrá, que deitava para leste, denominava-se *porta de Sta. Catarina*, em homenagem à vizinha capela dessa invocação [2]. Todas as portas eram vigiadas por porteiros e guardas. O cais tinha seu guindaste sôbre um terrapleno, com o qual comunicavam os navios por meio de pranchas. A oeste estava levantada a bateria.

No interior compreendia diversas casas, umas térreas, outras sobradadas, formando todas juntas um vistoso quadrado semelhante ao claustro de um convento, mas um tanto irregular. Nestes edifícios estàvam montadas numerosas oficinas, o trem do exército e a administração da Fazenda.

Descendo a umas ligeiras particularidades sôbre cada um dos principais serviços, não podemos deixar de nos referir antes de tudo ao de *construção e reparação dos navios* ; pois, embora as nossas grandes construções navais se fizessem no antigo estaleiro de Cochim, pátria de ricas madeiras, e mais tarde em Damão, onde existiam os maiores estaleiros da India portuguesa, melhor madeira de teca e artífices mais hábeis, todavia as fortes armadas de numerosas velas, que os vice-reis, de 1567 a 1580, expediram ao mesmo tempo para diferentes pontos da Asia, foram preparadas

---

(1) A porta *nova* foi aberta pelo Intendente Jerónimo António Pussich, que reduziu o *beco de Bacharel* à larga travessa para dar passagem ao seu carro para o Arsenal. *Resumo hist*, pag. 376.

(2) *Bosquejo das Poss. Port.* por C. Soares, vol. 1.º, pag. 143.

e equipadas no arsenal de Goa [1]. Além de se armarem os navios e refazerem os que vinham avariados, fabricavam-se neste arsenal não só excelentes embarcações de pequeno lote, mas também muitos vasos de guerra, que saiam a cruzar nos mares da India e bater os piratas. De 1650 em diante foi minguando a construção naval em Goa, por custar aqui mais caro do que em Damão, tendo-se construído todavia neste arsenal um iate e duas manchuas.

Convém registar aqui o nome do mais insigne mestre construtor da Ribeira, João Batista Houdain, que em 1741 vencia 1200 réis diários e assistia ora em Goa, ora em Damão, conforme fôsse preciso [2]. Ainda nos tempos da decadência foi construída em Goa, sob a direcção do engenheiro Gil José da Conceição, no estaleiro improvizado em Malim (Bardês), uma corveta denominada *Goa*, de grande lote, lançada ao mar em 9 de Janeiro de 1851, assistindo à inauguração solene o governador Pestana.

Para atender às exigências dêsse serviço o Arsenal tinha a leste do cais da *ribeira* a praia aberta para o encalhe das embarcações e seus estaleiros, bordada de cinco grandes armazêns providos de toda a casta de materiais precisos e mais outros tantos barracões para os trabalhos de *carpintaria, serralharia e a oficina do machado etc.*, encontrando-se à direita a casa do construtor e à esquerda as casas da guarda que defendia o outro terrapleno, onde se levantava o segundo guindaste. A maior parte das outras oficinas estendiam-se ao longo da muralha do Arsenal.

---

(1) *Apontamentos de uma Viagem*, por C. J. Caldeira.

(2) *Anaes Marit. e Col.*, vol. 2.º, pag. 219.

Entrando pela porta de Santa Catarina, encontrava-se logo à esquerda a *tanoaria*, que ficava em linha, de norte a sul, paralela ao *depósito do carvão* com a casa de troço no extremo sul. Perto dêstes edifícios ao sudoeste se admirava a grandiosa *fundição* com o respectivo pátio, pôço, caldeiras, forjas e fornos, donde saíam valentes morteiros, obuzes, peças de artelharia de diversos calibres, pratos de engenho, bombas, almofarizes, balas, rodas e até sinos grandes e pequenos, com efígies, legendas e emblemas; sendo a fundição dirigida no século XVI pelo célebre mestre Pedro Dias Bocarro e seu filho.

Mais adiante, à esquerda de quem descesse pela porta principal, corria um edifício térreo ao lado do muro meridional, onde trabalhava a *cordoaria* fabricando amarras, cabos e viradores de linho e cairo, tendo ao lado o *relame*, *jardim de balas* e a estufa.

A oeste jazia o *trem de artelharia*, *o concêrto das armas*, onde serviam dois armeiros hábeis e a *pirotécnica*, que fabricava o cartuchame embalado e desembalado para a infantaria, o cartuchame para a artelharia, espoletas, velas mixtas, munições e tacos para bocas de fogo; ficando-lhe na proximidade a *oficina de corrieiros*, que faziam preciosos cinturões e palas de anta, bainhas e fiadores de terçados, bornaes, bandoleiras, patronas etc. Ao norte de quem desembarcasse no cais, funcionavam a *calafetagem*, defrontando com a *casa de coser breu*, e ladeada ao oeste pela *casa de balança* e a leste pela *oficina de obra branca*, onde se fabricava a mobília para as repartições públicas; e era contígua à *casa de moer tintas* e de *pintura a oleo*, demorando ao sul o armazem da infantaria [1].

---

[1] *Bol. Of.* de 1887, *Supl.* ao n.º 126; e *Bosquejo das Poss. Port.*, vol. 1.º, pag. 145.

Por algum tempo funcionou também aqui a *fábrica de moeda*, como refere Pirard, que a viu em 1607 a 1610; e mais tarde ainda, voltando esta fábrica de Pangim, esteve colocada por baixo das salas da antiga contadoria da fazenda, junto à capela das *Cinco Chagas*.

Além disto, havia na Ribeira uns barracões, onde se sustentavam os elefantes de guerra e de transporte, a quem Afonso de Albuquerque mandara dar para o mantimento, cada dia, 6 mãos e meia de arroz à custa das rendas de Catualia ([1]).

O espaçoso pátio central compreendia o almoxarifado, a apontadoria e outras repartições. Em cada uma das oficinas se executavam os respectivos trabalhos com a maior perfeição, sob a direcção de insignes artistas europeus, aos quais sôbre o nome do ofício se acrescentava a designação de *mór*, ocupando-se em todas elas perto de 800 operários, afora os condenados às galés. Os artefactos em geral, e particularmente os explosivos, eram arrecadados em aposentos abobadados para os defender do incêndio.

Êste instituto, donde saíam não só os petrechos de guerra e marinha, mas ainda tudo o que interessava ao exército, às repartições do Estado e outras obras públicas, servia de escola de artes e ofícios

---

([1]) A instituição de *Catualia*, espécie de postagem, onde se cobravam os direitos de certos géneros, que entravam na cidade pelos passos ou barreiras, já existia quando Goa foi conquistada pelos portugueses. Conservada por êstes, tinha como empregados o catual e o seu escrivão, que passavam as licenças (*chitos*) e repartiam entre si os emolumentos, sendo o tributo pròpriamente dito arrecadado pelo rendeiro que devia estar presente. Foi reformada em 1628 pelo vice-rei D. Francisco da Gama, como se lia numa inscrição lapidar existente na Ribeira.

Arquivo Português Oriental, fasc. 5.º, pag. 857, e Aragão *Descrição das moedas*, vol. 3.º, pag. 207.

produzindo ótimos artífices, muito apreciados nas colónias británicas [1].

Os operários recebiam o seu salário na manhã de cada domingo, e na tarde já recomeçavam o trabalho para a semana na mais firme persuasão de que o serviço del-rei os dispensava de guardar festas e domingos. Havia na Ribeira uma vasta prisão, denominada *sala dos bragas*, destinada aos condenados às galés ou a trabalhos públicos, que traziam no pé uma argola de ferro chamada *braga* ou *calceta*, e onde eram retidos também os criminosos, que fôssem imediatos subordinados do *Vedor*, o qual para êste serviço tinha às suas ordens dois meirinhos ou carcereiros e um escrivão.

Ao sul, à direita de quem entrasse pela porta principal, ostentava-se um grandioso edifício de janelas em sacadas, destinado à administração da Fazenda, que se denominava *feitoria* e, mais tarde, *casa dos tribunais*.

A administração de Fazenda teve, pela carta régia de 11 de Janeiro de 1599, novo regime, criando-se a *Mesa* e *Tribunal dos contos*, de que era presidente o vice-rei e um dos vogais o vedor, que se chamou então *Vedor dos contos* e depois *Vedor geral da Fazenda*. Corridos 15 anos, uma nova organização substituiu o tribunal dos contos pelo *Conselho de Fazenda*, até que, por carta régia de 10 de Abril de 1769, foi criada a *Junta da Fazenda Pública*, presidida pelo vice-rei, e composta do vedor (mais tarde substituído em parte pelo tesoureiro geral do Estado) do chanceler da Relação, do procurador da corôa e fazenda e do escrivão da mesma junta; sendo nêsse ano criada também a *Contadoria geral*, repartição imediàtamente sujeita à

---

(1) Teixeira de Aragão, *Descripção das moedas*, vol. 3.º, pag. 18.

referida junta. Em 1818 o vice-rei conde do Rio Pardo transferiu a Junta da Fazenda e a Contadoria geral para Pangim, para as casas do chefe da divisão, Vitorino Freire da Cunha Gusmão, que as vendeu ao Estado por 19.300 xerafins (5:79$000 réis) onde, depois de extinta a Junta em 1888, foi organizada a Repartição de Fazenda provincial, dirigida por um Inspector, hoje Director.

Voltando à ribeira, o vedor da Fazenda, que era a autoridade imediata ao vice-rei, presidia *à Mesa de Matrícula geral*, composta de 21 oficiais e superintendia não só no tesouro público, mas também nas forças da terra e do mar, nos navios e embarcações mercantes, embarques e desembarques e em todos outros negócios, e residia ali no mesmo edifício da feitoria, de cuja varanda podia ver tudo o que passava na praça e no rio (1).

De noite as sentinelas da companhia do Pé-de-Castelo mantinham rigorosa vigia pelo receio de que se lançasse fogo aos navios, que eram muitos. Contudo, em 1555 a chama de um foguete, lançado em honra de S. João Batista, na véspera do seu dia, causou incêndio, ardendo 6 galeões, 4 caravelas e duas grandes galés (2). Defronte da residencia do vedor ficava a capela ou igreja extra-paroquial da invocação das *Cinco Chagas*, olhando para o oeste, a qual era ricamente ornada e tinha dois capelães.

---

(1) Pirard, tomo 2.°, cap. 3.°.

(2) Bosq. das Poss. Port., vol. 1.°, pag. 184.

A propósito da festividade de S. João Batista em Goa, diremos duas palavras. Celebrava-se esta solenidade com o maior aparato externo provàvelmente na formosa capela desta invocação, de que falamos na pag. 83 e que Pietro Della Valle chama *a igreja de S. João*, capela, onde o vice-rei e muitos fidalgos ouviam missa no dia da festa do orago, a 24 de Junho e, percorrendo toda a cidade *a*

No adro desta capela, diz Pirard, havia um espaço bem fechado com grades, comportando uma repartição do Estado mais accessível, onde o vedor, ajudado por alguns oficiais militares, que também residiam nos edifícios públicos da ribeira, despachava todos os dias os negócios ocorrentes.

Em 9 de Junho de 1753, todo o estabelecimento com alguns navios foi devorado por um grande incêndio; era pela segunda vez que o fogo o invadia. Mas, poucos anos depois, foi reconstruído, e reformado pelo marquês de Pombal, que lhe deu, por alvará de 28 de Abril de 1773, a denominação de *Arsenal da marinha*, sendo extintos os cargos de vedor e feitor e distribuidas as suas funções, pelo de *Intendente da marinha e armazêns reais* e pelo Tesoureiro geral do Estado.

Nesta ocasião fizeram-se ligeiras alterações no primitivo risco do estabalecimento. Foi ampliado o seu perímetro, incluindo dentro da muralha exterior o terreno outrora ocupado pelo Hospital Real e destinou-se à *Intendência* o edifício que se erguia logo à direita do cais [1]. As doze peças de artelharia, calibre 18, da sua primitiva defesa, que se conservavam guarnecendo a muralha pelo lado do rio, serviram daí por

---

cavalo em trajes de mascarada, mas sem máscaras, dois a dois ou três a três iam à rua de S. Paulo ou da *carreira dos cavalos*, a onde afluiam muitas folias com suas bandeiras e tambores, saltando, dançando e correndo pela rua com espadas desembainhadas nas mãos e dali marchavam finalmente todos juntos e em boa ordem para o *Terreiro do Paço e terminavam a solenidade.*

Os foguetes que se queimavam nas vésperas desta festividade foram mais tarde proibidos em 1806 *pelo dano que se podia seguir ás naus e mais embarcações etc. Bol. of* no. 51 de 1879, pag. 404. —A *India em 1623 e 1624*, pag. 38-39, e 167.—

(1) Vid. *Bosq. das Poss. Port.* no Oriente por C. Soares, tomo 1.º, pag. 145 e o mapa do Arsenal junto.

diante para as salvas dos dias de gala.

A reforma de 1773 dividiu *o Arsenal da marinha* em 5 grandes secções, subordinadas todas ao Intendente Geral da Marinha, a saber:

1.ª—*Intendência geral da marinha*, para a administração superior, expediente e correspondência. O seu pessoal, incluindo o intendente, chegava a 7. Estava-lhe anexa a *apontadoria* com 2 amanuenses.

2.ª—*O almoxarifado*, para a administração dos armazêns e a respeectiva contabilidade. Tinha 22 empregados.

3.ª—*O arsenal* pròpriamente dito, para os trabalhos mecânicos das oficinas, e polícia interna do estabelecimento. Subdividia-se em 11 oficinas:

Oficina de carpinteiros, compreendendo três sub-secções: *Machado*, com 96 oficiais; *obra branca*, com 42; *Polieiros e Coronheiros* com 20.

Oficina de Calafates. Pessoal 66.

Oficina de Tanoaria. Pessoal 34.

Oficina de Serralharia. Pessoal 81.

Oficina de Correeiros. Pessoal 12.

Oficina de Funileiros. Pessoal 11.

Oficina de velas. Pessoal 27.

Oficina de cordoaria. Pessoal 36.

Oficina de pintores. Pessoal 6.

Fundição. Pessoal 13.

Oficina de pedreiros e oleiros. Pessoal 7.

4.ª—*Ribeira* para o serviço do mar. O seu pessoal era 1 Patrão-mór, 1 Sota Patrão-mór, 16 *pangelinos* (1) e 10 aprendizes.

---

(1) E' palavra antiquíssima da India, que corresponde à portuguesa=gente do troço; no caso presente eram os remadores de bote. Mais tarde o número dos pangelinos da Ribeira foi elevado a 41 para o serviço de vários botes, como o de Calafates, do apontador, da lancha da agua.

5.ª—*Secção adicional da artelharia* e petrechos, para o serviço do exército e fortalezas do Estado. Além de dois ou três oficiais desta arma, serviam ali os soldados inválidos, que o govêrno julgasse necessários para a limpeza e bom arranjo dos armamentos e munições.

As oficinas em geral tinham, cada uma seu mestre, contra-mestre, mandador e oficiais.

Pelo regulamento aprovado pelo govêrno central da metrópole em 1773, êste estabelecimento em todas as suas repartições apresentava 569 pessoas, cujos vencimentos importavam na soma total de 67,826 xfs. 1 t. 40 rs, ou 10:852$510 rs. (1)

A êste tempo, extintos os Pés-de-Castelo, o arsenal era vigiado pela companhia de bombeiros e mais tarde por um destacamento de tropa, que ia de Pangim.

Com o andar do tempo o número do pessoal empregado cresceu muito, como veremos.

Relativamente ao serviço do mar: A marinha de Goa, ao tempo em que o marquês de Pombal a remodelou, consistia em 29 barcos de guerra, que eram: uma náu de 64 peças e outra de 48; três fragatas, uma de 44, outra de 38 e outra de 30 peças; uma pala de 24 peças; duas corvetas de 14 peças cada uma; 16 manchuas de 7 a 15 peças; e 5 manguerins ou embarcações pequenas para a navegação fluvial. O efectivo dos barcos compreendia 10 capitães de mar e guerra, 19 capitães-tenentes, 7 pilotos, 5 praticantes, 7 mestres, 10 contra-mestres, 35 condestáveis, 12 guardiões, 4 mandadores, 212 homens e 3 companhias de marinheiros europeus a 100 homens cada uma.

«Para sustentar essas fôrças, dizia o marquês, des-

---

(1) Vid. *Annaes marit. e col.*, vol 2.º, pag. 260; *Bosquejo das Poss. port.*, e *Instrucções d'El-rei D. José*, pag. 21.

pende a Real Fazenda por ano 181.036 xerafins. Todas as referidas fôrças são nominais e não reais, com grande ruído de vozes e insignificante serviço."

O marquês reduziu a marinha a 6 fragatas, 4 palas e 10 manchuas. O corpo de oficiais passou a ser de 6 capitães de fragata; 12 capitães-tenentes; 14 tenentes do mar; e 14 guarda-marinhas (¹).

Mas a necessidade do arsenal justificava-se até ao 3.° quartel do século XVIII; pois ainda servia para armar e reparar os navios que vinham de Portugal, além de fornecer o armamento, correiame e fardamento para a tropa da terra.

Em 1850, porém, já não havia comércio nem marinha, e o exército era diversamente melhor suprido (²). O arsenal da marinha, portanto, era um estabelecimento de luxo, além de que o pessoal do instituto, que chegava a 861, parece que nem sempre correspondia com o trabalho ao grande dispêndio que sobrecarregava a fazenda com a sua conservação. Depois de ter passado por várias alterações e reformas, o governador visconde de Tôrres Novas, reduzindo consideràvelmente o seu material e pessoal, por port. de 4 de Julho de 1856, o converteu em *Arsenal do exército*, substituindo o Intendente pelo Inspector. Assim continuou por alguns anos e foi decaindo cada dia mais, não se encontrando nele uma amarra ou um virador capaz, nem uma peça de lona nem madeiras, que tudo se comprava por arrematação. Dez anos depois as suas oficinas estavam já desertas e o edifício em grande ruína, até que, por Dec. de 25 de Novembro de 1869, foi extinto, o que se executou aqui em 25 de

(¹) *Instruções d'El-rei D. Jose*, pag. 21 e seguintes.

(²) *Annais marit. e col.*, vol. 2.°, pag. 219; *Educação e Ensino*, por Menezes Bragança, pag. 127.

Maio de 1871; sendo, na conformidade dos decretos de 3 de Dezembro de 1869 e de 26 de Fevereiro de 1870, instituída em Pangim a *Direcção das Obras Públicas*, que desde 1894 está a funcionar em casa própria, nóvamente construída no logar em que outrora se levantava a chamada *casa de Godal* (João Batista Goethalis), casa de dois pavimentos, que serviu de palácio ao arcebispo Tôrres e depois à Relação de Nova Goa.

Ao presente, do Arsenal resta apenas uma pequena parte do muro e ainda há pouco se via a aludida *casa de coser breu*, edifício hexagonal, coroado de zimbório. Assim desapareceu êste monumento do nosso poder e importância política e social do século XVI.

Suprimido o Arsenal, removeu-se para o edifício da fábrica de pólvora, transformado em *depósito geral*, todo o material que ali existia, pertencente ao extinto exército, exceptuando 36 bocas de fogo, e o material da marinha para Betim ficando a cargo do almoxarife do depósito geral.

Saindo do Arsenal e caminhando para o este, encontrava-se o *cais de Sta. Catarina* ou *do Arcebispo*, contíguo a uma larga praça, destinada ao *bazar de peixe*.

Ao este do cais da *Ribeira das galés* desdobrava-se uma outra ribeira, denominada a *ribeira pequena* ou *das galés*, porque era o lugar onde ficavam as galés de Goa.

Esta ribeira banhava a porta ocidental do palácio do vice-rei, de maneira que êste, descendo por uma pequena porta, podia embarcar ou desembarcar ali sem ser visto.

Era bem construída, fortificada com tranqueiras e provida de tudo quanto era necessário para os mestres, oficiais e armamento das galés, e dependia do vedor da

Fazenda, que tinha ali uma pequena casa à borda da água, para inspeccionar as mercadorias que se embarcavam para Portugal. A porta desta ribeira era próxima da grande porta da cidade ou *arco dos Vice-reis.* Hoje o local, complètamente aterrado, não apresenta vestígio nenhum, vendo-se a *ribeira* e as galés no mapa da cidade por Linschoten.

Houve tambem em Ribandar um estabelecimento chamado *ribeira pequena*, dependente do Arsenal e compreendendo diferentes oficinas, armazêns e depósitos dos efeitos pertencentes à marinha, com uma companhia de marujos, quási todos europeus, que serviam nos vasos de guerra (1).

Casa da Moeda

Tomada a cidade de Goa pela primeira vez, Afonso de Albuquerque, querendo substituir a moeda do Sabaio, que circulava na terra, pela moeda colonial portuguesa, com o votò do conselho de seus capitães e fidalgos a mandou lavrar pelos ourives que entendiam da liga de metais. Logo que se aprontou uma porção de cada espécie com o nome de *cruzados*, *barganins*, *esferas*, *meias esferas*, *bazarucos*, e *cepaiquas*, organizou um solene préstito, em que se levavam as moedas—postas em grandes salvas de prata, acompanhadas da bandeira real com a guarda da honra, toque de trombetas, folias e músicas orientais—e as fêz espalhar com pregão em português e em língua vernácula pelas principais ruas da cidade, despendendo nisto a soma de mil cruzados, do que o povo ficou muito contente e Pero de Alpoim escreveu o auto,

---

(1) Abreu, *Relação das alterações politicas*, pag. 101 n.

que todos os presentes assinaram ([1]). Contudo, apenas recuperada a cidade, Albuquerque sentiu a urgência de uma nova emissão monetária; porque as obras de fortificação, que iniciara, exigiam a cada passo dinheiro miúdo, que já não havia na praça. Criou porisso, no mesmo ano de 1510, a *Casa da moeda*, com mestres e oficiais e arrendou a um brámane chatim, mercador, o fabrico do numerário por 2 mil pardáus ([2]). Esta *casa*, onde se cunhava a moeda de ouro, prata e cobre, demorava na cidade numa rua atrás do palácio do bispo. Em 1589 foi transferida para o edifício da fábrica de pólvora em Panelim, e parece ter saído dali por algum tempo; porque Pirard, que residiu em Goa desde 1607 a 1610, a encontrou na *ribeira grande*.

E' certo que voltou para Panelim, porque D. Manoel de Portugal e Castro a mudou dali para Pangim, para as casas que ao presente, bastante melhoradas, são habitadas pelo seu actual proprietário sr. dr. Miguel Caetano Dias. Êste prédio, que primitivamente pertencera a João Batista Goethalis e depois, sucessivamente, à Fazenda pública e a António Inácio da Silva, de Sta. Cruz, havia sido por êste arrendado para a repartição de telegrafia inglesa, desde 1865 a 1902; mas, não obstante a sua transformação conserva ainda, sôbre a antiga porta principal, que olhava para o sul, hoje tapada, uma lápide com a inscrição = Casa da Moeda, 1834 =.

Lopes de Lima, por port. de 27 de Setembro de 1841, mudou a casa da moeda para o Arsenal, onde, depois de estar suspensa a cunhagem por algum tempo,

---

(1) *Lendas*, tomo 2.°, pag. 75—77.

(2) *Lendas*, vol. 2.°, pag. 153 e 176.

se via funcionar, desde 1845 a 1869, no rés-do-chão, por baixo das salas da antiga contadoria da Fazenda, junto à capela das *Cinco Chagas*, um grosseiro engenho de pancada, lavrando moeda disforme no feitio, bastante imperfeita no cunho e irregular no toque e pêso.

Cunharam-se em Goa as moedas de ouro, *S. Tomé novo* = 3$600 réis e *S. Tomé velho* ou ½ *S. Tomé* = 1$815 réis de Goa; de prata, a rupia = 600 réis, e ½ rupia = 300 réis; de cobre, a tanga = 60 réis, meia tanga = 30 réis, e moedas de 15 réis (*rubo*), 12 réis (*vis-duddú*) e 7½ réis (*panch dombddiô*), 6 réis (*dhá duddú*), 4½ reis (*ordém vintém*); 3 reis (*panch duddú*);—e as de *calaim* ou estanho oriental e de *tutenága*, cobre de China ou cobre branco, chamadas *rodas* e *bazarucos*. A *roda* (*dombddi*) tinha numa face a roda de Santa Catarina e valia um real e meio; e o bazaruco ou *real* valia ao princípio dois réis.

A cunhagem do numerário de prata continuou até ao ano de 1869, a de cobre ja havia cessado antes de 1850, a de ouro em 1841 e a de calaim ainda antes (1).

A mínima moeda primitiva de Goa, mas imaginária, era o *duddú* (dinheiro), constituindo 10 *duddús* uma tanga (*tanka* = moeda com cunho) e 10 tangas uma rupia (*rupiyá* = prata).

A rupia portuguesa foi cunhada em 1726, de boa prata e sem liga, mas era tôsca; e, como a rupia da India inglesa tinha melhor feitio e algum ágio sôbre aquela, chamou-se à inglesa a rupia *chirina*, em concani, *surti rupiá* = rupia de Surrate.

A palavra *chirina* é corrução da hindustane *cha-*

---

(1) Vid. *Descripção geral e histórica das moedas cunhadas* .... por Teixeira de Aragão, tomo 3.º.

lani = corrente ([1]).

O xerafim português ou pardáu de oiro, *orá*, ou de prata, valia a princípio 5 tangas ou 300 réis ; posteriormente, desaparecendo o pardáu de oiro, o de prata equivalia a 6 tangas ou 360 réis e o de cobre, em concani = *assurpi* ou *ussurpi*, 5 tangas.

O étimo de *xerafim* é o persa—árabe *Ashrafi* ou *sharafi* = nobre.

A convenção monetária com o govêrno inglês, de 12 de Abril de 1880, igualou a nossa moeda à da India britânica na forma, no pêso e no valor, com a única diferença do cunho.

Casa de Pólvora

A fábrica de pólvora trabalhava nos tempos primitivos em um edifício situado no local onde fica o convento de S. Caetano. Mudou-se provisòriamente para a freguezia de S. Matias, na Ilha de Divar ([2]); e, voltando para Goa, foi em 1630 transferida para Panelim, sendo mais tarde cedido o edifício vago aos teatinos. Dependia do vedor da Fazenda.

A casa de Panelim—construída pela cidade à breve distância do palácio arquiepiscopal e separada do palácio dos vice-reis pela capela de S. Marçal e casa do capitão-mestre da fábrica de pólvora—no govêrno de D. Francisco da Gama, conde-almirante, era um grandioso edifício, que defrontava com o rio e tinha no alto da porta principal armas reais de coroa fechada com diademas; mais abaixo um nicho de dimenções quási iguais às das janelas do pavimento supe-

([1]) Mons. Dalgado, *Glossário Lus. Asiat.*

([2]) *Resumo histórico*, pag. 376.

rior, com a imagem de Sta. Catarina em acção de esmagar o rei mouro; de cada lado do nicho armasr eais de coroa aberta ou sem diademas e sôbre a cimalha da porta a inscrição—*Reinando em Portugal o Catholico Rei D. Filippe 3 mandou a cidade fazer toda a fabrica d'esta casa da polvora do dinheiro de hum por cento, sendo Vice-rei d'este Estado Francisco da Gama Conde Almirante, o qual a principiou e acabou; e poz na perfeição em que ora está o Vice-Rei D. Miguel de Noronha Conde de Linhares ano de 1630*—. Na invasão dos maratas em 1739 esteve esta fábrica transferida em Mormugão.

Montada por forma a facturar todas as qualidades de pólvora, desde a *pólvora de príncipe* ou de caça, até a de pirotécnica, esta casa desenvolveu-se ràpidamente, atingindo na sua produção anual a enorme quantidade de 21.600 quintais daquele artefacto, vencendo por dia 700 arráteis, conforme explica a carta régia de 9 de Março de 1631 ; o que dava bons lucros ao tesouro público, porque o estabelecimento, fornecendo a pólvora necessária a todas as armadas e fortalezas reais—incluindo as de Malaca, Mascate e Diu, que só por si consumiam 3 mil barris ao ano e a de Moçambique, que se abastecia de uma grande provisão—não obstante os descaminhos que se praticavam em algumas fortalezas, fazia face à sua despesa com a receita proveniente da venda particular.

O edifício, que formava um quadrilongo fechado pela retaguarda com altos muros, compreendia na parte principal o gabinete do Director, a secretaria da fábrica da pólvora, casas do almoxarife, porteiros e guardas; e, na parte posterior, as construções de engenho, que continham:—o depósito de carvão; o de salitre e enxôfre bruto em grandes tanques de madeira; o laboratório para a refinação dêsse salitre e enxôfre, para o que havia dez caldeiras; o depósito onde se re-

colhiam essas substâncias, ja refinadas, em tonéis para a escoação da água; mais um depósito para *conservar o carvão em canelo*; um pátio estreito e murado para o joeirar; três edificações, duas destas denominadas *conglutinadores* e uma chamada *empastador*; uma casa com dois compartimentos, em um dos quais se manipulava e lustrava a pólvora de caça e noutro se procedia à pesagem das confecções; casa-máquina de tonéis, para a mistura binária e ternária de mistos e lustração da pólvora ordinária; o depósito para a composição ternária; uma casa denominada *granizador*, onde funcionavam duas máquinas de granizar a pólvora, compostas de diversos crivos graduados de couro e de séda; dois corredores, um dos quais recebia os taboleiros de secagem, e o outro, denominado *classificador*, por estar ali montada a máquina de classificação, intermediando nestes o pátio onde se secava a pólvora e o salitre refinado, denominado por isso *secador*; o corredor, onde se recebia a pólvora embarrilada com destino a diversos paiois; a cadeia para as galés; dois armazêns para o depósito da pólvora embarrilada, onde se procedia à sua venda pública e se acondicionavam os utensílios, ferramentas e objectos miúdos; um corredor para a serventia dos empregados; o depósito de madeira e um armazêm para acondicionar o alimento destinado aos búfalos que se empregavam em dar o movimento rotatório às máquinas.

O regimento de 18 de Agosto de 1814, dado pelo conde de Sarzedas, dividia a *fábrica* da pólvora em 4 oficinas: a das caldeiras; a de moer e subtilizar os mixtos; a dos engenhos ou moinhos e a de granizar a pólvora. Cada uma delas estava a cargo de um oficial-companheiro. A oficina dos engenhos tinha 8 moinhos em edifícios diferentes, denominados de S. António, S. João, S. Sebastião, Santa Cruz, S. Francisco, S. Tomé, S. Domingos e S. Miguel, mas todos

dentro do mesmo pátio. A oficina de granizar estava estabelecida no edifício denominado *Baluarte*. A partir de 1828 houve novas alterações.

Por decreto de 27 de Abril de 1842 desanexou-se èsta fábrica do arsenal da marinha, ficando sujeita directamente ao governador geral. O conde das Antas, por portaria de 23 de Fevereiro de 1843, reduziu o número dos empregados. A fábrica tinha, depois da reforma, um capitão-mestre e director, 5 oficiais companheiros, 2 praticantes, 1 almoxarife e seu fiel, um escrivão, um escriturário, 2 porteiros e 1 patrão dos búfalos.

Alguns escravos pretos trabalhavam na manipulação da pólvora, além dos galés condenados a êstes trabalhos. Afluindo maior serviço, procuravam-se operários pagos.

Existia na casa da pólvora um reservatório de água, derivada de Banguinim, sendo mais tarde conduzido, para mitigar a sêde dos viandantes, um veio até à rua atravessando a parede do muro.

Distraída a água para outros pontos, êste filete, ainda há poucos anos, se encontrava mas bastante escasso. De resto, a água precisa para a refinação do salitre e enxôfre se extraía do pôço do pátio dos engenhos, conduzida em barris às costas dos cafres.

Embora o local, onde se achava situado êste estabelecimento, tivesse as piores condições para a factura da pólvora, porque estava à borda do rio, num terreno pantanoso e coberto de árvores condutoras de humidade, todavia, após alguns esforços em ordem a melhorar o sítio, se trabalhou ali por longo período na fabricação da pólvora, que, ainda no século XIX produzia a considerável soma de mil arrobas ao ano, quanto bastava para o Estado e para a venda particular. A pólvora, fabricada e enxuta, se trans-

feria logo para os depósitos ou paiois na fortaleza da Agoada e dos Reis-Magos.

Mas o govêrno da metrópole, achando a sua conservação onerosa ao tesouro, porque os valores produzidos não compensavam a avultada quantia de dinheiro que se despendia, por dec. de 25 de Novembro de 1869 a extinguiu, fazendo-se depois o fornecimento por arrematação. O seu último director foi o tenente coronel da artelharia Joaquim Manoel de Melo Mendonça, que havia introduzido alguns melhoramentos no estabelecimento.

Em 27 de Junho de 1876 foi criado no edifício da casa da pólvora o *depósito geral*, subordinado a um *Director* (oficial militar), que tinha debaixo de si um almoxarife, fiel e outros empregados. Neste depósito uma explosão de duas arrobas de pólvora, havida pelas 8 horas da noite de 3 de Dezembro de 1882, no laboratório pirotécnico do trem militar, vitimou um filho e dois sobrinhos do sargento encarregado dessa oficina, por nome Camilo Rosario da Costa, de Taleigão, os quais ali se achavam de passagem para a velha cidade, para assistir à festa de S. Francisco Xavier, que nesse âno recaíu em 4 de Dezembro. Depois dêste lamentável sinistro o depósito durou poucos anos; e o edifício finalmente, abandonado e arruinado, foi vendido em 1887.

A casa da pólvora tinha sua capela, dedicada a S. Marçal e situada, como dissemos, entre essa casa e o palácio dos vicereis, depois hospital, para cuja festividade contribuia a Fazenda, pela folha de obras pias 100 xerafins. O capelão recebia 196 xerafins anuais.

Ligado a esta casa a leste guarnecia a borda da estrada pública, olhando para o rio, o quartel do 1.º regimento de infantaria, de Panelim, que comunicava interiormente com a *fábrica*, de maneira que a pólvora

costumava sair pela porta do quartel. Ambos os edifícios desapareceram ([1]).

CAPITULO XIV

Arco dos Vice-Reis
Alfândega, Bangaçal e Pêso; as fortificações da cidade, o Arco da Conceição, praças e ruas

Fronteiro ao cáis dos vice-reis e olhando para as águas do Mandovi ergue-se o magestoso e sólido portal denominado o *Arco dos Vice-Reis*, mantido por portaria de 20 de Agosto de 1830, como monumento histórico.

Ocupa o mesmo lugar da antiga porta principal da cidade, chamada pelos cronistas a *porta do cais* e oficialmente a *porta dos armazêns*, por ser contígua aos *armazêns reais*.

Sôbre a abóbada desta porta Afonso de Albuquerque, ao restaurar a fortaleza em Dezembro de 1510, tinha mandado levantar para a defesa da cidade, uma tôrre quadrada de dois andares ([2]), cuja sala principal, segundo refere Lopes Mendes, foi depois adornada com galeria de pinturas representando as guerras dos portugueses na India ([3]).

([1]) Bol. Of. de 1887, Suplemento ao n.º 126, pag. 1—2; e *Anaes Marit. e Col.*, vol. 2.º, pag. 214.

([2]) *Lendas da India*, tomo 2.º, parte 1.ª, pag. 158.

([3]) *A India Portuguesa*, de Lopes Mendes, vol. 1.º, pag. 67.

Esta tôrre, encostada ao palácio vice-real, a oeste, comunicava com o andar nobre dêste grandioso edifício e, protegendo o cais, concorria—com a outra, a de menagem, que ladeava o palácio pela banda oriental, também construída pelo conquistador—para lhe realçar a beleza e magestade do frontispício ([1]).

A porta era o lugar, onde o Senado da Câmara ia receber os vice-reis no dia da sua primeira entrada e lhes entregava as chaves da cidade, que levava em uma salva de prata, recitando o seu presidente um breve discurso em latim. Era, por isso, nessa ocasião artisticamente ornamentado este portal à custa da cidade.

Em 1597, querendo o senado evitar as freqüentes despesas da decoração e perpetuar ao mesmo tempo com um monumento a memória do famoso argonauta português e descobridor do caminho marítimo da India, no vice-reinado de seu bisneto, D. Francisco da Gama ([2]), mandou demolir a tôrre e substituir êsse antigo edifício pelo *Arco dos Vice-Reis*; o qual mais tarde foi ainda reformado, como veremos.

O soberbo pórtico consta de um gracioso arco de cantaria lavrada com o friso da cimalha decorado, alternadamente, de esferas armilares, divisas de el-rei D. Manuel, e de corças, esculpidas em quadrados, emblemas provavelmente de guia dos infiéis para a conversão ([3]).

Sôbre o arco está assente outro corpo mais estreito, ladeado por dois globos sôbre peanhas, e no centro fica um nicho, que encerra a estátua de Vasco

---

([1]) Veja-se o *Plano figurativo da Cidade* por Linschoten

([2]) *Bol. do Gov.* de 1851, pag. 322.

([3]) Dic. Larousse verb. *Biche symbolisme.*

da Gama, lendo-se na arquitrave a seguinte inscrição.

Reinãndo Elrei D. Phelipe 1.° pos a cidade aqui Dom Vasco da Gama 1.° conde almirante descobridor e conqvistador da India sendo Vizo-rei o Conde Dom Francisco da Gama sev bisneto o ano D 97
Julius Simon Ing. Mag. Inv.

Sôbre o frontão dêste segundo corpo, cortado no centro, levanta-se outro nicho, onde avulta a imagem de Sta. Catarina, de bronze, ao tempo dourada, terminando êste terceiro corpo também em frontão, cujo vértice ostenta o escudo das armas portuguesas ([1]). É apoiado aos lados por grossas muralhas. Mas a estátua de Vasco da Gama, que ao presente nêle se encontra, não é a primitiva. Vejamos como chegou a ser substituída.

Dum documento da época se vê que a Câmara tinha prestado êste duradouro tributo ao ínclito almirante *em memória e reconhecimento dos muitos feitos do insigne capitão, pera que assi como elle foi o primeiro que deu noticia d'este Estado á Nação Portugueza, assi fosse elle o primeiro que fosse visto dos que nesta cidade entrassem* ; mas parece que houve também, por parte dos vereadores da Câmara, intenção de obsequiar o vicerei e quiçá insinuação dêste. A estátua era de mármore, segundo Faria e Souza, e o engenheiro-mór Júlio Simão, francês, foi o autor do debuxo do arco e talvez quem dirigiu as obras. Era natural que a imagem de tão benemérito herói afrontasse tranqüilamente os séculos. Mas não sucedeu

(1) *Descripção das moedas* etc. por Teixeira de Aragão, vol. 3.° —pag. 44; e *Telas e Esculpturas* por Luis Gonçalves.

assim. Em a noite de 26 para 27 de Dezembro de 1600, véspera da partida de D. Francisco da Gama para o reino, depois de entregar a governança ao vice-rei seu sucessor, Aires de Saldanha, houve tão máus portugueses que " a tiraram de seu lugar, quebrando-lhe a cabeça e mãos. que levaram ao pelourinho, e puzeram pelas portas da cidade, onde amanheceu com tanta lastima e magua dos que bem entendiam a graveza do feito, que não houve pessoa que o não reprovasse, e esperasse um rigoroso e exemplar castigo para reformação de semelhantes delictos." Faria e Souza atribui a execução da injúria ao engenheiro francês(?) Sebastião Tibáo. Houve queixas a el-rei que mandou devassar do caso, mas ou a devassa não se tirou, ou não produziu resultado algum.

Ao tempo de Pirard (1607 a 1610) encontrava-se sôbre o arco dos vice-reis a estátua de Sta. Catarina no logar donde havia sido tirada a de Vasco da Gama.

Em 1609 o Senado da Câmara resolveu, em sessão de 9 de Dezembro, que se mandasse fazer um nicho mais alto para a imagem da Sta. Catarina, e fôsse colocada uma nova estátua do primeiro conde da Vidigueira (V. da Gama) no logar onde estivera a primitiva. A inauguração parece que se realizou alguns anos mais tarde, no segundo govêrno de D. Francisco da Gama (1622 a 1627). É a estátua que ainda hoje existe solitária entre tristes ruínas e sombrios palmares. A' direita de quem entra na cidade por esta porta extendia-se outrora a *Ribeira das galés*, de que já falamos ficando perto o *cais de Sta. Catarina* ou *do arcebispo*, contíguo a uma pequena praça, destinada ao *Bazar de peixe* ; e à esquerda outra praça, mais vasta, medindo, mais ou menos, 700 passos de comprido e 200 de largo, chamada *o Terreiro*, que servia geralmente para o acesso de todos os navios de mercadores indianos. No seu extremo oriental se admirava

o formoso edifício da alfândega (*Mandvi*), que tinha, segundo Pirard, o feitio da *Praça Real* de Paris, banhado ao éste por um pequeno esteiro, que na enchente da maré lhe trazia mais perto as embarcações de carga. Na alfândega, além de se pagarem os direitos, se depositavam e vendiam a grosso todas as espécies de grão ([1]). A alfândega foi transferida para Pangim em 1811 no govêrno do conde de Sarzedas, sendo construído um edifício apropriado.

Doutra banda do esteiro, que chegava até a cêrca de S. Caetano e era cortado por algumas pontes, se dilatava o *Bazar grande*, onde todos os dias havia mercado bem provido e concorrido ; e ao sul, pouco distantes do Bazar e da Alfândega, se encontravam os armazêns denominados *Bangçal*, divididos em duas vastas casas térreas, que corriam paralelas de norte a sul e para onde se descarregavam as madeiras e mercadorias que não fôssem comestíveis, ficando ao lado a casa do *Pêso*, onde eram pesadas as que o deviam ser. Na proximidade demoravam os aposentos dos oficiais e rendeiros ([2]). Hoje nem as ruínas dêsses edifícios se encontram e o terreno é um denso palmar.

A Fortificação da Cidade de Goa

Depois da conquista de Goa, Albuquerque deu-se ao cuidado de reparar e aumentar as fortificações da cidade: mas, como logo daí a 50 anos a população se estendesse para fora do recinto, vieram ordens do go-

---

(1) Viagem de F. Pyrard, tomo 2.º, cap III.

(2) Vide Cunha Rivara, *Fragmentos historicos* publicados nc jornal *A Imprensa* n.ºs 13, 18 e 19 transcritos no *Boletim oficial* n.ºs 99, 100, 101 e 102 de 1897.

vêrno central ao vice-rei D. Antão de Noronha para ampliar a fortaleza.

Em 1566 o vice-rei começou a construir, na margem oriental da ilha, essa fortaleza, que foi continuada e concluída pelos seus sucessores. A muralha partia do passo de Daugim ao nordeste da cidade, onde existia um baluarte com uma couraça provida de quatro peças de artelharia, e prolongando-se com baluartes, revelins, e nos sítios mais acessíveis à incursão marítima, couraças artilhadas, até ao passo sêco de S. Brás, se ligava à uma velha fortaleza maometana, que havia sido reconstruída pelos portugueses em 1697; dali corria flanqueada do mesmo modo até à fortaleza de S. Tiago de Banastarim, onde o comandante da tropa, que guardava a porta, tinha uma bela habitação sòlidamente construída sôbre a própria muralha, que neste logar era muito alta, formando uma espécie de basteão ou antes um cavaleiro onde se encontrava uma bateria mais desenvolvida; prosseguindo, tomava a direcção meridional até ao forte do Mangueiral, na aldeia de Corlim (fronteiro à passagem de Cundaim) que tinha uma grande couraça com tercena para assistir uma companhia durante o inverno; desta couraça proseguia a cortina até ao passo de S. João Batista de Carambolim; e dêste ponto tomava volta pelo oiteiro ao oeste da cidade, até às portas de Moulá [1], ao sul do convento de S. Agostinho, protegidas por um baluarte guarnecido de peças; e terminava ou ficava por terminar na proximidade da casa da pólvora, em Panelim, onde à pouca distância existia um gran-

---

[1] Moulá é o nome comum de uma aldeia, e do seu oiteiro, hoje deserto. A sua igreja era dedicada a N. Sra. do Loreto. As portas eram notáveis por terem uma alta cruz de pedra preta.

de arco sôbre a estrada pública, e se levantava uma bateria para a defesa marítima e terrestre.

A fortificação portanto incluia, além da área da cidade e seus arrabaldes, algumas paróquias rurais e aldeias, como a de S. José, de Daugim, S. Brás, S. Tiago, Carambolim, S. Simão, Azossim e Corlim, que nunca fizeram parte da cidade. O muro tinha de largura 7 palmos de marca e de comprido mais ou menos 3 léguas (²). As portas, que esta fortaleza tinha em diversos pontos eram guardadas por sentinelas dia e noite e se denominavam *passos*, porque se passava por aí ao território maometano na terra firme. Destas portas as três principais correspondiam às três primeiras fortalezas acima mencionadas; o *passo* de Daugim ao nordeste da ilha; o *passo sêco* ou váu de S. Brás pelo oriente; e o *passo* de Banastarim ao sueste, que era o mais freqüentado pelo povo e por onde se transportavam os artigos de consumo diário da terra firme para a cidade. Todo o indivíduo que passasse por essas portas pagava um tributo de dois *bazarucos* e recebia uma marca (*sopó*) no braço como sinal de pagamento. Desta maneira além de se certificar o exacto número dos que entravam e saíam, evitava-se a fuga dos escravos, ladrões e outros criminosos.

Como suplemento desta fortificação existiam destacados, à distância de milha e meia da muralha, ao sueste, o forte de N. Senhora do Amparo, de Mandur, construído pelo conde da Ega, e o forte de S. Lourenço de Agaçaim, que era um dos mais antigos; os quais protegiam a ilha, na sua parte mais vulnerável, da campanha fronteira das terras de Pondá e serviam de piquete avançado para obstar a tentativa do des-

---

(¹) *Instr. do Marques de Alorna*, 1.ª parte, pag. 65.

embarque do inimigo [1].

Hoje vêm-se ruínas em diversos pontos.

O Arco de Nossa Senhora da Conceição [2] e as Fôrcas.

A' ilharga da igreja de S. Caetano, ao sul, ergue-se um grande portão de alvenaria, denominado *Arco de Nossa Sra. da Conceição*, sôbre a rua que vai descendo do Terreiro do Paço com suave declive para a antiga praça do Mandovi. E' bem proporcionado o portal, mas menos elevado e mais singelo que o arco dos vice-reis, e olha para o este. O seu frontão tem um grande nicho, que encerra a imagem de N. Sra. da Conceição. Era também conhecido com o nome de *porta da despedida dos justiçados*, porque ali o criminoso que ia subir ao patíbulo, segundo dizem, se encomendava pela última vez à N. Senhora, diante dessa imagem.

O certo é que à pequena distância do arco se achava construída de pedra uma das fôrcas da cidade na aludida praça do Mandovi, que era um largo, compreendido entre a alfândega ao norte, a rua pública que corria para Santa Lusia a este, vários edifícios ao sul e as casas do *Terreiro dos mantimentos* ou posteriormente a cêrca do convento de S. Caetano ao oeste [3].

---

[1] Vid. *Intrução do Marquês de Alorna*, pag. 66.
Annais Marit. e Col., vol. 2.°, pag. 105.
Promp. das definições Ind. por pe. L. Pais, pag. 131, *Bosq. das Posses. Port.*, por Celestino Soares, vol. 1.°, pag. 32.
Bosq. hist. de Goa, por Cottineau, trad. pag. 18.—*A India em 1623* e *1624*, por I. Gracías, pag. 41.

[2] *Bol. do Gov.* de 1859, pag. 654.

[3] *Conjuração de 1787* por C. Rivara, pag. 33.

E' nêste patíbulo, chamado *fôrca do bazar*, que, em 12 de Outubro de 1635, amanheceu enforcada uma estátua, tendo o rótulo do conde de Linhares, com epitáfios infames ; e é também neste sítio que, em 13 de Dezembro de 1788, se efectuou a execução dos que foram julgados réus da tentativa da conjuração de 1787; armando-se nesta ocasião mais duas fôrcas provavelmente de madeira a par da antiga de pedra.

A praça é hoje um palmar particular com o nome de *Govachém bhatta* (palmar da fôrca), onde ainda em 1875 se encontravam, diz Cunha Rivara, alguns vestígios dos pilares da fôrca já demolida.

Além desta fôrca havia na cidade outra, provavelmente mais antiga, também construída de pedra, chamada da *Nossa Senhora da Luz*, atrás da igreja desta invocação, e cujas ruínas existem. O compromisso da Misericórdia refere-se sómente a esta fôrca. Voltando ao arco de N. S. da Conceição, ocorre preguntar qual teria sido a sua origem. Não se encontram documentos que nos respondam; mas muito provávelmente o arco é uma das portas interiores, que o governador António Pais de Sande mandou construir nas ruas em 1679, cercando o coração da cidade com um muro, como último ponto de defesa, caso o inimigo escalasse as muralhas.

Parece que é a esta porta que alude Filipe Neri Xavier com as palavras—*Destas* (portas interiores) *existe apenas uma* = ; pois ao tempo em que êste laborioso investigador escrevia (1856), não existia outra no interior da cidade (1).

Não é *esta porta uma das quatro* da *primitiva cidade de Goa*, como alguém afirmou, certamente por en-

---

(1) *Instr. do Marquês de Alorna*, 1.ª parte, pag. 66 nota. *Bosq. das Poss. Portug.* por Celestino Soares, vol. 1.º, pag. 82.

gano de informação; pois as quatro portas que tinha a fortaleza de Adil-Khan, eram a do Cais, hoje o *Arco dos Vice-Reis*; a da *Ribeira*, por onde entrou Afonso de Albuquerque, hoje capela de Santa Catarina; a dos *Bacais*, de que temos falado no vol. 1.º, pag. 23 e neste a pag. 145; e a do *Mandvi* ou Alfândega, que além de demorar muito afastada do sítio do aludido Arco, era, como diz Gaspar Correia, *pequena como postigo donde sendo enxotados os mouros os nossos a atupiram com muita pedra* (1).

Praças do Pelourinho velho e do Pelourinho novo

No centro da cidade, atrás da igreja do Bom Jesus, dilatava-se a praça do *Pelourinho Velho*, onde cruzavam 6 ou 7 ruas e estava construído o bazar em forma claustral, em que de dia se vendiam as frutas e toda a sorte de comestíveis, e de noite objectos furtados, que sendo vendidos por pouco prêço davam a êste negócio o nome de *baratilha*. Aqui se encontravam sentados todos os sangradores e barbeiros à espera dos fregueses.

Ao nordeste da praça existiam dois edifícios notáveis: o do tribunal da 1.ª instância e o da estação da polícia; e à pequena distância estava também o açougue (2).

Todos êstes edifícios desapareceram; e a praça, que ainda hoje conserva o nome de *Pelourinho*—porque antigamente estava ali levantado um pelourinho ou coluna para o castigo dos criminosos—acha-se com-

(1) *Lendas*, tomo 2.º, pag. 152 e 153.

(2) Pyrard, tomo 2.º, pag. 32 e 40.

plètamente mudada no seu aspecto, não tendo mais que duas ou três boticas bordando as ruas.

O *Pelourinho Novo* ainda se vê na base setentrional do monte da Cruz dos Milagres, no centro de uma pequena praça, donde partiam três amplas ruas todas calçadas de pedra. E' de granito pardo com uma argola de ferro. O povo chama-lhe *hat-katró* = lugar onde se cortam as mãos.

Ruas da Cidade

Muitas das ruas da cidade de Goa tiveram os nomes dos conventos e igrejas que lhes ficavam na proximidade. Além destas, os documentos do antigo arquivo da Câmara municipal citam as dos *Baneanes*, *Bazarinho*, *Carregados*, *Chapeleiros*, *Crucifixo*, *Galés*, *Guzerates*, *Ilhas de fogo*, *Judeus*, *Mão cortada*, *Ourives*, *Panos*, *Pelourinho*, *Ribeira dEl-rei*, *Surradores* e *Tres Boticas;* assim como os *becos do Bacharel* e de *Nuno da Cunha;* e os *terreiros dos Galos* e dos *Mantimentos*; o *Bazar Grande*, a *Praça de Pelourinho Velho*, o *campo de S. Lázaro*, etc. (1)

Mas a rua mais formosa e freqüentada da cidade era a *Rua Direita*, que, partindo do *Arco dos Vice-Reis* e deixando à direita os palácios da Inquisição e do Senado, terminava na *Misericórdia*, sendo bordada das tendas de lojistas ricos. Chamava-se também a *Rua dos leilões*, porque era ali que se faziam os leilões de vários objectos, incluindo os escravos, todos os dias, menos os domingos e dias santos, desde às 6 horas de manhã até ao meio dia, O prêço de cada escravo, que em 1592 andava por 75 pardáus ou xerafins, variava em 1610 entre 20 a 30 xerafins.

---

(1) Aragão, *Descripção geral*, vol. 3.º pag. 47.

CAPITULO XIV

Edifícios fora da ilha de Goa ou Tisvari

O Colégio dos Reis Magos

Incorporadas no Estado da India as províncias de Bardês e Salsete, foi confiada, em 1544 ou 1548, a sua conquista espiritual aos frades franciscanos da observância e aos jesuítas respectivamente.

Em 1550 o custódio fr. João Noé, entrando em Bardês com o mais ardente fervor apostólico, levantou o primeiro altar em Verém, na margem direita do Mandovi, e celebrou o santo sacrifício da missa, três anos antes que o jesuíta Pero Mascarenhas oferecesse outro igual em Cortalim pela conversão dos povos de Salsete. Fr. João erigiu no mesmo ano, sôbre as ruínas de um pagode, a primeira igreja da província, que foi dedicada aos Reis Magos. É ligado a esta igreja, ainda hoje bem conservada, que os franciscanos construíram, em 1555, um colégio de instrução aos catecúmenos e órfãos, que foi o seu primeiro estabelecimento do ensino de letras em Goa Mais tarde (1595-1597) o custódio fr. Jerónimo do Espírito Santo ampliou o edifício, acrescentando-lhe uma construção espaçosa, por forma que o colégio dos catecúmenos e estudantes ficasse separado do colégio dos frades, como se conhece dos documentos abaixo transcritos [1].

---

[1] = E asy me diz que o Commissario geral da Ordem de S. Francisco dá de cada vez novas mostras de sua virtude, religião e letras, e que tem montado muito no serviço de Deus com seu exemplo e vida, e que separou nas terras de Bardez o collegio dos catecumenos

Êste edifício, que tinha capacidade para acomodar 60 meninos educandos, foi denominado o *Seminário de S. Jerónimo*, em homenagem à sua capela desta invocação, passando provàvelmente os catecúmenos, antes de 1599, para o hospício de Guirim.

Havia neste colégio uma escola da língua concani para os que se preparavam a paroquiar em Bardês; mas esta escola funcionou com grandes intermitências, e o ensino, que ministrou, foi cada vez menos aproveitado ([1]). Professavam-se também ali um curso ([2]) da *sagrada Teologia* e outro de *filosofia* ([3]), freqüentados com aproveitamento por muitos filhos de Bardês, que depois coadjuvaram os seus mestres na propagação do cristianismo e enobreceram várias famílias cristãs dêste concelho.

Os colegiais, entre as suas várias diversões, desempenhavam, anualmente, com o maior entusiasmo o entremês da noute do Natal. Um dêstes entretenimen-

---

e dos orfãos do collegio dos frades, em que fizera grande obra .....e ao Arcebispo de Goa escrevo se informe se he conuiniente fazersse a tal separação, e achando que he necessaria, se ponha logo em ordem, separemsse os ditos colegios como o visorey aponta=C. R. de 8 de Janeiro de1598.

=A separação que Fr. Jerónimo do Espirito Santo sendo custodio...fez em Bardez do collegio dos meninos, é dentro do collegio dos frades, não havendo n'ellas outra differença mais que as casas, que se acrescentaram para gasalhado e estudo d'estes meninos, ficando porem separadas e fechadas em aposento particular=Carta do Vice-rei de 23 de Dezembro de 1599—ms. Bibl. Nac. Lisb. Vid. *O Ultramarino*, n.º 66, de 21 de Novembro de 1901, onde se encontram êstes documentos publicados pelo Sr. pe. Casimiro C. da Nazareth sob a epígrafe=Estabelecimentos de educação e ensino fundados em Goa pelo clero regular e secular=.

(1) *Ensaio Hist. da Lingua Concani* por Cunha Rivara.

(2) *Vergel de Plantas e Flores* por fr. João de Deus.

(3) O ofício do arcebispo D. Lourenço de S. Maria de 1748, ao vice-rei, transcrito em *O Ultramarino* de 18 de Abril de 1902.

tos, realizado em 1928, sendo reitor fr. Simão de Nazaré deu lugar, segundo refere um documento auténtico, a que o bispo de Cochim se queixasse à côrte de terem os actores falado na pessoa dêle bispo, dizendo que *crescera com os rubis que mandara ao reino*. Vieram ordens para averiguar o caso e castigar pelo Comissário Geral os culpados; mas o vice-rei, feito o inquérito, respondeu que S. M. *estava mal informado*, porque *no entremês não se falara em rubis nem diamantes* (¹). O certo é que as alusões e remoques eram as delícias do tempo e raro faltavam nas scenas burlescas.

O estabelecimento recebia, a princípio, ùnicamente o subsídio de 80 xerafins da Câmara Geral da província de Bardês e o rendimento dumas várzeas que o cardeal-rei doara à capela do S. Sacramento. Mais tarde, por C. R. de 23 de Novembro de 1627 foi-lhe consignada a ordinária de 250 xerafins anuais, para cêra e azeite da alâmpada do Santíssimo, e uma vaca por semana, pelo prêço, que então era, de 8 tangas, e, a título de sustentação dos meninos órfãos, a verba de 1.000 xerafins por ano.

Nêste colégio costumavam tomar posse os vice-reis e governadores da India desde 1597 até ao ano de 1793, e todos, salvas as excepções, ali se hospedavam por poucos dias, antes de assumirem o timão do govêrno e, depois de o terem largado, até embarcarem para Portugal; e por cada hospedagem a Provisão Reg. de 18 de Janeiro de 1702 mandava pagar aos franciscanos 500 xerafins. Dentre os vice-reis o primeiro que se alojou nos Reis Magos foi o conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, em 22 de Maio de

(¹) *O Ultramarino* n.º 69, de 1902.

1597 (1), e o último o conde do Rio Pardo, D. Diogo de Souza, em 1816. O vice-rei conde de O'bidos foi ali guardado prêso pelos sediciosos e remetido para o convento do Cabo.

Em 1873 a junta da Fazenda, não podendo acudir às reparações, como até então fazia, por serem agora muito despendiosas, mandou demolir o edifício, deixando uma parte, que actualmente serve de casa paroquial e de recordação de passada grandeza.

A sua igreja, hoje simplesmente paróquia, tem quatro altares e tinha primitivamente mais quatro capelas sendo duas no cruzeiro e duas na nave. No altar principal, que é dedicado aos Reis Magos e cujo retábulo é muito precioso, ergue-se um magestoso tabernáculo segurado pelos quatro evangelistas. Entre os epitáfios mais notáveis, que cobrem o seu pavimento, lê-se o de D. Luís de Ataíde; mas consta que, além dêste, foram sepultados nesta igreja os vice-reis D. Duarte de Menezes e o conde de Redondo. Debaixo da capela-mór existe um subterrâneo, que abre entrada pela cêrca da sacristia.

O frontispício da igreja, que é encimado por uma coroa com o brazão real em baixo, defronta com o formoso adro, para onde se sobe por uma larga e vistosa escadaria de 27 degráus. A festa dos Reis Magos em 6 de Janeiro, outrora tão ruidosa e quási oficial, ainda é concorrida principalmente por causa da feira, que se reúne na proximidade durante três dias.

Os zelosos missionários dêste colégio, penetrando,

---

(1) Antes da provisão régia aposentavam-se os vice-reis, como afirma Pyrard, na fortaleza ou palácio de Pangim, que tinha bons cómodos. Só o conde da Vidigueira e o vicerei Câmara Coutinho se hospedaram nos Reis Magos antes de 1702. Desde 1839 o barão do Candal e os seus sucessores tornaram a aposentar-se no palácio de Pangim.

como soldados de Deus e da pátria, pelas aldeias de Bardês com grande abnegação e catequizando os povos com admirável paciência e prudência, os reduziram ao cristianismo, baptisando-os solènemente no seu convento de S. Francisco, em Goa; e fundaram sucessivamente, em várias aldeias da província, à custa das esmolas e subsídio das comunidades, 24 igrejas ou reitorias, que são outros tantos monumentos do assinalado serviço que prestaram à religião e ao Estado. A província de Bardês nunca pode esquecer-se do benefício que recebeu dêsses nobilíssimos evangelizadores da civilização, os benditos missionários.

Corridos 50 anos, porém, quando o zêlo dos seus confrades sucessores se esfriou, teve origem uma longa controvérsia entre êstes e os arcebispos de Goa, a qual acabou finalmente por obrigar os franciscanos a sair das igrejas de Bardês. Diremo-la em duas palavras.

O concílio de Trento, realizado em 1563, havia proibido aos clérigos regulares serem párocos; mas, poucos anos depois, o papa Pio 5.º, atendendo à falta de sacerdotes seculares, dispensara, por seu breve de 23 de Março de 1567, o impedimento canónico, permitindo aos religiosos de qualquer ordem na India exercer as funções paroquiais, contanto que soubessem a língua do país.

Como em 1607 já não subsistisse a causa desta dispensa por haver suficiente número de clérigos seculares, naturais de Goa, o arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, invocando os cánones Tridentinos, começou a impugnar as nomeações feitas em regulares, pretendendo, nos termos da carta régia de 28 de Fevereiro de 1605, prover as igrejas em sacerdotes de sua nomeação e obediência; mas el-rei mandou que se não falasse mais nesta matéria.

Entretanto o descuido dos franciscanos pelo estudo

da língua da terra, absolutamente preciso para se comunicarem com os fregueses, tornava-se cada vez mais sensível; e os arcebispos, renovando mais tarde (1627 para diante) a sua pretenção, alegavam, além dos cánones de Trento, como um novo argumento contra os religiosos, a sua pouca ou nenhuma perícia na língua vernácula—condição indispensável para bem pastorear o rebanho, ainda exprèssamente exigida pelo próprio breve do papa.

Os franciscanos respondiam que tinham em Bardês três religiosos, mestres na língua, mais três prègadores e alguns confessores, os quais prestavam muito bons serviços à religião, como se provava pelos baptismos gerais feitos por sua via, cuja conta (um tanto exagerada) davam à côrte, acrescentando que os clérigos naturais não infundiam respeito, porque muitos dêles, sendo novos convertidos, tinham as orelhas furadas e procuravam adquirir fazenda para si e seus parentes.

Paralelamente às representações dos arcebispos, subiam as queixas da câmara geral ou agrária de Bardês, de que os frades não se importavam de estudar a língua vernácula, resultando daí grave prejuiso à administração das igrejas; e o govêrno da metrópole, sacundindo de tempo a tempo, o pêso da influência franciscana, ordenava (1628 a 1656) ora que se leccionasse sem interrupção no colégio dos Reis Magos essa língua a 20 religiosos que houvessem de assistir nas cristandades de Bardês, ora que fôssem êstes candidatos examinados e aprovados pelo arcebispo ou vice-rei ou pelos inquisidores; e o tal exame nunca se realizava, porque o prelado franciscano não consentia que os seus súbditos se sujeitassem às provas perante autoridades extranhas à sua Ordem. Veio ainda em 1731 uma nova resolução da côrte, mandando ao arcebispo que desse jurisdição aos religiosos, que

o prelado regular lhe propuzesse com certidão jurada de terem sido examinados e aprovados na sciência e na língua pelos examinadores que da mesma religião o arcebispo nomeasse; contudo a situação das igrejas não melhorou.

Assim durou esta contenda por um pouco mais de um século, não faltando vice-reis que apoiassem os frades, e entre êles o conde de Alvor, que para lhes agradar e evitar o incómodo de estudar, decretou, por alvará de 27 de Junho de 1684, o extermínio da língua da terra, ordenando que todos os naturais falassem o português, afim de se instruirem melhor nos mistérios da fé! Êste cerebrino alvará morreu logo por insustentável.

Finalmente a Câmara Geral de Bardês representou na moção de 1765, a S. M. contra o procedimento dos frades, como párocos, fazendo-lhes entre as acusações de *insolências, desaforos e injúrias*, com que ofendiam os fregueses, a de serem incapazes de paroquiar por *ignorarem totalmente a língua vernácula, que não aprendiam e por isso não confessavam nem prègavam*, administrando as igrejas pelos curas, que eram clérigos seculares nativos [1].

Sôbre esta queixa o govêrno da metrópole, em carta de 23 de Abril de 1766, recomendou ao arcebispo que desse todas as providências mais eficazes e oportunas para pôr em concurso as igrejas, umas após outras, preferindo para párocos os naturais da terra ou de fora que soubessem a língua, e que respondesse aos prelados religiosos com repulsas de facto e de direito, se assim fôsse preciso. Era então ministro del-rei o conde de Oeiras, depois marquês de Pombal.

---

(1) *Ensaio hist. da ling. conc.*, pag. 450 e seg.

Executando imediàtamente estas ordens, o arcebispo D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira conseguiu prover 19 paróquias de Bardês em clérigos seculares, conservando-se ainda os franciscanos em cinco igrejas a título de serem casas conventuais, que por doações ou legados pertenciam à Ordem e não ao Estado; as quais foram a dos Reis Magos, Penha de França, Pomburpá, Oxel e S. Lourenço de Linhares. Estas cinco igrejas, que os frades não haviam conseguido elevar à categoria de conventos, como pretendiam em 1650, não tardaram a passar para a jurisdição dos arcebispos. Assim terminou a controvérsia (1).

Convém dizer uma palavra sôbre estas cinco igrejas. A igreja de Penha de França foi primitivamente fundada por D. Ana de Azevedo, viúva de Cristóvão de Sousa, freira professa da *Terceira Ordem franciscana*, que, por seu testamento de 14 de Dezembro de 1629, a doou aos franciscanos, juntamente com um grande palmar, sito em Virlassa, e vários outros prédios para sustentar a igreja e outros encargos. Mas, depois de uns 26 anos, a igreja se arruinou e foi reconstruída desde os alicerces em 1655 pelo franciscano fr. Manoel de Sado, que, por êste serviço, foi nomeado pároco dela por 15 anos. A cópia do testamento está publicada no *Oriente Português*, vol. 5.° pag. 25 e seguintes.

A igreja de Pomburpá foi construída por D. Luísa da Madre de Deus—também freira professa da *Terceira Ordem franciscana*—e doada aos franciscanos por testamento de 21 de Dezembro de 1628, para instituir um colégio de catecúmenos, a quem se devia ministrar a instrução de *ler*, *escrever*, *contar e cantar e ou-*

(1) C. Rivara, *Ensaio hist. da Ling. Conc.*, pag. 410 e *seg.*

tros bons costumes. [1] Sôbre a igreja de Oxel não encontramos nada de importante, mas parece que havia sido doada aos frades.

A ermida de S. Lourenço, de Linhares, foi construida pelo vice-rei conde de Linhares à sua custa em 1633, e, três anos depois, doada aos fransciscanos por escritura; passou a ser paróquia em 1688, « e o seu pároco era também capelão da fortaleza, e tinha de côngrua 108 xerafins por ano, concedidos por despacho da Junta da Faz. de 9 de Setembro de 1777, a 9 xerafins por mês, como soldo de uma praça de pret.» [2] Antes da 1688 o capelão da fortaleza exercia as funções de pároco.

Colégio ou hospício do Monte de Guirim

No planalto do monte de Guirim (Bardês) sítio central desta província, saudável e pitoresco, construíram os franciscanos em 1596, uma ermida dedicada à N. Sra. de Saúde, com aposentos para a sua residência, sob o título de *Colégio Real de S. Jerónimo*, como consta de uma inscrição lapidar, que encimava, segun-

---

(1) A igreja de Pomburpá (escrevia o vice-rei marquês de Távora a S. M. em 18 de Janeiro de 1750) foi fundada no ano 1628, nas mesmas casas de Luiza de Madre de Deus, terceira da ordem franciscana, a qual fêz doação assim das casas em que vivia como de alguns bens, para instituir um colégio de catecúmenos, administrado pelos religiosos franciscanos; adjudicou ao dito colégio, para a sua sustentação um palmar, um arecal e algumas várzeas, o que tudo anda actualmente arrendado em 1400 pardáus que se dividem em quatro porções, uma para os catecúmenos colegiais, outra para a fábrica da capela, a terceira para o beneficio dos palmares e arecais e outra para o sustento do reitor......Vid. *Estabelecimentos de educação* por pe. Casimiro C. de Nazaré, em *O Ultramarino* de 21 de Janeiro de 1902.

(2) *Bosquejo hist. das com.*, parte 2.ª, pag. 149.

do nos informaram, o portal da ermida, quando em 1863 foi demolido para ser ampliado o templo [1].

Êste edifício foi logo destinado à casa de catecúmenos sôb a nova denominação de *hospício*, recebendo o Pai dos cristãos um subsídio anual, que a Fazenda pagava directamente ao convento de S. Francisco de Assis, da Velha Cidade, nos termos da verba consignada desde 1598 no capítulo eclesiástico do cadastro das despesas; a qual dizia literalmente = Ao convento de S. Francisco desta cidade para assistir com a côngrua anual ao Pai dos cristãos da província de Bardês, assistente no hospicio do monte de Guirim, 666 xerafins, 3 tangas e 20 reis =.

A casa primitiva, sòlidamente construída, que existia em 1868, limitava-se à referida ermida rectangular, abobadada e com frontispício para o oeste, tendo de ambos os lados duas estreitas celas também ababedadas, e pela retaguarda um corredor, que comunicava com as celas. E' possivel que tivesse desaparecido algum compartimento, agasalho dos catecúmenos.

Com a extinção das ordens religiosas o antigo hospício do monte passou para o domínio e posse da comunidade agrícola de Guirim, que procurou da forma possivel a sua conservação. Fora do edifício existia no planalto, ao sul, uma cisterna arruinada e ao norte existe ainda um profundo pôço circular, ao sopé da colina, provàvelmente aberto pelos frades.

Corridos anos, o benemérito e abnegado sacerdote Francisco Luís Gonzaga de Ataíde, natural da freguesia do Salvador do Mundo, consagrando à educação da mocidade o seu pequeno património e ajudado por importantes subscrições particulares e das comunida-

---

(1) Em 1868 via-se a pedra apeada na esquina exterior da capela.

des agrícolas, acrescentou em 1868 à capela, que ampliou demolindo o frontispício, dois compartimentos laterais para aulas, e ao este levantou um edifício sobradado em forma de um ângulo saliente, compreendendo dois dormitórios com uma dúzia de celas e um refeitório no rés-do-chão; e abriu ali um colégio de estudos secundários, que chegou a ser freqùentado por 700 a 800 alunos, principalmente em 1871, em que, por portaria de 12 de Agosto, foram, por falta de edifício, transferidas de Mapuçá para êsse estabelecimento duas das escolas oficiais (de francês e inglês) e as duas eclesiásticas. Antes disto leccionavam-se nêste colégio todas as disciplinas que constituiam o curso do antigo liceu nacional, menos o francês e o marata ; e fóra dêsse curso havia ainda a cadeira de matemática, regida pelo distinto matemático padre Eustáquio Brás Gomes, de saudosas recordações.

Voltando as escolas oficiais e eclesiásticas para a vila em 1872 em obediência à nova portaria e concorrendo várias outras causas, decresceu o colégio ; e o padre Ataíde passou a servir de missionário em Mazagão, onde faleceu em 1881. O novo edifício, que se não recomendava pela solidês, abateu quási todo. Na sacristia da capela se encontrava a pedra preta, hoje embútida na parede, onde se lê a seguinte inscrição à que nos referimos :

COLEGIO REAL

DE S. JERONIMO

FTO. NO ANO 1596

O decreto de 11 de Agosto de 1881, que criava dois seminários-liceus em Goa, mandava estabelecer um dêles no edifício do seminário de Rachol, que extinguia, e o outro em Guirim, quando fôsse concluído o

edifício mandado levantar pelo pe. Francisco de Ataíde. A idea desta reforma partira do saudoso arcebispo Ornelas ; mas o decreto não se executou.

Para perpetuar a memória de quem prestou relevantes serviços à instrução pública foi fundada em 1883, na vila de Mapuçá a *Bibliotéca Ataíde*, pela gratidão dos povos de Bardês e pelos generosos esforços do presidente da Relação de Nova Goa, Joaquim José Borges de Azevedo Enes, ao tempo juiz de Bardês.

Hospício de Valverde

Em Betim, da freguezia dos Reis-magos (Bardês) ao oeste de um vale ameno, pitoresco e de agradável sombra, denominado *Valverde*, lugar célebre pela produção dos melhores ananazes de Goa, Baltazar de Sá (1) fundou, pelo 3.° quartel do século XVI, um hospício, que doou com alguns bens aos franciscanos, com o encargo de celebrarem certo número de missas.

Os bens crescidos com as doações posteriores rendiam em 1779 trezentos xerafins anuais.

Desde que foi aceita a doação, assistiam no hospício os religiosos de S. Francisco em número indispensável para acudir às necessidades do estabelecimento. Consta que em 1765 residia ali fr. Alexandre do Bom Sucesso, como capelão, e mais tarde (1779) dois franciscanos serviam nesta casa; mas não administravam os seus bens, porque a lei orgânica da Ordem o proibia, reservando a administração ao síndico, que tinha o direito de receber por êste serviço o remanescente das rendas e uma escassa esmola. Pou-

(1) Vid. *Estabelecimentos de caridade fundados em Goa pelo clero Regular e Secular* por pe. C. C. da Nazaré, no *Ultramarino* de 21 de Novembro de 1902.

cos anos antes parece que se não observou êsse preceito, pelo que o arcebispo D. António da Neiva Brum, nomeado reformador da ordem franciscana, chamou a atenção do governador D. João José de Melo, por sua carta de 20 de Janeiro de 1772, para a incompatibilidade dessa adminstração com a regra dos frades.

Entre os que se hospedaram neste estabelecimento conta-se um refugiado de importância, cuja história desperta particular interesse. O capitão de mar e guerra, Caetano de Souza Pereira, natural de Val das Perdizes, comarca de Chaves, que, em general da província do Norte, prestara relevantes serviços na guerra, voltando para Goa, pobre e achacoso de muitas feridas recebidas no combate, promoveu uma sublevação militar em 1740. Preso, por isso, em ferros na fortaleza de Aguada, esperava ser condenado à pena capital. Os franciscanos, porém, que estavam de guarnição em Sinquerim, entenderam que o seu amigo Caetano Pereira ja havia resgatado a culpa pelos actos de bravura praticados em defêsa de Bassaim e, um belo dia como obra de caridade, lhe facilitaram, alta noite, a evasão e a travessia do rio a nado e com o auxílio de um cinto de côcos vãos (*vanzám*) o esconderam no hospício de Val-verde, donde o refugiado, depois de alguns dias, embarcou na esquadra inglesa com destino a Bombaim. O vice-rei conde de Sandomil averiguou o caso e, indignado, queixou-se dos frades a el-rei. Mas em Portugal parece que seguiram o mesmo critério franciscano ! pois, Caetano Pereira, depois de algum tempo, regressou à India e não consta ter sofrido qualquer penalidade (1).

Decorridos anos, quando ja não funcionava o hos-

(1) *Oriente Português* vol. 4.°, pag. 385.

pício, o arcebispo D. fr. Manoel de S. Catarina, nomeado também reformador da mesma Ordem, destinou, por decreto de 23 de Maio de 1874, o edifício de Valverde à casa de recreio dos religiosos de S. Francisco, determinando que no tempo de folgas se repartisse a comunidade em dois turnos, um dos quais acompanhasse o padre provincial e o outro o padre guardião; e que do hospício nunca saíssem sem companheiros nem os religiosos nem os estudantes. [1]

O edifício, segundo reza a tradição, era vasto e sobradado; e assim devia ser para acomodar um turno da numerosa comunidade franciscana, incluindo os estudantes, como mandava o citado decreto.

A sua capela era abobadada e dedicada à N. Sra. da Saúde, cuja festa se solenizava no mês de maio com grande concorrência dos habitantes dos Reis-Magos e das freguesias circunvizinhas, não faltando durante as novenas, umas ruidosas folias, chamadas *Ollis*, que eram feitas pelos negros serviçais de alguns fidalgos residentes em Betim.

No fundo do Valverde existe uma nascente de abundante água, que outrora abastecia o hospício e a povoação vizinha, e ainda em 1892 contribuiu para atenuar a escassês da água potável em Pangim ; hoje, porém, vai por entre a opulenta vegetação precipitar o seu veio no Mandovi .

Do hospício nem ruinas aparecem.

---

(1) *O Heraldo* de 17 de Junho de 1914. Devemos o obséquio destas informações ao Sr. Ricardo Micael Teles.

CAPITULO XVI

Casa dos Catecúmenos e o subsídio aos neófitos

No logar denominado *Betim o grande*, ao sul de Bardès e sôbre a margem direita do Mandovi, existia um vistoso edifício de dois pavimentos, formando um cláustro de pequenas dimensões e com uma fileira de janelas debruçadas sôbre o rio. Era a antiga casa da *Procuratura das Missões do Malabar*, pertencente aos jesuítas, onde mais tarde se instalaram os catecúmenos, pelo que teve o nome de *Casa dos Ccatecúmenos.* Vejamos a sua evolução.

O instituto dos catecúmenos, fundado por padre Gaspar Barzeu em 1553, como está dito à pag. 50, havendo sido anexado ao colégio de S. Paulo o velho, por decretos de 23 de Março de 1559 e de 3 de Abril de 1583, apareceu com vida mais animada, tendo, sob a regência do *Pai dos cristãos*, em regra 100 catecúmenos, que eram ali instruídos, sustentados e vestidos, até que recebessem o batismo. Todos os dias se ministrava êste sacramento em particular ; mas a solenidade anual, em que eram batizados milhares dèles com a assistência do vice-rei e da nobreza da cidade, era a festa da conversão de S. Paulo, em 25 de Janeiro.

Vários privilégios, isenções e fóros concedidos pelos decretos e alvarás régios aos novos convertidos, conjugados com os relevantes serviços prestados pelos jesuítas e os alunos do seminário de Santa Fé e do colégio de S. Paulo, contribuíram para o mais rápido desenvolvimento dêste instituto.

Os bens que constituiam o património e dotação dos catecúmenos, eram o produto das esmolas e doações feitas a favor dêstes, tanto pelos neófitos ricos e po-

derosos, como pelos fidalgos portugueses, que os levavam à pia batismal; pois, os padres da companhia tinham o cuidado de procurar para padrinhos pessoas abastadas que beneficiassem os afilhados. Acresce a isto, que sendo a instituição, pelas referidas disposições régias, isenta do pagamento dos dízimos, direitos de alfândega e outros impostos, avultavam estas economias para se poderem adquirir novos prédios.

Os jesuítas administravam com tanto desvêlo esses bens, que, feitas as despêsas da casa pelos seus rendimentos, aumentavam considerávelmente o fundo.

Por alvará de 25 de Janeiro de 1571 se mandaram dar aos catecúmenos, à custa da Fazenda, vestidos para o dia do seu batismo; os quais o vice-rei conde da Vidigueira, autorizado por C. R. de 1 de Março de 1597, taxou na quantia anual de 2 mil xerafins; dos quais êste instituto recebia 1333, 1 tanga e 40 réis, sendo aplicados os restantes 666 xerafins, 3 tangas e 20 réis ao hospício do monte de Guirim, que era a casa de catecúmenos a cargo dos franciscanos. Esta verba foi mais tarde reduzida a 1200 xerafins, abonando-se ao Pai dos cristãos fora dela o vencimento de 1140 xerafins.

Parece que nos fins do século XVI o estabelecimento, ameaçado pela epidemia que lavrava na cidade, ou por qualquer outra dificuldade, se tinha mudado para um edifício junto à igreja de Bom Jesus, onde ficou por alguns anos ; pois Pyrard o viu (1608-1611) neste logar e ainda assistiu a um numeroso e solenissimo cortêjo em forma de procissão de quási 1500 catecúmenos, que, saindo do Bom Jesus, onde residia o Pai dos cristãos, se dirigiram em duas alas, todos vestidos de branco e cada um com um ramo na mão, à igreja de S. Paulo, o Velho num dia da festa da conversão dêsse apóstolo, para serem batizados. Voltando para o colegio de S. Paulo provàvelmente em

1614 depois da transferência dos estudos para o monte do Rosário, o instituto passou em 1722, por causa da insalubridade do sítio, para umas casas pouco afastadas, que o padre João Batista, Pai dos cristãos, comprou com autorização do govêrno superior, por 1850 xerafins, importância tirada ao fundo da própria instituição. Nestas casas houve em 1753 um pavoroso incêndio, que consumiu, entre outras cousas, muitos documentos importantes.

Volvidos anos, invadindo a epidemia ainda êste sítio, fêz-se a catequese por algum tempo numa *acomodação particular*, em Ribandar, até que em 25 de Agosto de 1762, dois anos depois da expulsão dos jesuítas, foi transferido o instituto para Betim o grande, povoação então florescente na margem direita do Mandovi, sendo comprado para a sua instalação, por 40 mil xerafins, por ordem do conde da Ega (1), a antiga casa da *Procuratura* com o seu vasto palmar contíguo, os quais, sendo confiscados, haviam sido já vendidos pelo Estado.

A administração do estabelecimento, expulsos os jesuítas, ficou confiada à Junta da Fazenda, nomeando o govêrno provincial um eclesiástico regular ou secular para o cargo de Pai dos cristãos, que, além de vigiar o ensino doutrinal, devia cobrar as rendas da casa, despender o preciso e prestar contas. Os bens próprios desta casa, que estavam situados em diversos pontos da Velha Cidade, e nas aldeias de Gancim, (Ilhas), Oxel, Betim e Camorlim, de Bardês, produziam, incluindo as tangas brancas e barganis da aldeia Pale de Salsete, 1721 xerafins por ano (2). Os empregados do estabelecimento, conservados pela C. R. de

(1) *Annais marit e col.*, vol 5.º, pag. 300 e seguintes.

(2) Cit. *Annaes maritimos.*

9 de Abril de 1784, eram o Pai dos cristãos, o capelão, o sacristão, um escriturário e alguns serventes.

Pelo tempo, tornando-se inútil êste instituto, porque já não vinham para êle os convertidos, o conde das Antas o deu por extinto por port. de 30 de Novembro de 1842, encorporando todos os seus bens nos da corôa e suprimindo os seus empregos, menos o de sacristão da capela, que teve o encargo de velar pela conservação e asseio do templo.

A sua capela, que ficava ao norte do edifício e olhava para o este, fôra instituída por um francês, que vivia além dos Gates, e era suficientemente espaçosa, abobadada e dedicada à N. S. da Vitória, com dois altares colaterais da invocação de S. Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier. Possuia bens próprios, doados especialmente à capela e situados em Pangim, Aldoná, Nachinolá, Tivim e Marna, que rendiam 1499 xerafins anuais. Êstes bens, considerados como do confisco feito aos jesuítas, foram, também, relacionados nos da Fazenda, a qual, desde então, contribuía 50 xerafins para a festa do orago.

Extinto o instituto, esteve o edifício por muitos anos em pé, continuando a residir ali o que fôra o último Pai dos cristãos, Fr. Joaquim de S. Rita Botelho, capuchinho, depois bispo eleito de Cochim; o qual, desde 9 de Maio de 1851 até 8 de Fevereiro de 1859, em que faleceu nesta residência, foi governador e vigário capitular da arquidiocese de Goa.

Abandonado por malsão, começou êste edifício a arruinar-se e tendo ainda servido em 1878 de estanco de sal e de depósito de carvão para as lanchas da navegação fluvial, foi finalmente vendido em 1900, havendo sido prèviamente transladados para a capela do Hospital Militar a imagem da Nossa Sra. da Vitória e um retábulo, e para a igreja de Pangim algumas imagens e duas pias de água benta, feitas de

mármore, em concha. Ainda há pouco restava um muro, com grade de pedra, semi-derruído, fechando uma estância particular de madeiras de construção. Hoje não há vestígios.

Neófitos

Os novos convertidos, que depois de doutrinados e baptizados saíam da casa dos catecúmenos e não tinham meios de subsistência, recebiam uma pensão vitalícia ; e a êsse fim havia sido destinado pelos jesuítas o rendimento de certos bens. Depois da proscrição dêstes padres, a Fazenda continuou, por algum tempo, a pagar estas pensões pela folha dos novos convertidos ; mas, desde 3 de Março de 1778, determinou abonar 6 xerafins por mês a cada neófito, tendo-se atenção às qualidades dos que fôssem dignos de maior vencimento. Além disto, o Pai dos cristãos tinha por dever procurar casas de famílias honestas, onde vivessem as novas convertidas até casarem. Alguns neófitos melhoravam a sua condição, empregando-se em vários misteres. Por decreto de 30 de Abril de 1874 foi proibido dar subsídio aos novos convertidos (1).

Seminário de Chorão

Em 1558 D. João Nunes Barreto, patriarca de Etiópia e 1.º bispo da ordem dos Jesuítas, não podendo entrar na sua diocese, veiu a Goa, exerceu aqui as funções episcopais *sede vacante* e, tendo fixado a sua residência na ilha de Chorão com imenso proveito para o cristianismo que semeou, fundou

(1) *Annaes maritimos e col.*, vol. 5.º, pag. 305.

sôbre a encosta ocidental da colina uma casa da sua ordem, modesta e térrea, que por vezes lhe serviu de retiro. Parece que é neste edifício que se achava instalada uma escola, criada em 1559 por iniciativa do bispo, onde se ensinava a ler, escrever e a doutrina cristã a 400 meninos e de que falam documentos da época [1].

Volvido pouco mais de meio século, os jesuítas ampliaram soberbamente a construção, transferindo para ela o noviciado, que, depois de ter passado de S. Paulo o velho para o novo e vice-versa, se encontrava finalmente na ilha de Zuari (em Goa Velha). Em Chorão permaneceu o noviciado, enchendo de benefícios civilizadores a ilha, até a extinção da companhia, que teve lugar em Goa em 1759. Neste noviciado professara Fernão Mendes Pinto depois das suas *Peregrinações*.

Aproveitando o edifício vago, o govêrno o destinou em 1671 a um dos três seminários, que então foram criados.

O seminário de Chorão era, pois, uma casa formosa e suficientemente espaçosa, coroada por uma série de tectos acuminados, que cobriam cada pavilhão separadamente, como se usava no século XVII. O abade Cottineau, que o visitou em 1827, achou nele, visto de longe, uma verdadeira aparência de um scenário de Grécia. Uma elegante escadaria de cinco lanços de diverso feitio, e de curvas graciosas com o respectivo corrimão bem proporcionado, dava entrada para a portaria do seminário, que olhava para o sul e ostentava nas paredes interiores três grandes quadros: o céu, o purgatório e o inferno. Subindo ao andar superior encontrava-se à esquerda um longo corredor,

---

(1) vid. *O Ultramarino*, n.º 60-76 de 1901-1902.

que terminava por uma sala estreita, chamada *parla dos professores*, onde se via um primoroso frêsco, representando a agonia de S. Francisco Xavier. Cruzava com êste corredor um outro, cujo prolongamento à esquerda formava a capela da invocação de Santo Cristo—que tinha o altar com o retábulo pregado à parede do fundo—capela levantada sôbre a sacristia da igreja, e onde estava colocado um grande crucifixo, ficando à direita o dormitório com salas e aposentos do reitor e dos professores. Os outros dormitórios eram ocupados pelos alunos internos, sendo as janelas do andar superior guarnecidas de sacadas cobertas, que davam ao edifício um gracioso aspecto.

O andar térreo compreendia, entre outros compartimentos, um vasto refeitório, três aulas e a linda capela consagrada à N. Sra. do Patrocínio; e era destinado aos excercícios espirituais dos alunos internos ([1]). A capela era precedida de um largo alpendre abobadado sôbre três grandes arcos paralelos, suportados cada um por uma coluna e possuía um altar notável pelo rico retábulo primorosamente trabalhado com relêvos e rendilhados de fino gôsto artístico ([2]).

Debaixo dêste altar ficaram por algum tempo as relíquias dos mártires de Cuncolim, trasladadas da capela do seminário de Santa Fé, demolida em 1762, as quais foram depois recolhidas à Sé e remetidas para Roma à requisição da sagrada Congregação dos Ritos, quando se tratou de beatificar os que haviam padecido pela propagação da fé em Cuncolim.

O claustro todo, que teria pouco mais de 65 celas,

([1]) *Gabinete lit.*, vol. 2.º, pag. 86.

([2]) Vid. *O Indispensável*, serie 5.ª, pag. 211 e 253.

era decorado com vários quadros religiosos, representando uma série dêles a Virgem Maria sob os títulos que lhe dá a ladainha lauretana.

A sua igreja, que ficava ao oeste do seminário e olhava para o sul, era pequena com relevos doirados no fôrro do tecto e possuía sómente três altares, sendo o principal dedicado à Assunção da N. Senhora; e dos colaterais, o da direita a S. Luís de Gonzaga e o da esquerda à N. Sra. da Boa Morte. Foi, conforme o *Oriente Conquistado*, a primitiva igreja da freguezia da Graça, a qual mudou a sua invocação, ao que parece, por ocasião do estabelecimento do noviciado, sendo então construída outra do mesmo título na proximidade, que se conservou até 1859, em que foi edificada a actual em sítio um tanto apartado.

Solenizava-se na igreja do seminário um tríduo com grande esplendor, por ocasião das festas da Boa Morte, no dia 14 de Agosto, da Assunção de Nossa Senhora, em 15 e de S. Luís de Gonzaga, em 16 dêsse mês.

A fachada da igreja, que tinha apenas uma porta e duas janelas laterais, correspondendo a estas aberturas três janelas na parte superior, defrontava com o adro e escadaria própria com o cruzeiro no primeiro patamar.

No alto da sua única tôrre, apertada entre o frontispício e o colégio, funcionava um grande relógio, que tinha mostrador e cujas horas, batidas num sino grande e bastante sonoro, se ouviam ainda pelas aldeias circunvizinhas.

A direcção dos estudos do seminário, apenas estabelecido, foi confiada aos congregados de S. Filipe Neri, havendo sido nomeados reitor e vice-reitor os frades dominicanos, Fr. Belchior António Cabeças e Fr. Francisco Xavier, até 1779, em que passou para os congregados de S. Vicente de Paula, que vieram

à India por ordem de D. Maria 1.ª; mas, expulsos êstes por causa de um conflito com o govêrno, voltou para os de S. Filipe Neri, sendo o primeiro reitor congregado o padre Nicolau Francisco de Abreu, natural de Anjuna (Bardês).

Extintas as ordens religiosas, foi o estabelecimento sujeito no seu regime e direcção ao arcebispo primaz e no administrativo à Junta da Fazenda. As disciplinas, que ali se leccionavam, eram a língua latina sem determinação de tempo, a filosofia racional e moral em um ano e a teologia dogmática e moral em três anos, ministrando-se também em dias feriados lições da Bíblia, teoria e prática do canto gregoriano e cerimónias da igreja. A êste programa foi acrescentado, pelo regulamento dado pelo arcebispo S. Galdino, o estudo da gramática portuguesa e dos elementos de retórica, geometria e física. Depois da morte dêste arcebispo, o governador conde das Antas procurou, com o auxílio duma comissão, reorganizar os seminários de Goa, mas o plano que mandara pôr em execução por port. de 17 de Março, de 1843, não foi aprovado pelo govêrno superior. O arcebispo Silva Tôrres empregou o melhor dos seus esforços para levantar o nível da instrução clerical e não podendo conseguir os meios para ampliar o quadro dos professores, que eram só três, além do reitor, determinou que provisòriamente o professor de latim, fora das horas desta disciplina, explicasse aos alunos em anos revezados os elementos de retórica e os de história geral e pátria; o de filosofia leccionase num ano esta disciplina e noutro os elementos de geografia e matemática, e o de teologia, além das matérias do programa em vigor, desse no primeiro ano história eclesiástica, no segundo o direito canónico e no terceiro a hermenêutica sagrada; e organizou uma biblioteca com as melhores obras de sciências teológicas e outras disciplinas,

a qual devia ficar a cargo do professor substituto das aulas.

Êste seminário contava numerosa concorrência de alunos, principalmente das Ilhas e Bardês, dos quais 19 eram sustentados por conta do Estado e se destinavam ao serviço das missões ; os outros internos, em número indeterminado, pagavam a mensalidade e os externos freqùentavam as aulas gratuitamente. Além do pessoal dirigente havia ali 4 empregados : um médico, um porteiro, um sacristão e um dispenseiro.

A consignação fixada pela Junta da Fazenda em 1781 era um pouco mais de 10 mil xerafins, inclusivamente as despesas das reparações, devendo o reitor conservar em cofre as sobras para as aplicar aos concertos extraordinários e prestar contas.

Pelo decurso do tempo a epidemia devastou a ilha de Chorão, e acrescendo à insalubridade do sítio o receio do desabamento do edifício do seminário, cujas reparações demandavam despesas enormes, como se disse, o conde de Torres Novas, por port. de 28 de Maio de 1859, confirmada pelo govêrno superior, transferiu todo o pessoal do estabelecimento para o colégio de Rachol (Salsete), que, não obstante estar situado numa praça despovoada pela epidemia, era considerado relativamente sadio, mandando por novo despacho, e mesmo antes de ser confirmado o primeiro, estabelecer na vila de Mapuçá, a pedido dos habitantes de Bardês, duas aulas de estudos eclesiásticos, onde se leccionassem a filosofia, com os elementos de matemática, e a teologia dogmática com a moral, das quais foram encarregados dois professores do seminário encerrado, o padre Rodrigo Inácio de Maria Mascarenhas e o padre Domingos José de Rafael Pinto, mais tarde pároco de Pangim e promotor do arcebispado, sendo incumbido o primeiro da superintendência dêsses estudos com o título de regente. Estas aulas, como

tinham ao lado as escolas oficiais de latim, francês e inglês, supriam de algum modo a falta do estabelecimento de Chorão. O último reitor dêste seminário foi o doutor António Filipe Lourenço, vigário geral desta arquidiocese, o qual passou depois a servir de professor em Rachol, fixando a sua residência em Margão, donde era natural.

Em 1863 o arcebispo Amorim Pessoa, sentindo necessidade urgente de reformar os estudos eclesiásticos, porque a organização decretada pelo antecessor não dera o resultado desejado, propôs ao govêrno provincial restabelecer no convento de S. Francisco de Assiz, da Velha Cidade, o seminário suprimido, mas a Junta de Saúde, que foi ouvida, declarou, após uma rigorosa inspecção sanitária que o local de S. Francisco era tanto ou mais epidémico que o de Chorão. Conseguintemente o prelado centralizou os estudos reorganizados no seminário de Rachol, para onde transferiu também os professores das aulas eclesiásticas de Mapuçá e proibiu o ensino das sciências teológicas fora dêste instituto, sendo contudo, depois de reclamações e insistente pedido dos povos de Bardês, criadas apenas duas escolas em Mapuçá, sob a direcção dos professores escolhidos em concurso documental o padre António Caetano do Rosário e Melo, depois cónego e vigário geral do patriarcado, e o padre Rafael Plácido Romão da Silva, que deviam leccionar, o primeiro a filosofia e matémática elementar, e o segundo a retórica e história geral em anos revezados, ficando estas aulas filiais ao seminário de Rachol.

O seminário *fechado com o pretêxto da insalubridade do sítio*, diz o arcebispo Ornelas, foi demolido, e vendidos os materiais, e *o produto líquido da venda não cobriu as despesas da demolição.* O sino grande da igreja, que é um dos maiores sinos de Goa, foi comprado em hasta pública em Janeiro de 1879 por

11 mil xerafins pela confraria de S. Lourenço de Agaçaim, das Ilhas, e o outro, pequeno, por três mil xerafins pela confraria de Mandur do mesmo concelho; o órgão e algumas imagens foram levadas para o seminário de Rachol, o trono para à exposição do SS. Sacramento e o púlpito passaram para a igreja do Socorro, a imagem de N. Sra. da Assunta e o retábulo da capela de N. Sra. do Patrocínio para a igreja de Saligão; e o arcaz, onde se arrecadavam os paramentos sagrados, para a capela do palácio do govêrno e dali para a de S. Sebastião, de Pangim. O arcaz é incrustado de ébano.

Na grande horta murada do seminário de Chorão, hoje propriedade particular, está ainda em pé a capela de S. Jerónimo, notável pela sua configuração de charola e elegante zimbório sustentado sôbre pilares de estilo grego com um alpendre e assentos de pedra por todo o circuito interior, a qual foi restaurada em 1901 à custa duma subscrição promovida pelo pároco da freguesia da Graça o padre José Filipe de Andrade, solenizando-se nesse ano com pompa a festa do patrono.

Seminário de Rachol

Dentro da antiga praça de Rachol (Salsete) e sôbre uma pequena eminência ergue-se um magestoso edifício outrora denominado o *colégio* dos padres da companhia de Jesus, depois o *Real Seminário* de Rachol e hoje o *Seminário patriarcal.*

Êste colégio foi em Salsete o centro das operações dos jesuítas, que propagaram ali o cristianismo e fundaram as igrejas, sendo removidas, com o auxílio do govêrno civil, as sérias dificuldades, que na sua missão apostólica encontravam da parte dos hindus da provincia obstinados e *firmes na sua crença.* Segundo

se lê no *Oriente conquistado* ([1]), o padre jesuíta Francisco Rodrigues, *o Manquinho*, obteve em 1566 um decreto do vice-rei proibindo a construção de novos pagodes e os concertos e reparações dos velhos. Os hindus, não podendo conseguir a revogação do decreto, foram transferindo para a terra firme (Novas Conquistas) os seus deuses dos templos que demandavam reparações. Em 1567 o capitão da fortaleza de Rachol, Diogo Rodrigues, *o do forte*, desobedecido pela comunidade de Loutulim na execução da lei, mandou lançar fogo ao pagode principal daquela aldeia; a comunidade recorreu aos tribunais da justiça e obteve sentença obrigando o capitão a reedificar o pagode incendiado. O capitão representou ao vice-rei, D. Antão de Noronha, que não só aprovou o procedimento do seu representante, mas ainda o autorizou a *queimar quantos pagodes pudesse, correndo o mais por conta dêle vice-rei.* Diogo Rodrigues destruiu 280 pagodes, principiando a destruição pelo de Mardol de Verná, que era o mais respeitado na província; e foi agraciado por el-rei D. Sebastião com uma parte dos bens dos mesmos pagodes ([2]).

Assim se facilitou a propagação do cristianismo em Salsete, mas faltava ainda a luz da instrução. Poucos anos depois (1574) os jesuítas, tendo obtido do

---

([1]) *Oriente conq.* C. 1, D. 1, § 16 e 17; *Bosq. hist.*, pag. 138.

([2]) « Estes bens finalmente passaram a Salvador Antão e dêle a S. Casa da Misericórdia que os possui » *Bosq. hist. das Com., pag.* 138. Na sepultura do referido capitão se lia até ao ano de 1697 o seguinte epitáfio:

Aqui Jaz Diogo Rodrigues o do Forte, Capitão desta Fortaleza, o qual derrubou os Pagodes destas terras: falleceu em 21 de Abril de 1577 annos.

mesmo monarca a doação dos bens dos pagodes demolidos ([1]), fundaram, na sua residência em Margão, à custa do seu rendimento, que importava em mil cruzados por ano, um estabelecimento de instrução com o nome do Colégio do *Espírito Santo*, pegado à igreja desta invocação ([2]). Os mouros, invadindo a província em 1579, incendiaram o colégio e as casas anexas, o que obrigou a transferência do instituto para a Residência da N. Sra. das Neves, situada na praça de Rachol, lugar melhor fortificado. De Rachol voltou o colégio para Margão, em obediência à ordem do visitador Nicolau Pimenta, por assim ser mais conveniente ao ministério eclesiástico ; mas não poude continuar a funcionar nesta aldeia ainda inquietada pelas freqùentes incursões do mouro e do marata. Conseguintemente os jesuítas principiaram, em 1 de Novembro de 1606, a construir em Rachol, segundo o risco traçado pelo reitor pe. Gaspar Soares, uma casa para o seu colégio, para onde se mudaram definitivamente em 1610.

Neste edifício, vastíssimo e sòlidamente construído em forma de claustro, instalaram um hospital, um seminário de meninos pobres, uma casa de catecúmenos, uma escola de instrução primária e doutrina cristã, uma outra de lingua concani e a classe de teologia moral. O colégio tinha também sua tipografia, donde

---

([1]) *Gabinete lit.* vol. 2.º, pag. 141.

([2]) A primeira igreja de Margão foi fundada em 1565 e, sendo incendiada no govêrno do vice-rei D. Luis de Ataíde, foi reedificada, *alguns passos afastada da primeira*, em 1589; e mais tarde ainda em 1645, derrubada a construção velha, se fêz a actual igreja, « toda de abóbada, muito clara e aprazível que é a maior e mais formosa de Salcete e pode competir no material com as boas de Europa e no formal com as melhores.» *Or. Conq.*, 2.ª parte, Conq. 1 div. 1.

saíram à luz o *Purana Cristão* e a *Arte da língua Canarim* do pe. Tomás Estêvão ([1]).

Expulsos os padres da companhia, foi estabelecido nêste edifício um dos três seminários criados pelo govêrno em 1761, sendo confiada a sua direcção aos padres da congregação do Oratório.

As disciplinas que então se leccionavam em todos os seminários de Goa e conseguintemente no de Rachol eram a língua latina sem tempo determinado, curso de filosofia um ano e o de teologia dogmática e moral três anos, dando-se nos dias feriados lições da Bíblia, canto eclesiástico e teoria e prática de ritos e cerimónias da igreja.

Êste seminário, destinado principalmente aos povos de Salsete e muito freqüentado, foi em 1774, por um assento da real junta de Fazenda, inesperadamente suprimido pelo princípio de economia; mas, sete anos depois, restabelecido por ordem da côrte de 19 de Março de 1781, foi entregue aos padres Vicentinhos e depois novamente aos congregados de S. Filipe Neri. O ensino continuou a ser ministrado pelos antigos programas, os quais foram, depois da extinção das ordens religiosas, reformados pelo arcebispo Silva Tôrres, havendo-lhes, no decorrer dos anos, sido acrescentadas as cadeiras de inglês e marata.

([1]) O padre Tomás Estêvão, jesuíta e reitor dêste colégio, imprimiu aqui o seu *Purana* em 1640, sendo impressa 14 anos depois a 3.ª edição no colégio de S. Paulo o novo.

Esse *Purana* é um auto em verso, escrito em língua marata com carateres romanos e tem por assunto *O antigo e o novo Testamento.* Foi acolhido êste poema com tanta popularidade e aplauso, que se lia ou cantava em muitas igrejas da India, e ainda hoje se canta, copiada em carateres maratas, nas igrejas do norte, em dias de quaresma, a parte relativa à paixão e morte do N. S. Jesus Cristo.

O arcebispo Amorim Pessoa, chegando à India em 1862, encontrou pois neste estabelecimento, além do ensino dessas duas línguas, os estudos organizados pela forma seguinte: língua latina sem determinação do tempo, filosofia racional e moral com a matemática elementar em curso revezado; principios de retórica com os de história também revezadamente bienal; e a teologia dogmática e moral leccionada por um só professor em três anos. Para a matrícula em teologia era obrigatória apenas a habilitação em latim e filosofia, sendo livres a freqüência e o exame das outras disciplinas.

Esta organização, executada sem o número suficiente de professores, sem método nem regularidade no leccionamento, não tinha sido muito profícua, nem o podia ser; pelo que o sábio prelado, procurando em 1863 levantar o nível da instrução eclesiástica em harmonia com as exigências do progresso social, reformou os estudos e os centralizou neste seminário, à cuja testa colocou, como reitor, o bacharel Joaquim Maria Leite, chantre da Sé e, ampliando o quadro dos professores, ordenou que todos os anos se lecionassem com o desenvolvimento preciso todas as disciplinas preparatórias acima mencionadas, exigindo para a matrícula no 1.° ano de teologia o curso secundário completo.

Criou, também, as cadeiras de história eclesiástica e de direito canónico, encorporando-as a primeira no 1.° ano e a segunda no 3.° e último de teologia, que três professores muito idóneos foram encarregados de reger.

A nova reforma bastante radical e várias outras medidas correlativas, decretadas pelo enérgico arcebispo, não sem padecer oposições e dissabores, como êle próprio o disse, e executadas com a maior solicitude, produziram resultados correspondentes às aspirações do espírito social da época, o que honra imen-

so a administração de Amorim Pessoa. Alguns anos depois, o arcebispo Ornelas já sentia a necessidade de melhorar a instrução clerical mas, quem o poude fazer foi o patriarca Valente.

Êste patriarca criou as cadeiras de francês e de princípios de física e química cujo adicionamento fôra lembrado pela port. ministerial de 16 de Maio de 1865 ; remodelou os programas de teologia, ampliando o seu curso em quatro anos, e acrescentou uma cadeira especial de liturgia e canto gregoriano, com o fim de manter a uniformidade nas cerimónias da igreja e na música coral.

O patriarca Valente obteve, também, as letras apostólicas de 27 de Maio de 1887, por virtude das quais se confere neste seminário o grau de bacharel em teologia ; às quais a portaria do ministério da Marinha e Ultramar de 15 de Janeiro de 1894 concedeu o beneplácito régio, declarando expressamente que *o aludido grau académico seria única e exclusivamente considerado como distinção honorífica para os efeitos espirituais, não dando direito algum a quaisquer vantagens de ordem temporal, cuja concessão é regulada pelas leis do Estado ou pelas prèrogativas do Padroeiro.* [1]

O edifício conserva ainda hoje na sua porta principal uma lápide, onde aparecem esculpidas as armas do nosso monarca D. Sebastião, dizendo o letreiro em baixo = Armas del-rei D. Sebastião, fundador dêste colégio =. A sua espaçosa portaria tem as paredes pintadas em quadros religiosos e no centro uma coluna cilíndrica, que sustenta o fêcho da abóbada. A' esquerda uma escadaria de pedra preta conduz para o

(1) Vid *Oriente Port.*, vol 2.º, pag. 102; e *A India em 1623-1624* pag. 166.—

andar superior, onde o dormitório meridional principia por uma sala denominada de D. Sebastião, em cuja parede do fundo se vê uma magnífica moldura contendo o retrato em tamanho natural dêste soberano, montado a cavalo, perpetuando assim o reconhecimento em tempo protestado pelos jesuítas ao real fundador do colégio. E' verdade que o retrato, que hoje se vê, foi feito em 1892 pelo general José Frederico de Assa Castel-Branco, mas é perfeitíssima cópia daquele que, desde há muitos anos, decorava a parede e era a reprodução fiel do que fôra primordialmente posto pelos padres da companhia. Os aposentos contíguos à sala costumam ser habitados pelo reitor, e os que restam neste lanço são comuns e sem distinção.

O corredor do lado ocidental, que por estar ligado à igreja não tem celas, denomina-se *corredor dos patriarcàs*, porque está decorado com uma série de molduras com retratos dos patriarcas e fundadores das ordens religiosas, desde S. Paulo o eremita, até ao padre José Vás, fundador da congregação do Oratório de Goa, e termina por uma galeria com aposentos destinados a hóspedes ilustres.

O dormitório do lado do norte, residência dos professores, compreende na sua extremidade oriental uma espaçosa capela, construída sôbre a abóbada do refeitório e dedicada ao Bom Pastor, onde os alunos internos fazem os exercícios espirituais, cantam edificantemente ao acompanhamento de um harmónio e solenizam com piedoso entusiasmo as festas de S. Ana e de N. Sra. da Conceição.

Esta capela e o vasto refeitório que lhe corresponde no rês-do-chão, foram construídos entre 1648 a 1650, sendo reitor do colégio o jesuíta Bento Ferreira.

Nos dois ângulos formados pelo encôntro dêste dormitório com os dois corredores ocidental e oriental se

encontram duas escadarias de pedra preta que põem em comunicação interiormente um pavimento com o outro.

A' esquerda de quem entra na capela foi rasgada modernamente a parede exterior sendo-lhe acrescentado um corredor tão alto como os outros, que se prolonga, de sul a norte, proporcionando numerosas celas de ambos os lados, embora estreitas; assim, como à sua direita, um dos compartimentos do dormitório oriental dá acesso a uma enfermaria contígua, também obra moderna.

O cláustro todo, incluindo a nova construção, contém, além das casas de parla e outras acomodações, 85 celas, cujas portas são encimadas de pinturas, que representam diversos factos do antigo e novo Testamento.

Descendo ao andar térreo:

No suntuoso refeitório, que se liga ao corredor setentrional, prende a atenção um soberbo quadro da *Ceia do Senhor*, pintada em ponto grande na parede do fundo e em baixo um trêcho da vida de S. Francisco Xavier, em dimensões menores. Via-se também no espaldar da tribuna do leitor um retrato do pe. José Vás em acção de prègar, provàvelmente pôsto pelos congregados do Oratório na época em que dirigiam êste estabelecimento.

O dormitório meridional, no seu extremo leste, abre passagem para a biblioteca e para um longo corredor, que conduz ao edifício escolar. A biblioteca, fundada pelo arcebispo Amorim Pessoa, juntando alguns livros pertencentes aos conventos e à mitra e doando-lhe a livraria própria, possuia perto de 8 mil volumes, pelo que o arcebispo foi louvado por port. ministerial de 13 de Janeiro de 1868. Enriquecida posteriormente com doações feitas por prelados e incluindo os 2750 volumes oferecidos ùltimamente pelo sr. pa-

dre Casimiro Cristóvão de Nazaré, já conta hoje um pouco mais de onze mil volumes.

Está colocada numa sala alta construída em 1885 sôbre as ruínas da antiga, que, não obstante a reforma por que passara, era térrea.

O edifício escolar, que compreendia apenas quatro salas, tinha no fundo do respectivo corredor uma pequena capela, onde, segundo dizem, se celebrava antigamente a missa de *Sapientia* no dia da abertura do ano lectivo e, mais tarde, a festa da Nossa Sra. das Dores; mas fechada, por muitos anos, para o culto, passou agora a servir de aula e conserva ainda na sua porta, curiosamente lavrada em alto relêvo, o dístico colhido no Livro de Sabedoria = *Sapientia ædificavit sibi domum* =.

Além dos melhoramentos materiais já mencionados, efectuaram-se no seminário vários outros, desde 1883, devido ao zêlo dos seus reitores, como as excelentes casas de banho, construídas na horta pela iniciativa do reitor monsenhor Abel de Almeida e Souza, onde uma nora, que trabalha sôbre o pôço, oferece água por algumas torneiras.

A igreja, pegada ao lado ocidental do colégio, olha para o sul e tem uma só nave, mas espaçosa, com três altares, sendo o principal dedicado a S. Inácio de Loiola. Todos os três retábulos são magníficos e ricamente dourados. A capela-mór é abobadada com variados relevos de estuque, e as paredes, revestidas de madeira primoròsamente lavrada, representam trechos mais notáveis da vida do fundador da companhia. O altar colateral da direita é consagrado à Nossa Sra. do Rosário, cuja imagem é notável pela perfeição artística (1), e o da esquerda ao Menino

(1) Esta imagem era outrora venerada no altar colateral do la-

Jesus, que, segundo a tradição, trazido das costas da Africa pelo jesuíta Bento Ferreira, foi venerado na igreja de Colvá, onde o jesuíta paroquiava antes de ser reitor dêste colégio.

Além dos três referidos altares existe debaixo da galeria do fundo uma capela dedicada às relíquias do mártir B. Constâncio, encerradas numa urna de cristal, as quais, transportadas de Roma pelo arcebispo Santa Catarina, foram expostas à veneração pública em 1783. Figuram o corpo humano trajado de uniforme militar ao uso antigo.

A sacristia, que é pequena, tem uma capela, onde sôbre arcazes encostados às paredes laterais há esplêndidos oratórios com numerosas imagens de santos.

A sua abóbada está assente sôbre um grande arco suportado por uma coluna cilíndrica, que se ergue no centro. Entre as telas de bom gôsto, que ornam as suas paredes, merece especial menção uma que representa S. Francisco Xavier a administrar a sagrada eucaristia andando no espaço alguns palmos acima do nível da terra, e a outra que se refere a S. Inácio de Loiola dormindo no alpêndre de S. Marcos em Veneza, a quem vem procurar um dos principais senadores dessa cidade acompanhado de seus fâmulos.

O frontispício da igreja abre as suas três portas sôbre o terreiro lageado de pedra e encerra numa das tôrres um grande relógio, que bate horas num sino pequeno sem apresentar o mostrador.

Êste côlégio, que, emquanto esteve em Margão, se

---

do do evangelho na igreja do convento de S. Francisco de Assis, em Goa, como consta do inventário dêste convento feito em 1843, ano em que o cónego Estêvão Jeremias Mascarenhas deixou a administração dêste convento para ir como deputado à Lisboa.

denominava o colégio do Espírito Santo, transferido para Rachol tomou o título de *Colégio de Todos os Santos* por ser esta a invocação da primeira igreja principiada a edificar-se aqui em 1 de Novembro de 1606 sob a direcção do reitor pe. Gaspar Soares; a qual, provàvelmente depois da canonização de S. Inácio de Loiola, que se realizou em 1622, foi reconstruída mais grandiosa para lhe ser dedicada como é.

Na primitiva igreja, entre outras solenidades, celebrava-se uma esplêndida festa do corpo de Deus e por esta ocasião os meninos colegiais e os neófitos recitavam um diálogo sôbre o S. Sacramento, que atraía grandes aplausos dos presentes. Em 1621 o arcebispo D. Fr. Cristóvão de Sá e Lisboa, muito satisfeito com o espantoso aumento da nova cristandade —pois, em 5 anos se tinham realizado 28 mil conversões e baptismos—permitiu que a festa e a procissão do S. S. se repetissem todos os meses; e assim se praticava com grande esplendor e numerosa assistência.

Na actual igreja solenizam-se as festas de S. Inácio de Loiola em 31 de Julho e de N. S. do Rosário no primeiro domingo de outubro e várias outras.

O pátio central, que é vasto e calçado de pedra, possui formosos canteiros para jardim e uma larga e profunda cisterna abobadada.

Além da munificência régia, que protegeu no princípio êste estabelecimento, as comunidades agrícolas de Raia, Margão, Loutulim, Vanxim e Seraulim deram-lhe em aforamento várias terras por um fôro muito limitado, e alguns fidalgos lhe deixaram prédios rendosos: assim a ilha de Junvó com o seu oiteiro, o bairro do Arlim, vastos palmares em Carmonã, algumas várzeas de arroz e marinhas de sal, sitas em diversas aldeias; casas e hortas na praça de Rachol, deixadas por António de Gois e o prédio de *Tontém* por Maria de Aguiar, e finalmente as

aldeias de Assolnã, Velim e Ambelim, antigamente aforadas a D. Pedro de Castro, e hoje um praso nacional, constituiam a propriedade do colégio de Rachol.

Confiscados os bens dos jesuítas, a Fazenda contribuía ao seminário 10 mil xerafins pagos pelo cofre do confisco, com que eram mantidos 8 professores, 5 empregados, médico, porteiro, dispenseiro, escrivão e sacrista e sustentados 19 alunos, dando o reitor contas perante a junta da Fazenda.

Hoje há 14 professores incluindo o reitor e 6 empregados entrando o enfermeiro. Além dêstes professores, há mais dois em Mapuçá, que regem as aulas filiais do seminário, leccionando disciplinas preparatórias.

Sôbre a jurisdição eclesiástica na província de Salsete

A controvérsia havida sôbre as igrejas de Salsete pode resumir-se em poucas palavras.

Essas igrejas, como sabemos, pertenciam à jurisdição da Companhia de Jesus, cujo provincial de Goa lhes nomeava livremente os párocos sem intervir nisso o arcebispo primaz. A esta situação quis pôr termo o arcebispo D. fr. António Brandão, (1675--78) como de seu direito, e abriu visita pastoral àquelas igrejas para impedir a que, ao tempo, estava fazendo o provincial padre Fernão de Queirós, patriarca eleito de Etiópia. Êste facto deu logar a graves diferenças entre o arcebispo e o provincial e seus párocos—que alegavam entre outras razões, a de serem as igrejas principalmente as de Rachol, Assolnã e Majordá, propriedades da Companhia,—até que o arcebispo conseguiu que lhe fôssem entregues todas as igrejas, saindo delas os párocos jesuítas, que em 8 de

Dezembro de 1677 se recolheram ao colégio de Rachol, cujo reitor era então o padre Torcato Parizioni. D. fr. António proveu-as em clérigos naturais de Goa; mas durou pouco esta nova jurisdição ; pois, passados uns quatro anos, a poderosa companhia alcançou da côrte uma ordem para lhe serem restituídas as igrejas, ordem que chegou depois da morte do arcebispo Brandão e foi executada no tempo do seu sucessor, D. Manoel de Menezes. Só depois da extinção dos jesuítas é que passaram de vez as igrejas para a jurisdição arquiepiscopal (1).

CAPITULO XVII

Fortificações em diversos pontos do Districto de Goa

Fortaleza de Aguada

Esta grandiosa fortaleza que inclui toda a península dêste nome no extremo sudoeste da província de Bardês, começou a construir-se em 1604 no govêrno do vice-rei Aires de Saldanha, porque se reconhecera, por experiência, o diminuto poder ofensivo das fortalezas dos Reis Magos e Gaspar Dias contra a incursão dos sete navios holandeses, que, em setembro dêsse ano, lançaram ferro no surgidouro defronte da Aguada, deixando-se ficar ali perto de um mês com o fim de aprisionarem as embarcações que demandassem o nosso pôrto. Na previsão, pois, das futuras incursões,

(1) *A India em 1623 e 1624 ; Mitras Lus.*, pag. 176 e *Liv. das monções*, n.º 132, fl. 279 e 514.

que agora eram mais prováveis, foi feita, com a brevidade possível, a couraça ao lume da água, em 1606, o que foi bastante para repelir uma nova tentativa dos holandeses neste ano.

A construção continuou-se vagarosamente, conforme os recursos o permitiam, e foi concluída em 1612, como declara a seguinte inscrição que encima uma das portas da fortaleza real, de que logo falaremos :

> REINANDO O MUI CATHOLICO REI
> D. FILIPE 2.° DE PORTUGAL : MANDOU A
> CIDADE FAZER ESTA FORTALEZA DO
> DINHEIRO DE UM POR CENTO PARA GUARDA
> E DEFENSÃO DAS NAOS QUE A ESTE
> PORTO VEM, A QUAL FOI ACABADA PELOS
> VEREADORES DO ANO DE 1612
> SENDO VICE REI RUY DE TAVORA.

A sua arquitectura militar consiste principalmente numa série de baterias destinadas umas à defesa marítima, e outras à defesa terrestre ; podendo toda essa série comportar até duzentas bôcas de fogo.

As baterias que protegem o mar são apoiadas nos seus flancos por dois baluartes importantes : o de Galvão a oeste, que é o primeiro ponto fortificado que se encontra ao entrar a barra e era guarnecido por 7 canhões ; e o de S. Lourenço ou fortim de Linhares a éste, defendido por 10 peças.

A mais notável destas baterias era a que constitui uma obra denominada *fortaleza real*, porque a sua configuração lhe permitia efectuar o tiro em seis direções diferentes com cruzamento de algumas, podendo ser considerado o seu traçado como um verda-

deiro centro ofensivo-defensivo dêste recinto. Desta bateria partem duas cortinas pela encosta do morro flanqueadas de bastiões com seus terraplenos para morteiros e vão ligar-se à cidadela, que tem também seus baluartes, fossos e revelins; e encerra o antigo palácio—onde residia o general da província de Bardês e depois o governador da praça—uma capela com a invocação da N. Senhora de Boa Viagem—que em outro tempo serviu de paróquia—quartéis, prisões, uma das quais chamada hoje cadeia civil, paiois para a arrecadação da pólvora fabricada em Panelim, e vários edifícios para a moradia do capelão, cirurgião e outros oficiais e duas grandes cisternas.

A leste da fortaleza real vê-se uma outra bateria importante pelo seu desenvolvimento, que é ao presente a bateria de salva, encontrando-se porisso guarnecida por 22 peças de calibre 24.

No extremo oriental desta bateria reside hoje o comandante da praça, que tem às suas ordens um pequeno destacamento composto de 1 cabo e 6 soldados de infantaria.

Na proximidade ergue-se o baluarte da *Porta do mar*, que podia ser guarnecido por 10 peças. Junto dêle existe, aberta em rocha, a famosa fonte, chamada *Mãe da água*, que, dizem, não se corrompe facilmente nas viagens de longo curso e onde outrora faziam aguada todas as náus dêste pôrto. Tem uma inscrição dizendo ter sido feita essa fonte pelos vereadores do ano de 1624 do dinheiro de um por cento, sendo segunda vez vice-rei dêste Estado o conde-almirante D. Francisco da Gama. A água era conduzida por calhas de madeira até ao cais, donde còmodamente a recebiam as embarcações.

Há ainda mais algumas nascentes de primorosa água dentro da praça; e junto aos quartéis uma nascente de água férrea.

A linha de defesa terrestre, mais tarde organizada, tinha por apoios a éste o baluarte *Mamam*, hoje arruinado, que se ligava com o baluarte de Emígdio, interrompendo-se a cortina na *Porta de Sinquerim*, onde estava estabelecida a comunicação fluvial com a outra margem por meio duma barca de passagem puxada a duas sirgas; e ao oeste o baluarte de D. Maria, obra muito importante, de traçado semi-circular, destinada especialmente a obstar por meio de fogos de flanco à qualquer tentativa de desembarque na praia de Bardês.

Além da Porta de Sinquerim, dava entrada para a fortaleza por terra a *Porta de Cava*, onde vinha desembocar uma ponte de alvenaria, que neste sítio ligava a praça ao exterior, e que era protegida pelo baluarte da *Cava*.

Próximo ao ângulo reentrante do baluarte do sudoeste, da parte exterior, mas dentro duma cortina, ergue-se a tôrre circular do farol, bem construída e espaçosa, da altura de 42 pés ou 5, 5. O farol era antigamente entretido por fachos ensopados em azeite, que forneciam as Câmaras agrárias de Bardês e acendia-se sòmente durante as noutes de verão, visto cessar no inverno o movimento marítimo no pôrto. Em 1841, no govêrno de Lopes de Lima, foi melhorado com uma boa lanterna de eclipses regulados pela máquina de um grande relógio, que batia as horas num sino de 150 arrobas de pêso ; o qual sino, que pertenceu à igreja do Convento de S. Agostinho, foi transferido, ha poucos anos, para o frontispício da igreja de Pangim. Mas, como a rotação dessa lanterna era muito vagorosa e o eclipse durava pouco mais de 15 minutos, o conde de Tôrres Novas substituiu em 1864 as laternas e o maquinismo por um aparelho iluminatório de Argand, da classe catóptrica, que fazia ver a luz no intervalo de 30 segundos por suces-

sivos gráus de aumento na intensidade, até à posição em que adquiria o maior brilho, passando daí a diminuir em igual intervalo até à sua ocultação, e durava o eclipse um minuto—trinta revoluções por hora. Modernamente, em 1906, foi substituído êste aparelho pelo de rotação em grupos de três clarões em cada 10 segundos.

Acende-se desde 1866 ainda durante as noutes do inverno e é visível com bom tempo à distância de 26 milhas geográficas.

Numa das lombadas da colina e olhando para a barra, levanta-se a antiga ermida de S. Lourenço, de Linhares, depois convertida em igreja paroquial, construída pelo conde daquele título em 1630. A festa do seu orago, que se soleniza em 10 de Agosto com alguma concorrência, marca a época da abertura da barra do Mandovi ou o fim da monção do S. O., começando então o tempo ordinário de entrada e saída das embarcações. Excepcionalmente, porém, o brigue de guerra *O Africano*, tendo por comandante Joaquim Viegas d'O', passou o canal em 22 de Junho de 1841 aproveitando o mar bonançoso.

Esta praça foi, como dissemos, a residência do general da província e possuiu sempre uma guarnição numerosa e, depois que se extinguiu êsse logar de general, teve por governador um coronel. Em 1832 a fortaleza tinha 90 bôcas de fogo assestadas só nas baterias compreendidas entre as cortinas que descem da Fortaleza real e defendem o ancoradouro, sendo desguarnecidas todas as mais.

Além da obra descrita existe um baluarte destacado a oeste da linha da defesa terrestre, cujo fim seria o cruzar os seus fogos com os do baluarte do Galvão, no caso de uma tentativa de desembarque entre estas fortificações. Podia ser guarnecido por 5 peças. Reconstruído no govêrno do 1.° visconde de Ourém, en-

contra-se ainda em bom estado e chama-se baluarte do oeste. [1]

Praça de Mormugão

Construída em 1624 à custa da Câmara geral de Salsete no govêrno do vice-rei D. Francisco da Gama, esta praça abrangia toda a península, em que termina pelo norte aquela província, e tinha mais de duas léguas de circuito.

Do lado do istmo era defendida por uma grossa muralha com 5 baluartes denominados: da Porta do campo, do Destêrro, de S. Domingos, de S. Jerónimo e de S. Boaventura. O fôsso contíguo a essa muralha, tendo sido cortado o istmo, enchia-se de água na preamar, convertendo a praça numa ilha de difícil acesso. Pelo norte erguiam-se os baluartes de N. S. da Guia, de S. Francisco e a Bateria do palácio; e para oeste os baluartes do Cabo, das Pedrinhas e do Saldanha, unidos uns e outros por suas cortinas. Êstes e outros baluartes de diversos nomes, ao todo vinte, que fortificavam a praça, lhe deram por muito tempo a fama de inexpugnável, servindo por isso de guarida aos cofres do Estado, aos estabelecimentos públicos e à famílias principais durante a invasão marata repelida no govêrno do conde de Sandomil.

Pelo meado do século XIX já êstes baluartes estavam, pela maior parte, desguarnecidos de artelharia, conservando-se montadas 48 bôcas de fogo nas baterias que olhavam para o ancoradouro e na fortaleza real, onde se arvorava a bandeira nacional.

Existem ainda hoje nesta praça algumas nascentes

---

(1) Vid. *Praça da Aguada* por Neves e Castro no *Oriente Port.*, vol. 1.º pag. 630.

de excelente água, sendo as principais : a do *baluarte do Malabar* ; a do *largo do palácio*, donde se abasteciam os navios, dizendo-se que ela atravessava uma mina de ouro ; e a de *S. Inácio*, lageada e enobrecida em 1703, da qual também se dizia passar por uma mina de enxôfre.

No cume sobranceiro à fortaleza real se via o farol, que com ela comunicava a sua base por uma larga escadaria de 152 degráus de pedra, e no ponto culminante de toda a península o telégrafo de bandeiras, que se correspondia com os de Aguada e do Cabo, estabelecido pelo conde das Antas em 1842 para servir de repetidor de sinais nestas duas fortalezas e transmiti-los para o telégrafo do outeiro da Conceição, em Pangim. Na rétaguarda da fortaleza real ficavam as casas do capitão-mór da praça e o quartel da sua guarnição. O palácio dos vice-reis com a sua capela da invocação da N. S. da Conceição, construído em 1624, defrontava com o terreiro quadrangular de 55 braças, e entre êste edifício e a Porta do mar estendiam-se os quartéis da tropa, ocupando o espaço de 88 braças de comprido. Entre os baluartes de S. Francisco e da Guia ficavam os armazéns dos mantimentos. Ao pé do baluarte de S. Domingos avultava o grande hospital militar e outros quartéis ; e finalmente vários edifícios bordando as ruas, construídos em 1703 no intuito de transferir a cidade para esta península ; tais como, a casa da pólvora e moeda, uma cordoaria, o convento de freiras, o hospital, o palácio da Relação, a contadoria, uma casa para o Vedor da Fazenda, a alfândega e alguns prédios pequenos para residência de empregados.

Suspensas as obras da projectada cidade de Mormugão pela carta régia de 18 de Março de 1712 e abandonada a praça, já invadida em 1785 pela epidemia, arruinaram-se os edifícios, que nos haviam cus-

tado 30 anos de trabalho e 600 mil xerafins em dinheiro (96.000$000 reis)!

De tantas construções resta hoje sómente uma parte da muralha pelo sul, a alfândega e o palácio dos vice-reis sem a capela, reformado e destinado às repartições da companhia do caminho de ferro. A primitiva igreja da praça, dedicada à N. Sra. do Destêrro, que mais tarde havia sido reduzida à capela, foi removida para um sítio muito próximo, sendo absorvido o terreno pela linha ferrea, e continua a ser filial à igreja de S. André, de Vasco da Gama. O fôsso, de que falamos, foi completamente aterrado.

Mormugão é sem dúvida o único pôrto de Goa e mesmo de tôda a costa do Malabar, onde no inverno se podem abrigar com segurança os navios de alto bordo; mas a embocadura do Zuari, que banha a península pelo norte, se torna às vezes intransitável para as embarcações pequenas pelo escarcéu que rebenta nas restingas e pelo vento noroeste que fustiga o ancoradouro. Desde 1878 a criação do pôrto artificial nessa baía e a construção do caminho de ferro, que nos pôs em comunicação acelerada com o território britânico, melhoraram muito as condições físicas e políticas de Mormugão, que promete ser uma cidade comercial.

Fortaleza de N. S. do Cabo

Era uma grande fortificação no extremo ocidental da ilha de Tissuari, do sistema da fortaleza da Aguada, cruzando o seu fogo com o desta e com o da praça de Mormugão. Tinha a sua cidadela no cume do outeiro, comunicando com a couraça e as baterias rasantes.

O projecto de erigir uma fortaleza neste sítio nasceu em 1540 no govêrno de D. Estêvão da Gama,

mas não se realizou senão alguns anos depois. Antes disto foi ali construída uma capela sob a invocação de N. S. do Cabo, que mais tarde fêz parte integrante do convento dos franciscanos reformados, fundado em 1594.

A fortaleza desapareceu por completo, conservando-se apenas as três cisternas e a casa conventual, que se acha transformada em residência dos governadores.

Quando as tropas inglesas ocuparam esta fortaleza, levantaram ali um hospital, quartéis e mais alguns edifícios, que em 1848 foram demolidos pelo nosso govêrno sem deixar vestígios. Resta sómente o cemitério, cuja conservação e asseio está a cargo de um guarda pago pelo govêrno de Bombaim. Encontram-se no cemitério algumas sepulturas, de que só seis trazem epitáfios.

Forte dos Reis Magos

Situado no extremo sul da província de Bardês e no cume de um môrro fronteiro à praia de Gaspar Dias, foi êste forte construído, sôbre as ruínas de um pequeno reduto do tempo de Adil-Khan, pelo vice-rei D. Afonso de Noronha (1551-1554). O governador Manoel de Souza Coutinho mandou acrescentar-lhe a couraça ao lume da água, que é uma bateria de sete peças casamatadas e três faces, unida à cidadela por duas cortinas, cada uma das quais tem 124 degráus no interior do parapeito.

Em 1598 foram construídos o quartel do comandante e os paiois ; e no govêrno de Caetano de Melo e Castro foi-lhe feita a tenalha, que bate a campanha pelo norte do rio a todo o alcance do canhão, e postas no entablamento da porta as armas reais com a seguinte inscrição :

No anno de 1707 : foi reedificada
esta fortaleza governando o Vice-
rei Caetano de Mello e Castro,
e se puzeram estas armas sendo
capitão d'ella D. Aleixo de Almeida.

Em 1832 possuia 33 peças de artelharia e ainda 20 anos mais tarde tinha por comandante um major sendo a sua guarnição um destacamento de veteranos. Havia ali um posto semafórico que repetia os sinais do da Aguada para Malim, e o qual o conde das Antas transferiu para o Cabo.

A' pequena distância a leste corre uma nascente de abundante água. A fortaleza está hoje transformada em lazareto e guarnecida por 6 praças reformadas sob o comando de um tenente, também reformado.

Forte de Gaspar Dias

Assentado na margem esquerda do Mandovi, na extremidade saliente de um palmar pertencente a Gaspar Dias, êste forte, obra do conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, (1598) era uma tenalha de 10 peças, oposta ao forte dos Reis Magos, cujos tiros cruzavam com os dêste defendendo o rio, que entre os dois fortes é bastante estreito, chegando a ter um pouco menos de 2/3 de milha. Por 1774 foram aí construídos amplos quartéis militares, que por muito tempo foram ocupados pelo regimento de artelharia.

Incendiado e arruinado por ordem do governador militar Fortunato de Melo, em 4 de Maio de 1835, tendo sido ali morta muita gente do 1.° regimento, que defendia a causa de Bernardo Peres, foi restau-

rado em 1842 por Lopes de Lima, que lhe deu a artelharia precisa e uma guarnição de veteranos comandada por um alféres. Hoje nem pedras aparecem.

Fortaleza de Rachol

A leste da província de Salsete, na margem esquerda do Zuari e em frente da província de Pondá, encontram-se ainda as ruínas desta antiga fortaleza dos mouros cedida aos portugueses no govêrno de Diogo Lopes de Sequeira, em 1521, por Krisna Ray, rajá de Bisnagar, que a tinha tomado pouco antes ao sultão de Bijapur.

Como fôsse o principal baluarte de defesa de Salsete, era freqüentemente atacado pelos mouros e maratas durante as suas temíveis incursões em Goa ; pelo que lhe foi preciso acudir por vezes com reparações que foram executadas sucessivamente em 1604 pelo governador Aires de Saldanha, em 1684 pelo conde de Alvôr e depois por outros vice-reis. Na porta do seu castelo, que já desapareceu, se lia a seguinte inscrição :

Sendo o conde de Alvor, Vice-rei da India, mandou reformar esta fortaleza, depois de se defender do cerco de Sambaji, 22 Abril 1684.

Em 1745 o marquês de Alorna mandou fazer-lhe algumas obras adicionais, incluindo um açude e o fôsso aquático, que mais tarde se tornou o foco do paludismo que invadiu a praça.

Dentro dos seus muros residiam o general da província de Salsete com uma companhia de infantaria

e duas de cavalaria (1), as principais autoridades e muitos fidalgos. Havia ali uma numerosa povoação florescente e casas nobres e ricas; e era ali que se acolhiam vários habitantes da província para se acobertarem das incursões e rapinas dos inimigos. Enfim Rachol era a capital de Salsete, tão notável, que Krisna Ray, rei de Bisnagar, lhe chamou a cidade de Rachol (2).

A fortaleza, ainda que irregular, era defendida, pela banda do rio, por uma bateria desenvolvida, excedendo a 100 as peças de ferro de vários calibres, que guarneciam a muralha e cujo número foi mais tarde (1832) reduzido a 65.

Tinha duas portas: uma denominada porta *principal*, com sua ponte dormente sôbre o fôsso, olhando para o noroeste e a outra chamada de Curtorim, que deitava para a freguezia dêste nome. A primeira ainda existe um pouco derruída (3).

Na bateria encontrava-se uma colubrina de bronze, feita no reinado de D. Sebastião, assestada no vértice do baluarte que olhava para a província de Pondá.

Devastada pela epidemia em 1787, a praça tornou-se inabitável; e, emigrando sucessivamente os habitantes para Margão, hoje uma vila formosa, e para ou-

(1) A Câmara de Salsete comprometeu-se, em 1684, a sustentar, pagando 10,600 xerafins, duas tropas de 100 cavalos em subrogação de não serem obrigados os seus habitantes à vigia. Mais tarde a tropa foi reduzida a 60 cavalos e 200 sipais e finalmente extinta em 1776. A Câmara tinha a seu cargo a gratificação do general da província, que era de 2 mil xerafins, e várias outras despezas. *Bosq. hist. das Com.*, part. 2, pag 42.

(2) Vol. 1.°, pag. 51.

(3) *Annais marit. e col.*, vol. 3.°. pag. 190; e *Bosq. das Poss. Port.*, vol. 1.°, pag. 48.

tros pontos, foi em 1842 complètamente abandonada, passando o seu presídio para o forte dos Reis-Magos.

De todos os edifícios elegantes que a embelezavam, escaparam à destruição a igreja paroquial e o seminário diocesano com a sua igreja.

A igreja paroquial, a mais antiga de todas de Salsete, edificada em 1526 sob a invocação da N. S. das Neves e reconstruída em 1596, tem bela aparência, cofres ricos e o pavimento ornado de notáveis epitáfios. Do seminário e da sua igreja falamos em capítulo especial.

Além destas duas igrejas, havia dentro da fortaleza 3 templos pequenos: *a*) a ermida do castelo, que se erguia muito próximo e à esquerda de quem entra na paroquial, compreendendo as casas do capitão da fortaleza; *b*) a capela, chamada *dos quartéis*, que fôra provàvelmente fundada em 1580 e dedicada a Sto. António (1); esta capela tinha seus bens, que, por port. prov. de 21 de Setembro de 1854, foram encorporados nos próprios da Fazenda, sendo trasladadas as suas imagens para a capela da ilha de Rachol; o edifício, abandonado e arruinado, via-se em pé até 1867, à direita da antiga estrada, que ia da igreja paroquial ao seminário; *c*) e a capela da cadeia pública, que demorava à ilharga da igreja paroquial pelo lado do sul, e esteve conservada ainda depois de 1834, até que se construisse uma casa com igual destino na vila de Margão. Ao presente nem ruínas existem dêstes edifícios.

Felizmente a praça vai-se saneando e repovoando,

(1) A erecção desta capela foi facultada pelo arcebispo D. fr. Henrique de Távora e Brito, por provisão datada de 1580, anuindo à vontade e devoção de D. Jerónima de Castro, mulher de Damião de Sousa, capitão da fortaleza de Rachol. *Mit. Lus.*, pg. 67.

embora de habitantes modestos, desde que se aterrou o fôsso e foi construído um cais em 1880, para dar acesso às lanchas da navegação fluvial, ligado à uma larga estrada que atravessa a mesma praça e se dirige para Margão, atraindo para o embarcadouro alguma concorrência e hospedarias.

Da fortaleza restam uns pedaços.

Forte de Naroá

Era o antigo forte dos mouros situado na aldeia de Naroá, da ilha de Divar, fronteiro à velha cidade de Goa, e na margem dum tributário do Mandovi. Abandonado em 1834, só se veem ruínas. Foi o sítio do *tirtha* e de um templo hindu, que subsistiu até à conquista portuguesa e do qual já temos falado no vol. 1.º, pag. 16. A ilha de Divar, antiga Dvipavati, célebre pelas tradições hindus, é dividida em três freguezias: a da Piedade, de S. Matias e de Naroá. A igreja da Piedade, que está situada no cume de um monte central, é vasta e toda abobadada, obra sólida e admirável e possui cinco altares. Ao sopé da colina, ao sul, uma capelinha, construída em 1865 é dedicada a uma imagem do Senhor Morto, muito venerada sob a invocação de Redentor, que atrai concorrência e oblatas.

A ilha foi berço de muitas famílias nobres de Goa e de personagens notáveis, entre os quais se contam dois bispos propagandistas, D. Mateus de Castro e D. Tomás de Castro. A sua população, que, atacada por epidemia, decrescera, vai, há muito tempo, prosperando. As três comunidades da ilha sustentaram desde 1844 uma escola da língua portuguesa e latina, de que temos falado no 1.º vol., pag. 341.— Hoje existem ali duas escolas de ensino primário e um asilo para os pobres.

Forte de S. Bartolomeu (Chorão)

Construído em 1720, ao nordeste da ilha de Chorão, êste forte tinha o seu castelo e recinto mais consideráveis do que muitos, e servia para defender o váu que circunda esta ilha e as de Calvim e Ponolem. Era guarnecido com 11 peças.

Esta ilha, que é a maior do grupo das Ilhas depois da de *Tisuvari* e era muito povoada, divide-se em duas freguezias: a de S. Bartolomeu e a da Graça. Muitos fidalgos tiveram suas quintas de recreio nesta última, que hoje está quasi deserta, mas possui a capelinha de S. Jerónimo pertencente ao extinto seminário, de que já falamos; e reanima-se pela festa de S. Roque, que se faz na igreja, sendo concorrida das freguezias vizinhas.

Praça de Alorna

Jaz no extremo nordeste de Perném, sôbre a margem direita do rio de Chaporá ou Colvale, cêrca de três milhas distante da fronteira inglesa. É o pior dos pontos militares—por ser dominado pelas alturas vizinhas—mas com excelentes muralhas. Foi tomada ao Bounsuló, que tenazmente a defendia, em 4 de Maio de 1746, pelo marquês de Castelo Novo, que assim ganhou o título de marquês de Alorna; era indispensável a sua conquista para nos assegurar a das províncias de Bicholim e Sanquelim, protegidas pelas fôrças que nela se apoiavam. Tendo sido restituída por ordem da Côrte em 1761, o Bounsuló insurgiu-se e, libertando estas províncias, ameaçou a de Bardês, até que D. Frederico Guilherme de Souza a reconquistou em 21 de Agosto de 1781. Tinha doze peças. Ao presente se encontra em estado ruinoso e

é guarnecida por um cabo e 6 soldados de infantaria. A sua capela, que se arruinara, foi reedificada, há pouco, pelo zêlo do actual capelão.

Forte de Chaporá

Começado a construir em 1717 pelo conde de Ericeira, primeiro marquês de Louriçal, foi concluído no govêrno do seu sucessor. Situado numa boa posição militar, no extremo ocidental de Bardês e à margem esquerda do rio de Colvale, domina-lhe a foz que terá uma milha de largura. Havendo sido tomado em 1683 por Sambagi e em 1739 por Bounsuló, foi reconquistado pelos portugueses em 13 de Junho de 1741. Era dedicado a S. António e tinha nove peças e uma pequena guarnição, que hoje consiste em 4 praças e um alferes, todos reformados. Chaporá possui uma capela, uma alfândega e algumas fontes, a melhor das quais é a que está situada na encosta do oiteiro ao sul.

Forte de Colvale

Construído na margem esquerda do *Colvale*, fronteira ao norte de Bardês, pelo conde de Alvor em 1635 como barreira contra as incursões do marata e do Bounsuló, foi tomado por êste em 1739 e reconquistado pelo marquês de Louriçal em 13 de Junho de 1741. A sua guarnição era feita pelo 2.º batalhão de caçadores, que se chamava também batalhão de Colvale por ser êste forte o seu quartel. Em 1841 foi transferido o regimento para os quartéis de Mapuçá e a fortaleza, que já poucos anos antes se achava descuidada, caíu em ruínas.

Forte novo de Tivim

Foi construído em 1635 pelo conde de Linhares à

custa da câmara geral de Bardês. Depois da construção dêste foram levantados (1681) pelo conde de Alvor em Tivim mais dois fortes para flanquear o *forte novo*, denominados respectivamente o *forte de Assunção* e o *forte do meio*, ligados entre si e com o de Colvale por uma grossa muralha protegida por um fôsso profundo, primitivamente cavado com o fim de unir o rio Mandovi com o de Chaporá. Ambos êstes fortes foram tomados por Sambagi em 1683, que os conservou em seu poder por pouco tempo. Em 1834 foram abandonados sendo recolhidas ao arsenal as 19 peças que ali se encontraram. Por despacho de 11 de Maio de 1815 foi permitido à câmara geral demolir as suas tercenas. As aldeias que ficavam fóra do forte se chamavam *Aldeias extra-muros*, e são as de Sirçaim, Assonorá, Nadorá, Revorá, Pirna, e a ilha denominada *dos Ranes*, pátria de Zoitobá, progenitor dos Ranes de Satari, a quem o Estado havia feito em 1609 mercê em 3 vidas, das últimas 3 aldeias (carta de 11 de Setembro).

Forte de Quítula e outras fortificações em Aldoná

Construído na fronteira nordeste de Bardês, na freguesia de Aldoná, durante o govêrno de Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1712-1717), o forte de Quítula foi abandonado em 1834 e hoje não há nem vestígios. Tinha 3 peças de ferro de calibre 6.

Na proximidade da igreja de Aldoná existia também uma fortificação com uma tercena—para a residência do corpo de tropas, que se denominava *terço*, hoje regimento—e casas suntuosas para o general da província de Bardês, construídas pela Câmara Geral em 1740, para obstar às invasões do Bounsuló pelo

rio. Além disto, a câmara de Bardês sustentava uma companhia de sipais, pagando 21,960 xerafins, e tinha vários outros encargos. Por despacho de 11 de Maio de 1815 foi permitido à câmara geral demolir estas casas (1). O sítio onde estava o quartel do terço, ainda é conhecido pelo nome de *Tercena*. *O terço* de tropas completo tinha 10 capitães, 10 alferes, 10 sargentos e 40 cabos de esquadra.

Forte de Corjuém

Ergue-se na ilha de Corjuém, em Bardês, a éste da freguesia de Aldoná. Foi tomado aos Bounsulós por Caetano de Melo e Castro em 1705 e reformado. E' um quadrado de 25 braças.

No princípio do século XIX foi reconstruído e destinado aos exercícios dos alunos da Escola Militar, por ser a fortificação mais regular do Estado, embora acanhada em dimensões.

Desguarnecido em 1834, foram recolhidas as suas quatro peças ao arsenal. No recinto da fortaleza existe um poço quadrangular e na porta a seguinte incrição :

ESTA ILHA SE ANEIXOU
AO ESTADO SENDO VISEREI DELE
O EX.MO SENHOR CAETANO DE MELO
DE CASTRO E NO MESMO TEMPO
DE SEU GOVERNO SE FES ESTA FO
RTALEZA NO ANO DE 1706.

(1) *Bosquejo Hist. das Com.*, 1.ª Ed., P. 2.ª, pag. 42 e 72.

Fortaleza de Bicholim

Situada no centro da província dêste nome à margem de um ribeiro tributário do Mandovi, foi tomada e arrasada por Caetano de Melo e Castro em 1705. Os inimigos apoderando-se, poucos anos depois, das ruínas, lhe restauraram as muralhas, mas em 1746 já era portuguesa. Por ordem da Côrte foi restituída, como muitas outras, em 1761, e 20 anos depois reconquistada por D. Frederico Guilherme de Souza. Foi desguarnecida em 1834 sendo conservadas as casas para o uso do 3.º batalhão de infantaria, que ali esteve estacionado até 1871. A tradição diz ter existido uma cidade hindu no sítio da fortaleza, que era uma espécie de castelo de cinco baluartes com muralhas altas e grossas, fôsso largo e portas bem defendidas.

Forte de Sanquelim

Situado à margem esquerda do rio do mesmo nome foi conquistado pelo marquês de Alorna em Maio de 1746 e considerado como o ponto militar mais importante das Novas Conquistas. Ao presente está em estado ruinoso. Dentro do forte havia uma alfândega para os mercadores que desciam dos Gates.

Forte de Nanuz

Ocupava o centro da província de Satari na margem esquerda do *Madei*, ou Mandovi, e fôra provàvelmente obra dos portugueses. Para não servir de abrigo e defesa aos revoltosos da província foi destruído em 1895.

Forte de Arabó

Foi tomada ao Bounsuló em 17 6 pelo marquês de Alorna e reconquistado em 1781 por D. Frederico Guilherme de Souza. Era uma fortificação pequena na margem direita do Chaporá e tinha seis peças. Hoje está arruinado.

Fortaleza de Tiracol

Construída pelo Bounsuló na margem direita do *Araundém*, a seis milhas de Chaporá, foi conquistada em 23 de Novembro de 1746 pelo marquês de Castelo Novo, depois marquês de Alorna. Além do recinto sobranceiro ao rio, é composta de duas couraças, que descem da rocha para a praia, unidas por uma muralha. A sua posição militar era importante e defendida por 22 bôcas de fogo. Tornou-se tristemente célebre pela carnificina que ali houve na manhã de 27 de Maio de 1835 durante a revolta militar (1). Ainda está em pé e tem uma capela, sendo a sua guarnição limitada a 4 praças reformadas sob o comando de um capitão, também reformado.

Fortaleza do cabo de Rama

É uma fortificação à beira-mar sôbre o cabo dêste nome, ao noroeste do concelho de Canácona, na aldeia Cola. Foi tomada ao rei de Sunda em 1 de Junho de 1763 no govêrno do primeiro conde da Ega. Conserva os quartéis, não excedendo hoje a sua guarnição a 6 praças e 1 tenente reformados.

---

(1) Vol. 1.º, pag. 258.

No seu reçinto existe um poço quadrangular e na visinhança correm duas fontes, uma das quais, a que demora ao nordeste à pequena distância da fortaleza, tem, conforme um relatório oficial, duas bicas de pedra, que oferecem água de temperatura desigual, uma fria e outra tépida, dizendo-se ser esta sulfúrea. Desde 1889, há ali uma igreja paroquial e uma escola de primeiras letras.

Fortaleza de S. Estevão

Construída na parte mais elevada da ilha de Jua ou S. Estêvão e denominada *Forte de S. Francisco Xavier*, foi esta fortaleza tomada de surprêsa por Sambagi em Novembro de 1683, passando à espada a sua guarnição ([1]). Existem ruínas e no alto da porta a seguinte inscrição lapidar em alto relêvo:

=REINANDO D. AFONSO O 6.° SENDO VIZO-REI O CONDE DE S. VISENTE SE OBROU ESTE FORTE, DEDICADO A PROTECÇÃO, DO APOSTOLO DO ORIENTE S. FRANCISCO XAVIER EM 8 DE SETEMBRO 1668.=

Fortaleza de Angediva ([2])

Na ilha de Angediva, situada a dez léguas ao sul de Mormugão, ilha outrora habitada por piratas mouros, onde repousou por alguns dias Vasco da Gama em 1498 de volta de Calicut, e onde, em 22 de A-

(1) Vol. 1.°, pag. 174.

(2) Angediva ou *Anchediva* é um grupo de 5 pequenas ilhas, sendo mais importante esta, de que se trata.

gosto de 1500, oito religiosos franciscanos, que acompanharam Pedro Alvares Cabral, tendo por guardião fr. Henrique de Coimbra, disseram missa numa capela e iniciaram a prègação do evangelho na India ([1]), foi levantada em 1506, uma fortificação pelo primeiro vice-rei da India, D. Francisco de Almeida, que a dedicou à N. Senhora das Brotas. Esta fortificação consistia numa cortina grossa e sólida, que bordava a praia pelo norte entre os dois morros mais salientes da ilha, com dois cubelos nas extremidades e uma tôrre de menagem de dois andares no centro, que tinha uma só porta de entrada e um eirado argamassado, onde podiam ser montados berços e bombardas no caso de ataque. A guarnição, que então era composta de 80 homens sob o comando de Manuel Pessanha, capitão da ilha, residia pela maior parte em casas feitas de madeira, cobertas com olas Foi êste o primeiro padrão implantado na India pelos portugueses.

Esta fortaleza, não obstante ter resistido a um cêrco dos mussulmanos de Dabul, foi demolida logo em 1507 pelo próprio vice-rei, que, aproveitando alguns materiais desta para a construção da fortaleza de Cananor, preferiu abandonar a ilha a ter de despender grandes somas em a fortificar devidamente, como então era preciso.

Depois de um largo período, em que a ilha não passou de uma estação de *aguada* para algumas das nossas frotas, o general inglês Sir Abraham Shipman, que vinha com um corpo de 500 homens tomar posse da ilha de Bombaim, cedida ao rei de Inglaterra Carlos 2.°, não encontrando durante o período das negocia-

---

([1]) *Origin of Bombay*, J. G. da Cunha, pag. 121 ; Barros *Dec.* 1l 5., cap. 1.

ções (1662-1665) outro ponto onde pudesse fundear a esquadra e abrigar-se das monções, estabeleceu-se com a sua tropa na abandonada ilha de Angediva, onde tendo sofrido todas as inclemências do alojamento e do clima, faleceu em 5 de Abril de 1664, morrendo também muitos dos oficiais e soldados que constituiam o corpo expedicionário, de maneira que só 2 oficiais e 191 praças chegaram a Bombaim por ocasião da entrega desta ilha a 18 de Fevereiro de 1665 ([1]).

Com a retirada das tropas inglesas, Angediva ficou mais uma vez sem autoridade por alguns anos, servindo de refúgio aos piratas que infestavam as costas do Canará e Malabar.

Em 1682, porém, o conde de Alvor, que já experimentara uma terrível invasão do marata Sambagi na ilha de S. Estêvão, vizinha da capital do Estado, querendo adoptar medidas radicais de segurança, levantou fortificações em vários pontos e, entre estas, uma fortaleza na ilha de Angediva, que mais tarde (1731) foi reformada, como se vê de duas inscrições existentes na sua porta principal. Desdobrando-se de noroeste para sueste, as obras desta fortificação, que bordavam a parte acessível da ilha, banhada pelas águas do canal de Carvar e torneavam as fraldas dos dois morros salientes seguindo mais ou menos as inflexões da praia, compreendiam : a *couraça*, que incluia no seu recinto a igreja da N. Senhora das Brotas, construída em 1683, segundo dizem, sôbre as ruínas de um antigo pagode e abrigava os paiois e os armazéns de víveres, munições, palamenta, etc ; o *reduto* da cortina do canal; os baluartes de *S. Francisco*, de *S. António*, da *Conceição*, do *Diamante* e da *Lumbreira* ; as baterias de *Meia Laranja* e de Sine ;

([1]) Vol. 1.º, pag. 169.

a bateria da *Ponta de Dentro* e o reduto *Ponta de Fora*. Para impedir o acesso à praia na costa ocidental foram levantadas as baterias da *Peça* e das *Fontaínhas*, como complemento do circuito fortificado, o qual todo teria pouco mais ou menos duas milhas de comprimento. Além das duas baterias esta costa é protegida pela natureza com grandes massas de rochas escarpadas e inteiramente inacessíveis.

Esta fortaleza, a princípio defendida apenas com 16 canhões, foi dotada mais tarde (depois de 1731) com 77 bôcas de fogo, variando êste número com o tempo. A guarnição de 100 homens, *companhia de ordenança*, que o conde de Alvor lhe destinara, também passou por várias mudanças conforme as circunstâncias.

Em 1768 Angediva chegara ao maior desenvolvimento. Tinha um governador da praça, com seu estado maior e 251 soldados, número que pouco depois foi elevado a 350. Mas em 1817, como ja não havia receio das incursões dos mogois, maratas ou bounsulós, o condo do Rio Pardo reduziu esta guarnição a uma companhia de *pé de castelo* (122 homens incluindo o estado maior e menor da praça), que em 1840 foi ainda mais reduzida, até que três anos depois foi desclassificada a fortaleza por inútil e eliminada a sua guarnição.

Em 1863 algumas das cortinas estavam complètamente arruinadas.

A população da ilha, que ainda em 1812 chegava ao número de 782 e se compunha pela maior parte da gente da guarnição, descendentes de europeus e de degredados de Goa, Damão e Diu, desapareceu com o abandôno a que foi votada a ilha e pela insalubridade do clima, tendo uma parte emigrado para Pangim, onde constituiu o *bairro dos Angedivanos*, na

proximidade da fonte da *Cabeça de Vaca*. Hoje está reduzida a 49 habitantes.

Havia ali cultura de arroz e côco, industria de pesca e fabrico de meias de algodão à agulha, que se exportavam para várias partes. Nos ilheus do arquipélago, segundo diz Lopes Mendes, colhiam-se ninhos de andorinhas do mar, que eram exportados para China, onde passavam por manjar muito delicioso.

Ao presente existem ruínas da fortaleza e a igreja da N. Senhora das Brotas, que é muito pequena, no largo da Couraça, tendo seu pároco, que reside fóra da ilha, em Binguém ([1]).

Há em Angediva um destacamento de 4 soldados reformados sob um segundo sargento.

Conserva-se ainda um tanque de alvenaria construído no colo dos dois morros, cuja origem remonta ao domínio hindu ou árabe, donde outróra por um perfeito aqueduto descia a água cristalina à praia para a *aguada* das embarcações. A ilha tem duas fontes de água potável.

Na ilha foi colocada em 1916 pelo govêrno da presidência de Bombaim, com autorização do nosso govêrno, uma grande cruz de teca, com uma inscrição em inglês para perpetuar a memória de Sir Abraham Shipman e seus companheiros, que foram ali sepultados.

Esta ilha de costa brava e quási inacessível, com uma área limitada a 1,5 quilómetros quadrados e distante do continente pouco mais de três quilómetros, ficou hoje, por estas e outras condições, reduzida sómente ao seu valor histórico.

([1]) A capela de Binguém é filial à igreja de Angediva, constituindo hoje Angediva—Binguém uma das missões do varado de Sadashivgod, com a população católica de 298 almas.

Pôsto de Baga

E um pequeno reduto à beira do mar, na provincia de Bardês, na aba de um oiteiro de Calangute, próximo à calheta onde desagua a ribeira, que desce da aldeia de Nagoá. Servia para vigiar a costa e auxiliar os guardas de fiscalização da alfândega.

Tinha 2 peças e 6 praças de guarnição sob o comando de 1 alferes.

Notas finaes

A

(Pag. 159)

Descripção do auto da fé que teve logar em Goa em 12 de Janeiro de 1676, feita por Dellon nos cap. 24-28 da sua *Narração da Inquisição de Goa*, traduzida por M. V. de Abreu.

« Na noite antecedente ao dia designado para o *auto da fé* recebi eu (diz M. Dellon) das mãos dos guardas do Santo Officio um habito, que era uma especie de vestia, cujas mangas chegavão até o punho da mão, e um calção, que cobria até o calcanhar, ambos da côr preta com pintas brancas.

Pelas duas horas da madrugada desse dia vierão os taes guardas ao meo aposento, e me levarão a uma galeria, onde achei um bom numero dos meos companheiros de infortunio, todos já infileirados; eu fui pôr-me no lugar que me tocava, e o mesmo fiserão muitos outros, que vierão depois de mim.

Erão perto de 200 pessoas, que se achavão agglomeradas nesta galeria, e entre estas quasi doze brancos, vestidos tambem do mesmo habito preto, que todos pelo profundo silencio que guardavão, poderião ser tomados como outras tantas estatuas, encostadas á parede, se o movimento dos seus olhos, unica liberdade que lhes era permittida, não fizesse conhecer que ellas erão animadas. O limitado numero de alampadas, que alumiava o lugar da nossa reunião, dava um aspecto tam lugubre, que junto a tantos outros objectos negros, e tristes, não parecia senão um prestito funebre.

Na galeria visinha estavão as mulheres destinadas para o mesmo *auto da fé*, que erão vestidas de panno semelhante ao nosso. Observei tambem no dormitorio proximo alguns presos, e outras pessoas de sotaina, passeando de quando em quando, e soube depois que estes presos estavão sentenceados á morte de fogo, e os que passeavão erão seus confessores.

Depois de estarmos collocados de fronte da parede· da galeria deu-se a cada um de nós uma vela de cêra amarella. Logo em seguida trouxerão um embrulho de habitos, como dalmaticas, ou grandes escapularios, de baieta amarella, com a cruz de S. André, pintados de rouxo pela frente, e pelo reverso. Era costume dar-se esta sorte de insignia aos que commetterão ou se suppõe terem commettido crimes contra a fé de Jesus Christo, quer sejão judeos, ou mahometanos, quer sejão feiticeiros, ou herejes, mas que forão antes catholicos. Estes grandes escapulários são chamados *sambenitos*. Ha outra especie de escapulários chamados *samarras*, de fundo cinzento, representando ao natural o retrato do paciente pela frente, e pelo reverso posto sobre brasas com labaredas levantadas e figuras de diabos em roda, que são destinados aos *convictos*, e *negativos* sobre os factos, de que são arguidos, ou que são *relapsos*. Seus nomes e seus crimes são escritos abaixo do retrato; porém os que se accusão depois de pronunciar a sentença, e os que não são *relapsos*, levão nas suas *samarras* labaredas viradas, a que chamão *fogo revolto*.

Distribuirão-se os *sambenitos* a uma vintena de negros e a um portuguez *christão novo*, todos accusados de magia. Vierão depois mitras de papelão ponteagudas com a forma d'um pão de assucar, também cobertas todas com pinturas de diabos, chammas e uma inscripção em roda dizendo—*feiticeiro*—. Taes mitras são chamadas *carochas*, e estas se puserão nas cabeças dos mais culpados d'entre os accusados de magia.

Nesta posição ficamos esperando novas ordens sentados no chão. As quatro horas de manhã vierão os servidores da casa a repartir pão e figos áquelles que o quizessem, o que eu aceitei por advertencia d'um guarda para me servir delles da volta. Quando amanheceo, pôde-se notar nos semblantes de cada um dos presos os diversos movimentos de vergonha, dôr, e receio, que soffrião interiormente os seus agitados espiritos, que se por um lado estavão satisfeitos de terem chegado ao cabo de tam duro captiveiro, assustavão-se por outro pela incertesa do seu futuro.

Tocou-se o grande sino da cathedral pouco antes do raiar do dia, e foi este o rebate dado ao povo para concorrer á augusta ceremonia do *auto da fé*; pois que logo depois nos fizerão sair a um e um. Observei, quando da galeria passava á sala grande, estar o Inquisidor sentado á porta com o seu secretario ao lado, e a grande sala atulhada de muitos habitantes de Goa, cujos nomes trazia o secretario relacionados na mão. A' proporção que sahia cada um dos presos era chamado um destes relacionados, e designado para o acompanhar, e servir-lhe de padrinho no *auto da fé*.

O mister d'estes padrinhos he acompanhar o preso, responder

por elle, e fazer delle a entrega, finda que seja a ceremonia do *auto*, e uma tal escolha importa grande honra para a pessoa escolhida.

O meu padrinho foi o general dos navios portuguezes na India, em companhia do qual, antes de estar na rua, observei que a communidade dos Dominicanos tomara a dianteira da procissão, pelo privilegio de ter sido o seu Patriarcha S. Domingos o fundador da Inquisição, cuja effigie ricamente bordada, tendo n'uma mão a espada e na outra ramo de oliveira com a inscripção—*justitia et misericordia*—era figurada no estandarte do Santo Officio, que ia adiante (1). Aos religiosos desta Ordem seguião os presos um atraz do outro com o padrinho ao lado, e vela na mão. Os menos culpados caminhavão adiante, e a mim me precedião uns cem por não ser tido como dos mais innocentes. Iamos todos descarapuçados, e descalços, e os pés ficaram ensanguentados, já pela longa marcha de quasi uma hora, já das topadas de seixinhos, que abundão e de que são cobertas as ruas de Goa. Fizerão-nos percorrer as maiores ruas, e attrahimos a attenção de innumeravel multidão do povo de todas as partes da India, concorrido de proposito para este acto; que pejava todas as ruas da nossa procissão. Este concurso he por effeito da publicação, que se faz em todas as parochias, com anticipação necessaria, de que em tal dia hade ter lugar o *auto da fé*.

Em fim cobertos de vergonha, e confusão, e fatigados da longa jornada, chegamos à igreja de S. Francisco por esta vez destinada, e preparada para a ceremonia. Era forrado de dó o altar-mór; nelle lusião 6 castiçaes de prata com vellas, e por ambos os lados se erguião duas especies de thronos ; o da direita, destinado para o Inquisidor, e seus conselheiros, e o da esquerda ao Vice-rei, e sua côrte.

Distante, mas fronteiro ao mesmo altar-mór na direcção da porta era levantado outro altar com dez missaes abertos, desde o qual até a porta da igreja corria uma galeria com mais ou menos tres pés de largo, e balaustrada pelos lados. Os presos, e seus padrinhos tomarão assento nos bancos de madeira, que ladeavão a mesma galeria. Observei tambem, que os que me seguião e trazião as horriveis *carochas*, vinhão em ultimo lugar; logo apóz era levado um grande crucifixo com a face virada aos que o precedião, e acompanhado de dois individuos, e quatro estatuas do tamanho natural do homem, atadas todas na ponta d'uma cumprida vara, e quatro cofres condusidos sobre a cabeça d'um individuo contendo os ossos

(1) O painel representava S. Pedro Martyr, Dominicano, fundador da Confraria da Inquisição, e não S. Domingos fundador daquella instituição

daquelles, que as estatuas representavão.

A face do crucifixo, voltada aos que o precedem, he signal de misericordia, que para com elles se usa, livrando-os da morte, que justamente havião merecido, e os que ficão pela parte traseira do dito crucifixo são desgraçados, que não tem favor a esperar : assim tudo he misterioso no Santo Officio. A vestimenta destes miseráveis não infunde menos horror ou piedade. Tanto os vivos como as estatuas trasião uma *samarra* de baieta grossa com pintura de diabos, chammas, e tições, em que era tambem representada ao natural a cabeça do paciente pela frente, e pela parte traseira com a sua sentença escrita em baixo, resumindo em letras garrafaes seu nome, sua pátria, e o crime, porque era condemnado. Além desta tunica horrivel tinhão estes infelises sobre a cabeça as funestas *carochas*, forradas e pintadas das mesmas figuras de diabos e chammas, e igual pintura tinhão também os cofres referidos dos ossos dos fallecidos, cujo processo havia sido feito depois ou proximo á morte, durante ou antes da sua prisão, a fim de se lhes confiscar os bens.

He para notar que a Inquisição não limita a sua jurisdicção aos vivos e fallecidos nas prisões ; procede do mesmo modo ainda contra os que deixarão de existir muitos annos antes de terem sido acusados : em tal caso, quando a denuncia he de algum crime grave, os manda desenterrar, e queimar-lhe os ossos no auto da fé, confiscando os bens dos seus herdeiros. O que eu digo he tudo testimunhado por mim, por quanto entre as estatuas, que apparecerão, quando eu sahi da Inquisição, havia uma de um fallecido de muitos annos, cujo processo se acabava de fazer, confiscados os seus bens, e queimados os ossos delle, ou talvez de algum outro exhumado do mesmo lugar.

Havendo os infelizes entrado no prestito funebre, que acabei de descrever, e tomados os assentos, que lhes erão destinados junto á porta da igreja, entrou o Inquisidor seguido dos seus officiaes, e foi occupar o throno, que lhe estava preparado á direita do altar, em quanto que o Vice-Rei e sua côrte tomarão o da esquerda e o crucifixo foi collocado no altar entre os seis candelabros.

O templo estava cheio de innumeravel povo, perante o qual o provincial dos Augustinianos, subindo ao pulpito pregou por tempo de meia hora. Era natural a turbação do espirito, em que me devia achar nessa hora solemne, apesar da qual porém observei, que aquelle pregador comparára a Inquisição á arca de Noé : nesta, dizia o pregador, os animaes que entrarão, sairão da maneira, como havião entrado, mas a nossa Inquisição tem admirável propriedade de mudar de tal sorte a natureza das cousas, que os que nella são encerrados, quaes lobos vorazes, e leões carniceiros, sahem com

a mansidão de cordeiros.

Acabada esta ceremonia subirão ao mesmo pulpito dous leitores, para lerem publicamente os processos dos culpados, e as penas da sua condemnação. A victima do processo era neste intervallo condusida pelo alcaide ao meio da galeria, onde ficava de pé com vela accesa na mão até que fosse pronunciada a sua sentença, e como de necessidade todos os accusados se suppõe estarem incursos na pena de excommunhão maior, terminada a leitura, forão elles levados junto do altar dos missaes, e ahi postos de joelhos com as mãos sobre elles permanecerão até que se reunissem tantos, quantos erão os missaes. Então o leitor, interrompendo a leitura do processo, pronunciou em voz alta uma confissão de fé, precedendo-a d'uma curta exhortação, para que os culpados a repetissem de coração e de bocca, á medida que elle o fazia. Depois do que voltarão todos a seus lugares, e recomeçou a leitura dos processos.

A meo turno, sendo eu chamado soube que no meo processo era accusado de tres crimes 1.º o de ter sustentado a invalidade do baptismo *flaminis* ; 2.º o de ter dito que não devião ser adoradas as imagens, blasfemando contra uma de crucifixo, e dizendo que ella não passava d'um *pedaço* de *marfim* ; 3.º finalmente de ter fallado com desdem da Inquisição e seus ministros, e sobre tudo da má intenção, com que havia praticado todos estes actos, por cuja causa foi declarado excommungado, accrescentando-se-me a pena da confiscação dos meos bens a favor do fisco, expulsão da India, sendo obrigado a servir nas gallés de Portugal por tempo de cinco annos, e fazer quaesquer outras penitencias, que me fossem impostas em particular pelos Inquisidores.

Finda a leitura dos processos de todos aquelles, a quem se fazia a graça de salvar a vida, o Inquisidor deixou seo assento para se revestir da alva, e estola, e acompanhado de quasi vinte sacerdotes, cada um dos quaes tinha uma varinha na mão, veio ao centro da igreja, onde depois de repetir varias orações, fomos absoltos da excommunhão, em que pertendia havermos incorrido, dando-nos a todos os ditos sacerdotes leves pancadas das varinhas, de que estavão munidos.

Concluida esta ceremonia o Inquisidor foi pôr-se no seo assento, e fez vir para ali as desgraçadas victimas, uma apoz outra, que devião ser immoladas pela Santa Inquisição. Estas victimas erão um homem, e uma mulher, além das quatro estatuas dos mortos com os cofres que encerravão seus ossos. O homem, e a mulher erão indios christãos, accusados de magia, e condemnados como *relapsos*. Duas das estatuas erão de homens *convictos* do mesmo crime, e as outras duas de dous *christãos novos*, que dizião terem judaizado, dos quaes um fallecêra na prisão, e outro em sua casa,

e enterrado na sua parochia ; mas que tendo sido accusado de judaismo, depois da sua morte, como tinha deixado bens assaz consideraveis, tomou-se o cuidado de abrir seu tumulo, e desinterrar os ossos, para serem queimados no *auto da fé* depois de se lhe fazer o competente processo.

Lerão-se os processos destes infelizes, que terminavão com estas notaveis palavras : que a Inquisição não podendo fazer-lhes a graça de perdoar por causa da sua reincidencia e impenitencias e vendo-se indispensavelmente obrigada a puni-los com o rigor das leis, ella os entregava ao braço e justiça secular, a quem supplicava instantemente, para usar com elles de clemencia e misericordia, e quando lhes impuzesse a pena da morte, fosse pelo menos sem effusão de sangue. Proferidas estas ultimas palavras approximou-se um official da justiça secular, e tomou conta destas duas victimas, depois de ellas receberem no peito uma pancada por mão do alcaide do Santo Officio, indicativa de estarem já abandonadas.

Estes miseraveis forão ao depois condusidos a borda do rio, onde estava o Vice-Rei e sua corte no local, em que desde o dia antecedente erão preparadas as fogueiras, que os devião abrasar (1); em quanto que nós fomos levados para a casa da Inquisição pelos nossos padrinhos sem se observar ordem alguma. Eu não vi por tanto esta execução, mas referirei em poucas palavras as formalidades que ahi se observarão, do modo como as ouvi a testemunhas oculares. Antes de os condemnados chegarem ao local, onde se reunem os juizes seculares, se lhes pergunta, em que religião querem morrer; sem se informar de modo nenhum dos seus processos, que se suppõe terem sido perfeitamente bem instruidos, e as suas victimas justamente condemnadas, por quanto não se duvida que a *inquisição he infallivel.* Logo que ellas respondem a esta unica pergunta, o executor se apossa dellas, ata-as a postes sobre as fogueiras, onde são estranguladas previamente, se morrem no christianismo, e queimadas vivas, se persistem no judaismo, ou heresia, o que acontece tão raras vezes que apenas se vio unico exemplo em quatro *autos da fé*, com quanto não haja poucos, em que não seja queimado um bom numero dellas (2).

---

(1) O local onde se fazia esta execução era o *Campo de S. Lazaro.*

(2) Segundo a *Historia dos principaes actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, publicada em Lisboa em 1845, fizerão-se em Goa desde 1600 até 1773, setenta e um *autos da fé* e da maior parte d'elles não constando o numero dos *penitenciados e relaxados*, só dos poucos, de que ha noticia, sobe o numero dos primeiros a 4,046, sendo 3,034 homens, e 1012 mulheres; e 121 dos segundos, sendo 57 *relaxados em carne*, 101 homens e 16 mulheres, e 64 *relaxados em estatua*, 56 homens e 8 mulheres.

No dia seguinte ao da execução são levados para as igrejas dos Dominicanos os retratos dos mortos, representando sua cabeça do tamanho natural, posta sobre tições, e escrevendo-se por baixo seu nome, o dos seus paes, sua patria, a qualidade do crime, porque forão condemnados, o anno, o mez, e o dia da execução. Quando tenha reincidido diz-se —*Morreo queimado por hereje relapso*—. Se sendo accusadó por uma só vez persevera no erro —*Hereje contumaz*—. Se insiste em negar o crime, de que he accusado até a morte, declarando que he innocente, e que professa o christianismo, põe-se por abaixo —*Morreo queimado por hereje convicto negativo* —quer dizer que foi queimado como hereje convencido, mas que não confessou o seu crime. Desta espécie há grande numero de retratos, e daquella poucos. Estas horrendas representações são collocadas sobre a nave e a cima da porta principal da Igreja, como outros tantos tropheos consagrados á gloria do Santo Officio.

B

(Pag. 350 do 1.º vol.)

Os primeiros médicos e cirurgiões de Goa

Antes do estabelecimento da Escola médico-cirúrgica de Goa (1842) e depois que se interrompeu, por várias dificuldades e por muito tempo, o curso médico,—que se presume instalado em 1692 no antigo Hospital Real sendo nomeado *lente da cadeira de prima* (¹) o fisico-mór Manuel Rodrigues de Souza, e *lente de véspera* o facultativo Feliciano Gonçalves,—houve em Goa pessoas hábeis para o ensino de medicina e cirurgia, provavelmente antigos alunos dessa escola, que ministrando lições particulares das referidas disciplinas habilitaram discípulos para fazerem exame vago perante o físico-mór, obtendo o diploma e o título de *médico por Sua Magestade*, como está dito no vol. 1.º, pag. 350.

Os diplomas eram expedidos pela secretaria geral, onde ficavam registados.

Dêstes médicos e cirurgiões, não encontrando uma relação completa, transcrevemos a que se acha publicada no *Oriente Português*, vol. 11, pag. 214, convindo notar-se que os posteriores ao ano de 1800 fizeram, pela maior parte, o seu curso regular no Hospital militar de Panelim, curso que em 1800 era de 3 anos, e foi depois (1821) distribuído em 4 anos ; mas também teve soluções de continuidade como se vê no vol. 1.º.

1797

Paulo Caetano Alvares, de Majordá—15 novembro.
Vicente José Baptista—cirurgião—30 dezembro.

1799

Jerónimo Emiliano de Andrade (europeu ?)-c.-8 fevereiro.

(¹) Esta nomenclatura, por que são designados nos documentos oficiais os professores dêsse curso, era usada na Universidade de Coimbra, onde o decano de cada faculdade se chamava o *Lente da prima*, devendo o outro *ler* ou prelecionar *de véspera*.

1800

Deodato Francisco Fernandes-c.-13 outubro, renovada em 29 janeiro 1806, declarando-se na respectiva carta que o concessionário era ao tempo cirurgião-ajudante do Regimento de artelharia.

Joaquim António de Melo, de Rachol-21 novembro.

Nicolau Camilo de Melo, da Raia-2 dezembro.

Bernardo Peres da Silva, morador na Piedade-9 dezembro-com salva em 24 novembro 1805.

José Torquato Alvares, de Margão-30 dezembro.

1801

Lino Francisco Xavier Colaço, de Rachol-26 março.

1802

Francisco António Pinto—c—20 janeiro.

1804

Simão Salvador de Souza—10 de janeiro

Felix Carlos da Costa, de Parrá—17 janeiro.

Francisco António de Lima, de Chorão—21 janeiro.

Eugenio Dias, de Taleigão— março.

Salvador Rodrigues, de Serulá—9 março.

Francisco José Fernandes, de Neurá o grande—c—17 abril.

Antonio Xavier Gonçalves, da Piedade—28 abril.

Diogo Miguel Mascarenhas, de Calangute—25 maio.

António José de Carvalho, de Chandor—20 julho.

1805

Francisco Xavier Fernandes, ajudante do cirurgião da Legião dos voluntários reais de Bardês—c—3 outubro.

António Caetano de Alcántara Rodrigues—18 novembro.

José Deodato de Carvalho, boticário do Hospital Militar de Damão,—19 novembro.

1806

Francisco António Pinto—c—20 janeiro.

José Afonso, de Candolim—19 março.

António José Pereira, de Santa Cruz—17 maio.

Lopo José Xavier, de Loutulim—4 junho.
António Filipe Pinto, de Ucassaim.
Francisco António de Menezes, de Macazana—7 junho.
Paulo Vicente Afonso, da Piedade,—21 junho.
Gonzaga Vicente da Fonseca, de Aldoná—20 julho
António Francisco Moniz, de Benaulim—1.º agosto.
José Tomás de Mesquita, idem—19 agosto.
Nicolau Peres, de S. Matias—25 agosto.
Remédio Necessidade Valeriano, da Raia—29 agosto.
João Manoel Pereira, ajudante de cirurgia do Regimento de artelharia—c.—11 setembro.
Joaquim Tomás Mascarenhas, de Taleigão—14 outubro.
José Gabriel Vás de Pangim—6 novembro.

1807.

José Maria de Souza, de Aldoná—4 maio.

1808.

Marcos de Araujo, de Calapôr—22 junho.
Jerónimo Caetano Deodato do Rozário e Coutinho, de Nachinolá—21 julho.
Caetano Lourenço Osório Osclopeo (sic), de Arossim—c.—27 julho.
João Baptista Gonsalves, da Piedade—18 agosto.
Patricio Francisco Pereira, de Nagoá de Salsete—30 agosto.

1809

José Caetano Machado, de Taleigão—c.—19 agosto.

1810

Pedro Francisco de Almeida, de Nerul—23 fevereiro.
Manoel António Nery Pontes da Conceição, de Sirulá—6 junho.
Aleixo Caetano Lourenço Mascarenhas dos Milagres, de Loutolim—28 julho.

1813

Antonio Anes, de Calapôr—c.—11 fevereiro.
Nicolau Lúcio Loureuço, de Margão—18 setembro.
Gregório Caetano Francisco Alvares da Costa, idem—idem.

Francisco Salvador Gomes, de Navelim de Salsete—idem.
João Salvador Vás, de Benaulim—idem.

1814

Francisco de Paulo Fernandes, de Siolim—5 maio.

1815

Urbano Miguel da Conceição Lobo—13 fevereiro.
João Manoel Valente, de Panelim—c.—22 abril. Na sua patente de cirurgião da praça do Cabo de Rama se diz que era também fisico.
Nazário Francisco Colaço, da Piedade—24 julho.
Celestino da Fonseca, de Sangoldá—10 outubro.
Domingos António José Ribeiro, de Pilerne—21 novembro.

1816

João Narciso Coutinho, de Margão—13 setembro.
Joaquim Xavier de Barros, mestre boticário do Hospital Real Militar—15 outubro.

1819

Domingos Benjamim Fernandes—26 fevereiro.

1822

António Caetano Afonso do Rosário Dantas, de Serulá—c.—18 junho.
Rafael Constâncio de Sequeira—20 agosto.
Lourenço Mariano Parras—4 novembro.
João Vito Coelho—8 novembro.
José Mariano de Bragança, de Bardez—10 novembro.
Joaquim Filipe Constâncio Alvares, de Margão—14 novembro.

1823

Baltazar Diogo de Souza—c.—8 janeiro.
João Filipe de Piedade Figueiredo, da Raia—26 setembro.
Nicolau Tolentino da Gama—idem.
Pedro António de Oliveira, das Mercês—idem.
Brás Caetano Salvador Lobo—idem
Caetano Simão Colaço—idem.

Manoel Joquim Gracias—7 outubro.
José Manoel de Melo, das Mercês—idem.
Cipriano de Andrade, de Bardês—idem.
Miguel Arcanjo Paes, idem—8 outubro.
Henrique Caetano Victor de Figueiredo, de Loutulim—idem.
Alexandre da Rocha—idem.

1824

Justiniano Salvador da Costa, de Curtorim—10 abril.

1827.

João Bartolomeu de Souza, de Bardês—24 abril

1830.

Joaquim Sebastião Batista, de Loutulim—c—14 maio.
Luis Mariano Rodrigues, de Orlim—idem—19 maio.
José Francisco Monteiro, de Bardês—idem —27 agosto.

1831

Joaquim Sebastião da Costa, de Margão—9 março.
Camilo Dionisio Alvares, idem—14 março.
Pedro António Alvares, idem—16 março.
Bento Manuel Fernandes, de Siolim—18 março.
Francisco António de Sousa, idem—idem.
Francisco Caetano Afonso, da Piedade—24 dezembro.

1832.

Caetano Batista de Rosário—19 janeiro.
Francisco de Paula Ribeiro, da Raia—idem.
António Xavier Baltazar Ribeiro, de Pangim—25 junho.
Manoel Francisco Fernandes, de Chimbel—3 agosto.
Pedro Paulo da Costa, de Loutulim—25 outubro.

1834

Joaquim Marinónio da Silva, de Margão—18 julho.
Vicente Luis da Fonseca, de Bardês—7 outubro.
Sebastião José da Costa, de Parrá—idem.
Cristovam José Victorino Lobo—19 novembro.
José Avelino de Souza—20 novembro.

Jeremias Paulo Maria Lobo, de Nachinolá—6 dezembro.
Custódio Vicente Pereira, da Piedade—9 dezembro.
Vicente Xavier Cabral —idem —idem.

1838.

Cristovam Filipe da Conceição, de Margão—27 janeiro.

1829.

Vicente de Paulo Pitter, de Macau—23 abril.
Vicente Agostinho Brandão, idem—24 abril.
Manoel António de Quadros, de Loutulim—29 abril.
Francisco Xavier de Souza, de Saligão—18 maio.
Filipe Neri Caetano Pinto, de Saligão—idem.
Domingos Xavier Pereira, de Loutulim—10 junho.
João Agostinho Brás Afonso oficial-piloto, da Piedade—idem.
Emidio Paixão da Costa, ajudante de cirurgia do Batalhão n.º 2 de caçadores—c—12 junho.
Caetano Xavier Micael Dias, de Serulá—idem.
Pedro Zeferino dos Remédios e Cunha, de Coelim—19 junho.
José Inácio Leão Pereira,de Salsete—22 junho.
Vitorino Caetano Vito de Melo, do Salvador do Mundo—1 julho e 9 outubro.
José Manoel Gracias, de Colvá—11 julho.
Joaquim Mariano do Rosário e Rebelo, de Margão—20 junho.
Luis António Peres da Silva, de Margão—idem.
Francisco Xavier do Rosário, da Raia—26 julho.
António Filipe Moniz, de Damão—idem.
Joaquim Gregório Militão de Albuquerque, da Raia—idem.
Filipe da Piedade Rebelo, de Margão—idem.
Pascoal José da Cunha—idem—idem.
Ambrósio Cipriano da Miranda—idem—idem.
Francisco Manoel de Barros, de S. Tomé—idem.
José Mariano de Sant'Ana Mascarenhas, da Raia—1 agosto.
José Nicolau de Lima, de Bombaim—5 agosto.
Caetano José de Magalhães, de Loutulim—14 agosto.
Marcelo José Fernandes, de Siolim—idem.
António Xavier Raposo, idem—idem.
Alexandre Jacob Barbosa, de Guirdolim—idem.
Joaquim Sant'Ana Coelho, de Curtorim—16 agosto.
Aleixo do Rosário da Costa, idem—17 agosto.
Feliciano Vicente Baracho de Santa Rita, de Nagoá de Salsete—21 agosto.

Sebastião José Abranches—idem.
João Inácio Benicio de Assunção—idem.
Boaventura de Andrade, de Margão—22 agosto.
Bernardo Salvador Teixeira—idem.
Agostinho d'Anunciação Barreto Xavier, de Margão—idem.
Manoel Xavier da Piedade, de Chinchinim—idem.
Caetano Maria Pacheco, de Margão—idem.
Caetano Matias do Rosário Colaço—idem.
Brás António Gonsalves, da Piedade—idem.
Hilário Cristovam Felicio de Souza—6 setembro.
Pedro d'Alcántara Pinto, de Assolná—7 setembro.
Sebastião José de Souza, de Velção—18 setembro.
Pio Bernardo Fernandes, de Salsete—idem.
João Manoel Deodato de S. Tiago—23 setembro.
Leocádio Justino da Costa, de Macau—idem.
Necástrio Francisco do Rosário e Souza, de Calangute—idem.
Albino Francisco de Mendonça, de Taleigão—24 setembro.
Marcos Inácio António Angelo de Mesquita, de Sangoldá—idem.
Bento Manoel Arcanjo de Souza, de Calangute—idem.
Galdino Faustino de Souza, de Anjuna—25 setembro.
Joaquim Romualdo Cristovam Viegas—26 setembro.
Mariano Caetano Sebastião Lobo, de Saligão—idem.
José Libano da Fonseca, de Jua—idem.
Zeferino Caetano de Souza, de Saligão—27 setembro.
Agostinho de Moraes, de Cuncolim—28 setembro.
José Inácio Gonsalves, da Penha de França—3 outubro.
Remédio Baltazar Rodrigues, enfermeiro ordinário do Hospital Militar e aluno da aula de cirurgia—c—8 outubro.
Paulo Maria Gomes, de Bardês—idem, idem.
Joaquim Manoel Viegas, de Carmoná—9 outubro.
Aniceto Aleixo do Rosário, de Colvá—11 outubro.
Luis Miguel de Carvalho, de Chandor—12 outubro.
Manoel Querobino da Fonseca—idem.
Domingos Lourenço Cardoso, de Candolim—idem.
Francisco de Paula Viegas—14 outubro.
João Francisco Vás, de Bombaim—15 outubro.
Camilo Anselmo Rodrigues—idem.
Rosário Emiliano Ferrão, de Aldoná—idem.
Constâncio José Barreto, de Rachol—16 outubro.
Mariano Filipe Colaço, de Rachol—17 outubro.
Pedro Simão Mendes—idem.
Querobino Arcanjo de Souza—18 outubro.
Aleixo Xavier Godinho, de Majordá—22 outubro.

José Inácio da Costa—idem.
Joaquim Vicente Paes—23 outubro.
Joaquim José Botelho, da Penha de França—25 outubro.
Gabriel Hilário Dias, das Ilhas—idem.
João Vicente Barreto, de Margão—26 outubro.
Adeodato Francisco António Barreto, de Loutulim—30 outubro.
Gabriel de Santana de Almeida, de Mapuçá—31 outubro.
Tiago Dias, de Parrá—4 novembro.
Caetano Maria Marques, de Verlá—idem.
Paulo António Brás Dias, de Arporá—5 novembro.
Caetano Xavier de Santana Pereira—6 novembro.

* * *

No rol dos médicos e cirurgiões matriculados em 1843 existem ainda os seguintes nomes:

Ilhas—Salvador Caetano Fernandes—António Fulgêncio da Conceição.

Bardês—Joaquim Rafael Cardoso—Francisco António de Souza—Vitorino Lobo—Agostinho de Souza (*c*),—e Isidoro José da Conceição Rodrigues (*c*).

Salsete—Manoel José Simeão de Silva Pereira—Manoel Salvador da Silva—Pedro António de Noronha e Anastásio Constâncio de Sequeira.

Entre os cirurgiões militares, uns mantidos em atenção aos seus longos serviços e outros dispensados por falta de habilitação, encontram-se em 1843 mais os seguintes:

Caetano Maria Conceição Pinto—Verissimo Caetano da Costa—Joaquim Dámaso de Oliveira—Herculano de Noronha—Joaquim Manuel Luis Mendes—Francisco Peregrino da Costa—Pedro António Fernandes—Constantino Xavier Rafael de Mendonça—João Manuel Dias—Paulo Francisco de Brito—José António de Miranda—e Miguel Caetano Fernandes [1].

---

[1] Além dêstes consta que tiveram diplomas Caetano Camilo Barreto, (1792) fisico da praça de Rachol por 36 anos; António Filipe Pereira, de S. Matias, (1811) cirurgião da fortaleza de Bicholim; e Manoel Salvador Flores, (1824) cirurgião da praça de Mormugão.

I'NDICE ALFABÉTICO

A

Abertura da barra, 266.
Abóbada da igreja da Graça 88, da Cruz dos Milagres, 127.
Açougue, 223.
Aldeias *extra muros* 278, e vol. 1.º, 199.
Alfândega (*Mandvi*), 218.
Aljube, 163.
Angediva 282-86, e vol. 1.º, 376.
Arco dos Vicereis. 214.
,, da Conceição, 221.
Armas do Santo Ofício, 154.
Armazens Reais, 168.
Arsenal da marinha e as suas oficinas, 193.
Auditor das Indias, 177.
Auto da fé 158 e 289.

B

Bacais (porta dos) 145, e vol. 1.º. 23.
Bangaçal e Pêso, 218.
Banguinim, vid. Fonte de.
Banastarim (fortaleza de) 219 ; (peça de) vol. 1.º, 45.
Baratilha, 223.
Bazar grande, 218.
,, do Pelourinho o Velho, 225.
,, de peixe, 205.
Bazarinho (de flôres), 224.
Bazaruco ou real, 208.
Bêco do Bacharel, 112 e 195.
Beus dos pagodes demolidos, 30, 251-52.
,, pertencentes ao Convento de Santa Mónica, 136.

Bispos titulares ou *de anel*; e os primeiros sacerdotes naturais da India, 4.
Braga ou Calceta, 199.
Brotas (N. Sra. das), 283.

C

Cabido da Sé—5 e 10.
Cais dos Vicereis—166.
,, de S. Catarina ou do Arcebispo—205.
Canonização simultânea, 107.
Canto dos religiosos no refeitório, 76.
Capela das *Cinco Chagas*—21 e 200.
,, de S. Francisco Xavier, 22.
,, de N. Sra. da Conceição, 23.
,, de Santa Catarina—23-26.
,, de S. Martinho—26.
,, de S. António—27.
,, de N. Sra. do Monte, chamado *do Vigário Geral*—28.
,, de S. João Batista, 83 e 200.
,, de N. Sra. da Piedade—280.
,, da *Protectora dos agonizantes*—189.
,, de S. Jerónimo—250 e 276.
Capuchos da India—94.
Carneiro na igreja dos Teatinos—118.
Casa professa do Bom Jesus—62.
,, da Bula—164.
,, da Moeda—206.
,, da Pólvora—209.
,, do Estanco dos tabacos—181.
,, do Terreiro dos mantimentos—221.
,, dos Catecúmenos de Betim—239.
,, de Guirim—234.
Casa recolecta—78.
Cascatas de Dudsagor e de Arvalem, vol. 1.º, 378.
Catecismo de S. Francisco Xavier—51.
Catedral de Goa e as suas alfaias—8 e 10.
Catualia—198.

Cemitério dos inglêses—270
Cenotáfio de alabastro—18
Ceremonial Dominicano—79
Chirına (rupia)—208
Clérigos de orelhas furadas—230.
Colaba (Bombaim)—92
Colégio de S. Paulo o Velho ou dos Arcos—48.
„ de S. Paulo o Novo ou de S. Roque—56.
„ de S. Boaventura—42.
„ de S. Tomás de Aquino—83.
„ de N. Sra. do *Populo*—90
„ da Madre de Deus—97.
„ dos Carmelitas descalços—105.
„ dos Oratorianos ou Congregados—123.
„ do Pilar—102.
„ de Rachol—250
„ dos Reis Magos—225.
„ dos Catecúmenos em Pomburpá—232.
Companhia de Jesus e o apostolado do Santo Xavier—47.
Congregação do Oratório e o venerável padre José Vás—124.
Conselhos e Tribunais—167.
Conselho legislativo no século 18.º—174
Contrução das igrejas fóra da cidade—29.
Construção e inauguração da corveta *Goa*—196.
Contadoria geral—199.
Contenda sôbre o Colégio de S. Paulo o Novo—57.
Controvérsia sôbre a jurisdição das igrejas de Bardês,—229;—sôbre as de Salsete—261
Convenção de 1541 sôbre os bens dos pagodes —30.
Convento e igreja de S. Francisco de Assis—33.
„ de S. Domingos—74.
„ de S. Agostinho—85.
„ da Madre de Deus—93.
„ do Cabo—100.
„ do Pilar—102.
„ dos Carmelitas descalços, 104 ;—de Chimbel—110.
„ dos Teatinos—111.

,, de S. João de Deus—121.
,, dos Oratorianos, ou da Cruz dos Milagres—123.
,, de S. Mónica—127.
Cráneo humano sôbre a mesa do refeitório—105.
Crucifixo de S. Mónica—138.
,, do lenho da jaqueira plantada por S. Francisco Xavier, 23—28.
Cruzeiro de teca com inscrição em inglês—286.

D

Demolição dos pagodes das Ilhas, 29 ;—de Salsete—251.
Desacato à estátua de Vasco da Gama—217.
Dísticos no altar principal da igreja de S. Caetano—118.
Disciplinantes (procissão dos)—53 e 89.
Dote fixado para entrar freira—136.
,, para casar as recolhidas da Serra—148.
Doutores pela Universidade de Coimbra, naturais da India—vol. 1.º,—353.

E

Edifício da Escola médica—190.
Elefantes do Arsenal—198.
Eleição dos prelados—44 e 92.
Enfermaria notável—95.
Ensino das línguas marata e canaresa ; e ensino superior das *Xastras*, vol. 1.º,—331.
Entrega das chaves da cidade (ceremónia da)—215.
Entremês da noite do Natal—226.
Epitáfio muito interessante—251.
Eremitas calçados—86.
Escolas paroquiais, e outras do ensino português—vol. 1.º, pag. 332—55.
Estátua de Afonso de Albuquerque—146-47.
Estandarte bordado e oferecido pelas freiras ao exército—139.
Estação da polícia—223.
Estudos eclesiásticos em Mapuçá—248-49.

Evasão de reclusos notáveis—159, 182 e 237.
Extinção da Inquisição—160.
Exposição do Corpo de S. Francisco Xavier, emquanto frêsco —71.

F

Familiares do Santo Ofício—154.
Farol de Aguada—265.
„ de Mormugão—268.
Feitor ou Vedor—194.
Feitoria de Surrate—vol. 1.º,—309.
Festividade de S. João Batista e a cavalgada—200.
Festa da Conversão de S. Paulo e a cerimónia de batismo solene—54.
Festejos pela canonisação de S. Francisco Xavier—71.
„ de Santa Teresa de Jesus—107.
Festa da justiça—178.
Físico-mór, médico do Vice-rei e inspector da sanidade pública —vol. 1.º, 350.
„ director do Hospital—190.
Fonte de Siridão—78.
„ de Banguinim—83 e 212.
„ do Cabo de Rama—282.
„ de S. João Batista—83.
Fôrcas da Cidade—221.
Fortificações da cidade e da ilha de Goa—218-20.
Fortaleza de Aguada—262.
„ de Mormugão—267.
„ do Cabo—269.
„ dos Reis-Magos—270.
„ de Gaspar Dias—271 e vol. 1.º—256.
„ de Rachol—272.
„ de Angediva—282-86.
„ de Alorna—276, e vol. 1.º—204.
„ de Tiracol, Chorão, Chaporá, Colvale, Tivim, Corjuem e outras—275-87.

Frades egressos—141.
Frutas da horta da Madre de Deus—95.

G

Gauncares de Bastorá—158.
General da *provincia* de Bardês,—264 e 278 ;—de Salsete, 272; —*do Norte*, vol. 1.º, 197.
Guadalupe (N. Sra. de)—125.
Guarda ordinaria dos vicereis—171.

H

Hôrto botánico—190.
Hospedagem dos vicereis—173 e 227.
Hospital Real—183.
,, Militar de Panelim—188.
,, Central de Nova Goa—191 e vol. 1.º 355.
,, de S. Lázaro—191.
,, de Todos os Santos—192.
,, de N. Sra. da Piedade—ibid.
,, do padre Paulo Camerte, para os pobres—50 e 193.
,, dos *Pobres* ou da Santa Casa da Misericórdia—193.
Hospício de Valverde—236.
,, dos Teatinos em Malar—116.
,, do Monte de Guirim—233.
,, do *Monte* do *Vigário Geral*—121.

I

Igrejas dos Conventos vid. o respectivo convento.
Igreja paroquial da Sé—3 ; seu cura—11 ; sua pia batismal—8.
,, de N. Sra. do Rosário (Priorado)—16.
,, de N. Sra da Luz (Priorado)—19.
,, de SS. Trindade—ibid.
,, de S. Tomé—ibid.
,, de S. Aleixo—20.
,, de Santa Luzia—ibid.
,, de S. José, de Daugim—21.

„ de S. Pedro—21.
„ Extra paroquial das *Cinco Chagas*—21 e 200.
„ paroquiais de Ribandar, Pangim e S. Inês—33-33.
„ de Margão—252 ;—de Reis-Magos—228.
Igrejas (não paroquiais) da Misericórdia, da Serra e da Madalena—145.
Igreja provisória dos Franciscanos—34 ; do Bom Jesus—62.
Ilha dos Ranes—278.
Imagem da Mãe de Deus e a sua transferência solene para Saligão—99.
„ da N. Sra. do Rosário—258.
Imprensa em Goa—51 e vol. 1.º 102.
Influência das Ordens religiosas—140.
Inquisição, Palácio da—149.
Instituto vacinico—190.
Intendente da marinha—201.
Interpelação do dep. E. Jeremias Mascarenhas, vol. 1.º, pag. 370.

J

Juizo crítico sôbre a Inquisição—150 e 157.
Junta da Fazenda—199.
„ da Saude pública—190.
„ da Justiça—179.
„ das missões—167.
Juramentos do Vice-rei—169.

L

Lápida comemorando a aparição de Cristo na Cruz dos Milagres—124.
Leilão dos escravos e o seu prêço—224.
Lentes *de prima* e *de vespera*—296.
Lentes da Universidade de Coimbra, naturais da India,—vol 1.º, pag. 353.
Locutório de fora—128.

M

Mãe da água (fonte)—264.

Mangueiral (forte do)—219.
Mandur (forte de)—220
Marinha de Goa—203
Médicos e cirurgiões *por sua Magestade*—296
Médicos hindus—vol. 1.º, pag. 331.
Mestra de capela—134.
Missão de Angediva—Binguém—286.
Monumento Afonso de Albuquerque—147.
Mormugão a (praça e edifícios de)—267-68.
Moulá (porta e aldeia de)—219.
Museu Sacro—64.
„ Real—117.
„ Arqueológico—41.

N

Nanuz (fortaleza de)—280 e vol. 1.º, 320-27.
Naroá (forte de)—275; e o *tirtha* dos hindus, vol. 1.º, 16
Neófitos e a sua pensão—243.
Noviciado de Zuari e de Chorão—244.

O

Obras de misericórdia—142.
Oficina de *obra branca*—197.
Olli ou festa de arequeira—238.
Orá vid. xerafim.
Ordens mendicantes—97.
Orquestra de freiras—134
Ostentação dos Vicereis—169-71.
Ouvidores gerais—177 e vol 1.º 377.

P

Padroado português no Oriente—vol. 1.º 355-62.
Pagodes vid. Demolição.
Pai dos cristãos—239.
Palácio arquiepiscopal de Goa—11.
„ „ de Panelim—13.
„ de Santa Inês—15.

„ „ de Pangim—16.
Palácio (vicereal) da fortaleza ou *Fortaleza dos Vicereis*—165.
„ de Panelim ou *da Casa de Pólvora*—172.
„ de Daugim—173.
„ de Pangim—*ibid.*
„ do Cabo—175.
„ de S. Caetano, e *do Deão*—176.
Palácio da Relação—177.
„ da Inquisição—149.
„ do Senado—179.
Pangelinos—202.
Pedra *de Goa* ou *Cordial*—60.
Pelourinho o Velho e o Novo—233
Penalidades e tormentos —156.
Pessoal do serviço do Vicerei—171.
Porta de proibição—129.
Portaria *de carro* — 132.
Posse dos Vicereis—169.
Presentes ou *sagoates*—*ibid.*
Procissão *dos Passos*—89.
„ do Priorado do Rosário —18.
„ da Ordem Terceira, que se celebra em Goa Velha—103.
Procuratura das Missões—239—41.
Purana do padre Tomás Estêvão—61 e 253.

Q

Qualificadores do Santo Ofício—154.
Quadros ou telas de bom gôsto—68, 70, 76, 77, 256—59.
Quartel do 1.º regimento da infantaria—213 ; de artelharia—271.
Quinta de Santa Rosália—73 ; e vol. 1.º pag. 389.

R

Recolhimentos de Serra e de Madalena—147.
Reforma do Arsenal—202.
Relíquias dos Mártires de Cuncolim--245

Religiosos díscolos—44.
Retábulos da igreja de S. Francisco de Assis—39.
Ribeira grande ou das náus ; 193;— ,, das galés 163 e 205 ; — ,, pequena—206.

S

Sacrário coberto com o pavilhão de oiro filigranado—89
Sala régia—167.
Santa Casa da Misericórdia—141.
Santos Passos—53.
Sebastião (D.) do Rego—115.
Seminário de Santa Fé—47 ;—de S. Guilhermes 91—do Bom Jesus, 65 ;—de S. Jerónimo, 226 ;—de S. João Evangelista, 91 ; —de meninas, 129 ;—de Chorão 243.
Seminário patriarcal de Rachol —250.
Sinais de Chagas numa freira—135.
Sinos da catedral, 7 ;—do Bom Jesus, 73 ;—de S. Agostinho e o *sino Balão*, 88—de S. Domingos, 82 ;—do Seminário de Chorão, 249—do Colégio de S. Tomás de Aquino, 85.
Solor, ilha cedida aos Holandeses—79.

T

Tabacos vid. *Casa do Estanco*.
Terço ou regimento—279.
Tercena de Aldoná—ibid. e vol. 1.º 199 ;—do Mangueiral—219,
Tôrre de Tombo em Goa—170.
Tribunas de igreja ligadas aos quartos espaçosos—120.
Tribunal de 1.ª instância—223.
,, da Bula—164.
,, dos Contos—199.
Troca do bastão—70, e vol. 1.º 174—75.
Tronco ou Cadeia—182.
Túmulo de S. Francisco Xavier—68.

U

Ultimo general do Norte, e a sua evasão e hospedagem—237.

V

Vale dos lírios—129.
Vedor da Fazenda—200.
Vencimentos do Vicerei—169.
Veu preto e branco—133.
Vigária do côro—134.
Visita à Madre de Deus e a S. Francisco Xavier—98.
Visões sôbrenaturais—123 e 138.
Viveiro de peixe—95.

X

Xerafim de oiro (*orá*)—209.

Z

Zoitobá, progenitor dos Ranes de Satari—278.

Erratas

Pag.	*linha*	*onde se lê*	*Deve ler-se*
4	19	*Equum*	*Æquum*
,,	29	*impartibus*	*in partibus*
5	16	umas	uma
17	26	Sé	mesma Sé
32	4	as igrejas	a igreja
57	22	o obedeceram	lhe obedeceram
,,	25	pretendendo	pretextando
74	30	Nota final *C*	Nota final *B* do vol. 1.º
96	10	*redolens*	*rédolens*
99	17	geverno	governo
112	25	expanção	expansão
118	11	valor	lavor
125	11	o restaurar	a restaurar
145	28	Misericordia	Serra
198	26	postagem	portagem
211	20	para as galés	para os galés
223	9	*enxotados*	*enxorados*
224	15	Ilhas	Ilha
237	23	*vanzam*	*vanzam*, e o esconderam
245	17	destinado	destinada
253	33	copiada	copiado
254	7	revezamente bienal	revezadamente
257	36	volumos	volumes
274	6	a mais antiga	mais antiga